



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**“TEMPO DAS CARNES” NO SIARÁ GRANDE:
DINÂMICA SOCIAL, PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE
CARNES SECAS NA VILA DE SANTA CRUZ DO ARACATI
(c.1690-c.1802)**

Leonardo Cândido Rolim

Orientador: Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

ABRIL – 2012

**“TEMPO DAS CARNES” NO SIARÁ GRANDE:
DINÂMICA SOCIAL, PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE
CARNES SECAS NA VILA DE SANTA CRUZ DO ARACATI
(c.1690-c.1802)**

Leonardo Cândido Rolim

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

2012

R748t Rolim, Leonardo Cândido.

Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802)
/ Leonardo Cândido Rolim.-- João Pessoa, 2012.

245f.

Orientador: Mozart Vergetti de Menezes

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Historiografia. 2. Cultura Histórica. 3. Dinâmica social – Aracati. 4. Comércio – produção - carnes secas – Séc. XVIII. 5. Vila de Santa Cruz – Aracati – dinâmica social - comércio.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

**“TEMPO DAS CARNES” NO SIARÁ GRANDE:
DINÂMICA SOCIAL, PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE
CARNES SECAS NA VILA DE SANTA CRUZ DO ARACATI
(c.1690-c.1802)**

Leonardo Cândido Rolim

Dissertação de mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mozart Vergetti de Menezes
Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Pedro Luis Puntoni
Programa de Pós-graduação em História Econômica e Programa de Pós-graduação em
História Social – Universidade de São Paulo
Examinador Externo

Prof. Dr. João Azevedo Fernandes
Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Convidado

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos
Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves
Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

Capa: Ilustração de Domingos Cruz Linheiro. *Santa Cruz do Aracati do Porto dos Barcos*. In: COSTA, Antonio Carlos Campelo. **Desenhos:** Arquitetura Antiga do Ceará. / Antonio Carlos Campelo Costa, Domingos Cruz Linheiro, Nearco Barroso Guedes de Araújo. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2003. (Cadernos de Arquitetura Cearense; v. 2). p. 56-57.

*(...) E o que foi feito é preciso conhecer
para melhor prosseguir;
falo assim sem tristeza,
falo por acreditar
que é cobrando o que fomos
que nós iremos crescer!*

O QUE FOI FEITO DEVERA

Milton Nascimento e Fernando Brant

In: *Clube da Esquina 2*. Rio de Janeiro: EMI-ODEON, 1978.

Dedico esta dissertação aos meus pais,
Marcelo e Keila, por tudo que me ensinaram
e por tornarem possível a “aventura paraibana”.

AGRADECIMENTOS

Os que me conhecem sabem que a mim é muito custoso expressar-me em poucas palavras. Por isso, os agradecimentos serão um tanto longos e não estarão em ordem de importância, embora talvez um pouco cronológica. Começando inclusive por professores de História que ainda no período escolar me marcaram, principalmente a Profa. Socorro Costa, Prof. Carlos David e o saudoso professor e amigo Hermes Bezerra (*in memorian*), a quem também dedico esta dissertação.

Devo aos meus professores de graduação da Universidade Federal do Ceará a formação no meu ofício de historiador. Agradeço especialmente às professoras Marilda Santana da Silva e Ivone Cordeiro Barbosa pela fundamental ajuda na elaboração do projeto que deu origem a essa dissertação. Minha formação intelectual passou, inevitavelmente, pelo professor Antônio Gilberto Ramos Nogueira, um exemplo de historiador por sua competência e dedicação ao nosso ofício. Não posso deixar de mencionar a excepcional professora de Antropologia e grande amiga Simone Simões Ferreira Soares, que sempre deu muita força. Além do professor Ireleno Benevides, do Departamento de Teoria Econômica, de quem fui aluno e a quem devo uma parcela do gosto que tenho pela História Econômica.

Agradeço muito ao professor Almir Leal de Oliveira, meu orientador durante a graduação e coordenador do projeto *Matar, salgar e navegar: as carnes secas do Ceará no mercado atlântico (século XVIII)* (CNPQ/PIBIC/UFC) do qual fui bolsista, que deu estímulo essencial para a pesquisa aqui empreendida, apontando em diferentes disciplinas da graduação os caminhos do Ceará colonial, sendo também um incentivador para que eu “saísse” do Ceará e me aventurasse em terras paraibanas.

Os membros do Grupo de Pesquisa em História do Ceará Colonial, Eudes Gomes, Guilherme Martins, Rafael Ricarte e João Paulo Peixoto dividiram discussões e textos importantes em minha formação. Ao amigo Carlos Rafael devo o acesso a várias fichas de catalogação das sesmarias do Jaguaribe e a Gabriel Nogueira agradeço a seção de documentação fundamental para a feitura deste trabalho.

No período da graduação foram muitos os amigos com quem dividi momentos importantes e com quem tenho muitas estórias para lembrar a cada reencontro: Pedro, Amanda, Hévila, Flávia, Felipe Evandro, Eduardo, Fabiano, Tiago, Wittor Hugo, Robertinho, Aramis, Jander, Moacir; E nesse momento agradeço especialmente a Eliezer, Daniel e Tiago Porto, que dividiram comigo, ainda na disciplina de História do Ceará I, as primeiras

preocupações acerca da *organização do trabalho nas oficinas de carne*, que hoje se transformaram nesta dissertação.

Aos professores da Universidade Federal da Paraíba devo um especial agradecimento, principalmente com os quem tive o prazer da convivência dentro e fora da sala de aula. Sou grato à Profª Regina Célia Gonçalves pelas melhores aulas de Teoria da História da minha formação, além de suas palavras de incentivo. Agradeço também ao Prof. Carlos André Cavalcanti por familiarizar-me com a historiografia sobre a Inquisição numa disciplina bastante profícua de discussão. Da UFPB sempre me lembrarei dos (as) professores (as) Solange Rocha, Regina Behar, Serioja Mariano, Vilma Barbosa, Raimundo Barroso, Damião Lima, Carla Mary Oliveira e Cláudia Cury, que em situações diversas estiveram presentes na minha estada na Paraíba. Devo especial agradecimento à Profa. Telma Fernandes, coordenadora do PPGH/UFPB, e ao Prof. Gustavo Acioli, pelo empenho em viabilizar a participação do Prof. Pedro Puntoni na banca de defesa. Agradeço ainda à Shara Medeiros, estagiária no PPGH/UFPB, que sempre se esforça em acelerar a burocracia.

Sou grato ainda às professoras Carmen Alveal (UFRN), pelo acesso à bibliografia d'Além Mar sobre as sesmarias, Helen Osório (UFRGS), que indicou trabalhos importantes sobre as charqueadas no Rio Grande do Sul, e Teresa Novaes Marques (UnB), pelo diálogo sempre profícuo. Sou grato também ao Prof. George Félix Cabral de Souza (UFPE), de quem fui aluno em uma disciplina cursada na Universidade Federal de Pernambuco, por apresentar uma vasta bibliografia sobre a América Espanhola, que era até então desconhecida.

Sou muito grato aos professores Pedro Puntoni (USP) e João Azevedo Fernandes (UFPB), examinadores da qualificação e membros da banca de defesa, pelos comentários e sugestões essenciais para o refinamento de nossas discussões e consequente aperfeiçoamento do trabalho final. Agradeço especialmente ao Prof. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB), com quem tive privilegiada interlocução sobre a pecuária e pela constante ajuda com livros que auxiliaram muito na elaboração desta dissertação, além de suas fundamentais observações na banca de defesa.

Agradeço muito ao Prof. Mozart Vergetti de Menezes, orientador deste trabalho, por tudo que fez por mim desde o início do mestrado, pelas críticas e sugestões desde os primeiros textos, que se constituíram na minha primeira experiência de escrita, e pela autonomia com que me deixou conduzir a pesquisa. Mas agradeço, ainda, por ele ter sido mais que orientador; na verdade um grande amigo de longas conversas e músicas que complementaram minha vida acadêmica na Paraíba, deixando-a bem menos árdua.

Devo muito também aos amigos que fiz na Universidade Federal da Paraíba. Agradeço aos 20 colegas da turma de mestrado, muito embora o curto espaço de tempo e as vidas de cada um tenham me aproximado mais de uns do que de outros, fazendo também com que convivesse com alunos de outras turmas. Enfim, a todos que tornaram minha vida na Paraíba sempre melhor: Fabíola, João Batista, Germana, Juliana, Márcio, Carla, Rafaela, Almair, Itacyara, Vânia, Queila, Mayara, Ana Luiza, Amanda, e também aqueles de quem acabei esquecendo. Agradeço ainda aos amigos (as) Nereida, João Paulo, Yamê, Bruno Cezar e João Aurélio, o famigerado “pessoal de colônia”. E agradeço especialmente à minha amiga Sylvia Brito e ao irmão que a Paraíba me deu, meu amigo Marcos Melo.

Devo uma lembrança especial à Olga Elis, Etelvina, Luisa, Laércio, Hailton, Lilo, e a todos os amigos do chorinho aos sábados na praça Rio Branco, pois estes, principalmente, me “forçavam” a lembrar que a vida não se resumia a escrita, leitura e seriedades da academia.

Agradeço muito a toda minha família pela torcida e força. Inclusive durante os curtos períodos em que estive em Fortaleza e que quando precisava de silêncio fui (às vezes) atendido pelo meu irmão, Rhaul. Aos meus padrinhos/mecenas Afonso e Marta por todos os livros e incentivos. À Priscilla e Thiago pelo auxílio na tradução dos resumos. Sou grato a Andréa pela revisão do texto.

Devo ao Seu Antero Pereira, grande historiador aracatiense, uma manhã de conversa e passeio pelo (a partir de agora “nosso”) Aracati. Sou grato também a todos que sempre estiveram na torcida pela conclusão deste trabalho. Aos muitos amigos de Parajuru, que sempre deram força, embora as tarefas acadêmicas tenham me afastado um pouco deles. Minhas colegas do DNOCS: Dra. Lúcia, Margarida, Vilma, Tica e Dorinha.

Agradeço aos brasileiros que pagam seus impostos e que através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) financiaram grande parte da minha estadia em João Pessoa, além de compra de livros e participação em Congressos e Seminários que foram fundamentais para a feitura deste trabalho.

E agradeço por último, mas justamente pela dimensão maior que tem este agradecimento, à Valderiza Menezes, a quem também dedico essa dissertação. Que soube entender os motivos da minha distância durante todo o período do mestrado.

Apesar de todos aqui citados terem influenciado na feitura do trabalho só a mim cabe a responsabilidade dos erros por ventura encontrados nas próximas páginas.

Enfim, terminei!

RESUMO

Este estudo tem como principal objeto de análise a dinâmica social da vila de Santa Cruz do Aracati, capitania do Siará Grande, durante a produção e o comércio das carnes secas no século XVIII. Empreendemos uma análise conjuntural da colonização dos sertões das *capitanias do norte do Estado do Brasil*, trabalhando com as bases da conquista: a conjuntura na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII, a distribuição de terras e a atividade pastoril. Sendo a carne seca um produto fundamental na questão do abastecimento interno e, durante muito tempo, essencial na manutenção das dinâmicas de circuitos regionais e locais, investigamos como se estabeleceu a produção e o comércio do gênero na vila do Aracati e, principalmente, como esta se projetou como um importante porto do sertão nas *capitanias do norte*. Analisamos ainda os casos de violência, crimes, assassinatos e roubos ocorridos na vila principalmente no chamado “tempo das carnes”, além de tentar investigar como se organizavam os trabalhadores livres e escravos no processo de feitura das carnes secas. E, por fim, perscrutamos a dinâmica comercial da vila, tentando recompor os circuitos e conexões mercantis tecidos na segunda metade do século XVIII, atentando também para a questão do consumo das carnes secas na América Portuguesa.

Palavras-chave: Aracati; carnes secas; comércio; dinâmica social; Império Português; produção.

ABSTRACT

This study has as the main analysis' focus the social dynamics of Santa Cruz do Aracati village, Siará Grande captaincy, during the production and commercialization of jerked meat in the XVIII century. We perform a conjunctural examination of the captaincies' hinterlands situated on the north of Brazil State, working with the conquest basis: the conjuncture on Pernambuco captaincy in the XVII century second half, the land distribution and the pastoral activity. Being the jerked meat a fundamental product in matters of internal supply and, during a lot of time, essential to maintain the dynamics of locals and regionals routes, we investigate how this gender production and commercialization had established in the Aracati village and, mainly, how it projected itself as an important hinterland's port in the north captaincies. We still analyze the violence cases, crimes, murders and thefts occurred in the village mainly during the called "meats age", besides of trying to investigate how the free workers and slaves organize themselves in the jerked meat manufacture process. And, at last, we scrutinize the commercial dynamics of the village, trying to recompose the mercantile routes and connections developed in the XVIII century second half, also paying attention to the jerked meat consumption on the Portuguese America subject.

Keywords: Aracati; jerked meat; social dynamics; Portuguese Empire; production; XVIII century.

RESUMÉ

Cet étude a comme principal objet d'analyse le dynamique social de la village de Santa Cruz d'Aracati, capitainerie du Siará Grande, pendant la production et le commerce des viandes séchées dans le XVIII^e siècle. Nous avons réalisé une observation en conjoncture de la colonisation du arrière-pays des capitaineries du nord d'État du Brésil, en travaillant avec les bases de la domination: le conjoncture dans la capitainerie de Pernambuco à la deuxième moitié du XVII^e siècle, la répartition de terres et l'activité pastoral. Étant la viande séchée un produit élémentaire à la question du approvisionnement interne et, pendant beaucoup de temps, essentiel pour l'entretien les dynamiques des routes régionaux et locaux, nous avons fait des investigations sur comment a s'établi la production et le commerce du genre dans la village d'Aracati et, principalement, comment laquelle s'a projet comme un important port du "sertão" aux capitaineries du nord. Encore, nous avons analysé les cas de violence, crimes, meurtres et vols qu'ont succédé dans la village, principalement au appelé "période des viandes", au-delà de essayer faire des investigations comment s'avaient organisé les travailleurs libres et esclaves au procès de fabrication des viandes séchées. Et, enfin, nous avons examiné la dynamique commercial de la village, en essayent de recomposer les circuits et connections mercantiles succédés dans la deuxième moitié du XVIII^e siècle, et, aussi, en abordant la question du consommation des viandes séchées à l'Amerique Portugaise.

Mots-clés: Aracati ; viandes séchées ; commerce; dynamique social ; empire portugais ; production ; XVIII^e siècle.

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

AHU-CE: Arquivo Histórico Ultramarino: Documentos Manuscritos Avulsos – Capitania do Ceará

AHU-PE: Arquivo Histórico Ultramarino: Documentos Manuscritos Avulsos – Capitania de Pernambuco

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEC: Arquivo Público do Estado do Ceará

APEC/CCL: Arquivo Público do Estado do Ceará/ Cartório Costa Lima

WIC: West Indie Compagnie (Companhia das Índias Ocidentais)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de Sesmarias na capitania do Siará Grande	40
Tabela 2: Doações de sesmarias na capitania do Siará Grande	46
Tabela 3: População da área monopolizada pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1762-1763)	130
Tabela 4: População da capitania de Pernambuco e suas anexas (1762-1782)	132
Tabela 5: Sistematização do <i>Livro de Registro de Entrada dos Barcos</i> – Intervalo 1: Entrada de sal e saída de carnes secas	167
Tabela 6: Sistematização do <i>Livro de Registro de Entrada dos Barcos</i> – Intervalo 2: Entrada de sal e saída de carnes secas	167
Tabela 7: Origem das embarcações que deram entrada no porto do Aracati (1767-1802)	175
Tabela 8: Destino das embarcações que saíram do porto do Aracati (1767-1802)	176
Tabela 9: Sistematização do movimento dos barcos no porto da vila do Aracati (Entrada de sal, saída de carnes, <i>efeitos</i> ou <i>gêneros</i> da terra e couros)	179
Tabela 10: Fluxo mercantil nos registros da Capitania de Minas Gerais – 1755	189

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Vilas do Siará Grande e suas populações	135
Quadro 2: Sistematização das informações dos <i>Livros de Notas do Tabelião</i> (1778-1779) / (1788-1790)	138

Quadro 3: Saída de carnes secas, <i>gêneros</i> ou <i>efeitos</i> da terra e couros	178
--	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da costa do Brasil entre as capitanias de Pernambuco e Ceará	11
Mapa 2: Caminhos de penetração pelo “sertão de fora” e “sertão de dentro”	21
Mapa 3: As ribeiras do Siará Grande e seus principais rios	43
Mapa 4: Vilas criadas no Siará Grande entre 1700-1802	88

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Sumaca	170
-----------------------------	-----

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO 1: “Matar, salgar e navegar”	1
2. CAPÍTULO 2: Conquista e colonização do Siará Grande: homens, armas e gados	8
2.1 Política e economia na capitania de Pernambuco em meados do século XVII	9
<i>2.1.1 Antecedentes dos conflitos nos sertões</i>	11
<i>2.1.2 Olinda x Recife: consequências da disputa para a conquista do sertão</i>	16
<i>2.1.3 Uma batalha a cada ribeira: as guerras contra os bárbaros</i>	22
2.2 A política de doação das sesmarias no sertão	30
<i>2.2.1 O sistema sesmarial na metrópole e na América Portuguesa</i>	31
<i>2.2.2 Os combatentes das guerras contra os bárbaros e suas recompensas</i>	35
<i>2.2.3 A doação das sesmarias na ribeira do Jaguaribe</i>	42
2.3 “Ao passo do gado”: atividade pastoril e colonização do Siará Grande	48
<i>2.3.1 A pecuária na historiografia</i>	49
<i>2.3.2 Projetos coloniais e “expulsão” do gado para o sertão</i>	53
<i>2.3.3 As relações de trabalho na pecuária</i>	60
<i>2.3.4 Os “caminhos do gado”: pecuária e comércio</i>	64
3. CAPÍTULO 3: “Tempo das carnes” no Siará Grande	67
3.1 O declínio do comércio do gado em pé e a salga das carnes	68
3.2 Um “porto do sertão” no Siará Grande: a fundação da vila de Santa Cruz do Aracati	77
<i>3.2.1 A criação das vilas no Siará Grande</i>	78
<i>3.2.2 De “porto dos barcos” à Vila: o processo de criação da Vila do Aracati</i>	87
3.3 A Vila de Santa Cruz do Aracati no “tempo das carnes”	95
<i>3.3.1 O “tempo das carnes”: homens, bois e tensões sociais</i>	96

3.3.2 <i>Dinâmica social na vila: roubos, assassinatos e outros crimes</i>	100
3.3.3 <i>A Câmara e as disputas de poder</i>	112
3.3 As oficinas ou salgadeiras: trabalho livre e escravo na produção das carnes secas	124
3.4.1 <i>As oficinas de carnes ou salgadeiras</i>	124
3.4.2 <i>Trabalho livre e trabalho escravo no Siará Grande</i>	128
3.4.3 <i>Trabalhadores escravos e livres nas oficinas de salga</i>	136
3.4.4 <i>A estância gaúcha: apontamentos comparativos entre as oficinas de salga e as charqueadas</i>	146
4. CAPÍTULO 4: Comércio e consumo de carnes secas: redes mercantis, abastecimento e alimentação	152
4.1 Análises possíveis do “negócio das carnes secas”: do Antigo Sistema Colonial às relações centro-periferia no Império Português	153
4.1.1 <i>Antigo Sistema Colonial e mercado interno</i>	154
4.1.2 <i>“Centro e periferia” na historiografia colonial</i>	156
4.2 Circuitos e conexões mercantis envolvidos no comércio das carnes secas do sertão	163
4.2.1 <i>O abastecimento de sal para as oficinas</i>	164
4.2.2 <i>Comércio de carnes secas na América Portuguesa I: circuitos mercantis nas capitanias do norte</i>	169
4.2.3 <i>Comércio de carnes secas na América Portuguesa II: conexões mercantis com outras partes da América Portuguesa</i>	187
4.2.4 <i>O outro lado do Atlântico: o comércio das “carnes do sertão” e sua relação com o tráfico de escravos</i>	192
4.3 O consumo das carnes secas: abastecimento e alimentação na América Portuguesa	194
4.3.1 <i>Abastecimento e alimentação na colônia</i>	194
4.3.2 <i>Os relatos de viajantes</i>	199

5. Considerações Finais	204
6. Fontes e Bibliografia	207
1) <i>Relação de Fontes</i>	207
2) <i>Referências Bibliográficas</i>	213
7. Anexo	226
<i>Anexo 1: Quadro de medidas lineares</i>	226
<i>Anexo 2: Quadro de medidas agrárias</i>	226
<i>Anexo 3: Quadro de medidas de capacidade para grãos e artigos secos</i>	227
<i>Anexo 4: Quadro de medidas de peso</i>	227

CAPÍTULO 1

“Matar, salgar e navegar...”

(...) no cazo q'se crie a Vila que verá a ser a corte deste Seara em brevez annos por ficar nas margens do rio Jaguaribe navegável as mesmas somacas em distancia de três legoas e de facto ao seo porto todos os annos vinte sinco e mais q a troco de fazendas que trazem levam a carne e courama de dezoito até vinte mil boys (...) ¹.

Desde meados da década de 1740 o Ouvidor-Geral da capitania do Siará Grande ², Manuel José de Farias, já alertava sobre a necessidade de se criar uma vila na região próxima ao povoado chamado *São José do Porto dos Barcos* ³. Naquele *porto do sertão*, localizado três léguas acima da foz do rio Jaguaribe, funcionavam oficinas de salga de carnes. O produto destas “fábricas”, as carnes secas e salgadas, era comercializado com os mestres de embarcações que ali desembarcavam com itens secos e molhados, fazendas, panos, azeite, vinho, aguardente, farinha, etc. vindos, geralmente, das principais praças de comércio da América Portuguesa.

O rápido crescimento do povoado, o aumento populacional e os pedidos recorrentes para que se instalassem um juiz ordinário e um escrivão no chamado “tempo das carnes”, que geralmente durava oito meses, fez com que fosse fundada, em fevereiro de 1748, a vila de Santa Cruz do Aracati. Após a criação da vila, principalmente em consequência dos impostos cobrados aos donos de embarcações, o comércio de carnes secas certo abalo. Todavia, em menos de dez anos, novamente o Aracati era escala de negociantes das praças do Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Luiz, Belém, as mais importantes da América Portuguesa.

A partir da fabricação desse produto e da evidente supremacia econômica na região, a vila do Aracati tornou-se um centro regional para onde seguiam mascates que lá adquiriam produtos e vendiam nos sertões. Até mesmo os sertões de outras capitanias, como do Rio Grande e da Parahyba, tinham no porto do Aracati sua entrada para gêneros importados de outras praças, inclusive do reino.

¹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 304. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe.

² Em nosso texto, optamos por utilizar a forma Siará Grande (sem aspas ou destaque) para designar a capitania doada a Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor do Brasil, em 1535. Na documentação o nome da capitania possui diferentes grafias, mas entendemos que a forma Ceará, Seara ou Siará, designa, na maior parte das vezes, a região no entorno do rio que possui o mesmo nome, localizado aproximadamente no centro do litoral cearense.

³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 304. *Op. Cit.*

O cotidiano da vila, portanto, girava quase o ano inteiro em torno da fabricação e do comércio das carnes, além da venda de gêneros trazidos nas embarcações. A entrada de vaqueiros e seus *cabras* tangendo bois, o movimento de embarcações no porto e a chegada de habitantes dos sertões para trabalharem nas oficinas de salga dinamizavam a vila.

No ano de 1789, D. Tomás José de Melo, então governador de Pernambuco, comunicou ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a proibição da matança de gados nos portos do Assu e Mossoró, localizados na capitania do Rio Grande do Norte. O governador declarou dois motivos para a interdição destas oficinas: primeiro alertou para a falta de gado vivo, tanto para suprir de carnes frescas a praça do Recife como para mover as *fábricas de engenhos*; alegou ainda ser suficiente a produção que saía do porto da vila de Santa Cruz do Aracati, no Siará Grande, para prover o Recife e a cidade de Salvador de carnes secas ⁴.

Até aqui a historiografia sobre o tema, que se restringe, basicamente, às obras *As oficinas de carnes do Ceará* e *As oficinas ou charqueadas no Ceará* de Geraldo Nobre (1977) e Valdelice Girão (1984), respectivamente, trataram a questão da produção e do comércio das carnes secas numa perspectiva local. Não puseram em questão a dimensão deste negócio das carnes secas e as redes comerciais tecidas por interesses no abastecimento do gênero nas principais praças do Estado do Brasil. À época os estudos não possuíam a pretensão de inserir os sertões do Siará Grande na dinâmica do Império Ultramarino Português, nem tampouco grande parte da documentação utilizada nesta pesquisa estava disponível. É impossível negar a importância desses estudos para a historiografia local. Pode-se até mesmo entender as obras citadas como caminhos que “necessariamente” tiveram que ser percorridos para um entendimento mais completo do “negócio das carnes secas” no Siará Grande.

Destarte, nosso estudo se concentrará nas dinâmicas sociais da vila de Santa Cruz do Aracati no período de produção e comércio das carnes secas. Além disso, o trabalho livre e escravo nas oficinas de salga também serão problematizados. As redes que foram tecidas a partir do comércio das carnes também serão perscrutadas na tentativa de recompor alguns dos circuitos e conexões mercantis da América Portuguesa. Da mesma forma a questão do abastecimento e da alimentação na colônia será trabalhada no sentido de ressaltar o consumo das carnes secas.

⁴ AHU_ACL_CU_015, Cx. 169, D. 11956. AHU-PE: OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a proibição da matança do gado nos portos de Mossoró e Açú, deixando livre os da vila de Aracati, suficiente para o abastecimento da dita capitania e da Bahia.

*

Nossa escolha por investigar as relações sociais que se davam no Aracati no chamado “tempo das carnes”, isto é, no período de produção e comercialização das carnes secas, se justifica pela relevância da vila no abastecimento deste gênero no mercado colonial. Podemos inferir tal importância a partir de diferentes fontes da época que, mesmo antes da fundação da vila, já faziam referência àquele porto e que serão apresentadas no decorrer do texto. A quantidade de documentação que se remete ao Aracati também ajudou na opção, pois sendo criada a vila antes da primeira metade do século XVIII, chegaram até nós fontes mais numerosas do que relativas às oficinas que funcionaram na ribeira do Acaracu no oeste da capitania do Siará Grande, por exemplo.

Nesse sentido também podemos destacar a peculiaridade do Aracati como um *centro* de comércio na região da ribeira do Jaguaribe, além de relacionar-se com sertões do Rio Grande e da Parahyba, formando assim uma zona de influência econômica que se enraizava a partir de seu porto dos barcos. Dito de outra forma, a dinâmica da vila do Aracati mobilizava populações de localidades diferentes que se encaminhavam em direção à sua praça de comércio para fazer negócio.

Nossas opções de recorte temporal também devem ser justificadas. Os anos próximos ao de 1690 justificam-se por, basicamente, dois motivos: primeiro, estão inseridos no contexto de retomada dos conflitos na fronteira que se formara na região do Açu, capitania do Rio Grande, que foram decisivos para a empresa colonizadora que logo chegaria à ribeira do Jaguaribe⁵; segundo, o crescimento de doações de terra no Jaguaribe e seus afluentes só se deu de forma efetiva a partir de 1705, isto é, na esteira dos conflitos que se ocorreram na década de 1690. Os arredores do ano de 1802 explicam-se pelo término de uma de nossas fontes essenciais, o *Livro de Registro dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati*, além de situarem um período em que o negócio das carnes secas já não representava quase nada na pauta de exportação do porto do Aracati, pois a cultura algodão crescera de forma a suplantiar a atividade pastoril.

Dessa forma, concentramos o recorte no período que vai da efetiva conquista dos sertões, ou seja, as doações de sesmarias e o crescimento da atividade pastoril, à época da produção e comércio de carnes secas durante boa parte do século XVIII. A conjuntura política

⁵ De acordo com Pedro Puntoni (2002, p. 124) “Apesar da dificuldade que o historiador tem em fixar exatamente o início desse conjunto de conflitos, a maior parte da documentação insiste em notar que a partir dos primeiros meses de 1687 assistia-se à retomada dessas revoltas e levantes que conduziram, em movimento ascensional, a um estado de conflagração generalizada”.

e econômica da capitania de Pernambuco, analisada no tópico 1.1, fica, de certa forma, fora do recorte, pois nos serve para situar o leitor no contexto da colonização dos sertões das *capitanias do norte* do Estado do Brasil, isto é, logo após a definitiva reconquista em 1654.

*

As fontes que foram perscrutadas neste trabalho fazem parte, basicamente, dos acervos de duas instituições. Os livros contendo as *Datas de Sesmarias do Ceará*, disponibilizados digitalmente em 2 CD-ROOM, estão sob guarda do acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará e serviram para analisar a distribuição de terras na ribeira do Jaguaribe e como se montou a unidade base da atividade pastoril nos sertões, o curral. A vasta documentação do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco*, principalmente os Documentos Manuscritos Avulsos referentes às capitanias de Pernambuco e Ceará depositada no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, foi essencial na discussão sobre a fundação da vila do Aracati, criação de gado nos sertões, disputas por mão de obra indígena, além de ajudar a recompor alguns circuitos mercantis do Estado do Brasil.

Todavia, as fontes que destacamos são as que se encontram no fundo *Cartório Costa Lima* do Arquivo Público do Estado do Ceará. Esta documentação, que é inédita, atualmente está interditada e passando pelos processos de identificação e de feitura de um inventário. Esse cartório é o 1º Ofício da cidade do Aracati e nele estavam depositados vários *Livros de Nota do Tabelião*, além de um pedaço de livro de assentos de escravos, alguns inventários, fragmentos de livros contendo cartas de alforria, autos de devassa, etc. É uma massa documental volumosa que dará frutos a muitos trabalhos. No caso do nosso estudo fizemos uso prioritariamente de documentos que estavam relacionados ao cotidiano da vila e à presença de escravos entre a população.

Além dessas fontes, utilizamos ainda relatos de viajantes para apreendermos a visão de estrangeiros sobre a violência nos sertões, além de atestar o disseminado consumo das carnes secas na colônia.

É digno de nota também que a referência das fontes, exceto dos viajantes, encontram-se em notas de rodapé, na tentativa de facilitar a compreensão do leitor, pois alguns poucos documentos estão disponíveis em publicações dos séculos XIX e XX, o que poderia confundir a leitura do texto.

*

Tornam-se também necessários alguns esclarecimentos metodológicos. Primeiro a separação das sílabas nas citações de documentos, quando no manuscrito da época se emendavam as letras. Em acordo com orientador resolvemos por separá-las e tornar a leitura menos penosa, pois o esforço de transcrição e leitura dos originais deve ficar a cargo do pesquisador. Também optamos por utilizar a grafia dos nomes geralmente usados para designar as capitanias no século XVIII: Siará Grande, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande e Piauhí.

Além disso, o uso do termo *carne seca* sempre que nos referimos ao produto das oficinas de salga. Ao contrário da quase totalidade dos trabalhos que se debruçaram (ou que apenas se referiram) sobre a produção e o comércio do gênero no Aracati pensamos que não identificando em nenhum documento o termo *charque* e tendo conhecimento de que este termo remete ao idioma *quíchua*, mais próximo ao sul do Brasil, achamos por bem tratar o gênero da forma que aparece nas fontes (carne seca, carne salgada, carne do sertão, carne do Ceará ou ainda carne de Pernambuco).

A utilização de mapas tornou-se fundamental para o leitor ter uma perspectiva visual de algumas situações históricas, como o avanço da conquista nos sertões e o processo de criação de vilas no Siará Grande. Tendo em vista o difícil acesso à cartografia da época, utilizamos recursos tecnológicos na área de geoprocessamento que nos ajudaram a confeccionar mapas temáticos para esta dissertação. Em virtude da tecnologia utilizada, aparecem nos mapas os limites dos atuais estados da federação. Todavia esclarecemos ao leitor que os limites e as fronteiras durante o período colonial sempre foram incertos e bastante imprecisos, sendo motivos de disputas, como se verá em algumas páginas deste trabalho.

É imprescindível ressaltar nossa predileção a uma metodologia no campo da História que preza pelo diálogo com fontes. O debate historiográfico também está presente ao longo do texto, pois procuramos, na medida do possível, situar o leitor na discussão bibliográfica de cada tema e dos assuntos tratados em nosso estudo. Quando à questão da chamada “teoria pura” ou uma pretensa inflexão teórica, pensamos que o ofício de escrever dialogando com as fontes já é a concretização teórica na própria prática historiográfica.

*

As questões que permeiam esta pesquisa se iniciaram ainda em nossa graduação, cursando a disciplina de História do Ceará I, no quarto período. Naquele momento, nosso interesse era a “divisão do trabalho nas oficinas de carnes” do Aracati. Após o ingresso como bolsista de Iniciação Científica no projeto *Matar, salgar e navegar: as carnes secas do Ceará no mercado atlântico (séc. XVIII)*, coordenado pelo Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira, nossas leituras e o contato com a documentação ampliaram o objeto para o tema do trabalho em perspectiva mais abrangente. Passamos então a discutir a existência de trabalhadores livres e/ou escravos nas oficinas, tendo em vista as amarras impostas pela historiografia cearense para as investigações sobre o trabalho escravo no período colonial, isto é, a negação deste.

Em meados do ano de 2009, quando preparávamos o projeto para a seleção do mestrado, o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) recebeu através de doação a documentação do Cartório Costa Lima da cidade de Aracati relativa aos séculos XVIII, XIX e início do XX. Identificada e inventariada boa parte da documentação procedemos a sua digitalização nos meses de janeiro e fevereiro de 2010, tendo em vista a precariedade da guarda destes documentos no APEC. Mas a massa documental se apresentou demasiada extensa e variada, abrindo possibilidades diferentes para a pesquisa. Assim, buscamos sistematizar os itens que mais se aproximavam de uma temática da história econômica e social no intuito de tornar a pesquisa objetiva e possível de empreender. Não chegamos a utilizar 15% das fontes disponíveis do Cartório Costa Lima nesse trabalho.

Assim, ingressamos no curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2010 com o projeto *Dinâmica social na Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos na produção e comercialização das carnes secas e couros (1746-1802)*. Depois do primeiro semestre de leituras e pesquisa com fontes resolvemos, mais uma vez, ampliar nosso objeto para uma discussão que perpassasse a questão do cotidiano da vila durante a produção e o comércio de carnes secas, todavia sem esquecer o tema inicial: o trabalho.

Durante as agruras da primeira experiência em escrever um texto longo, algumas ideias foram surgindo a partir de leituras e orientações, e a estrutura da dissertação foi se preenchendo. Após o exame de qualificação e a certeza de que estávamos no rumo certo, procuramos desenvolver a parte principal da dissertação com qualidade dentro das limitações de tempo que se impuseram. Chegamos então ao texto final esperando corresponder às expectativas criadas.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo este primeiro, *Matar, Salgar e Navegar*, a introdução do trabalho. No capítulo dois buscamos entender em que contexto se deu a ocidentalização da conquista a partir das vilas do litoral açucareiro, durante a segunda metade do século XVII, que é fundamental para problematizarmos como foi empreendida a política de doação de sesmarias no sertão e as motivações que levaram a atividade pastoril para o interior do continente – tudo isso em meio a uma duradoura e sangrenta guerra contra os índios chamados *tapuia*, até então os habitantes das terras.

No terceiro capítulo concentra-se a discussão sobre a produção das carnes secas e a dinâmica social que estava relacionada direta ou indiretamente ao trabalho nas oficinas no “tempo das carnes”. Analisaremos de início a queda no comércio de gado vivo no litoral e a salga das carnes no sertão, além de tentar entender como se deu a fundação da vila de Santa Cruz do Aracati. Chegamos, assim, à discussão central sobre a dinâmica social na vila no período de fabricação de carnes secas, além de problematizarmos o trabalho nas oficinas, isto é, uma pretensa divisão, hierarquização e especialização entre trabalhadores livres e escravos.

No quarto e último capítulo completaremos a “trajetória” das carnes secas, investigando sua comercialização no atlântico português. Utilizando e problematizando as noções de circuitos, redes e conexões mercantis, faremos uso das fontes disponíveis para tentar recompor as rotas de comércio do gênero com as praças do Recife, Salvador, Rio de Janeiro, portos da África, além de pesquisar a possível chegada de carne seca do Aracati nas Minas Gerais.

Enfim, esta dissertação tem o intuito de contribuir para a historiografia na medida em que retorna ao tema das carnes secas no período colonial fazendo uso de novas abordagens, fontes já perscrutadas e inéditas, diálogo com autores clássicos e outros menos conhecidos. Fazamos, então, nosso percurso pela história do Ceará colonial através do tema das carnes secas.

CAPÍTULO 2

Conquista e colonização do Siará Grande: homens, armas e gados

Os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas para o fornecimento das fábricas dos engenhos (...)

André João Antonil (1982, p. 200).

A conjuntura histórica que se delineou em Portugal e nas suas possessões ultramarinas ao longo do século XVII e início do século XVIII envolveu, ora diretamente ora indiretamente, as chamadas *Capitanias do Norte do Estado do Brasil*. Acreditando que a contextualização é um fundamental e importante passo para desenvolver uma pesquisa no campo da história, iremos neste capítulo empreender uma análise de pontos que julgamos ser essenciais para a investigação que será empreendida acerca do nosso objeto. A citação do livro *Cultura e Opulência do Brasil* que abre este capítulo faz referência justamente a este período. Escrito nos primeiros anos do século XVIII, o livro faz minuciosa, embora muitas vezes mal fundamentada, descrição da situação de conquista e colonização do Estado do Brasil naquele momento. E é sobre este período que o presente capítulo se debruçará, tentando situar a colonização do Siará Grande na situação história da capitania de Pernambuco.

No primeiro tópico deste capítulo, iremos contextualizar as motivações sociais que envolveram a conquista e a colonização dos sertões das *capitanias do norte*, analisando os interesses político-econômicos que as cercaram, principalmente no âmbito da capitania de Pernambuco recém restaurada, isto é, na segunda metade do século XVII. Em seguida, faremos a problematização da política de doação de terras nos sertões através da concessão de sesmarias aos colonizadores, começando pelas origens do sistema sesmarial ainda em Portugal, passando pela sua transferência para a colônia na América e verificando a partir das fontes como as doações se processaram nos sertões do Jaguaribe, na capitania do Siará Grande. No último tópico, analisaremos de que forma a atividade de criação do gado *vacum* influenciou na conquista dos sertões do Siará Grande, perscrutando uma possível visão da ocidentalização da conquista como um *projeto colonizador* para o interior do continente. Dito de outra forma, pretendemos entender como se deu a expansão da fronteira oeste do Estado do Brasil em direção à outra parte dos domínios portugueses na América, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, sob a ponta de lança da atividade pastoril.

2.1 Política e economia na capitania de Pernambuco em meados do século XVII

O período posterior à ocupação holandesa em Pernambuco tem características e consequências fundamentais para a conjuntura que envolve a conquista e a colonização dos sertões das *capitanias do norte* do Estado do Brasil ⁶. Nessa perspectiva, a capitania do Siará Grande se caracterizou como paragem distante e região de fronteira ⁷. Além do Siará Grande, a capitania do Rio Grande foi uma região que sofreu diretamente as consequências das guerras de expulsão dos holandeses. Toda a região do interior do continente compreendida ao norte do rio São Francisco até os sertões do Siará Grande, na fronteira com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, sofreram implicações diretas das políticas empreendidas pela Coroa Portuguesa associadas aos interesses dos homens de negócio da praça do Recife, em sua maioria portugueses, em relação à capitania de Pernambuco, na situação histórica que se delineou após a definitiva expulsão dos holandeses em 1654.

No dizer de Evaldo Cabral de Mello, a segunda metade do século XVII “foi verdadeiramente o tempo do ressentimento” (MELLO, 2001, p. 44) entre os luso-brasileiros moradores da capitania de Pernambuco. Este historiador elenca fatores que desencadearam o descontentamento dos “pernambucanos” reconquistadores com as atitudes da Coroa, principalmente relacionadas às recompensas da guerra contra Holanda. A promessa de mundos e fundos revelou-se enganadora, tendo em vista inclusive a situação financeira dos monarcas lusos após a restauração do trono e a separação de Portugal do reino de Castela (Espanha) em 1640. Os homens de armas que lutaram na reconquista da capitania de Pernambuco “julgavam-se insuficientemente premiados” desde chefes do exército até os “oficiais subalternos e soldados rasos, remunerados com modestos aumentos de soldo e com datas de terras em lugares ínvios” (MELLO, 2001, p. 44).

Além da dita má recompensa, outro fator concorreu para o “descontentamento pernambucano”: a pesada carga fiscal sobre o açúcar. Os tributos criados em tempos de guerra foram ampliados e outros se seguiram para custeio da recuperação do parque produtivo, da defesa da capitania, das disputas e das guerras que envolviam somente a Metrópole no âmbito da política europeia, além do pagamento de dote para a princesa portuguesa casar-se com um príncipe inglês, entre outros. Dessa forma, os senhores de engenho tiveram de se contentar

⁶ Essas capitanias são basicamente: Pernambuco, Parahyba, Rio Grande, Itamaracá e Siará Grande.

⁷ Até o ano de 1656, a capitania do Siará Grande fez parte do Estado do Maranhão. A partir do último quartel do século XVII (em ano que não sabemos exatamente) foi anexada à capitania de Pernambuco, conseguindo sua desanexação apenas em 1799.

com hábitos de ordens militares que não traziam vantagem financeira alguma, em que pese o *status* que certos postos militares davam em uma sociedade que possuía certos valores culturais baseados no barroco ibérico e no Antigo Regime.

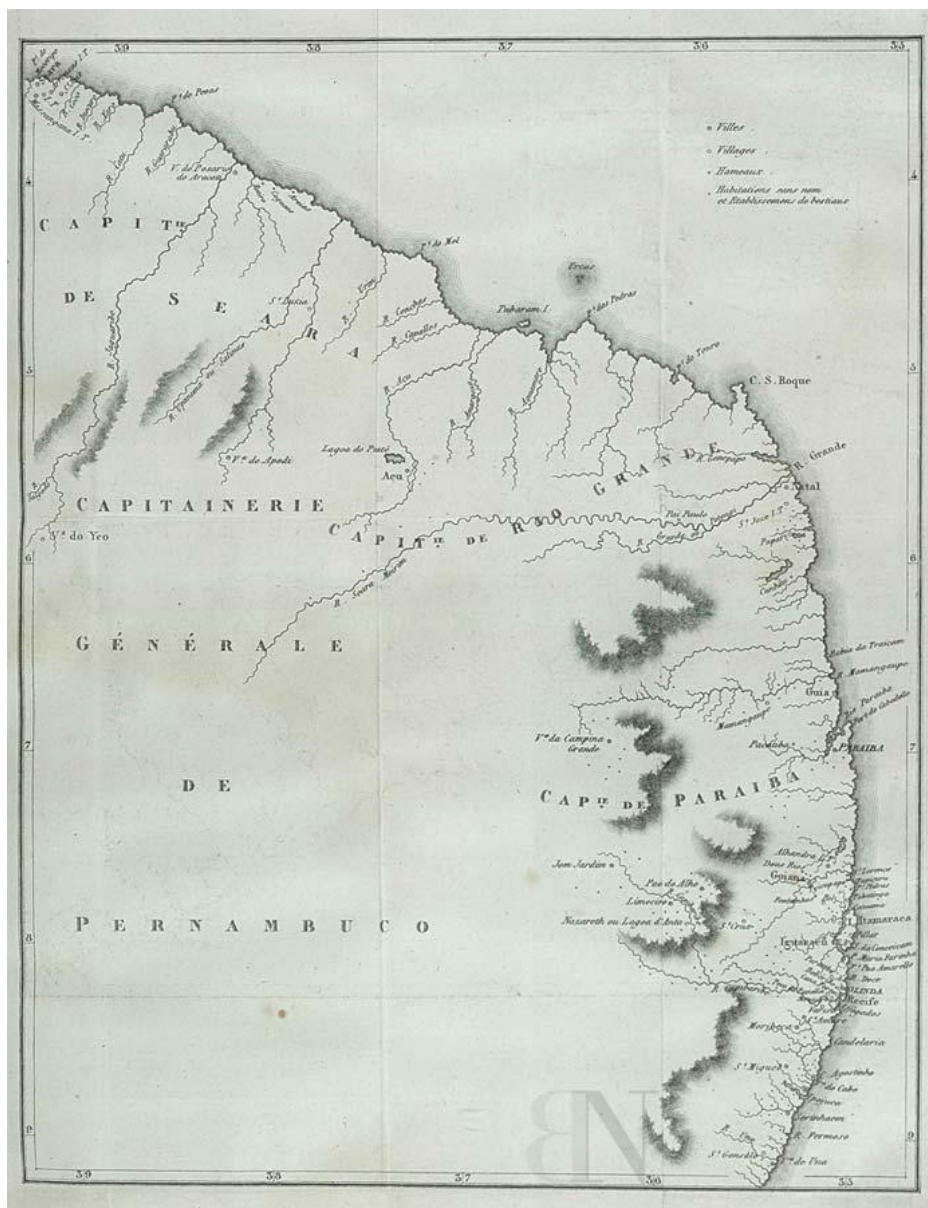
Nesse sentido, o descontentamento pessoal e perdas financeiras transmutaram-se em *nativismo*, no dizer e perspectiva de Evaldo Cabral de Mello (2008, p. 61-87). O uso de cartas, requerimentos e ofícios, dando conta do que fora gasto pelos homens da terra, de nada adiantavam e não comoviam os funcionários régios em Lisboa. Tornara-se repetitivo dizer que a restauração fizera-se “a custa do nosso sangue, vida e fazendas”, e foi justamente deste argumento que se constituiu o “tópico fundador do discurso nativista” (MELLO, 2001, p. 42) em Pernambuco.

Dessa forma, podemos inferir que as tramas que se constituíram após as últimas batalhas da expulsão dos holandeses possuem estreita ligação com nosso objeto de estudo. O interesse pelas terras do sertão foi despertado entre as elites da capitania de Pernambuco. A empresa da conquista do interior da capitania não foi nem um pouco fácil, pois gerou conflito direto com certo elemento indígena até então “indesejado” entre os portugueses: o *tapuia*. Este termo designa, como veremos à frente mais detidamente, a contraposição aos índios *tupi*, habitantes do litoral. Segundo Ricardo Medeiros (2000, p. 96),

Os grupos Tupi que habitavam o litoral das capitanias do Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia, após serem contatados, ou foram dizimados e escravizados, ou se aliaram aos portugueses e se aldearam junto aos enclaves portugueses, passando a fazer parte da sociedade colonial. São estes índios que vão participar da conquista do litoral, das lutas contra os franceses e holandeses e das entradas contra os povos indígenas do sertão e contra os quilombos.

Nessa empresa de conquista e colonização, foram utilizadas diferentes tropas militares (pagas e auxiliares) e diversas táticas de guerra contra este “gentil bárbaro”, de língua travada, que não se curvava facilmente diante do colonizador, fosse pela cruz ou pela arma. Essa situação histórica foi chamada de *post bellum* pelo historiador Evaldo Cabral de Mello, em referência ao período “bélico” de constantes lutas e escaramuças em terras pernambucasas, tendo como contrapartida o período anterior à invasão, isto é, o *ante bellum*. O mapa a seguir produzido para a edição francesa de *Travels in the Brazil* de Henry Koster, do início do século XIX, representa a capitania geral de Pernambuco, as capitanias (na época da feitura do mapa já autônomas) da Parahyba e do Siará Grande e a capitania do Rio Grande, ainda anexa a Pernambuco.

MAPA 1: Mapa da costa do Brasil entre as capitanias de Pernambuco e Ceará



Fonte: Voyages dans la partie Setentrionelle du Brésil depuis 1809 jusqu'en 1815, comprenant les province de Pernambuco, Fernambouco, Seara, Paraiba, Maragnan, etc. / Par Henry Koster ; traduit de l'anglais Par M. A. Jay. – A Paris : Chez Delaunay, Libraire, 1818. – Tomo Premiere. [Mapa inserido entre p. 72-73]⁸.

2.1.1 Antecedentes dos conflitos nos sertões

Ao fim dos 24 anos de ocupação holandesa Pernambuco estava devassado. A outrora capitania Duartina transformara-se em régia. Durante este período (1630-1654) não houve paz

⁸ Mapa da costa do Brasil entre as capitanias de Pernambuco e Ceará / Henry Koster. – Escala [ca. 1:2.900.000, entre S 4°-S 7°]. Disponível em: <http://purl.pt/103/1/catalogo-digital/registo/210/210.html>. Consultado em 31/01/2012.

ou descanso, com exceção do período de governo do Conde de Nassau, entre 1637 e 1644, e mesmo assim há quem conteste tal afirmação ⁹. Ao contrário, batalhas sangrentas e períodos de paz precária caracterizaram o tempo em que a poderosa Companhia das Índias Ocidentais (WIC) empreendeu tentativas de dominação sobre a produção e o comércio do açúcar nas possessões portuguesas na América. Quando da rendição holandesa e consequente retomada do controle pela Coroa Portuguesa, a partir da nomeação de Francisco Barreto de Menezes para governador da nova capitania régia, uma nova estrutura administrativa foi sendo montada e novos projetos de colonização foram sendo pensados e discutidos pelo monarca e pelas instituições lisboetas que cuidavam dos negócios do ultramar.

Não cabe aqui uma profunda discussão das disputas geradas em torno da montagem dessa nova estrutura administrativa em Pernambuco. Analisaremos somente fatores que contribuíram para as guerras e batalhas travadas nos sertões da capitania e a política de doações de terras que se seguiram aos conflitos. Com esse intuito, devemos pontuar certas tramas políticas, sociais e econômicas que desencadearam requerimentos, cartas e ofícios trocados entre os diversos membros da administração régia dos dois lados do Atlântico que foram traçando os movimentos do – e em direção ao – sertão.

Fato é que a capitania de Pernambuco não era a mesma do período holandês, tampouco a de inícios do século XVII, no período *ante bellum*. As batalhas e escaramuças travadas entre os vários combatentes luso-brasileiros (entre eles índios e negros) e holandeses devastaram as plantações de açúcar, destruíram vários engenhos e deixaram a vila de Olinda, sede da antiga capitania, em estado decadente e correndo sérios riscos de novas invasões. A população urbana ficara, portanto, perdida no meio de tanta decadência. O aumento do número de “ociosos, vagabundos e vadios”, nos termos dos colonizadores, desencadeava constantes roubos e saques, tornando perigosa e quase sem controle a vida na sociedade urbana de Pernambuco.

Elementos dessa população como os ex-combatentes, embora muitos ainda em “idade produtiva”, vagavam no processo de desmobilização das tropas. Basta lembrarmos os terços que se formaram de negros (escravos e forros) e índios. Os Henriques e Camarões lutaram ao lado das tropas comandadas por João Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros e, naqueles instantes iniciais da situação *post bellum*, passaram a ser utilizados na defesa da

⁹ Evaldo Cabral de Mello (2007), em seu livro **Olinda Restaurada**, faz uma cronologia diferente para o chamado “período holandês” em Pernambuco. Basicamente, o historiador pernambucano considera períodos de guerra mais longos, principalmente quando da reconquista (a chamada “guerra permanente”) e consequentemente períodos de paz mais curtos.

capitania enquanto se arregimentavam terços regulares, pois ficaram estacionados nas praças fortes do litoral. Segundo Pedro Puntoni (2002, p. 192),

Depois da guerra de expulsão dos holandeses, as soluções inicialmente propostas e encetadas pelos governadores para os conflitos passavam pela utilização das tropas regulares estacionadas nas fortalezas, ou ainda pela mobilização das milícias das ordenanças em esquadras volantes. Estas improvisações, que levavam em conta a experiência dos cabos e soldados na guerra “ao modo” do Brasil, sempre pareceram o meio de reprimir os levantes dos índios bárbaros.

Foi sendo feita, assim, a tentativa da volta a certa normalidade social. Isso ocorreu até o momento que se iniciou o regresso dos antigos senhores que abandonaram seus engenhos e propriedades. As disputas em torno dos engenhos abandonados por seus donos à época das invasões batavas acabaram por gerar tensões internas que influíram na ocidentalização da empresa colonial portuguesa.

As disputas se estenderam por longos anos, principalmente após a resolução do segundo tratado de Haia em 1669. Nesse momento, salta aos olhos do historiador a ponta de um *iceberg*, isto é, a gestação de um conflito por terras que terá reflexo na conquista e repartição das terras dos sertões da capitania de Pernambuco ainda no final do século XVII e durante a primeira metade do século XVIII (MELLO, 2007, p. 317-373).

O interior da capitania de Pernambuco estava, naquele último quartel do século XVII, quase todo por colonizar. No período anterior à invasão holandesa, a região litorânea compreendida entre a barra do rio Potengi próximo à vila de Natal, na capitania do Rio Grande, e a parte meridional de Alagoas caracterizava-se por “sua disposição latitudinal, pois a oeste a penetração não ia além dos setenta quilômetros do seu vetor mais ativo, que era a bacia do Capibaribe” (MELLO, 2001, p. 12). Isto é, a área “efetivamente” colonizada se resumia a uma estreita faixa de terra onde se plantava muita cana de açúcar, criavam-se alguns gados e se produzia um volume limitado de alimentos.

Outro perigo eminente era representado pelas notícias, falsas ou não, de novas alianças dos índios do sertão com invasores franceses, ingleses e holandeses que vez por outra aportavam no litoral na ânsia de trocas rápidas entre produtos “da terra” e bugigangas vindas da Europa, ou ainda em tentativas de criar laços mais fortes com a população nativa, como nos tempos em que os holandeses conquistaram Pernambuco e se aliaram a algumas tribos do sertão. Os “invasores” poderiam ser, na verdade, comerciantes de nacionalidades diversas que tocavam o vasto litoral setentrional do Estado do Brasil para “fazer negócios”. Em virtude

deste comércio sem controle, no ano de 1713, Félix José de Machado, governador da capitania de Pernambuco, registrava na Fazenda Real

(...) a Prov^a[providência] em forma de Ley escrita em Lisboa aos oito [oito] dias do mês de Fever^o[fevereiro] de 1711 [em que] V. Mag^e[Vossa Majestade] há por bem prohibir nas Conquistas Ultramarinas Comércio com os Estrangeiros e impor aos transgressores delle as penas que hão de ter como tãobem aos que praticarem [e] assim tentarem passar as mesmas conquistas para os Reinos Estranhos ¹⁰.

Para Pedro Puntoni (1992, pp. 38-46) a preocupação dos senhores de engenho, habitantes dos núcleos urbanos e funcionários régios, era justificada pelo pouco conhecimento acumulado até aquele momento sobre as tribos que habitavam aqueles sertões praticamente virgens de presença colonizadora efetiva, isto é, nos combates que não se concentraram apenas na defesa e reconquista de pontos estratégicos, como no caso da expulsão dos franceses do Maranhão no início do século XVII, quando se instalaram pequenas fortalezas e postos de defesa ao longo do litoral do Siará Grande e do Maranhão. O contexto da conquista do sertão era, de fato, diverso e pode ter transformado os boatos de invasões em uma ameaça no imaginário português. O historiador Evaldo Cabral de Mello (1995, p. 286) comenta inclusive sobre boatos que corriam à boca miúda sobre uma possível aliança das elites de Pernambuco com os franceses:

A possibilidade de aliança entre os pró-homens da capitania e a França não desapareceu de todo nem das veleidades locais nem das preocupações lusitanas, tanto mais que na segunda metade do século XVII a hegemonia francesa lograra firmar-se no interior do sistema de equilíbrio europeu, vigente até o tratado de Utrecht (1713), que pôs fim à guerra de sucessão da Espanha. A própria gente da terra fomentava essas apreensões.

Por outro lado, a busca por minas de metais preciosos no interior do continente levou os portugueses a tentarem a penetração em vários pontos do território. Onde houvesse a possibilidade remota de uma jazida mineral se tentava extrair metais preciosos. Em meio a tentativas frustradas os colonizadores acabaram se deparando com um importante elemento que compunha os armamentos para a conquista: o salitre (nitrato de potássio). Fora encontrado especialmente no médio São Francisco e passou a ser explorado e usado na

¹⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2311. AHU-PE: CARTA (2ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Félix José Machado [de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos], ao rei [D. João V], sobre a ordem recebida para registrar na Fazenda Real a proibição das conquistas ultramarinas fazerem comércio com estrangeiros.

fabricação de pólvora negra, pois desde então era importado principalmente da Índia. Montou-se assim um esquema de exploração do minério que “resultara em diversas situações de conflito e em interações mais agudas no sertão do São Francisco, donde haver significado um dos vetores de agravamento das tensões entre os tapuias e os colonos” (PUNTONI, 2002, p. 33). Isto é, a exploração do salitre transformou-se em mais um elemento que se somava aos demais para motivar a ocidentalização da empresa colonizadora no Estado do Brasil.

A conquista dos sertões esteve, nesse sentido, intimamente ligada a esses três vetores: a dissolução da pressão interna à sociedade urbana no Pernambuco *post bellum*, que possuía tropas pagas e auxiliares estacionadas em Olinda e no porto do Recife, aumentando o perigo de um conflito interno; à necessidade de expansão de fronteiras agrárias para o sertão, tendo em vista que de imediato se constituiu a tentativa de reerguer a indústria de exportação do açúcar e que para isso era necessário “recrutamento” urgente de mão de obra, no caso, a indígena, além de zonas de produção para abastecimento interno; e a urgente conquista e colonização de um sertão que despertava atenção de invasores estrangeiros (franceses, ingleses e holandeses) e que até aquele momento era desconhecido e, sem exagero, temido pela maior parte dos habitantes do litoral leste das capitanias do norte, além de ser potencialmente uma região para onde seria deslocada parte da “população excedente” em Pernambuco. A “panela de pressão” que se formara na capitania de Pernambuco contava, além dos três motivos citados, com a disputa entre a nobreza da terra nesse momento ruralizada e a mascataria formada recentemente e residente no porto do Recife, que culminou na chamada *Guerra dos Mascates*, no início do século XVIII (MELLO, 1995, p. 372-453).

Dessa forma, podemos afirmar que a empresa colonial portuguesa na América passou a se ocidentalizar nessa conjuntura. Um “vazio” territorial e demográfico tinha de ser preenchido. Entre o litoral leste pontuado de vilas açucareiras e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, um sertão trazia perigos de levantes de indígenas que não haviam sido “amansados” pelos missionários e da formação de quilombos e mocambos de negros fugidos, pois devemos lembrar que somente ao final do século XVII fora definitivamente dissolvido o Quilombo de Palmares, inclusive por tropas que já estavam se dirigindo ao sertão para o combate com os índios bárbaros. Os *tapuia*, índios de língua travada e chamados bárbaros, eram bem diferentes dos *tupis* “mansos”, e naquele momento complicaram a empreitada dos colonizadores luso-brasileiros nos sertões das Capitanias do Norte por mais de meio século.

Nesse sentido, outro importante vetor de pressão na conquista e colonização efetiva dos sertões apareceu e ficava além da ocupação efetiva do sertão e “amansamento” dos índios. A abertura de um caminho por terra até o Estado do Grão-Pará e Maranhão era urgente e

necessária, tendo em vista o difícil trajeto marítimo, pois “o regime dos ventos e das correntezas na costa Leste-Oeste do Brasil praticamente impossibilitava a navegação entre o Maranhão e as capitanias do Norte” (PUNTONI, 2002, p. 27). As “duas partes” da colônia portuguesa na América estavam apartadas juridicamente – pelo menos em tese –, o que dificultaria a arregimentação de uma rápida defesa no caso de uma invasão estrangeira. Além disso, havia o complicado trato com os índios *tremembés* do litoral que, como os dos sertões, eram hostis e esperavam as naus portuguesas atracarem para saquear e roubar as mercadorias dos colonizadores.

2.1.2 Olinda x Recife: consequências da disputa para a conquista do sertão

A disputa entre a sede administrativa da capitania de Pernambuco, Olinda, e o porto mais importante das capitanias do norte se estendeu desde a definitiva capitulação dos holandeses em 1654, até o derradeiro enfrentamento na chamada “Guerra dos Mascates” em 1710 e 1711. Não sendo este nosso objeto central, traçaremos as principais consequências do confronto entre a “nobreza da terra” – que apesar de decadente e ruralizada ainda se considerava nobre por sustentar certos poderes – e a ascendente classe de comerciantes do porto do Recife para as disputas que envolveram a colonização dos sertões. Tal confronto se realizou em diversos níveis, embora seu viés político e econômico seja mais evidente.

O incêndio de Olinda durante as escaramuças entre os holandeses e os luso-brasileiros, que antecedeu o avanço da reconquista em 1645, deixou a sede da capitania devassada. As antigas residências dos senhores de engenho, os prédios públicos, as lojas de comércio, as sedes de conventos e ordens religiosas, quase tudo ficou sob ameaça de vir ao chão. Até mesmo no período de ocupação holandesa, a vila, sede da antiga capitania Duarte, foi tida como militarmente vulnerável, tendo em vista a facilidade com que os batavos entraram e expulsaram as tropas luso-brasileiras que ainda resistiam ali.

Os invasores acabaram se estabelecendo no porto da vila, o Recife, onde se constituiu a sede do Brasil Holandês e que fora tão “bem tratada” por Nassau, merecendo inclusive certa urbanização e construção de diversos prédios públicos. No contexto *post bellum* teve início a disputa entre a vila decadente, antiga cabeça da capitania, e o porto em ascensão, antes sede do governo holandês, para sediar os prédios públicos do novo governo da capitania de Pernambuco, abrigar a casa do governador e, principalmente, o Senado da Câmara que representava justamente o poder local.

Por causa de sua decadência financeira naquele momento, os senhores de engenho não possuíam meios para reerguerem sua antiga morada urbana, onde se realizavam as procissões e festas, reflexos de uma vida de relativo fausto entre a antiga elite agrária. No período *post bellum* Olinda transformou-se quase numa vila fantasma, exceto em ocasiões políticas de maior vulto, ou seja, as reuniões do Senado da Câmara e as festas. Até seus moradores mais ilustres se mudaram.

Os governadores da capitania de Pernambuco, nomeados pelo rei com residência oficial em Olinda, teimavam em passar a maior parte do tempo no Recife. Pudera, pois no porto chegavam as frotas, as lojas faziam frequente comércio e a agitação das feiras era constante. E, com a justificativa de fiscalizar a alfândega, os demais agentes régios iam se deixando ficar até o último navio desaparecer no horizonte do Atlântico. Por isso, “a execução escrupulosa da ordem régia será sabotada por mais de meio século” pelos “agentes d’El Rei” que “não tinham a menor intenção de se privar do conforto, dos recursos e da sociabilidade que lhes podia oferecer a ex-capital do Brasil holandês” (MELLO, 1995, p. 152).

A classe de comerciantes, muitos deles recém-chegados de Portugal, que se instalava no porto do Recife, logo se transformou em credora dos donos de engenhos. A trajetória, nem sempre cumprida a risco e quase nunca na mesma geração, iniciava-se como vendedor ambulante de mercadorias passando pelo *status* de mercador de sobrado, ou seja, comerciava em sua própria casa, e chegava à situação de *homem de negócio* que morava em residência apartada da sua *loja*, nem que as duas se localizassem na mesma rua. Segundo Mello (1995, p. 125), “o recrutamento dos homens de negócio processava-se *agora* entre os escalões subalternos (artesãos e gente do campo) da população cristã-velha do Reino”, eram estes reinóis que naquela conjuntura “adiantavam ao senhor de engenho o capital de giro com que operar até a conclusão da safra e a chegada da frota anual, quando se procedia ao ajuste de contas entre credor e devedor”. Ou seja, os produtores da cana de açúcar passaram a ser devedores dos comerciantes.

Os senhores de engenho, como já foi dito, encontravam-se em situação financeira frágil e eram obrigados a se endividar com os intermediários de seu produto, a quem consideravam uma classe baixa: os comerciantes do porto do Recife. A divisão de papéis era, portanto, inegável aos olhos do mais ingênuo observador. A sede da capitania perdera sua predileção na hierarquia econômica do açúcar, tendo a sua maior disputa em torno da localização da alfândega, órgão que dominava o mecanismo de arrecadação de impostos sobre mercadorias que entravam e saíam dos ancoradouros do Porto. Nas palavras de Evaldo Cabral de Mello (1995, p. 145):

(...) de um lado o Recife constituía a sede do comércio reinol, Olinda, de outro, representava apenas a fachada urbana de uma nobreza inteiramente ruralizada que só possuía nela aquelas instituições inescusavelmente citadinas de que dependia sua dominação: a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia.

Dito isso fica evidenciada a confrontação direta que ocorreu entre os membros dessas elites que eram tão diferentes entre si, embora tão dependentes delas mesmas. De um lado os comerciantes recifenses tinham seus interesses em ampliar e diversificar seus negócios, aliando-se entre si e fundando outras praças de comércio, inclusive em outras capitanias, que pudessem servir de entrepostos na sua busca por um enraizamento em outros mercados. Geralmente, os homens de negócio associavam seu grosso trato com a

(...) arrematação dos contratos de impostos; a propriedade de embarcações de cabotagem ou destinados ao comércio com a costa da África; a exploração de trapiches e armazéns; a operação de curtumes e de fábricas de atanados; a posse de bens de raiz no Recife, aforados à Câmara de Olinda, ou de engenhos situados nos seus arrabaldes, que muitas vezes lhes vieram às mãos por via de execução de dívidas de senhores relapsos; e, *desde o fim do século XVII, após a “guerra dos bárbaros” e a abertura da fronteira da pecuária no Rio Grande do Norte e no Ceará, a obtenção de sesmarias e o estabelecimento de fazendas de gado.* (MELLO, 1995, p. 132). (Grifo nosso).

Por seu turno os senhores de engenho tentavam se reerguer também diversificando sua produção, seja produzindo cachaça para fazer câmbio com traficantes de escravos ou, ainda, partindo para a conquista dos sertões da capitania de Pernambuco que, naquela conjuntura, compreendia tudo na margem de cima do rio São Francisco até a fronteira com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Eles procuravam se inserir, através de seus descendentes, nos postos militares das tropas pagas, tendo como objetivo recompensas em terras ou até mesmo o pagamento de soldos que, geralmente, vinham atrasados. A concessão de mercês também era um bom negócio nessa conjuntura, pois sem muita dificuldade eram passadas de uma geração à outra.

Enfim, aquele diminuto espaço do litoral oriental das capitanias do norte ficara pequeno para tamanhos interesses e disputas. Homens de negócio, nobreza da terra e Coroa Portuguesa (representada pelos funcionários régios) constituíam um emaranhado de interesses que ora convergiam ora divergiam, tornando cada vez mais acirrada as lutas que envolveram a conquista e a colonização do sertão.

Nesta perspectiva, os trabalhos de Francisco Carlos Teixeira da Silva e Kalina Vanderlei, entre outros, enxergam o deslocamento populacional para o sertão, junto com o gado *vacum*, como uma consequência social e política dos últimos confrontos contra os holandeses e da urgência na colonização de “espaços vazios” do interior do continente para evitar novas invasões. Esta perspectiva é dominante em nosso trabalho, embora também tratemos como fundamental a questão do abastecimento das zonas açucareiras.

Nesse sentido, outras motivações evidentemente ocorreram. Nem tudo se fez somente em função da política conflituosa entre senhores de engenho e mascates no Pernambuco da segunda metade do século XVII, na realidade tudo confluía para uma ocidentalização da empresa colonizadora. Não que isto fosse de interesse direto e imediato da Coroa Portuguesa, muito embora talvez fizesse parte de projetos secundários e menos importantes naquela conjuntura. O que o monarca e seus conselheiros e secretários faziam prioritariamente naquele momento era sangrar os habitantes de sua colônia na América com o pagamento de elevados impostos sem se importar com as tentativas de reerguer as plantações e os engenhos. As intervenções d’El Rei e seus funcionários a favor de uma expansão colonizadora só se fizeram presentes, num primeiro momento, mediante frequentes pedidos da parte “interessada”, isto é, os comerciantes recifenses que queriam expandir seus negócios e que, por sua vez, dependiam da retomada da produção do açúcar para o pagamento de seus dividendos pelos senhores de engenho.

Naquela conjuntura *post bellum*, assim como durante as batalhas de reconquista, quase tudo era precário, incluindo o abastecimento alimentar, seja de grãos e farinha, seja de carnes. Isso não era novidade para a população da América Portuguesa, pois deste lado do atlântico “a lavoura de mantimentos tinha baixo nível de produtividade, sendo uma ocupação desvalorizada, boa apenas para as áreas marginais” (MELLO, 2007, p. 230). As plantações de cana de açúcar ocupavam grande parte da zona da mata, ou seja, todo litoral, e se expandia subindo os rios até onde o solo argiloso, bom para o cultivo da cana, permitisse. Dessa forma, sobrava pouco espaço para plantações de alimentos e para criação de gado, tornando-se escassos transporte e comida, pois o cavalo nessa época ainda era artigo de luxo e os bois eram majoritariamente utilizados nos transportes dos produtos, puxando carros ou empregados para mover os engenhos das grandes plantações açucareiras.

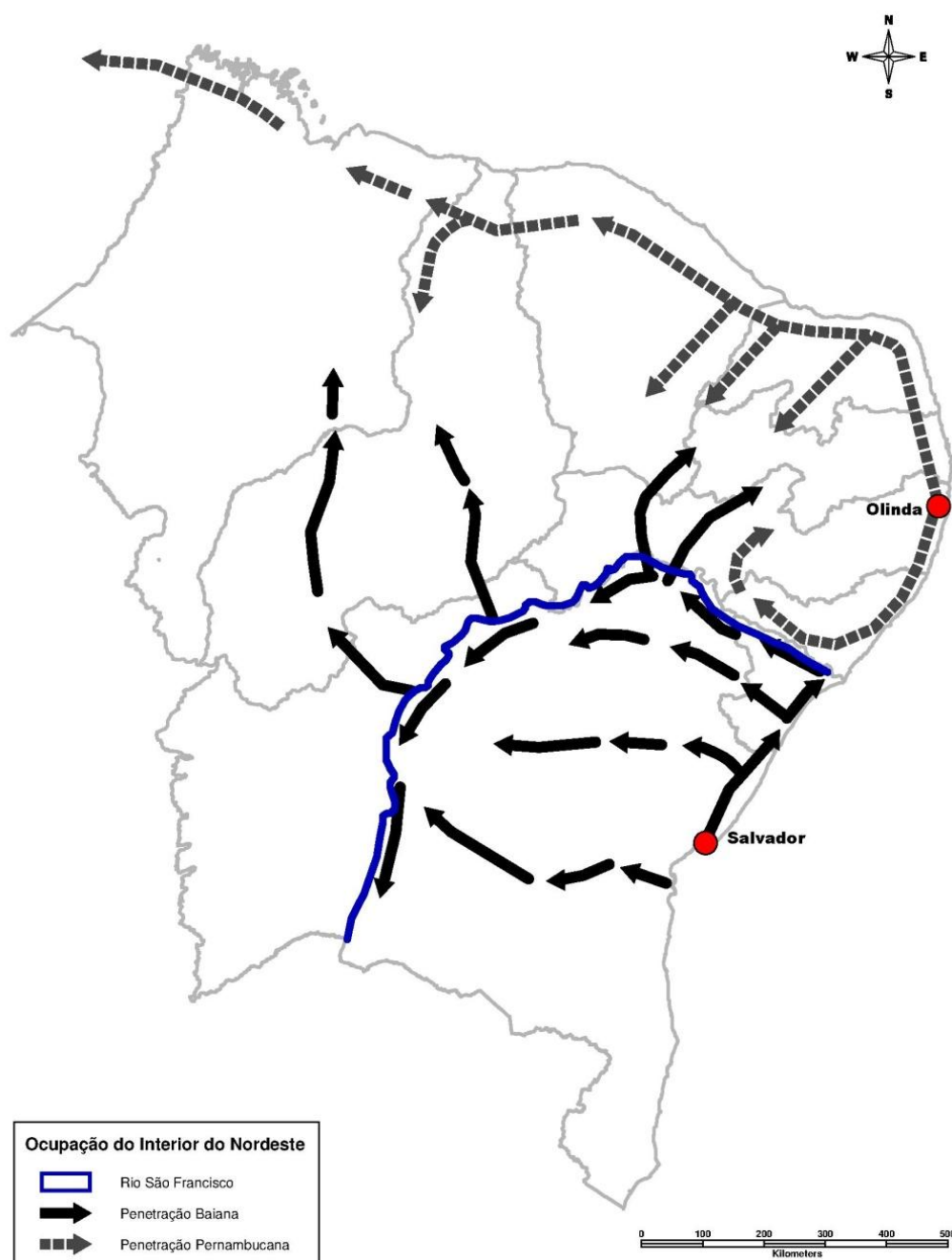
Associadas à necessidade da expansão de uma nova fronteira para a pecuária e produção de alimentos, as tentativas da abertura de um caminho por terra para o Estado do Maranhão e Grão-Pará não eram novidade e se constituíam em mais um incentivo à conquista do sertão. Segundo Puntoni (2002, p. 25), a colonização do sertão era dinamizada “pelo

incremento do povoamento e pela diversificação das atividades produtivas. Ao lado do gado, seguiram as expedições em busca de riquezas, pedras e metais preciosos”. No início do século XIX, um funcionário da Coroa a serviço d’El Rei no Siará Grande, o naturalista João Feijó (1997), noticiava a procura pelas lendárias minas de prata no cariri cearense (ao sul, já na fronteira com a capitania de Pernambuco, próximo ao São Francisco). Ou seja, essas imagens de “El dorado” no interior do continente se perpetuaram ao longo dos anos e permearam o imaginário do habitante daqueles sertões por mais de um século.

O tema da colonização dos sertões é recorrente desde os escritos de Capistrano de Abreu (1988), ainda no final do século XIX, quando o autor analisava a abertura de caminhos pelo interior do continente e o consequente povoamento daquelas paragens. De acordo com o historiador cearense, o povoamento do sertão das capitanias do norte se deu em dois movimentos de colonização: através dos sertões de fora, isto é, seguindo o litoral no rumo norte saindo da capitania de Pernambuco; e pelos sertões de dentro, com os colonizadores saindo da Bahia pelo sertão, que é cortado pelo rio São Francisco, chegando as duas correntes a se encontrarem no sertão do Siará Grande. Para Capistrano de Abreu (1988, p. 151-153) o gado *vacum* foi a solução para o “problema” posto por Frei Vicente do Salvador, isto é, a atividade pastoril “resolveu” a questão da interiorização da colonização na América Portuguesa, pelo menos na porção norte do Estado do Brasil.

O gado possuía assim qualidades que o autor julgava importantes como “se dar bem” em regiões impróprias ao cultivo da cana, dispensar a proximidade do litoral, não necessitar de grande número de trabalhadores, fornecer alimentação constante e até mesmo conseguir retirar o sal dos “barreiros dos sertões”. No mapa a seguir, adaptado do livro *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, podemos observar alguns dos “caminhos do gado” apontados por Capistrano de Abreu. Temos nas setas pontilhadas os caminhos do “sertão de fora”, saindo de Olinda, e nas setas contínuas do “sertão de dentro” com origem em Salvador, além do traço contínuo azul representar o rio São Francisco.

MAPA 2 – Caminhos de penetração pelo “sertão de fora” e “sertão de dentro”



Mapa adaptado de: ANDRADE, Manoel Correia de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: Gráfica Editora, 1975. p. 23.

Formou-se assim o que Capistrano chamou de “civilização do couro” ou de uma “época do couro”, na qual desde os instrumentos mais primitivos à sobrevivência até as indumentárias dos trabalhadores eram fabricadas do couro das rezes abatidas (ABREU, 1988,

p. 151-153). Porém, curiosamente, para esse período inicial de colonização (final do século XVII), o autor não apresenta nenhuma característica comercial mais visível para a atividade pastoril, seria mais uma questão de sobrevivência e povoamento nas agruras dos sertões.

Em uma perspectiva diversa, Caio Prado Júnior (2000, p. 189) colocou a pecuária como a mais importante atividade econômica do Brasil, excetuando-se aquelas de alcance internacional, destacando que “a carne tem importante papel na alimentação da colônia”. A consolidação da atividade pastoril como subsidiária aos grandes produtos de exportação do nosso período colonial constituiu uma visão duradoura sobre a pecuária.

Não menos importante, essa construção da interiorização também é devedora dos escritos de Manuel Correia de Andrade (2002, pp. 101-102), ao explicar que:

A permanência da pecuária nas áreas próximas às de agricultura, trouxe problemas de convivência, de vez que o gado era criado solto e destruía as plantações, fazendo com que o Governo estabelecesse que os criadores de gado deveriam se interiorizar, ficando as áreas de criação distantes das áreas agrícolas.

Indubitavelmente a pecuária foi o vetor econômico deste empreendimento e que, a partir da redução dos índios em aldeamentos e das tentativas de subordinação da população livre daqueles sertões, formou-se uma sociedade sertaneja diferente daquela que se constituía no litoral açucareiro. A discussão mais profunda sobre as motivações e consequências da conquista do sertão através da atividade pastoril será empreendida na última parte deste capítulo. Por ora iremos tratar do grande obstáculo à colonização do sertão: os “índios bárbaros”.

2.1.3 Uma batalha a cada ribeira: as guerras contra os bárbaros

Certamente a maior dificuldade dos colonizadores ao tentarem se instalar com seus gados no sertão foi a resistência das tribos indígenas não tóxicas, ou seja, os povos chamados de *tapuia*. Essas tribos que habitavam os sertões das capitanias do norte tinham poucas vezes, até aquele momento, se aliado de forma pacífica ao elemento colonizador português. Muito pelo contrário. A primeira tentativa de instalação de uma aldeia indígena na serra da Ibiapaba foi malograda pelo ataque mortal dos índios Carijús ao padre Francisco Pinto, golpeando-o com um tronco de jucá. O outro missionário, Luis Figueira, ainda se demorou o tempo que sepultasse seu companheiro, partindo logo para o Rio Grande num barco vindo do Maranhão que lhe mandara, a pedido, João Albuquerque (HOLANDA, 1972, p. 200-201). A exceção à

regra foi o experimentado Martins Soares Moreno que, durante os anos que vivera entre os índios do Siará Grande, chegou a atacar um navio francês à maneira indígena, ou seja, sem roupa e pintado para a guerra (HOLANDA, 1972, p. 200-201; MORENO, Martim Soares. 1967, p. 182).

Nessa perspectiva, podemos dizer que o elemento indígena *tapuia* era, geralmente, temido pelos portugueses. De acordo com Pedro Puntoni (2002, p. 62), “(...) *tapuia* passou a designar um conjunto de tribos que, apesar de heterogêneo, era percebido, pelo esquema classificatório, como portador de traços de identidade”. Ou seja, para efeito de classificação dos diferentes missionários pertencentes às ordens religiosas que estiveram presentes no período colonial brasileiro, o índio do sertão era diferente do encontrado no litoral, pois o elemento *tupi* possuía uma língua geral que “facilitava” sua conversão (MONTEIRO, J., 2001, p. 36-52).

Por isso, neste trabalho utilizamos o termo *tapuia* destacado, pois, de acordo com Cristina Pompa (2003, p. 9) ele é “uma categoria colonial e não um etnônimo”. Ainda segundo esta autora, “o nome genérico de “*tapuia*” – utilizado de forma contrastiva – aponta para um universo percebido em oposição ao mundo *tupi*” (POMPA, 2003, p. 9). Além disso, temos outro elemento importante na caracterização de uma distinção entre *tupi/tapuia* que é geográfico: “os “*tapuia*” são mais afeiçoados às entranhas “das brenhas e centro dos sertões”” (POMPA, 2003, p. 9).

O combate, extermínio e possível subordinação dessa população nativa dos sertões faziam-se urgentes aos interesses envolvidos nos novos projetos de colonização da Coroa Portuguesa para seus domínios ultramarinos no Atlântico sul. Nesse sentido, não faltaram trocas de correspondências entre as várias instâncias da administração colonial. No ano de 1704, isto é, na situação histórica em que se definia a conquista dos sertões do Siará Grande e era feita a distribuição de sesmarias para a instalação da atividade pastoril a fim de dinamizar o povoamento do sertão, os *tapuia* atacavam os rebanhos e currais. Na tentativa de resolver a questão, os membros da Câmara da vila de São José de Ribamar argumentavam com Sua Majestade que

Os officiaes da camara desta Villa da capitania do Ceará se queixam a Vossa Magestade de que os Tapuyas Bayacus [Payacus] aldeaiados na Ribeira de Jaguaribe da mesma capitania roubaram os gados dos moradores daquela Ribeira (...) e que para se se fazerem as prisões o Capitão-mor desta capitania dessa a justiça toda ajuda e favor depois que se fez a Vossa Magestade a queixa de que aquelles Tapuyas furtaram gados, os mesmos Tapuyas feriram e mataram com horrendas crueldades muitos daqueles

moradores queimando alguns vivos; e continuaram com os mesmos roubos de gados que tem assolado aquelas fazendas (...) [e] estes barbaros foram sempre a destruição desta capitania reduzindo a tão miserável estado que os moradores daquela ribeira largaram as fazendas por conservarem as vidas e se retiraram para o abrigo desta fortaleza (...) ¹¹.

Podemos perceber, a partir da citação acima, a intenção dos agentes camarários do Siará Grande na criação de um imaginário degradante e de perversidade em relação aos *tapuia* que influenciasse o envio de mais tropas e ajuda bélica para o combate. Faz saltar aos olhos do pesquisador, inclusive, a convivência entre o início da atividade pastoril e a contínua luta contra os nativos do sertão, tendo em vista que já naquele ano de 1704 em torno de 300 sesmarias já haviam sido doadas nas ribeiras dos rios que cortavam a capitania. O indígena, possivelmente, enxergava no roubo de gado e na expulsão dos padres da Companhia de Jesus maneiras de enfrentar a realidade que se impunha sobre suas terras agora invadidas pelo colonizador. Para Cristina Pompa (2003, p. 10),

Os agentes sociais da colônia (militares, missionários, colonos, às vezes os próprios índios) construíram o espaço móvel do sertão, levando cada vez mais longe, junto com as boiadas e as missões, a fronteira entre o ‘eu’ civilizado e o ‘outro bárbaro’. Ao mesmo tempo em que o sertão se diluía enquanto espaço, a narrativa colonial o cristalizava enquanto conceito: o sertão era móvel e feroz assim como os “Tapuia” que o habitavam, constituindo por isso um desafio à colônia.

Essa “construção do espaço móvel do sertão” envolvia todos os chamados “agentes sociais da colônia” e, portanto, interesses diversos e convergentes. Em resposta aos ataques dos índios aos currais e ao roubo e matança de gados nas regiões que até aquele momento não tinham sido efetivamente conquistadas pelos colonizadores o rei ordenava, ainda no ano de 1715, quando já avançava consideravelmente a conquista, que se fizesse guerra

(...) e para que de todo se extingam estes bárbaros vos ordeno que, considerando o bom estado presente e as forças com que vos achardes para fazer esta guerra a continueis com todo fervor ou se extingam ou se afugentem de nós tanto que nos fique livre o uso da terra (...) e fiquem meus vassallos livres de padecerem semelhantes hostilidades (...) ¹².

¹¹ Carta à Sua Majestade, de 13/02/1704. In: BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986. (Edição Fac-similar). pp. 203-204.

¹² Ordem de Sua Majestade que mandou ao Governador de Pernambuco, de 27/03/1715. In: BEZERRA, Antônio. *Op. Cit.* p. 207-208.

O documento ratifica o que já fora dito no início do capítulo: a Coroa Portuguesa também agia em decorrência dos pedidos insistentes de intervenção dos colonizadores do sertão. Ou seja, a conquista se dava em uma via de duas mãos, pois se de seu lado a Coroa incentivava o avanço colonizador doando terras, os colonizadores exigiam condições favoráveis àquele empreendimento. Naquele início de século XVIII, a justiça e o controle régio na América Portuguesa estavam mais focados nas minas descobertas nos sertões da porção centro-sul da colônia. A frente colonizadora ao norte era naquele momento secundária, isso gerou problemas de divisão de jurisdição e impunidade na Capitania de Pernambuco que atravessaram os setecentos e complicaram ainda mais a efetiva conquista destes sertões.

Por outro lado, ocorriam denúncias que partiam dos padres e missionários das aldeias sobre a violência utilizada pelos conquistadores e capitães-mores no trato com os indígenas “brabos” (ainda não “convertidos”) e também com os já aldeados, que seriam já merecedores de relações diferenciadas. Numa consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1720 sobre uma carta do Padre Domingos Ferreira Chaves e uma exposição do também padre Antônio de Sousa Leal, fica evidenciada certa “preocupação” dos conselheiros com a violência contra os “pobres índios”. Na consulta, os conselheiros denunciavam que

(...) estas guerras os mandam fazer com capitães-mores todas as vezes q se lhe antoja [i. é, dá vontade] e lhe persuada a sua ambição e a dos moradores porque todos são interessados nos cativeiros dos pobres Índios e ainda os q estão aldeados e tem clérigos por seus missionários, são vexados pelos capitães-mores com grandes violências e injustissas porq os obrigão a q lhe trabalhem p^a[para] elles sem estipêndio, e sem sustento occupando os Índios em pesca, em lavrar mandioca, cortar e conduzir madeiras, as Índias em lhes fiar algodão ¹³.

O documento dá ideia ainda dos famigerados raptos de mulheres indígenas e roubo de filhos para o trabalho, além de manterem concubinato com as primeiras, o que ia de encontro à instituição do casamento, um sacramento fundamental para os preceitos do catolicismo e que foi diversas vezes incentivado e até mesmo forçado pelos representantes da igreja, embora sem muito sucesso. Não seria nos sertões onde “(..) não há Ministro alguma de justiça que tome conhecimento destas violências e das mortes, assaltos e assuadas que se dão os Portugueses (...)” ¹⁴ que a Igreja iria conseguir manter os fiéis sob controle.

¹³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 1 D. 67. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a carta do padre Domingos Ferreira Chaves missionário-geral e visitador-geral das missões do sertão da parte norte do Ceará, e exposição do padre Antônio de Sousa Leal, missionário e clérigo do hábito de São Pedro, sobre as violências e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os índios do Piauí, Ceará e Rio Grande.

¹⁴ *Idem*.

Devemos observar que naquele ano de 1720 a capitania do Siará Grande não possuía ouvidoria própria, isto é, os crimes cometidos eram investigados em outra capitania, no caso, na Parahyba. A distância com que o aparato administrativo e judicial se localizavam era definitivo para a frágil manutenção da ordem nos sertões. Ao final da consulta citada acima, os conselheiros recomendaram a punição de no máximo dez culpados, pois reconheciam a dependência dos grandes proprietários responsáveis pelos excessos contra os índios para pôr “ordem” no sertão.

Inúmeros foram os conflitos entre os colonizadores e os indígenas, ainda com a participação dos missionários que transitavam entre a sua ação no processo colonizador e a “defesa” dos índios. Porém, nem o colonizador, tampouco o indígena podem ser pensados como grupos homogêneos. De acordo com Paulo Sérgio Barros (2002, p. 62-63),

Administradores, religiosos e moradores defendiam seus interesses de classe ou particulares a todo custo. Uns por meio do poder político ou bélico, outros por meio do poder econômico e bélico, alguns por meio de uma retórica de pacificação e salvação da gente nativa. Fazendeiros, missionários e o povo defendiam-se, com armas e alianças com índios, contra setores da mesma classe dominante e outros grupos da população autóctone.

O sertão, desde os primórdios de nossa colonização, fora rodeado de imagens e imaginários diversos, embora quase sempre confluíssem para uma visão mista de grandiosidade e mistério. O “colonizador caranguejo” que, no dizer de Frei Vicente do Salvador (1982), passava a vida arranhando as costas das terras americanas pertencentes a Portugal, transformara-se num curioso e interessado conquistador sertanejo no desenrolar da segunda metade do século XVII. Isso, claro, não foi regra. Sempre houve quem preferisse a comodidade das urbes do litoral oriental do Brasil, ou ainda as casas grandes cercadas de canaviais, aos nem tão sempre longínquos e perigosos sertões onde habitava o incerto. E era justamente a incerteza, ou ainda, a possibilidade da existência de riquezas como as minas de prata e ouro ou rios caudalosos, que povoavam o imaginário e moviam os conquistadores e suas armas em direção ao sertão. De acordo com Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 112),

Apesar da heterogeneidade dos grupos sociais envolvidos, a imagem do sertão nas vilas açucareiras não deveria variar muito. Na segunda metade do século XVII, ele era um espaço novo para a população dessas vilas (do açúcar), apesar de não de todo desconhecido. Se, por um lado, a maioria dos homens que participaram de sua conquista, elementos urbanos que eram, poderiam nunca ter estado longe das vilas, por outro, a idéia de sertão existia em seu imaginário desde o século XVI.

Nesse sentido, podemos inferir que durante as batalhas de conquista do sertão, no imaginário dos colonizadores, misturavam-se temor e curiosidade. O imaginário barroco ibérico, criado em torno do sertão, certamente era dominante entre os moradores das vilas da América Portuguesa que se localizavam próximas aos grandes centros. Essa população urbana era formada, como dito no início da citação acima, por grupos sociais heterogêneos, porém o “recrutamento de mão de obra armada para essas investidas era realizado apenas sobre grupos urbanos específicos, existindo assim uma relação intrínseca entre a dinâmica social das vilas do açúcar e a montagem das tropas da Coroa Portuguesa” (SILVA, K., p. 27).

Ou seja, as tropas que rumaram para o sertão e participaram das guerras contra o gentio bárbaro eram recrutadas entre os homens livres pobres e os *vadios* das chamadas vilas do açúcar no litoral da capitania de Pernambuco. Essa parcela da população fazia parte de certo “excedente demográfico” criado a partir da *não utilização* de sua mão de obra que, certamente, era temporária e empregada no descarregamento e carregamento de navios, transporte de cargas para o porto ou em ofício urbanos que possuíam demandas específicas em determinadas épocas do ano. Para Kalina Silva (2010, p. 41):

Os números populacionais, dessa forma, mais do que ressaltar a dinâmica dos núcleos urbanos açucareiros, destacam sua função militar a partir da constatação da existência desse repositório militar, compreendido nos homens livres em idade produtiva. Refletindo, assim, o papel dos pobres livres das vilas açucareiras de Pernambuco dentro da expansão colonizadora da zona canavieira.

Temos assim a evidente mistura de interesses dos homens de negócio da praça do Recife e da Coroa Portuguesa. Isto é, para os negociantes o recrutamento dessa parcela da população resolveria o problema do diminuto número de tropas pagas pela Coroa que se juntavam às tropas auxiliares na conquista do sertão, e para o governo português representava a diminuição nos casos de roubo e *vadiagem* nas principais vilas, o que demandava menos custos para a justiça colonial.

Além do recrutamento de homens pobres ocorria também a busca por *vadios* que vagavam pelas ruas das vilas do açúcar para se incorporarem às tropas nas guerras contra os índios no sertão. É claro que a imagem do *vadio* ou *vagabundo* no período colonial passa por uma construção: eles eram considerados improdutivos, isto é, desligados de qualquer atividade produtiva. Por outro lado, os pobres livres se constituíam como úteis, pois estavam inseridos na estrutura estamental do sistema açucareiro. Esses dois setores específicos da população vão ser preferidos nos momentos de recrutamento para as tropas auxiliares. Para

Puntoni (2002, p. 195), durante o início das guerras contra os bárbaros, na capitania de Pernambuco

(...) tal como em Portugal, buscava-se um enquadramento da informalidade das linhas auxiliares (ordenanças) em regras mais estritas de um exército regular, apto ao escopo centralista do governo-geral da Bahia. Em outras palavras, adequar uma realidade preexistente à normalização militar imaginada pela administração colonial.

Ou seja, a busca pela adequação de tropas formadas por negros, índios e pardos veio justamente da inserção de tropas regulares vindas de Portugal ainda durante a guerra contra Holanda. Tais tropas representavam o modelo da “guerra de Flandres” que nos trópicos não se aplicava. Aqui a dominante “guerra *brasílica*” teve nos terços dos paulistas seus mais perspicazes representantes.

As diferenças básicas dos dois modelos de guerra estavam justamente nas iniciativas de ataque e no trato dos inimigos no pós-guerra. Os ataques surpresa e as emboscada dominavam a técnica *brasílica* de guerra e aos vencedores era garantida a utilização da crueldade máxima para com os inimigos. Isso porque, para além da natureza das técnicas militares em uso nos matos e sertões, típicos do modo *brasílico* da arte da guerra, estas tropas tinham autorização expressa de assim tratar os inimigos contra os quais elas haviam sido mobilizadas (PUNTONI, 2002, p. 202).

Naquele primeiro momento de guerra contra os bárbaros, a tática da *guerra brasílica* não fora utilizada de maneira a atingir o objetivo de extermínio da população autóctone. Ao contrário, por causa de desorganização das tropas colonizadoras os índios passaram a empreender ataques frequentes e a desmobilizar os exércitos inexperientes nas guerras do sertão onde, por exemplo, o cavalo dificultava a movimentação rápida na árida e espinhosa vegetação da caatinga.

Formou-se assim no imaginário coletivo dos portugueses a ideia de um “levante geral dos índios”, como a chamada “Confederação dos Cariris” em evidente analogia à “Confederação dos Tamoios” no período da França Antártica, que foram termos cunhados pela historiografia brasileira do século XIX. Todavia, pensamos que os ataques dispersos dos índios certamente confundiam as milícias que combatiam tantas tribos indígenas diferentes ao mesmo tempo. Nesse caso, é preciso evidenciar que “a noção de uma “guerra geral” dos índios “bárbaros” contra o império, quer dizer, de uma luta deste contra nações com interesses e objetivos militares definidos segundo uma estratégia consciente, era produto do olhar europeu” (PUNTONI, 2002, p. 79).

Isto é, a construção no imaginário dos colonizadores de uma guerra contra índios bárbaros, canibais e sanguinários serviu como motor da disputa entre o poder da Igreja Católica, que realizava suas missões catequizadoras, e o controle régio exercido pelos funcionários em torno do conceito de “guerra justa” contra os nativos. Tal disputa foi fundamentada num debate teológico que não nos interessa diretamente aqui, embora precisemos deixar claro que essas disputas duraram até meados do século XVIII, quando as resoluções do Diretório Pombalino vieram para expulsar os jesuítas das colônias de Portugal e modificar o, digamos, *status* social do índio.

Dessa forma, podemos caracterizar as chamadas “guerras contra os bárbaros” como iniciativas que misturavam interesses e necessidades que envolviam vários setores da sociedade colonial e metropolitana. As elites pernambucanas, em especial a mascataria recifense, tinham sua parcela de interesse ao desejarem diversificar seus negócios e expandir seu mercado consumidor. A Coroa Portuguesa, por sua vez, já não desejava mais ter problemas com invasões estrangeiras. A conjuntura política da Europa se modificara e a aliança com a Inglaterra depois dos tratados de 1703 deixou Portugal, de certa forma, amarrado política e economicamente aos interesses dessa potência naval que surgia naquele início dos setecentos. Os senhores de engenho e seus filhos já decadentes procuraram se integrar às tropas e “ganhar a vida” conquistando os sertões em busca de recompensas pecuniárias e mercês para sobreviverem.

Enfim, confrontos como os que envolveram tantos interesses só poderiam ter dentre suas consequências o surgimento de uma sociedade controlada por potentados locais e profundamente ligada aos interesses de seus “financiadores” no litoral leste da capitania de Pernambuco. O enraizamento das redes e circuitos mercantis no sertão tem nessa situação histórica seus momentos definitivos. E seu primeiro sintoma foi a política empreendida na doação de sesmarias no sertão que, na sua essência, foi bastante diferenciada em relação a outras regiões da colônia.

2.2 A política de doação das sesmarias no sertão

A existência de uma vastidão de terras no *Novo Mundo* talvez não fizesse parte das esperanças e desejos dos colonizadores portugueses ao desembarcar nestas terras. As primeiras denominações de “Ilha de Vera Cruz” ou “Terra de Santa Cruz” nos dão impressão do conhecimento limitado dos portugueses sobre este lado do Atlântico, em que pese a famigerada visita de um “piloto anônimo” antes mesmo do “achamento” de Pedro Álvares Cabral e seus companheiros. Fato é que as terras que couberam a Portugal após o Tratado de Tordesilhas mostraram-se, passados alguns anos, de extensão considerável. Também a chamada *União Ibérica* (1580-1640) proporcionou um grande alargamento dos domínios lusitanos na América, inclusive após sucessivos tratados e disputas fronteiriças que se desenrolaram depois da restauração da Coroa Portuguesa.

Colonizar tanta terra mostrou-se tarefa penosa para os lusitanos logo no início das grandes conquistas. A atração e a rentabilidade dos “negócios da Índia”, ou seja, o comércio quase exclusivo das especiarias adquiridas nas feitorias do leste da África e nas cidades e portos da Ásia, fez dos portugueses reféns dessa atividade. A atenção dispensada às colônias que já num primeiro momento demonstraram viabilidade mercantil fez com que as terras portuguesas no Novo Mundo fossem relegadas, primeiramente, a um arrendamento e, logo depois, a “visitas” das chamadas expedições “guarda-costas” durante trinta anos, aproximadamente.

A experiência portuguesa da divisão das conquistas em capitanias nas “ilhas atlânticas”, entre elas Cabo Verde e Madeira, serviu para inspirar uma tentativa inicial numa terra de proporções bastante desiguais. Dessa forma, após sucessivos ataques a feitorias (por sua vez baseadas em experiências no litoral da África) e combates entre embarcações portuguesas e estrangeiras na costa da América Lusa, a Coroa resolveu delegar a particulares a iniciativa de colonizar as terras d’El Rei do outro lado do Atlântico.

Aos particulares que se deu a concessão da *posse da terra* – já que a propriedade continuava sendo do Rei. Isto implicava direitos e deveres: dentre eles a distribuição de terras a colonos. A lei de sesmarias data de 1375, época do reinado de D. Fernando, teve por objetivo “colocar em produção todas as terras agricultáveis, tendo em vista diminuir a importação de grãos, sobretudo o trigo” (FARIA, 2001, p. 529). Esta lei foi reproduzida nas ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603), e, portanto, regeu as doações de terras no reino e na colônia até sua modificação durante o período pombalino.

Mesmo que de forma sintética, situando o leitor historicamente na questão da posse/propriedade de terras no Brasil do período colonial, discutiremos neste tópico o estatuto das sesmarias e sua utilização em Portugal comparada à situação encontrada pelos colonos lusitanos na América. Pontuando também como a guerra contra os bárbaros influenciou na doação das terras “desocupadas” que existiam no sertão das capitanias do norte, ora como incentivo para empreender a conquista, ora como justificativa no pedido de sesmarias. Por fim, analisaremos a ocupação das terras da ribeira do rio Jaguaribe, que foi palco de batalhas sangrentas, e que até hoje é marcada nos topônimos de seus povoados e riachos, além de ter sido onde, aproximadamente meio século depois do início dos combates, fora fundada a vila de Santa Cruz do Aracati.

2.2.1 O sistema sesmarial na metrópole e na América Portuguesa

A diferença entre a quantidade de terras do Reino e da colônia na América logo se tornara evidente aos funcionários da Coroa Portuguesa e aos agentes colonizadores. Portanto, o emprego da legislação sobre doação e posse de terras em Portugal teria que, necessariamente, adaptar-se à extensão de terras deste lado do Atlântico. As origens deste sistema de doação/concessão de terras remontam ao início da formação do reino de Portugal ainda durante as guerras contra os mouros. Segundo Carmen Alveal (2002, p. 18),

Com a conquista de novas terras, o seu povoamento foi feito, principalmente, através das *presúrias*. Esse instrumento de acesso à terra, reivindicado ou conquistado pelas armas, na luta de Reconquista dos séculos IX e X, era realizado por homens livres não poderosos o bastante. Dessa forma, a ocupação teve como consequência a pequena e a média, esta em menor escala, propriedade.

A *presúria* era acessível, na maioria dos casos através de uma autorização régia, que mais refletia uma intervenção real. Às vezes, este acesso era deflagrado sem nenhuma intervenção régia. (Grifo nosso).

De acordo com a argumentação da autora, provavelmente foi através do estatuto das *presúrias* que foi se estabelecendo a doação e a concessão de terras na região do futuro reino de Portugal. Ao empreender o debate com a historiografia sobre o assunto, Alveal (2002, p. 18-19) afirma que “a finalidade econômica e social da *presúria* era o povoamento ou repovoamento e arroteamento das terras conquistadas, o próprio cultivo da terra originava o mesmo direito”. Esta afirmação ao ser transportada para a realidade encontrada na América pelos portugueses se encaixaria muito bem.

Passados os séculos XII e XIII, quando a doação de terras por presúrias teve seu auge, Portugal entrou na “crise do século XIV” que atingiu toda Europa, principalmente no tocante à chamada “peste negra”, que acarretou em milhares de mortes e no despovoamento das paragens onde chegou. Tudo isso teve como consequências o êxodo rural e a crise da mão de obra nas atividades ligadas ao abastecimento alimentar. As cidades portuguesas passaram a abrigar grande número de desempregados e indigentes.

O abandono das terras cultiváveis acarretou o avanço das florestas e das chamadas terras “incultas”. A madeira passou a alimentar a construção civil e naval e as pastagens avançaram nos séculos XIV e XV, o que criou obstáculos à volta de produção agrícola ao final da crise. Poucas eram as áreas, como no Alentejo, onde se plantavam e colhiam cereais.

Diante de toda esta conjuntura em 28 de maio de 1375, durante o reinado de D. Fernando I, foi formulada a Lei de Sesmarias. Todo contexto de fuga das populações camponesas para os centros urbanos contribuiu para a criação deste instituto que “visava a expropriação de terras não produtivas de forma coercitiva, na tentativa de solucionar a falta de mão de obra no campo e a conseqüente redução da produção de gêneros alimentícios” (ALVEAL, 2002, p. 29).

Podemos observar, então, que a Lei de Sesmarias surgiu numa situação histórica peculiar em Portugal. Daí podermos afirmar que foi formulada para resolver um problema conjuntural de escassez de alimentos e de reduzida mão de obra, já que em seu texto a Lei praticamente obrigava os vassallos d’El Rei a produzir uma quantidade mínima de alimentos para autossustentação e para venda.

Os acontecimentos que se seguiram à criação da Lei de Sesmarias estavam atrelados à expansão ultramarina do reino de Portugal. A centralização do poder auxiliou inclusive na regulamentação e fiscalização da Lei, ajudando inclusive na própria expansão para além-mar. Segundo Alveal (2002, p. 37), “esse lento processo de centralização resultou na produção de farta legislação destinada ao controle da organização social urbana e rural.”. Quando do início da colonização portuguesa na América, a Lei de Sesmarias estava dando seus resultados em Portugal. De acordo com António Vasconcelos de Saldanha (2001, p. 289),

(...) enquanto que no Continente [Portugal] se trata essencialmente de aproveitar e fazer valer a terra malbaratada, pretendeu-se no ultramar, como nos tempos longínquos da Reconquista recorrendo à *pressuria*, lançar raízes em terras virgens, cultivando-as e povoando-as conforme permitia o bem escasso número de gente para isso disponível.

Nesse sentido, compreendemos a lógica da automática aplicação da mesma legislação, embora com adaptações, no Brasil. Na colônia, os interesses que moveram a utilização de Lei de Sesmarias foi o povoamento e a conquista de áreas “desocupadas” no intuito de viabilizar a produção de açúcar e, no caso específico do sertão, produtos derivados da criação de gados. De acordo com Maurício Abreu (1997, p. 208),

O que dava originalidade ao sistema sesmarial era a obrigatoriedade de cultivar o solo num determinado prazo, sob pena de cancelamento da concessão. Nas conquistas, entretanto, as sesmarias incorporaram uma exigência adicional: o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, o que na realidade queria dizer pagamento à própria Coroa. *Mais do que um imposto cobrado dos que recebiam as terras, o dízimo era a justificativa mesmo do processo de conquista.* (Grifo nosso).

O jurista Walter Costa Porto (1979, p. 31), em seu livro *O Sistema Sesmarial no Brasil*, afirma que não é possível “apontar a verdadeira etimologia da palavra *sesmaria*, cujo sentido originário, por isso mesmo, se constitui intrincado enigma linguístico”. Ele aponta que o termo poderia estar ligado ao latim *caesinare* ou *caesimare*. Outra possibilidade indicada pelo autor seria o termo *sesmaria* ter raiz em *sesma*, uma medida de divisão das terras. Outras possíveis origens estão ligadas aos termos *sesmo* (sítios) ou ainda *sesmar* (dividir, separar). A mais poética de todas seria, segundo Costa Porto, a palavra do latim *siximum*, isto é, a sexta parte de um imposto pago ao antigo senhorio ou ao Estado.

O enigma linguístico é finalmente “solucionado” pelo próprio Costa Porto. Sua hipótese baseia-se no regime administrativo português. Segundo ele, existiria um conselho que regulava a distribuição das terras, o *sesmo*. Seus membros eram chamados de *sixviri* ou *seviri*. Dessa forma, “as terra distribuídas diziam-se de *sesmaria* porque a repartição se processava através dos *Sesmeiros*, integrantes do *Siximum*, ou *Sesmo*, colégio integrado de seis membros (...) encarregados de repartir o solo entre os moradores” (COSTA PORTO, 1979, p. 33).

É preciso chamar atenção para uma primeira mudança durante a implantação do sistema de sesmarias no Brasil colonial. Na metrópole o termo *Sesmeiro* que, como dito acima por Costa Porto, significava aquele que doava e repartia as terras, na colônia passou a significar o indivíduo que recebia a terra.

Outro problema que envolve a aplicação da Lei de Sesmarias na América Portuguesa diz respeito ao termo *terras devolutas*. Baseado no fundamental estudo de Ligia Osório (2008), Rafael Ricarte da Silva (2010, p. 47) afirma que

Os sesmeiros passaram a empregar o termo *terras devolutas* às terras que não haviam sido doadas e estavam em posse dos povos indígenas. Assim, a terra devoluta na colônia portuguesa da América passou a ser uma justificativa para os pedidos juntamente com o combate aos gentios que habitavam as áreas solicitadas.

Nesse sentido, nos remetemos à legislação que obriga a ocupação efetiva da terra, além de sua demarcação. Durante toda vigência do instituto das sesmarias no Brasil, foram emitidos editos régios que serviram para regulamentar e adaptar a Lei de Sesmarias às realidades que se apresentavam.

Podemos então dividir a aplicação do sistema de sesmarias no Brasil em dois períodos: o primeiro, de 1545 a 1695, quando a regulamentação era feita a partir das Ordenações, isto é, aplicava-se em tese a mesma legislação de Portugal; o segundo momento entre 1695 a 1850, quando se tentou regular de forma mais próxima à realidade sendo usados decretos, alvarás e ordens régias até a extinção do sistema com publicação da Lei de Terras.

A mudança na legislação no final do século XVII coincide com o aumento significativo da doação de terras nos sertões da capitania de Pernambuco. Ocorreram doações anteriores a 1695 no Siará Grande, sendo o registro mais antigo do ano de 1679 e a terra doada na ribeira do rio Jaguaribe ¹⁵. Ou seja, a esmagadora maioria das doações feitas na capitania do Siará Grande vão se enquadrar no segundo período de legislação, caracterizado pela adequação e regulação mais “flexível” do sistema sesmarial.

Apesar da regulamentação, havia uma dificuldade de aplicá-la no caso da capitania do Siará Grande, assim como em boa parte dos sertões da América Portuguesa, pois a conjuntura social de guerra contra os índios *tapuia* e a distância geográfica da estrutura administrativa sediada em Pernambuco afastava a maior parte das possibilidades da presença de funcionários régios nas distantes paragens do interior.

É importante ressaltar que isso não ocorria apenas nos sertões. Grande parte das ocupações e doações de terras feitas na América Portuguesa fugiam à regularidade imposta pela Lei de Sesmarias por diversos fatores, principalmente pela distinta realidade encontrada deste lado do Atlântico. Para Rafael Silva (2010, p. 54) existiu no Siará Grande uma “resistência na aplicação da regulamentação que estava sendo imposta pela coroa portuguesa,

¹⁵ Data de Sesmaria nº 2. Vol. 1. Ano 1679. In: **Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. / Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/ Wave Mídia, 2006. 2 CD-ROOM.

no que se referia à demarcação e precisão quanto ao espaço e localização exatos do que estava sendo ocupado”.

A peculiaridade conjuntural da conquista dos sertões do Siará Grande deu mais ênfase ao chamado “desvirtuamento” da Lei de Sesmarias. Já foram apontadas anteriormente características dessa conjuntura como a guerra dos colonizadores contra os índios *brabos* chamados de *tapuia*. Nosso trato com a documentação demonstrou que, num primeiro momento, figurava entre as justificativas para os pedidos de terras no sertão a luta contra os bárbaros. Isso ocorreu, como veremos a seguir, principalmente nos anos finais do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, quando se empreendeu um verdadeiro extermínio dos grupos indígenas habitantes das ribeiras do Jaguaribe, Salgado, Acaracu, Quixelô, Banabuiú, entre outros.

2.2.2 *Os combatentes das guerras contra os bárbaros e suas recompensas*

Os conflitos contra os grupos indígenas que habitavam os sertões da capitania de Pernambuco fizeram parte de uma estratégia da administração colonial para dissipar a pressão política e social nos centros urbanos das “vilas do açúcar” naquela conjuntura da segunda metade do século XVII. Após os conflitos empreendidos a cada ribeira ou a cada grupo de índios que os conquistadores encontravam pela frente as terras ficavam “desabitadas”, isto é, não estavam mais ocupadas por índios e prontas para serem distribuídas aos próprios conquistadores ou a colonizadores que vinham na esteira dos conflitos.

Para o combate nestes conflitos eram arregimentados terços na zona açucareira. A lei determinava que os soldados das tropas regulares recrutados na colônia fossem brancos, mas a ausência, ou melhor, a pouca existência desses elementos obrigou os funcionários régios a terem certa tolerância quanto à cor, que no papel era excludente com negros e índios. Ainda na estrutura das tropas regulares – que eram as únicas profissionais, permanentes e pagas – o recrutamento dos oficiais inferiores fazia-se entre a gente de posses, enquanto os soldados eram tirados das camadas marginais da sociedade, isto é, eram os *vadios*, homens livres indesejáveis na estrutura social da zona açucareira por serem “improdutivos” (SILVA, K., 2001, pp. 98-99).

A situação dos homens livres pobres, em sua maioria considerados *vadios*, *criminosos*, *vagabundos* pelos agentes régios, tornava-os elementos incômodos na sociedade açucareira, principalmente no perímetro urbano onde, nas épocas de grande movimento, praticavam roubos, pequenos furtos, pediam esmolas, tumultuavam a região do porto, enfim,

quebravam ou atrapalhavam a base de manutenção da economia açucareira. Assim, seu recrutamento transformava-se na resolução de uma questão administrativa, que era o preenchimento das vagas nas tropas burocráticas, e outra social, isto é, o deslocamento daqueles que incomodavam a dinâmica social urbana.

Por outro lado, a estrutura militar possuía mais uma “opção” no enquadramento de elementos sociais incômodos, desta vez para aqueles que não eram brancos. As chamadas *milícias* e *tropas de ordenanças* se constituíam em tropas “milicianas” e de caráter local, ou seja, “forças armadas entre os próprios moradores dos lugares, não pagas, que deveriam armar-se e fardar-se às suas próprias expensas e praticar exercícios semanais, sendo mobilizadas apenas em caso de necessidade” (GOMES, J., 2009, p. 89). No caso das *milícias* seus soldados eram deslocáveis, mas tinham atuação apenas regional. Ao contrário das ordenanças que possuíam caráter estritamente local.

No caso das tropas chamadas de segunda linha, existiam divisões raciais muito fortes. Nelas, o caráter de cor predominava, embora em alguns casos também fosse deturpado, pois não havia como encaixar os mestiços rigidamente em cada tropa. Era nesse momento que entrava outro critério: o econômico. Ou seja, essas tropas, principalmente as ordenanças, transformaram-se em lugares de agrupamento social e até de ascensão na sociedade, no caso de alguns pardos que foram “embranquecidos” (SILVA, K., 2001, pp. 118-138). Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 103), a situação dos pardos refletia muito das ambiguidades inerentes à sua inserção na sociedade urbana, pois

(...) diferente dos pretos, os pardos podiam ascender socialmente utilizando a prática de embranquecimento pela qual se tornavam oficialmente brancos perante o imaginário barroco açucareiro. Ou seja, mestiços que por uma razão ou outra conseguiam se passar por brancos e eram reconhecidos pela sociedade como tal.

Para reforçar este contingente numeroso formado por homens livres pobres, no caso dos soldados, e homens da gente da terra, no caso dos oficiais, foram utilizadas *tropas indígenas*. Muito da conquista do sertão da capitania de Pernambuco deveu-se aos índios “flecheiros” incorporados aos regimentos que entravam pelo sertão. Para Kalina Silva (2010, p. 143):

De todos os tipos humanos empregados nos combates do rio Açu, foram os contingentes indígenas os mais numerosos a serviço da Coroa Portuguesa. A importância dos índios como mão-de-obra bélica surgiu nas diferentes expedições de guerra dos bárbaros, tanto com a mobilização de

contingentes tupis aldeados do litoral e deslocados para o sertão, quanto com a manipulação dos *tapuias* aldeados, chegando até ao deslocamento de grupos inteiros para aldeias-presídio.

Nesse sentido, tínhamos os índios sendo utilizados como parte da tropa, na linha de combate, e como um “muro” contra os grupos não convertidos. Ou seja, o deslocamento físico das aldeias próximas ao litoral leste para o sertão criava algo como um “cordão de proteção” contra os ataques e roubos dos *tapuia* do sertão.

A utilização de índios aliados como agentes da colonização não era novidade nem peculiaridade da conquista do sertão. Já desde o fim dos conflitos com os *tupis* do litoral no final do século XVI que os portugueses procuravam estabelecer alianças com tribos aliadas visando o combate a tribos não convertidas. É importante ressaltar que os índios tinham uma estrutura bélica que diferia da organização militar nos moldes portugueses, embora a indicação do posto de *capitão dos índios* fosse controlada pelos funcionários da administração régia. O uso de índios agregados às tropas militares no Brasil só caiu em desuso no primeiro quartel do século XIX, sendo ainda constante a presença deles no combate às revoltas de 1817 e 1824 em Pernambuco, Siará Grande, Parahyba e Rio Grande (COSTA, 2012, p. 151-159).

Além de tropas regulares e indígenas, outro elemento esteve presente na conquista do sertão: os paulistas. Estas tropas eram formadas por homens livres, mestiços, principalmente mamelucos, e qualquer um que se dispusesse a caçar escravos fugidos, destruir quilombos, apresar índios etc. Foram eles que, nos momentos decisivos das guerras dos bárbaros, rumaram para o sertão e exterminaram nações indígenas mais resistentes. Esta “facilidade” no trato do sertão desconhecido era adquirida pelas jornadas feitas desde o início do século XVII nas chamadas “guerras do recôncavo” e no combate aos quilombos (PUNTONI, 2002, p. 89-122).

Somado a isso, a situação da Fazenda de Portugal à época não era das melhores e não tinha recursos para arcar com mais despesas e tropas. Então, fora depositada nos paulistas as esperanças de se abreviar aquela guerra que já durava quase meio século. Os paulistas já haviam assimilado a chamada “guerra brasílica” que “era o resultado não só da acomodação da arte militar européia às condições ecológicas do Nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerra” (PUNTONI, 2002, p. 191).

As tropas paulistas possuíam certas vantagens em relação às tropas regulares. Além do desconhecimento da “guerra brasílica”, as tropas do governo tinham estado precário de abastecimento alimentar e eram pagas irregularmente, enquanto os paulistas

(...) lutavam por contrato e esperavam lucrar com a venda dos indígenas derrotados, tinham muito maior liberdade de ação. Souberam se moldar às situações que iam encontrando, fizeram bastante propaganda de seus próprios feitos, enquanto os comandantes regulares só reclamavam, e foram [os paulistas] aos poucos assumindo o comando das expedições. (SILVA, K., 2010, p. 169).

Ou seja, a virada estratégica dos portugueses num primeiro momento funcionou, mas não encerrou os conflitos ainda no final do século XVII. Ao contrário, os conflitos contra os índios perduraram nas primeiras décadas do século XVIII, quando foram intensificadas as construções de aldeamentos que se tornariam as vilas de índios no período pombalino.

E foram baseados em sua participação nesta conquista que os soldados, oficiais, paulistas e aqueles colonos que vieram na esteira das batalhas fizeram diversos pedidos de sesmarias. Ainda no final do século XVII se iniciou o processo de doação de terras na capitania do Siará Grande, embora com pouca frequência e muita dificuldade na posse efetiva da terra, tendo em vista os constantes ataques dos índios e a frágil fiscalização por parte dos agentes da Coroa Portuguesa no sertão. Um dos problemas iniciais da doação de terras esteve ligado à sua extensão, ao seu limite.

De acordo com António Saldanha (2001, p. 132), “(...) quer a própria lei geral quer os títulos de doação, em sede de sesmarias, são totalmente omissos no que respeita a pré-fixar os limites máximos ou mínimos dos terrenos concedidos pela mão dos capitães”. Podemos, inclusive, levar em consideração que a grande, ou desconhecida, extensão de terras na colônia contribuiu para não se impor limites, mas o próprio Saldanha (2001, p. 313) faz ressalva a essa afirmativa: “Todavia, embora não expressas nos diplomas de doação, limitações havia que, sob vários aspectos, acabavam por enformar a generalidade das dadas de sesmaria, racionalizando-as em consideração do desiderato próprio do sistema”.

Nesse sentido, temos exemplos diversos na documentação referente às datas de sesmarias da capitania do Siará Grande. Já no ano de 1681, em plena guerra, portanto, é registrado pelo capitão-mor Bento Macedo de Farias um pedido coletivo por parte do Capitão-mor Manuel de Abreu, Tenente Teodosio Grascimam, Capitão Cypriano Lopes Pimentel, Thomé Leytão Navarro, Manuel de Abreu Frielas, Manuel da Cunha, Gregório Grascimam de Abreu, Florença Dornelas, Carlos Barbosa Pimentel, Geraldo do Rêgo Borges, João do Rêgo Borges Valadares, Matias Camelo, Francisco Borges Valadares, Lourenço Alves de Matos, Manuel da Costa Rêgo, todos moradores da capitania do Rio Grande, que fizeram requerimento de terras na barra do rio Jaguaribe até o boqueirão do Cunha, dos dois lados do rio, pois são

(...) todos moradores e filhos da Capitania do Rio Grande [e] se me enviou apresentar por sua Petição que Os mais delles Tinhão servido a S. Alteza em paz em guerra com Pessoas e fazendas e herão Pessoas Benemeritas de Cabedal pera povoarem e descobrirem terras assim no sertão como a beira mar da dita Capitania e sendo tantos em numero com suas familias não tinhão terras pera aposentar seus Gados e mais Criasoins ¹⁶.

E ainda reivindicaram a terra com base num discurso de legalidade, pois afirmaram no pedido que ela nunca fora povoada por brancos e que se acaso algumas pessoas já a tivessem pedido “não fizerão as Povoações no termo da Ley e estão as terras davalutas em prejuizo dos dizimos Reais e dos Vasalos de Sua alteza que Deos Guarde que todos suplicantes defendem a Comservação da dita Capitania que me pedião” ¹⁷.

Como já foi dito, os colonizadores não tinham noção da proporção de terras a povoar. Chegavam então ao ponto de um pedido coletivo que ocuparia boa parte da ribeira do principal rio da capitania do Siará Grande, pois ali quase não havia colonização, já que iniciara naquela situação histórica a doação daquelas terras. Os suplicantes da data de sesmaria acima citada pediram cinco léguas em quadra para cada um, mas podemos considerar como uma exceção, pois a grande parte dos pedidos gira em torno de 1x2 ou 1x3 léguas para cada.

Em outras situações, já no início do século XVIII, os pedidos de sesmarias aparecem como posteriores à ocupação da terra pelos suplicantes. No caso do Cel. Luiz de Seixas da Fonseca, morador do Siará Grande, o pedido é de confirmação de uma légua em quadra, pois,

(...) he pesuidor a seis pera sete annos de hum sitio de terras no Rio Jaguaribe o coal o tem povoado des do dito tempo com suas cazas de vivenda e Currais e gado o qual sitio lhe chamam os defuntos em o qual esta vivendo manso a paso fiquamente sem comtradisam de peço a alguma e o quer a Ver por sismaria ¹⁸.

Observamos a partir da documentação que a maior parte das sesmarias doadas no início da colonização da capitania do Siará Grande estava ligada à criação de gado e quase sempre eram requisitadas por homens com patentes militares: sargento-mor, capitão, coronel etc. e que eram pedidas mais de uma sesmaria, desobedecendo às leis e ordenações que já vigoravam desde 1695.

¹⁶ Pedido Nº 35 de 23/01/1681. In: **Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias**. *Op. Cit.*

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ Pedido Nº 173 de 13/11/1706. **Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias**. *Op. Cit.*

Entretanto, as doações de terras pelo estatuto das sesmarias não se limitaram a oficiais das tropas de primeira e segunda linha. Os soldados e outros oficiais de baixa patente que, como já foi analisado, eram recrutados entre as camadas mais baixas da sociedade, tiveram participação significativa na colonização dos sertões da capitania de Pernambuco. Isto fazia com que ocorresse um deslocamento populacional que interessava bastante à Coroa. Segundo Kalina Silva (2010, p. 127),

(...) os sertões das capitanias do norte (...) apesar da ausência de exploração econômica inicial ou talvez por isso, tornou-se lugar do desconhecido, do indefinido, mas também da transposição de mitos e imagens clássicas em um momento em que a área açucareira já não comportava esses mitos. Para a colônia açucareira, o *El dorado* não estava no litoral, mas no sertão.

Isto é, os habitantes da zona açucareira, principalmente os membros das elites e agente da Coroa Portuguesa, estavam na busca por um *El Dorado* que se localizasse num lugar distante, que fosse ermo, pois assim se identificariam com a civilização, que se contrapunha a essa visão de sertão bárbaro que precisa de um atrativo para ser conquistado, ocupado, enfim, para tornar-se interessante aos olhos dos colonizadores e do Estado Português. Mas, na falta de (reais) minas de prata, a criação de gados se constituiu como a força motriz da economia daqueles sertões. A partir da tabela abaixo, podemos observar a distribuição de sesmarias no Siará Grande juntamente com a justificativa dos pedidos:

Tabela 1: Distribuição de Sesmarias na capitania do Siará Grande

Período	Pecuária	Agricultura	Agricultura + Pecuária	Total
1679-1699	254	-	07	261
1700-1790	583	00	12	595
1710-1719	324	02	12	338
1720-1729	383	12	26	421
1730-1739	300	11	20	331
1740-1749	212	15	11	238
1750-1759	50	07	03	60
1760-1769	06	-	-	06
1770-1779	09	-	01	10
1780-1789	12	07	02	21
1790-1791	28	12	07	47
1800-1809	12	02	04	18
1810-1819	47	08	34	89
1820-1824	26	00	01	27
Sem definição	-	-	-	10
Total Geral	2.246	76	140	2.472

FONTE: PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará, 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. p. 23.

A partir da análise dos dados da tabela, elaborada por Francisco José Pinheiro, podemos atestar o que foi dito acima: a maior parte das sesmarias do Siará Grande fora doada tendo como justificativas a ocupação pela atividade pastoril, combinada principalmente com a alegação de seus concessionários terem participado da guerra contra os “índios bárbaros”. Temos então cerca de 90% das sesmarias para a pecuária, distribuídas nos mais diversos rios e riachos espalhados por toda capitania. Chama atenção o grande número de concessões de terras entre 1700 e 1749, período de intensificação das guerras contra os índios no sertão do Siará Grande, quando entendemos ter sido “facilitado” o acesso à terra com o intuito de “povoá-la”, ajudando no processo de redução dos índios nos aldeamentos.

Verifica-se também, a partir da documentação das sesmarias, o baixo número de *prescrições*, isto é, o “cancelamento” das datas de sesmarias que davam a posse das terras, tendo em vista que boa parte dos solicitantes de terras no Siará Grande até os primeiros anos do século XVIII eram moradores de outras capitanias (Rio Grande, Parahyba, Pernambuco, em menor quantidade da Bahia). Estes proprietários costumavam requerer terras em diversas capitanias utilizando do *absenteísmo*, no qual “arrendava” ou “contratava” um morador para suas terras e “dividia” com ele os lucros sobre os currais e/ou plantações que porventura este morador, e outros agregados, desenvolvessem naquelas terras (ANDRADE, 1980, p. 161-170; PINHEIRO, 2008, p. 25-27). Nesse período inicial da colonização, de acordo com Francisco José Pinheiro (2008, p. 25), “quase metade dos solicitantes eram absenteístas (...) e destes muitos deixaram de ocupá-la, descumprindo uma das exigências da legislação sesmarial que era tornar a terra produtiva”.

Com o avanço substancial da pecuária sobre a nova fronteira, o número de *prescrições* aumentou por influência das novas indicações régias para doação de terras que começaram em 1695. Só entre 1700 e 1739 foram cento e cinco *prescrições*, o que representou uma queda, para níveis irrisórios, do *absenteísmo*. Nesse sentido, Pinheiro (2008, p. 26) afirma que “as sesmarias que foram solicitadas entre 1679 e 1700, em aproximadamente 20% não foram ocupadas, sendo outra vez solicitadas”.

Nesse sentido, podemos perceber que a análise sobre as sesmarias que foram doadas no sertão, especialmente no Siará Grande, tem diversos pontos a serem observados e discutidos. Para entendermos mais a fundo como funcionou a atividade pastoril neste espaço, vamos esquadrihar um pouco como foram empreendidas as doações de terra na ribeira do Jaguaribe, onde se localizava a vila de Santa Cruz do Aracati.

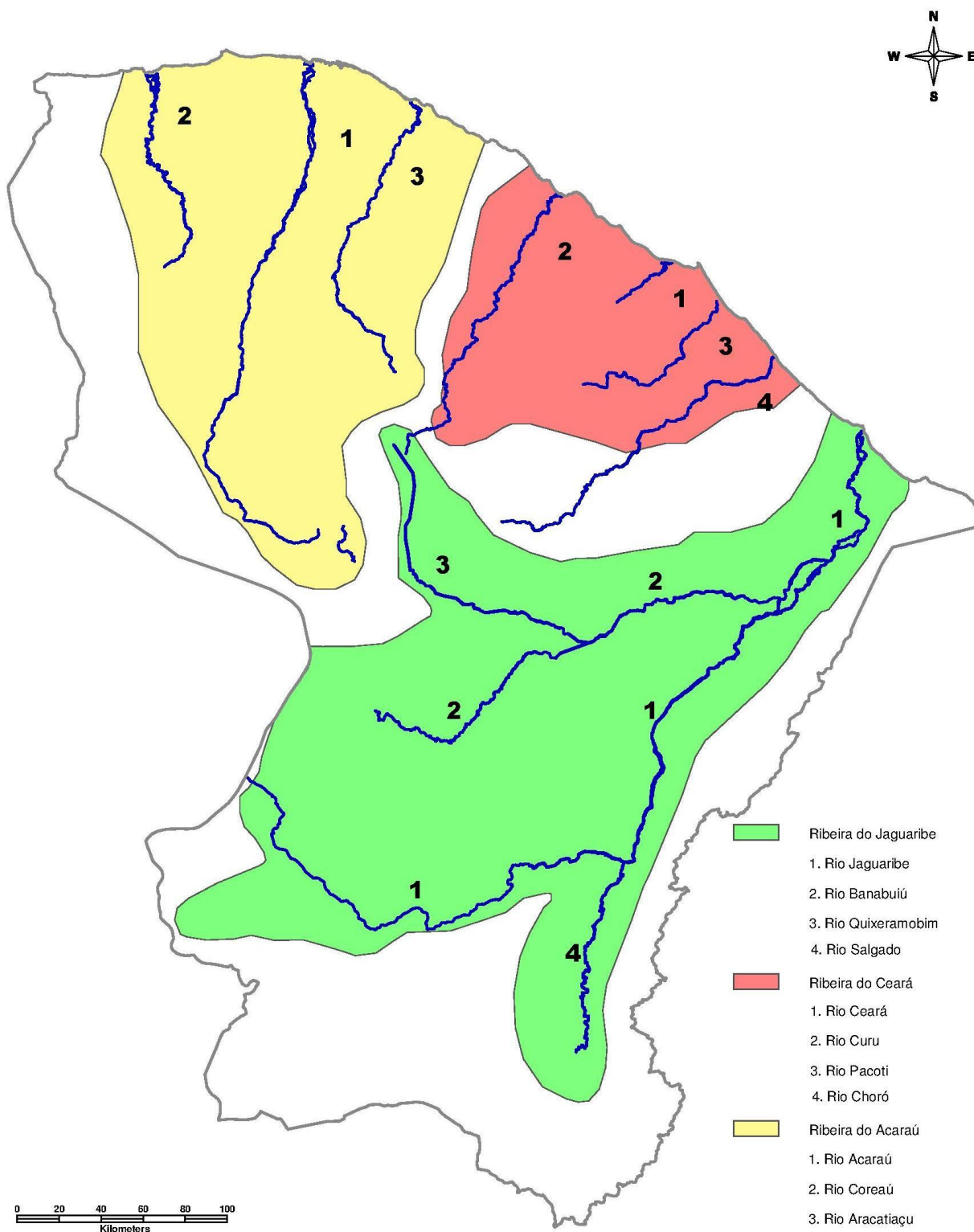
2.2.3 A doação das sesmarias na ribeira do Jaguaribe

O território da capitania do Siará Grande era dividido em três grandes regiões que compreendiam as três principais *ribeiras* daquele sertão, isto é, compreendiam as áreas de maior concentração de agentes colonizadores, portanto não era uma divisão oficial. Como podemos observar no mapa a seguir, a *ribeira do rio Ceará*, que era a menor em extensão, localizava-se ao norte da capitania e no centro do litoral. Nesta ribeira foram fundadas as duas primeiras vilas da capitania do Siará Grande (São José de Ribamar do Aquiraz, em 1700, e Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em 1726),¹⁹ e três importantes “vilas de índios” no período pombalino (Messejana, Soure e Arronches). A segunda maior ribeira da capitania era a do Acaracu (ou Acaraú). Nela os rios mais importantes eram o Acaracu, Coreaú e Aracatiaçu, que tinham como característica econômica a criação de gado e a relação próxima com a vizinha capitania do Piauhí, sendo noticiadas vagamente na documentação a existência e oficinas de carnes secas no porto do Camocim.

Entretanto, o maior destaque na historiografia se deu à ribeira do Jaguaribe, rio que corta horizontalmente e verticalmente o Siará, tendo cerca de 550 quilômetros de extensão. Nascendo na serra da Joanhina, ainda nos Inhamuns no sudoeste da capitania, vai desaguar três léguas abaixo da vila de Santa Cruz do Aracati, no extremo nordeste do Siará Grande. O rio conta ainda com importantes afluentes como o Banabuiú, Salgado, Quixeramobim, Figueiredo, Rio dos Porcos, Riacho do Sangue, Quixelô, entre outros, onde também foram doadas terras. Observando no mapa a seguir, percebemos que o Jaguaribe aproxima-se dos sertões das capitanias do Piauhí e Pernambuco, em seu começo, além de Parahyba e Rio Grande, já na sua “parte vertical”, quando se encaminha para o mar.

¹⁹ Veremos no capítulo seguinte, que a criação da primeira vila da capitania do Siará Grande gerou uma querela que se estendeu por 26 anos até a fundação da segunda vila, ficando a vila do Aquiraz como sede da ouvidoria/provedoria e a vila da Fortaleza como sede da capitania.

MAPA 3 – As ribeiras do Siará Grande e seus principais rios



Mapa baseado em: NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império:** práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação (Mestrado) em História apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2010. p. 28.

Foi pela ribeira do Jaguaribe que os conquistadores que passaram pelo Rio Grande, exterminando e afugentando o indígena *tapuia*, entraram no Siará Grande e, através dela, interiorizaram a colonização daquele sertão. Esse movimento logo depois deu origem à *Estrada Geral do Jaguaribe*, que era usada para tanger as rezes para o abate e trazer, na volta, mercadorias chegadas ao porto do Aracati. A conquista do sertão do Jaguaribe foi decisiva para a empresa colonial que, naquele momento, tentava expandir a fronteira da pecuária e ocupar o espaço que a cada batalha era desabitado pelo nativo, que ia por sua vez expulsando outras tribos para mais longe ²⁰.

O sertão do Jaguaribe foi, portanto, o que gerou um interesse quase que imediato, pela sua extensão e pelo número de rios e riachos afluentes. Primitivamente estas terras foram disputadas com os indígenas, cabendo destacar aqui um episódio marcante da *guerra dos bárbaros* que ficou conhecido como o “Massacre do Jaguaribe”, acontecido no ano de 1699. Nos fins do mês de julho, o mestre de campo Manuel de Moraes Navarro partiu de seu arraial no Açu, acompanhado dos capitães Teodósio da Rocha e Pedro Carrilho de Andrade e mais 130 infantes e cerca de 250 *tapuia* aliados da nação dos *janduís*. Quando chegaram próximos a um acampamento de índios *paiaús*, que contava com a presença do padre João da Costa, apresentou-se naquele lugar sendo recebido com festejos no dia 4 de agosto. Diante de uma situação de desconfiança mútua, Manuel Moraes Navarro alvejou um *tapuia* como uma senha para que seus comandados abrissem fogo contra aqueles índios *paiaús*. Depois da sangrenta batalha, quase todos os habitantes daquela tribo de *paiaús* foram mortos e Moraes Navarro teve que prestar contas à Junta das Missões (PUNTONI, 2002, p. 243-245).

Com este exemplo, fica evidente o valor estratégico da ribeira do Jaguaribe e as motivações das disputas ali empreendidas. As primeiras doações de terras nesta região quase sempre possuíam, dentre suas justificativas, a participação dos solicitantes na luta contra o gentio bárbaro. No caso do pedido de sesmaria de 30 de outubro de 1707, empreendido por Raulino Gomes da Silva, Tenente Simão Rodrigues e Manoel Teixeira, moradores da “fronteira do rio Jaguaribe”, os suplicantes afirmam que

(...) sam rezidentes nas fronteiras da Ribeira do Jaguaribe donde se acham prontos pera as ocazioins de defensam dos barbaros e sam dos primeiros

²⁰ Utilizamos aqui a perspectiva de sertão defendida por Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 117). Para a autora: “Não se tratava, dessa forma, de um sertão, mas de vários sertões. Cada um correspondendo ao interior de determinado rio, um determinado lugar bem específico. Ou seja, usava a palavra para definir lugares indefinidos e vagos. Um nome para um espaço sem nome”.

povoadores com he notorio e nam *tem terras pera apozentarem seus gados* se hopuzerem a risco de suas pessoas e despezas da fazenda ²¹.

Os concessionários desta sesmária se colocaram como *prontos para as ocasiões de defesa dos bárbaros*, levando a crer que já participaram de lutas, inclusive porque um possuía a patente de Tenente, e por serem *dos primeiros povoadores* queriam garantir terras onde poderiam criar seus gados. Temos aqui a tentativa de unir o predicado de uma possível “função militar” da ocupação da terra à sua real função econômica e social, ou seja, a criação de gado para alimentação e fabricação de utensílios.

Com o avançar do século XVIII, a distribuição de terras foi “subindo” a ribeira do Jaguaribe, distribuindo-se também por seus afluentes e os pedidos que antes eram, geralmente, de concessão de terra para posterior ocupação, transformaram-se em confirmação de terra já ocupada. Como no caso do Capitão José de Araújo Rêgo, “morador no termo da Villa do Icó”, alegando que

(...) *elle tem povoado hû Sittio* no riacho do Truscû ao qual chamão N. Senhora do Solidade pertencente *a Ribeira do quixelô* por achar as ditas Terras Dezertas e desaproveitadas e se Lhê que em algû Tempo foram pedidas ou dadas por Sismarias a Pessoa algua não forão povoadas e cuja rezão as povoou o Supplicante e esta poSuindo e por que Carece de Título para melhor concervação (...) ²².

Neste caso, temos a doação de uma sesmária na testada de um rio afluente do Jaguaribe para um morador do termo da segunda vila mais importante deste rio, que se localizava no sertão, a vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó. Dali saíram tangedores e vaqueiros que se encontravam para conduzir suas boiadas para as feiras da cidade da Parahyba e nas vilas de Goiana, Igarassu e Recife, entre outras, naqueles primeiros anos de criação de gado. Em outra situação, estes trabalhadores rumavam também rio abaixo para comerciarem seus gados na vila de Santa Cruz do Aracati, já durante a produção de carnes secas.

A vila do Icó foi a terceira vila criada no Siará Grande, em 1738, e que tinha dentre seus moradores grandes proprietários de terras e gados. Mas no caso do capitão José de Araújo Rêgo, para este pedido, não foi citada como justificativa a criação de gado, no que podemos inferir que aquela terra serviria para plantação de alimentos de subsistência, ou ele apenas não queria pagar o dízimo dos gados.

²¹ Pedido Nº 257 de 30/10/1707. In: **Datas de sesmarias do Ceará**. *Op Cit.* (Grifo nosso).

²² Pedido Nº 535 de 31/12/1748. In: **Datas de Sesmarias do Ceará**. *Op. Cit.* (Grifo nosso).

Podemos afirmar, a partir da documentação das sesmarias, que a ocupação da ribeira do Jaguaribe, tendo em vista sua extensão, foi rápida. Desde o início do século XVIII, quando as guerras e batalhas contra os bárbaros os havia empurrado mais para o oeste, as terras nas testadas dos rios foram sendo distribuídas de maneira frequente, porém, já para os primeiros anos da década de 1740 os pedidos passaram a ficar cada vez mais raros. Podemos visualizar isto na tabela abaixo, baseada em análise sistemática das Datas de Sesmarias da Capitania do Siará Grande para a primeira metade do século XVIII

TABELA 2: Doações de sesmarias na ribeira do Jaguaribe

Período	Nº de Cartas	Nº de Sesmeiros
1681	01	13
1704-1708	47	65
1711-1719	18	27
1720-22	18	25
1746-1748	04	05
Total	88	135

Fonte: Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias. *Op. Cit.*²³

Na tabela, podemos ainda observar certos períodos de falta de pedidos, em contraponto com anos de muitos requerimentos, como entre 1720 e 1722 com 18 sesmarias distribuídas. Nesse sentido, podemos atribuir a rápida expansão de doações de terras no Jaguaribe, além do interesse dos colonizadores, a violência com que se deu tal processo. Percebemos isso em dois elementos já comentados aqui: em primeiro lugar, no aumento vertiginoso das doações feitas à época dos mais sangrentos conflitos, como o *Massacre do Jaguaribe*, que empurraram os indígenas para outros sertões, talvez para a região do cariri ou para o Piauí; e, em segundo lugar, nas justificativas dos pedidos de sesmarias, isto é, o combate ao índio brabo e a posse de gado sem ter terra para criá-los.

Na segunda metade do século XVIII, o já conhecido rio Jaguaribe era descrito pelo governador e capitão-general da capitania geral de Pernambuco, José Cezar de Menezes, em uma espécie de relatório finalizado no ano de 1774. No texto, o governador informa que o Jaguaribe tinha a extensão de

(...) trinta e cinco léguas de Costa, que parte do Norte principiã nos Salgados que divide da ribeira do Seará, e faz extremas no rio Mossoró onde principia a capitania do Rio Grande, como acima se disse: por esta parte só

²³ Dados sistematizados a partir de levantamento feito nas datas de sesmarias relativas ao rio Jaguaribe.

entra trinta Legoas pela terra adentro; mais passa pelo norte como corre pela Freguezia de Quixeramobim até os caratius tem mais de oitenta (...) ²⁴.

Podemos, baseados no relatório de José Cezar Menezes, afirmar que aquela ribeira do Jaguaribe – a “primeira” a ser de fato colonizada no Siará Grande – após ter despertado tantos interesses por ter uma grande quantidade de rios e riachos e por localizar-se logo na “entrada” da capitania, tornar-se-ia a mais dinâmica daqueles sertões, pois fez com se enraizassem interesses comerciais, transformando vilas do sertão em mercados consumidores de produtos (fazendas, mel, vinho) vindos do porto do Recife, quiçá de outras partes do Atlântico.

*

Enfim, neste tópico nos concentramos nas consequências da guerra de reconquista de Pernambuco e seu posterior “caldeirão” político-social para o sertão. Na distribuição de terras como pagamento das tropas que participaram das refregas, o assentamento das propriedades fez-se contra o gentio bárbaro, nativo daqueles sertões que dificultou a colonização do interior do continente até, pelo menos, metade do século XVIII. Esta dificuldade transformou-se em justificativa para se obter mais terras, onde os aspectos da violência e do derramamento de sangue caracterizaram a conquista dos sertões do Siará Grande. Tal característica fica impressa ainda hoje nos topônimos cearenses: o *Riacho do Sangue*, *Riacho dos Defuntos*, *Varge da Cruz*, *Lagoa dos Órfãos*, entre outros (GOMES, J., 2010, p. 35-43). Dessa forma, preparamos nosso terreno para o próximo tópico, que analisa a pecuária como vetor econômico e social da conquista dos sertões.

²⁴ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estem tem tido &^a &^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General José Cezar de Menezes. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, volume XL, Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p. 6.

2.3 “Ao passo do gado”: atividade pastoril e colonização do Siará Grande

A efetiva conquista e colonização dos sertões das “capitanias do norte” do Estado do Brasil tiveram em seus princípios uma estratégia baseada na doação de terras. E isso partiu dos dois lados: da administração régia que incentivava os governadores e capitães-mores das capitanias a doar terras e, do outro lado, dos colonizadores que enxergavam na posse da terra uma maneira de formar seu poderio local a partir dos arrendamentos e do uso do absenteísmo como forma primordial de ocupação.

Diferente das terras do litoral leste, a maior parte do sertão tinha aspecto seco e árido durante boa parte do ano, só ficando com sua vegetação verde durante o período chuvoso – isso quando não havia estiagem. Dessa forma, o vetor econômico de ocupação não poderia ser a cana de açúcar, muito menos porque, caso isso fosse possível, iria acarretar em concorrência para as plantações do litoral. Por motivos que serão vistos neste tópico, a criação de gado predominou como atividade econômica no sertão e acabou formando, segundo alguns historiadores, uma *sociedade sertaneja* distinta da zona do açúcar, baseada no pastoreio.

Os agentes formadores desta pretensa *sociedade sertaneja* foram aqueles que, num primeiro momento, exterminaram os indígenas ou os reduziram a inúmeras aldeias. Depois o soldado, o sargento ou mestre de campo que pertenciam às tropas conquistadoras passaram a se misturar com o nativo para depois subordiná-lo ao trabalho de casa e à lida nos currais de gado espalhados pelo sertão e, assim, colonizar de forma efetiva os sertões das *capitanias do norte* do Estado do Brasil.

Destas relações sociais e econômicas surgiram currais com número excedente de rezes, que passaram a ser comercializadas nas vilas e nos povoados onde se juntavam quantidade maior de pessoas a fim de trocarem seus produtos: surgiam assim as feiras de gado no sertão. No deslocamento das boiadas era preciso pelo menos três “tipos de trabalhadores” para evitar que o gado não se perdesse ou se misturasse com outras boiadas, além de encontrar o melhor caminho que tivesse pastos e poços d’água suficientes, o tangedor, o passador e o vaqueiro. A abertura de estradas, primeiro margeando os leitos dos rios, depois “cortando” sertão à dentro, esquadrinhou as vias de acesso às localidades nos sertões até hoje.

Para uma análise específica sobre como a pecuária foi um vetor importante na colonização do sertão, será empreendida uma discussão historiográfica sobre o tema, lançando as bases para que, no capítulo seguinte, possamos abordar nosso tema central. No intuito de verticalizar um assunto já bastante tratado, analisaremos a “expulsão do gado”

discutindo a possível existência de um *projeto de colonização* (ou de projetos) para os sertões das capitanias do norte do Estado do Brasil.

2.3.1 A pecuária na historiografia

A historiografia clássica brasileira que tratou de uma história agrária ou uma história do abastecimento, analisou de forma quase homogênea as motivações e consequências da atividade pastoril nos sertões da capitania geral de Pernambuco. Para Capistrano de Abreu (2000, p. 150-151), diante dos entraves da colonização do interior do continente “a solução foi o gado vacum” que “dispensava a proximidade da praia, pois, como as vítimas dos bandeirantes, a si próprio transportava das maiores distâncias e ainda com mais comodidade”, além de ter outras qualidades tais como exigir mão de obra diminuta, pouco investimento e, principalmente, fornecer transporte e alimentação constante em lugar tão ermo. Isto é, a pecuária foi entendida por ele como um prolongamento da sociedade que se formara no litoral açucareiro e que passou a existir em função dela.

Também segue esta linha Caio Prado Júnior (2000, p. 190), embora conferindo certo destaque ao pastoreio no mercado interno brasileiro. Para ele seria a pecuária “a única, afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância. Não é com justiça que se relega em nossa história para um plano secundário”. O autor dá ainda destaque para a montagem da estrutura produtiva e o grande mercado consumidor, destacando que

A rapidez com que se alastram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria; mas doutro, pela facilidade incrível como que se estabelece nestes sertões uma fazenda. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 193).

Segundo Prado Júnior (2000, p. 193), para esta atividade

(...) mão-de-obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, tem [para a pecuária] uma inclinação especial.

Nesse sentido seguem outros autores, com destaque para Celso Furtado, que analisou a atividade pastoril como uma projeção do dinamismo econômico gerado pela economia do açúcar. Isto é, a geração de uma demanda por suprimentos alimentares que justificasse a

procura por terras que não fossem aquelas usadas para o plantio da cana de açúcar. Para Furtado (2007, p. 96), “a criação de gado (...) era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva, e até certo ponto, itinerante”.

Ainda nesta linha temos os escritos de Roberto Simonsen (1977, p. 150) que, analisando “os fatores econômicos que permitiram a ocupação do sertão e a manutenção de tão dilatadas regiões sob o domínio lusitano”, assinala que a criação de gado e a caça ao indígena para o trabalho nos engenhos do litoral já contam como motivações essenciais para a interiorização da colonização nas *capitanias do norte*. No entanto, podemos observar certo “avanço” nos escritos de Simonsen que atribuem à pecuária uma grande contribuição na formação unitária do Brasil, principalmente nas regiões Nordeste e Sul. O autor, escrevendo entre os anos 1930-1940, chama atenção ainda para o vultoso comércio de couros, sejam secos ou salgados, que movimentava vários portos da América Portuguesa. Para ele

Computando-se o consumo de carne no país, o uso do gado bovino como elemento trator, o largo emprego industrial do couro e os aspectos sociais e políticos decorrentes da atividade pecuária, compreende-se o valor da contribuição anual e permanente dessa exportação e os benéficos proventos que dela resultam para a formação política e econômica nacional. (SIMONSEN, 1977, p. 172).

Em uma perspectiva de estudos mais “regionais”, e que, portanto, procuram de certa forma “valorizar” aspectos locais, podemos destacar os escritos de Djacir Menezes e Manuel Correia de Andrade. No seu “livro-contraponto” ao *Nordeste* de Gilberto Freyre, Menezes busca a junção da sociologia à história e uma pretensa “sócio-biologia” para explicar *O Outro Nordeste*. Este autor constrói seu texto identificando duas “personalidades” principais que habitam os sertões semiáridos: o *cangaceiro* e o *fanático*. Assim teria se constituído uma sociedade de violência que tem na pecuária seu principal vetor econômico, no qual os *vadios* e *facínoras* que foram habitar estes sertões estavam aptos a levar uma vida nômade e aventureira. Para Menezes (1970, p. 33),

O desenvolvimento da indústria pastoril é célebre. (...) A tal ponto avulta a indústria pastoril, que Maranhão, Pernambuco e Bahia foram abastecidos pela carne xarqueada saída do Aracati, onde se abate anualmente 20.000 reses. A seca de 1792 liquidou todo esse comércio.

Para outro importante autor a conquista dos sertões, feita a partir do Recife e de Salvador, assim como destacou Capistrano, não fora empreendida por grandes senhores como

os Garcia D'Ávila ou Guedes de Brito. De acordo com Manuel Correia de Andrade (1980, p. 163) a interiorização da colonização, isto é, “a luta difícil em um meio hostil contra selvagens belicosos, assim como a defesa das rezes deixadas nos currais como verdadeiros marcos do avanço do movimento povoador, eram feitas pelos vaqueiros”, envolvendo “grandes capitais [e], embora em menores proporções do que na área açucareira, foi utilizado o braço escravo negro ao lado do indígena”. Ou seja, o autor se alinha com uma visão de “sentido da colonização” fundada por Caio Prado Júnior, mas incluiu uma “classe trabalhadora”, isto é, os vaqueiros e seus funcionários, como agentes importantes no avanço da pecuária sobre as terras do sertão.

Também para Fernando Novais (1995, p. 106), a pecuária constituiu-se como um setor “subordinado e dependente do primeiro, de subsistência, para atender ao consumo local naquilo que se não importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente, que se organiza para permitir o funcionamento do primeiro [setor, ou seja, de exportação]”. Ainda segundo Novais (1995, p. 106-107), “o setor de subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza em grandes propriedades, ou noutros casos, incorpora o regime escravista”.

Em perspectiva bem específica, isto é, numa história agrária e do abastecimento, outros autores se destacaram nas últimas décadas do século XX. Num grupo que ficou conhecido por produzir em torno de temáticas como a fome, a miséria e a falta de políticas para a população mais pobre, os temas de alimentação e abastecimento alimentar são estudados desde os tempos da colônia até a contemporaneidade, ou seja, problemas de longa permanência em nossa sociedade. De acordo com Maria Yedda Leite Linhares (1979, p. 191-192),

A carne verde [fresca], mais do que qualquer outro gênero de alimentação, persistiu no passado brasileiro como um problema de abastecimento dos centros urbanos a desafiar leis, instituições, regimes políticos, doutrinas econômicas, governantes, consumidores e soluções. Dela sempre todos se queixam – má qualidade, escassez, carestia, como uma litania que tem seus primeiros refrões no século XVII, em praticamente qualquer aglomeração urbana na colônia, continuando na mesma toada, através do século XIX e penetra na República, sem quebra de ritmo.

Isto é, as insistentes reclamações de governadores e câmaras municipais em relação à falta de abastecimento de carnes verdes, farinha, sal, feijão, entre outros gêneros, com as quais nos deparamos na documentação relativa ao período colonial persistiram no império e ainda continuaram boa parte de nosso período republicano. Analisando também a situação histórica

da conquista e colonização dos sertões das *capitanias do norte*, a mesma autora enfatiza, em outro texto, que “(...) à existência da fronteira agrícola aberta, apesar da persistente resistência das populações indígenas, combinavam-se o tráfico atlântico, inesgotável supridor de escravos africanos, e a produção de alimento em escala crescente” (LINHARES, 2002, p. 110).

Percebemos aqui também a visão de um “sentido da colonização”, onde a pecuária seria o desdobramento da estrutura de produção da zona canavieira, que teria se estendido para o sertão, criando ali uma *periferia* que dava subsídio, no caso alimentar, para a manutenção da economia do açúcar.

Por fim, embora não menos importante, podemos destacar os trabalhos de Francisco Carlos Teixeira da Silva, que muito contribuíram para a história da agricultura, do abastecimento e da miséria no Brasil, principalmente entre os séculos XVII e XIX. Este autor chama atenção para a forte tensão social gerada a partir da doação de terras nos sertões no início das conquistas. Muitas vezes as doações eram controladas de Salvador e do Recife e não acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos nas longínquas paragens do interior do continente, resultando assim em conflitos até mesmo entre os próprios colonizadores (SILVA, F., 2002, p. 125). Segundo o autor

Aos poucos, o sertão vai se convertendo em um imenso pasto, onde, por largos trechos, a população consegue impor um regime de terras distinto daquele baseado na apropriação individual e privada da terra, como o sistema sesmarial supunha. (SILVA, F., 2002, p. 131).

Isto é, a pecuária ia moldando as relações sociais nos sertões, fazendo com que se formassem redes de compadrio onde o aproveitamento dos melhores pastos era feito por gados de diferentes donos que, por serem marcados como se faz até os dias atuais, eram separados para serem comercializados nas feiras. Como já foi ressaltado no tópico anterior, a exploração da terra no início da conquista dos sertões era feita com base no *absenteísmo*, ou seja, os “verdadeiros” donos da terra e das rezes tomavam pouco ou nenhum conhecimento de como eram engordados e tratados seus gados, criando assim uma relação de confiança com o vaqueiro e seus “cabras”.

Podemos, baseados na historiografia aqui apresentada, a partir de agora analisar a pecuária como ponta de lança da conquista dos sertões, vinculada a interesses que estavam sendo postos na capitania de Pernambuco e reclamados no Reino. Nesse sentido, tentaremos

articular essa historiografia com a discussão acerca de possíveis projetos coloniais para os sertões das *capitanias do norte*.

2.3.2 Projetos coloniais e “expulsão” do gado para o sertão

Na conjuntura histórica da capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVII, os sertões se mostraram como um lugar de dispersão da pressão política e social vivida naquele momento. Se retomarmos a análise sobre a conjuntura da capitania de Pernambuco feita no início deste capítulo, podemos observar que a combinação de fatores internos e externos às vontades políticas das elites do litoral açucareiro levou as conquistas portuguesas nas *capitanias do norte* a se interiorizar, o que já acontecia na região da capitania de São Paulo, com o apresamento de índios e busca por minas, e nas regiões do Recôncavo Baiano, onde o combate aos indígenas que atacavam as plantações de açúcar fez com que se empreendessem guerras tão sérias quanto aquelas contra dos bárbaros do sertão do Rio Grande e Siará Grande. Isto poderia ser chamado de um projeto de colonização? Se assim fosse teria que haver um movimento coordenado ou, pelo menos, atos que convergissem para um objetivo que seria a conquista dos “espaços vazios” do sertão? Ou conjunturas específicas e tomadas de decisões por agentes colonizadores não combinados poderiam ser entendidas como a idealização de ações que concorressem para a colonização dos sertões das *capitanias do norte*, embora influenciadas por concepções políticas da época? Façamos nossa análise.

As entradas dos terços nos sertões provocaram imediatas reações dos índios *tapuia*. Ou seja, o movimento de conquista que começara ainda nos idos de 1660, e que ora avançava ora recuava, passou a incomodar as populações indígenas que ficavam na “fronteira” daqueles sertões, isto é, nos limites de cada ribeira que se avançava. A utilização de índios *frecheiros* aliados, em sua maioria *tupis*, aumentava o ódio nessas situações. De acordo com Pedro Puntoni (2002, p. 132),

Para além desses ódios tradicionais [entre as tribos inimigas], é certo que a reação dos tapuias deveu-se muito mais à pressão sufocante do avanço da economia pastoril, que demandava mais terras e mão-de-obra, fatores que implicavam arrocho sobre as populações de fronteira.

Podemos perceber, então, motivações convergentes: a dissipação interna da situação em Pernambuco passava pela tentativa de reerguer os engenhos e a produção de açúcar, o que demandava mão de obra que, pela condição dos senhores de engenho, teria que ser a mais

barata possível, incluindo indígenas apresados em “guerras justas” no sertão. Além disso, o alargamento de fronteira para a criação de gado e a produção de alimentos fazia-se urgente frente às frequentes crises de abastecimento que afetavam as regiões produtoras das *capitanias do norte* e a cidade de Salvador, então capital da América Portuguesa. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 27),

A conquista dos interiores continentais do Estado do Brasil foi um empreendimento que misturou iniciativas particulares, de senhores de engenhos que buscaram expandir seu poderio através da criação de gado nas imensidões para além da área canavieira, com ações estatais. A Coroa foi chamada a intervir, em realidade, quando os particulares se depararam com um obstáculo intransponível para a instalação de suas fazendas de gado: a resistência indígena. *Mas as investidas da Coroa dependiam sobremaneira da gente do litoral que compunha suas tropas, da gente livre das vilas açucareiras.* (Grifo nosso).

Para a autora, a Coroa possuía sim interesse na conquista dos sertões, mas, por outro lado, dependia da “gente do litoral” que passou a compor as tropas, formadas a mando dela própria, e entrar no sertão para o combate e redução da população indígena que lá habitava. Pode-se contestar um interesse mais direto das elites reinóis nessa questão, tendo em vista o prolongamento por mais de meio século dos combates, tendo momentos inclusive de visível derrota e recuo das tropas que saíram das vilas do açúcar. De qualquer forma, o recrutamento “a laço” das populações que viviam fora dos centros urbanos do litoral e a mobilização dos paulistas para a resolução da guerra (ver subtópico 1.1.4) demonstra certo compromisso da Coroa em acabar de vez com os conflitos e colonizar definitivamente o “sertão inculto e vazio” entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Em meio às tentativas de reerguer os engenhos danificados na ocupação holandesa e replantar a cana de açúcar queimada nos incêndios das batalhas, os homens pobres livres e os considerados “vadios” eram inseridos nas tropas e obrigados a adentrar no sertão, retirando assim prováveis produtores de gêneros de consumo primário como a mandioca, além da possível transformação de plantadores de mandioca em produtores da cana de açúcar. Em relação a isto,

(...) determinou El Rei [no ano de 1701] que o senhor de menos de seis escravos não pudesse cultivar canaviais. A medida, insuficiente para o objetivo que visava, tinha ademais o inconveniente de reduzir de forma substancial o fornecimento de cana aos engenhos de açúcar, de vez que o módulo fixado na carta régia fora escolhido em função das condições vigentes no Recôncavo Baiano. (MELLO, 1995, p. 171).

Ou seja, a ação régia acabou por não resolver de imediato as frequentes crises de abastecimento e fez aumentar o preço normal da cana de açúcar pela falta de oferta. Pode-se considerar, inclusive, que havia certo interesse da Coroa no aumento do preço, pois passava a valorizar o produto e, conseqüentemente, arrecadar mais impostos. No mesmo alvará, expedido em fevereiro de 1701, El Rei considou que

(...) [era] por bem ampliar e declarar a dita ley e mando que não somente tenha effeito em as ditas dez legoas do Reconcavo ao redor da Bahia, mas em toda parte onde chegar a maré, *correndo as ditas dez legoas da margem dos rios pela terra a dentro e que em nenhum dos sítios, nem as ditas 3 Capitanias do Camamú haja a innovação do gado de criar (...)*²⁵.

Podemos constatar, a partir do alvará de 1701, que as constantes crises de abastecimento e a carestia de alimentos levaram a Coroa a tomar medidas mais severas, embora possamos encontrar no decorrer do século XVIII e até o início do século XIX as sucessivas crises que ocorreram na região açucareira. Para a historiadora Maria Yedda Linhares (2002, pp. 113-114),

(...) o decreto deixa transparecer uma política definida: a de delimitar em áreas próprias e resguardar as três paisagens que passarão a configurar a economia rural da Colônia, isto é, a *grande lavoura* com seus campos definidos, incluía a área industrial; a *lavoura de abastecimento*, que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes de Salvador [e do Recife], devendo incluir a criação controlada de animais de tiro necessários ao transporte das mercadorias ao porto e, por fim, a *pecuária extensiva* na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macromodelo agrário.

Porém não foi tão simples assim na prática. A chamada *delimitação de áreas próprias* passou ainda por disputas, requerimentos para criar gado, alvarás regulatórios, pedidos urgentes de embarcações carregadas de mandioca, entre outros, durante todo o século XVIII. Nesse sentido, se analisarmos as ações tomadas pela Coroa Portuguesa como a de deslocar tropas institucionais e contratar paulistas para os combates no sertão promovendo, a partir de pressões que partiam das elites pernambucanas ligadas ao comércio, a conquista e colonização de uma parte ainda “inculta” e “não civilizada” de suas possessões na América, podemos, no nosso entendimento, classificar tais ações como um *projeto de colonização*;

²⁵ ALVARÁ régio suscitando a observância da *lei de 15 de fevereiro de 1688* obrigando os habitantes da capitania da Bahia à plantação de mandioca. Lisboa, 27 de fevereiro de 1701. *Cópia*. (Anexo ao n. 1351) In: **Anais da Biblioteca Nacional** Nº 31, 1909. p. 90. (Grifo nosso).

mesmo considerando que não fosse um dos mais importantes e prioritários para a administração régia naquele momento.

Ao analisar a criação de novas vilas no contexto de expansão da conquista Portuguesa, principalmente no final do século XVII e durante todo o XVIII, Roberta Marx Delson (1997, p. 9) entende que foi formulado um “programa de construção de vilas” no Brasil colonial, onde foram levadas em conta quatro questões básicas: a regulamentação das áreas auríferas; estabelecimento de uma jurisdição sobre os “aventureiros”, isto é, os exploradores que primeiro haviam chegado aos sertões; o controle sobre os potentados locais que estavam se constituindo no interior do continente; e, por último, a ampliação dos domínios territoriais à custa das terras não colonizadas pelos espanhóis. Isto é, a política empreendida no período tendeu para a aplicação dessas medidas, embora nem todas fossem de fato implementadas a contento. É importante destacar que temos entendimento des que o estabelecimento de um possível “programa” ou “projeto” não subentende o cumprimento total deste, nem tampouco seu engessamento diante de conjunturas específicas. De acordo com Delson (1997, p. 10):

O mecanismo pelo qual o sertão seria subordinado à autoridade real baseava-se na fundação de comunidades supervisionadas pela Coroa, as quais, com o tempo, formariam redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos do interior. Assim, o planejamento e o desenvolvimento desses novos núcleos interioranos orientariam o processo de urbanização durante todo o século [XVIII].

Estes “núcleos interioranos” estavam, em sua maioria, atrelados ao vetor econômico da atividade pastoril, pelo menos quando tratamos das *capitanias do norte*. Nesse sentido, ao analisar a expansão da pecuária a partir do Recôncavo Baiano, Mônica Duarte Dantas (2000, p. 10) aponta que

À medida que a produção canavieira se expandia, provocando o adensamento populacional do Recôncavo e da Bahia, crescia também a demanda de gado. Este era peça vital para a sobrevivência da colônia e o auferimento dos lucros da Coroa. O gado fornecia a carne, um dos alimentos básicos da dieta da população, além de ser fundamental para o bom andamento das atividades açucareiras. O boi não só puxava os carros que transportavam os feixes de cana do eito para a moagem, como servia de tração para os vários engenhos movidos à força animal – afinal nem só de engenhos reais era feito o Recôncavo.

Podemos, a partir da reflexão da autora, observar a importância da atividade pastoril como extensão e expansão da economia canavieira que necessitava de tração animal e de carnes para o provimento de seus agentes colonizadores. A pecuária tinha papel tão fundamental na montagem de uma estrutura colonial de exploração que, se atentarmos para o caso de donos de extensões de terras impressionantes, com os Dias D'Ávila, constatamos que sua principal atividade econômica era justamente a criação de gado nos currais e, assim como na expansão que partiu do Recife, foram deflagrados conflitos com índios quando da conquista do território. Analisando especificamente a expansão dos conquistadores da família Dias D'Ávila na Bahia, Ângelo Pessoa (2003, p. 158) afirma que

O avanço dos currais da Casa da Torre não é nada pacífico e trás à tona uma série de tensões que redundam em lutas armadas nos sertões. Esses conflitos têm como razão principal o controle das terras propícias para as lavouras indígenas, que também são as mais adequadas para os pastos, uma vez que possuem as condições naturais adequadas para ambas as atividades. No momento em que o gado avançava sobre as plantações, as reses acabam sendo abatidas e consumidas, dando motivos a trocas de acusações e ameaças que acabam por descambar em lutas abertas.

Dessa forma, podemos analisar a expansão da colônia portuguesa que se formara no litoral das capitanias do norte rumo ao Estado do Maranhão como um empreendimento colonial engendrado por motivações que por vezes pareceram (e alguns de fato foram) divergentes, mas que apontavam para um interesse comum. E este interesse era justamente a conquista e o povoamento de uma “fronteira” que ao mesmo tempo parecia existir e não existir, constituindo assim um limite móvel, onde avanços e recuos de ambas as partes (colonizadores e índios) aumentavam as tensões a cada escaramuça e enfrentamento entre tropas, fossem institucionais ou pagas, e indígenas que resistiam defendendo seu território no interior do continente. Podemos também considerar, diante desses fatores, a presença do governo geral à frente desses projetos de colonização – ou pelo menos a par da situação, interferindo quando convinha. As características conjunturais que já foram enumeradas aqui, como o risco da invasão das minas e o “vazio” entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, não eram muito diferentes das descritas por Pedro Puntoni ao caracterizar as motivações para a criação do governo geral ainda na segunda metade dos quinhentos. Segundo este autor,

Naqueles anos 40 [do século XVI], a idéia de um governo geral foi a resposta à percepção de que o domínio português corria perigo, na medida em que os espanhóis avançavam na colonização ao sul do Equador, os

normandos e bretões tinham agora o apoio de Henrique II para seus próprios projetos expansionistas e os donatários portugueses mostravam-se incapazes de realizar a conquista e a valorização dos territórios. (PUNTONI, 2009a, pp. 39-40).

Tal incapacidade pode ser traduzida em desconhecimento prévio dos gastos financeiros com a empreitada colonizadora, falta de apoio da Coroa Portuguesa e as dificuldades próprias da geografia da colônia, como suas grandes e imprecisas distâncias. A dispersão de lugares de expansão da colonização fez com que a Coroa concentrasse os poderes em um Governo Geral no intuito de dar direcionamento à colonização, embora sem se intrometer, teoricamente, nas normas que regiam o sistema de donatarias. Ou seja,

(...) a presença do governo-geral orientava de maneira decisiva a empresa colonial – de acordo com os interesses dos poderes do centro e dos interesses localmente negociados pelos próprios mandatários. (...) O consenso com os colonos e/ou outros agentes foi pouco a pouco sendo forjado no sentido de permitir a expansão de uma sociedade centralizada e da segurança oferecida pelas armas do rei, seja diante dos índios bravos ou dos ataques de piratas e corsários. (PUNTONI, 2009b, p. 373).

Nesse sentido, podemos considerar que a atuação do governo geral foi decisiva para o avanço da empresa colonizadora em direção ao sertão das capitanias do norte, principalmente se levarmos em conta a disputa de jurisdição entre o governador geral e o capitão-mor de Pernambuco. Talvez esta querela tenha sido fundamental para a expansão das possessões portuguesas no Estado do Brasil em direção ao Estado do Maranhão. De acordo com Puntoni (2009a, p. 71),

O governo da Bahia, com sua atuação limitada, procurava meios de intervir no empreendimento colonial. Nas Guerras dos Bárbaros (1650-1720), ou mesmo nas guerras contra o “quilombo” dos Palmares, *a intensa atuação do governo geral deu-se na negociação direta com as câmaras municipais, sobretudo no episódio da contratação das tropas de paulistas, e desprezando acintosamente as jurisdições dos governadores.* (Grifo nosso).

Ou seja, dentro dos projetos de colonização que estavam sendo postos em prática, a conquista dos sertões das capitanias do norte estava tornando-se interessante, e por que não dizer necessária, aos interesses da Coroa Portuguesa no decorrer da segunda metade do século XVII. As noções de colonização em voga à época na Europa tinham, justamente, na intervenção dos governos uma das principais medidas. Analisando as características do *mercantilismo* europeu, Fernando Novais (1995, p. 61) considera que

Toda forma de estímulos é legitimada, a intervenção do estado deve criar todas as condições de lucratividade para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo. Daí se propugnar uma política de fomento demográfico, meio de ampliar a força de trabalho nacional, e impedir a elevação dos salários, por exemplo.

Isto é, a política de doação de terras, o deslocamento de tropas estacionadas para os sertões, a contratação de paulistas para darem cabo da forte resistência indígena nos sertões e as medidas em torno da dita “expulsão do gado” do litoral podem ser compreendidas como fatores que juntos representaram uma intervenção da administração régia da Coroa Portuguesa para incentivar a empresa colonizadora naquela região de conflito. Todavia, se não podemos considerar tais ações como de fato combinadas, tendemos a enxergá-las como atos da Coroa que, mesmo dispersos, foram fundamentais para se consolidar a expansão da conquista nos sertões das capitanias do norte. Nesse sentido, para Novais (1995, p. 71)

(...) se o *Brasil-colônia* se enquadra como colônia de exploração nas grandes linhas do Antigo Sistema Colonial, *não quer isso dizer que todas as manifestações da colonização da América Portuguesa expressem diretamente aquele mecanismo*; mas, mais uma vez, os mecanismos do sistema colonial mercantilista constituem o elemento básico do conjunto, a partir do qual deve pois ser analisado.

Pensamos, assim, que mesmo não sendo onisciente ou ainda não consistindo em ações que representassem o interesse prioritário da Coroa ou dos agentes régios, podemos observar certos atos como indícios de um *projeto*, ou ainda de projetos, principalmente se considerarmos dois momentos principais: um primeiro, que teria acontecido numa conjuntura histórica de iniciativa da conquista, isto é, durante as primeiras batalhas na segunda metade do século XVII e primeiras décadas do século XVIII; e um segundo momento quando, de certa forma consolidada a conquista, os agente régios passaram a acompanhar mais de perto e mesmo a interferir nas frentes de colonização, como por exemplo, nas Cartas Régias que definiam o traçado de diversas vilas e cidades fundadas na segunda metade dos setecentos.

De qualquer forma deixamos sublinhado que grande parte das ações régias nos sertões foi incentivada por requerimentos, cartas, pedidos, entre outros recursos utilizados pelas populações locais e também por funcionários régios, como iremos observar quando da criação da Vila de Santa Cruz do Aracati. Em última análise, podemos afirmar que houve uma combinação de fatores, internos e externos ao âmbito de mando da Coroa, que acabaram por coincidir de forma virulenta para a rápida expansão da colonização dos sertões do Siará

Grande, principalmente entre 1690 e 1720. Além de interesses de negociantes das principais praças comerciais do Estado do Brasil e dos próprios senhores de engenho, na busca de mão de obra e de novas fronteiras para atuarem como potentados locais.

2.3.3 *As relações de trabalho na pecuária*

Ao longo do texto já pudemos identificar a origem social da maior parte dos colonizadores dos sertões onde se desenvolveu a economia pastoril. O deslocamento populacional das vilas localizadas no litoral leste, isto é, na zona do açúcar, propiciado pela formação das tropas institucionais que combateram nas guerras dos bárbaros, foi o principal motor de crescimento da população no sertão. As chamadas vilas do açúcar estavam cheias do que se chamou naquela sociedade de *vagamundos*, *vadios* e *facínoras*. Segundo Kalina Vanderlei Silva (2010, p. 133),

O deslocamento forçado de pobres e *vadios* dos núcleos urbanos açucareiros para o sertão respondia assim a uma *política de desfogar os saturados núcleos originais*, sem prejudicar o empreendimento agroexportador. A escravidão só convivia até certo ponto com a mão-de-obra livre urbana, e aqueles que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho terminavam por ser um risco ou, na melhor das hipóteses, um empecilho à colonização açucareira. *A melhor saída para isso era recrutar o excedente populacional, basicamente os vadios e pobres livres menos estabelecidos, inseri-los em uma forma de degredo útil e mandá-los combater os índios do sertão.* (Grifo nosso).

O chamado *degredo útil* deixava os portos e vilas importantes da zona açucareira livres de saques, assaltos, mendicância, desordens, entre outras quebras de regras sociais que pouco interessava aos agentes do comércio açucareiro, principalmente na época da chegada das cargas de açúcar dos engenhos e do carregamento dos navios. Os primeiros conquistadores do sertão foram, em grande parte, elementos indesejados naquela sociedade e que não se enquadraram num sistema socioeconômico que gerava pouca demanda de ocupações e trabalho para homens livres. Assim, esta população foi lutar contra os índios nos sertões para depois receberem como pagamento algumas terras para criarem seus gados, formando conseqüentemente relações de trabalho.

A historiografia, principalmente baseada em Capistrano de Abreu, tornou clássica a máxima de que a pecuária era uma atividade econômica de uma população eminentemente livre, argumentando que a escravidão era dispensável neste caso, sendo inclusive mal vista pelos donos de terras, pois a imensidão e a liberdade do sertão tornariam a fuga mais fácil.

Porém, as pesquisas com a documentação que contradiz esta visão encaminhou, desde os anos 1970, a produção historiográfica para uma revisão, colocando também a escravidão, seja negra e/ou indígena, nas relações de trabalho do pastoreio. Sem dúvidas, a relação, e mesmo a proporção, de um plantel de escravos na zona de produção açucareira era bastante diferente daquela que se identifica nos sertões.

Foi o historiador e antropólogo Luiz Mott quem, no final dos anos 1970, pesquisando em arquivos portugueses e brasileiros, mostrou a larga existência de escravos na criação de gado nos sertões do Piauí ²⁶. No caso da capitania do Siará Grande, fica evidente na documentação a disputa entre os missionários da Companhia de Jesus e os colonizadores que, no início do século XVIII, guerreavam contra os índios e, baseados na premissa de uma guerra justa, aprisionavam os nativos para trabalharem em seus currais. Em uma consulta sobre uma carta do Padre Domingos Ferreira Chaves e uma exposição do padre António de Sousa Leal, os membros do Conselho Ultramarino argumentam que o segundo missionário

(...) expos Largamente em Hum papel as grandes violências e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os Indios do Piaui, Ceará e Rio grande, cappitanias contiguas com q assistio, e Refere muitos cazos de guerras não Só injustas nas aLeivozias e m^{tas} [muitas] mortes e cativeiros feitos debaixo de pax e amizade, sendo chamados os Indios de preposito e convidados com engano para esta aleivozia e mortos a Sangue frio aquelles que são capazes de tomar armas para a Seu salvo lhe cativarem as molheres e filhos (...) [e] lhes obrigam a trabalharem p^a [para] elles sem dispendio e Sem Sustento (...) ²⁷.

O aprisionamento de índios através de guerra “injusta”, na visão dos jesuítas, é recorrente na capitania do Siará Grande. As disputas giravam em torno do controle daquelas populações. Os jesuítas, em sua missão de expansão da fé católica na América, buscavam garantir a vivência dos índios dentro das aldeias e missões espalhadas no Siará Grande para que lhes fosse garantida certa liberdade, ou seja, não fossem aprisionados índios já catequizados para servirem de escravos nas fazendas e currais do sertão. De outro lado, os colonizadores necessitavam de mão de obra, mesmo que diminuta, com o intuito de criarem seus gados e plantar alimentos para seu sustento. Analisando as concessões de cartas patentes

²⁶ Ver deste autor: MOTT, Luiz. *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*. In: DIAS, Claudete Miranda; SOUSA, Patrícia de. (Orgs.) **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EdUFPI, 2010. E MOTT, Luiz. *Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil*. In: **Revista de História**. Ano XXVII, vol. LIII, nº 105. São Paulo: FFCL-USP, 1976.

²⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 67. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a carta do padre Domingos Ferreira Chaves, missionário-geral e visitador-geral das missões do sertão da parte do norte no Ceará, e exposição do padre António de Sousa Leal, missionário e clérigo do hábito de São Pedro, sobre as violências e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os índios do Piauí, Ceará e Rio Grande. 1720, outubro, 29, Lisboa. (Grifo nosso).

durante o processo de conquista do sertão da capitania do Siará Grande, José Eudes Gomes (2009, p. 113) aponta que

(...) apesar do reduzido número de patentes militares que chegaram até nós relativas ao período de conquista efetiva nos sertões do Ceará durante as “guerras dos bárbaros” entre as décadas de 1680-1720, pode-se dizer que essa espécie de salvo conduto para a guerra e escravização indígena declarada na expedição de patentes, consistindo na instituição de um privilégio particular ao seu concessionário, foi relativamente comum no texto das primeiras cartas de nomeação para postos militares na capitania.

Quando da tentativa de trocar a jurisdição da Missão da Ibiapaba – importante aldeamento onde estivera inclusive Antônio Vieira – do Siará Grande para a capitania de São José do Piauí, pois se localizava na fronteira entre elas, o Padre João Guedes, então procurador geral das missões no Brasil, e o Padre Antônio de Sousa Leal apressaram-se em mandar petições e representações ao Conselho Ultramarino, informando que,

(...) os Indios impugnão esta mudança e se mostram summam^{te} desconsolados com ellas; e os officiais da Cap^a[capitania] do Ceará e os Missionários e pessoas Ecclesiasticas e Seculares mais consideráveis daquela capitania Representao os grandes prejuízos que podem resultar aquella capitania desta desmembração e mostram o grande receio que tem de que os Indios desertem e exasperados com aquella sojeição ao Governo do Maranhão, o q já experimentarão intolerável em dous anos e meio (...) ²⁸.

Neste caso, fica evidente que os “oficiais do Ceará”, ou seja, os *homens bons* da capitania que possuíam seus gados estavam ao lado dos missionários no intuito de garantir o controle da Missão da Ibiapaba pela capitania do Siará Grande, mantendo assim um grande repositório de mão de obra indígena para seus currais e fazendas. Observamos isso, inclusive, no documento anterior, no qual o padre “fala” em nome de vários setores da população: missionários, oficiais da capitania e também dos índios, que estariam receosos com a troca de jurisdição.

A utilização de mão de obra indígena seja cativa ou livre nos currais do sertão do Siará Grande seria, de acordo com a historiografia, dominante, isto é, escravos negros eram poucos ou nenhum. Havia, inclusive, legislação sobre o aprisionamento e comércio de índios cativos desde 1701, sendo reforçada por uma *Ordem Régia de 11 de janeiro de 1711*, onde El

²⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 66. AHU-CE: CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre as petições e representações que fizeram o procurador das missões do Brasil, Padre João Guedes e o missionário Antônio de Sousa Leal, em que se referem aos danos que a aldeia da serra da Ibiapaba poderá sofrer se for executada a ordem de a retirar da jurisdição do Ceará. Anexo: requerimento, decreto e lista.

Rey ordenava “que não se comprasse escravos indígenas senão em hasta pública nos lugares populosos” (ARARIPE, 1958, p. 106). Portanto, a administração régia estava preocupada em regular o comércio de índios e não em tentar coibi-lo, pois nesta época a supervalorização do preço dos escravos africanos, por ocasião da grande demanda das minas, não permitia que os donos de currais tivessem cabedal financeiro para comprá-los.

No curral, que era a unidade básica da economia pecuarista, podemos definir algumas atividades básicas e uma vivência diária de alguns trabalhadores em torno da conservação do criatório. A vigilância do gado, a manutenção dos pastos, a construção de algumas cercas em torno de poços e olhos d’água, visando garantir a não contaminação pelos bois, porcos e galinhas, além do trabalho desenvolvido nos “roçados”, que tinham como objetivo o abastecimento de gêneros básicos de consumo para as famílias dos trabalhadores.

O vaqueiro era tido como um “gerente do curral” e comandava os trabalhos naquele espaço onde ele poderia possuir seus “homens de confiança” ou escravos. Nota-se que, apesar de generalização atual do termo *vaqueiro*, equivalente a todo aquele que trabalha na lida com o gado, no período aqui estudado havia uma distinção. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (2002, p. 138), durante o período colonial

(...) o vaqueiro é homem livre de prestígio e posição única na fazenda ou curral, tratado nos documentos por *senhor*, e se distingue claramente de seus homens. Estes, *camaradas*, *cabras* ou *fábricas* ocupam uma posição subalterna, inferior, e não tratam diretamente com os proprietários.

Os demais trabalhadores dos currais eram, portanto, “funcionários” do vaqueiro, podendo ser, em alguns casos, escravos de propriedade dele ou do dono do curral. A diversidade era, na verdade, a regra quando se trata da pecuária. Ao listar os “tipos humanos” da pecuária, José Alípio Goulart começa pelo *vaqueiro*, o “mais nobre” trabalhador das zonas de pastoreio, e que no sul é chamado de *peão*. O passador de gado, segundo Goulart, era o *boiadeiro*, isto é, era “um intermediário quer como vendedor quer como comprador”. Havia ainda o *cangaceiro*, “produto da ignorância, da insegurança, da deseducação, de uma Justiça incipiente e deturpada” e o *jagunço* que seria “o criminoso escoteiro, mercenário, sem ligações com bandos e sem sujeição a eles”, isto é, “trabalhava por empreitada”. Outro funcionário do curral era o *cabra*; que “era o agregado, a serviço do fazendeiro (...) [e] andava incólume resguardado pelo poderio do seu senhor”. Além de todos estes ligados diretamente à lida com o gado, Goulart aponta o *cantador*, o *beato*, o *curandeiro* e o *penitente* como outros “tipos humanos” das zonas da pecuária. (GOULART, 1965, p. 144-191).

Nesse sentido, percebemos uma estratificação no que poderíamos chamar de “mundo do trabalho” na pecuária sertaneja. Assim como nos engenhos da zona do açúcar algumas profissões eram específicas e davam certo prestígio, na atividade pastoril do século XVIII tivemos certos elementos sociais que adquiriram certa distinção, o que construiu na historiografia uma visão de que ali poderia ocorrer ascensão social. Ou seja, a partir do pagamento recebido pelo vaqueiro pelo seu trabalho em gado vivo, o qual era atribuído quase que geralmente o sistema de *parceria* ou *quartiação* (ANDRADE, 1980, p. 179-202), ele teria a possibilidade de criar seu próprio rebanho e quem sabe um dia ter sua terra e viver de seu criatório. Embora casos assim possam ter acontecido, não era regra que um vaqueiro, homem livre geralmente pobre, chegasse a ter um rebanho considerável nem terras próprias para criá-lo. Seria mais plausível criar seu gado junto ao do patrão, tendo assim acesso aos melhores pastos e a um melhor preço no momento da venda nas feiras.

A complexidade que foi tomando conta da pecuária desde que a criação aumentou fez com que a atividade demandasse ainda mais mão de obra e além do vaqueiro e seus “cabras” havia o condutor, passador, tangedor e outros agentes que trabalhavam diretamente com o gado, principalmente no transporte e venda destes nas feiras que ficavam nas proximidades dos grandes centros da zona do açúcar. Todos esses trabalhadores envolvidos na atividade pastoril, e nunca foram poucos se considerarmos as “marcações” e “juntas” feitas anualmente antes de tanger os bois para as feiras, “formavam um universo próprio, com dinâmica original e constituem-se em elementos de uma cultura rústica, que ainda hoje resiste à modernidade dissolvente” (SILVA, F., 2002, p. 142). Apresenta-se, assim, uma divisão do trabalho no curral e uma nítida especialização na complexa hierarquia dos trabalhadores da pecuária. Estas relações nos ajudarão a pensar numa divisão do trabalho dentro das oficinas de salga na vila do Aracati.

2.3.4 Os “caminhos do gado”: pecuária e comércio

O sistema econômico que tinha sua base em currais espalhados pelos sertões das capitanias da Parahyba, Rio Grande, Pernambuco, Bahia, Siará Grande e do Piauí, como já foi dito, teve como uma de suas motivações o interesse de setores comerciais das regiões produtoras de açúcar interessados em suprir de gado os engenhos, como força motriz, e as vilas e cidades de carnes verdes. Desta forma, ocorria o deslocamento do gado, que era tanguado por trabalhadores dos currais, pelo sertão, principalmente seguindo os rios e riachos, tendo em vista garantir suprimentos de pastos e água para as rezes. Fazia-se assim o “caminho

de volta” que fora seguido pelos conquistadores desde as décadas de 1660/70. Segundo Capistrano de Abreu (1988, p. 55),

Em geral formava-se uma linha muito sinuosa que evitava as matas onde o gado não encontraria o que comer; as serras onde as chuvas mais freqüentes produziam, às vezes, florestas luxuosas como as Orobó, os desfiladeiros arriscados, as catingas mais bravas, as travessias órfãs de água.

Eram assim esquadrihados os chamados *caminhos* ou *estradas do gado*. Estas vias de comunicação tiveram importância fundamental na integração de pequenos trechos percorridos por alguns trabalhadores que se sentiam ameaçados ainda no começo do século XVIII com os ataques de índios às boiadas. A partir daí o gado marcado serviu para distinguir as rezes e boiadas com mais de 100 bois que chegavam às feiras do litoral.

Sendo o rio Jaguaribe o mais importante da capitania do Siará Grande, a chamada *Estrada Geral do Jaguaribe* era movimentada e, segundo Carlos Studart Filho “partindo da região do Aracati, rio acima, transpunha o Jaguaribe em Passagem das Pedras, atravessava os lugares onde hoje são as cidades de Russas e Icó, subindo depois o Salgado até quase suas nascentes” (STUDART FILHO, 1937, p. 28), integrando assim a parte leste e sul da capitania, chegando à tríplice fronteira com Pernambuco e Parahyba.

Havia outras estradas importantes no sertão como a *Estrada Velha*, muito utilizada no decorrer do século XVII, que seguia o litoral para fugir dos constantes ataques de índios pelo sertão. Outra era a *Estrada da Taquara*, usada pelos holandeses para adentrar no sertão acompanhando o rio Pajeú que desaguava próximo ao Forte Schoonenborch. Além destas, a *Estrada Nova das Boiadas* ligou o sertão da capitania de São José do Piauí ao Siará Grande, principalmente quando morria muito gado durante as secas, pois era naquela capitania que se buscavam os novilhos para recomençar a criação. Ligando o Siará Grande à Parahyba havia a *Estrada Crato-Piancó*, por onde chegou a cana de açúcar no cariri cearense em meados do século XVIII, dando origem aos engenhos produtores de cachaça e rapadura no século XIX. Todos esses caminhos e estradas formaram, em seus entroncamentos, diversas vilas, moradas e pousos onde se juntavam e marcavam-se gados e que continuam hoje na cultura do sertanejo nas chamadas *vaquejadas* (STUDART FILHO, 1937, p. 15-47). Possivelmente tais caminhos já eram utilizados por indígenas e foram apenas apropriados pelos colonizadores.

O abastecimento de carnes verdes de grandes centros como Salvador e Olinda/Recife ficou a cargo dos criadores e trabalhadores do sertão que transpondo as agruras e perigos do

interior do continente chegavam com seus gados nas feiras do litoral. Escrevendo no início do século XVIII, Antonil (1982, p. 202) observou que

Constam às boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentos e trezentas cabeças de gados (...). Os que trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos pelo gado, e outros vêm atrás das rezes, tangendo-as, e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amontoem.

As jornadas eram longas e feitas anualmente com origem em vários lugares do sertão. E, repetindo a epígrafe deste capítulo, Antonil (1982, p. 200) afirma, sobre os sertões da capitania geral de Pernambuco, que “os currais desta parte hão de passar de oitocentos, e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas para o fornecimento das fábricas dos engenhos (...)”. Porém o gado que chegava às feiras não era, geralmente, logo abatido e comercializado nos mercados públicos. Como veremos no início do próximo capítulo, alguns agentes comerciais do litoral comprava o gado e revendiam somente depois da engorda, subvalorizando o preço pago aos criadores.

*

Em resumo, fica neste capítulo nossa sistematização conjuntural – que começou pela situação política em Pernambuco, passando pela política de distribuição de terras no Siará Grande e terminando na pecuária como ponta de lança para a conquista do sertão – onde lançamos as bases para analisarmos, no próximo capítulo, a queda na venda do gado vivo nas feiras do litoral associada à produção e ao comércio das carnes secas em povoações chamadas de *portos do sertão*. Em seguida problematizarmos a criação da vila de Santa Cruz do Aracati, baseada em uma motivação econômica, além de sua dinâmica social no chamado *tempo das carnes* e, por fim, a utilização de trabalhadores livres e escravos nas oficinas ou salgadeiras, discutindo ainda sobre hierarquia e divisão do trabalho nestas *fábricas*.

CAPÍTULO 3

“Tempo das carnes” no Siará Grande

(...) é sem duvida ser muito conveniente haver justiça naquelle lugar
*Porq além de haver nelle muitos moradores quando o he no tempo das carnes
e oficinas se faz muito populozo pela concorrência de muitas sumacas e gente q’ dessem
destes certoens com inumeráveis gados a fazerem suas negociaçoens donde haum
haverem muitas contenddas muitas pendenciaiz e alguãs mortes.*²⁹

As situações históricas, conjunturas e práticas políticas e sociais analisadas no capítulo anterior nos servem de alicerce para esquadriharmos o objeto central de nossa dissertação: a produção e o comércio das carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati, incluindo a dinâmica social gerada nesta vila em decorrência do aumento populacional e das tensões sociais, durante o período de fabricação e comercialização de produto.

Neste terceiro capítulo, para dar conta do que podemos identificar como “primeira parte” do objetivo, analisaremos como a queda no comércio de gado vivo nas feiras do litoral influenciou no início da produção em larga escala de carne secas e salgadas nos núcleos populacionais do sertão mais próximos ao litoral. Isto é, as boiadas passaram a ser tangidas para os centros locais de fabricação e comercialização de mantas de carnes secas, os chamados *portos do sertão*.

Nossa análise é centrada na concepção de que estes processos foram simultâneos, isto é, não ocorreu exatamente o fim do comércio de gado vivo para que fosse iniciada a produção das carnes secas nas oficinas de salga. Nesse sentido, iremos investigar, no segundo tópico, como se deu o processo de criação da vila de Santa Cruz do Aracati, constituindo-se como um caso único na capitania por ter como justificativa controlar o comércio de carnes secas, passando de um povoado onde se localizava um *porto dos barcos* à vila mais importante da capitania.

No tópico seguinte, faremos a problematização do que resolvemos chamar de dinâmica social na vila de Santa Cruz do Aracati, gerada em torno da produção e do comércio de carnes secas. Aí estão incluídas as querelas em torno do aumento do termo da vila, também as disputas entre a Câmara Municipal e os donos de oficinas em relação à localização das

²⁹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 304. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe. (Grifo nosso).

fábricas de carnes, além de autos de querela abertos para investigar ferimentos feitos em escravos, assaltos a mascates, roubos de gado, assassinatos, etc.

No quarto e último tópico do capítulo será feita a problematização da atividade de produção das carnes secas em si. Desde os aspectos de controle sobre as oficinas, como a cobrança de foro a partir das últimas três décadas do século XVIII, até a análise da mão de obra utilizada, livre e/ou escrava, e da organização do trabalho no âmbito das oficinas (hierarquia, especialização, divisão etc.).

3.1 O declínio do comércio do gado em pé e a salga das carnes

O comércio do gado originário dos criatórios nos sertões, feito nas vilas e feiras localizadas próximas ao litoral açucareiro, teve como consequência a formação de caminhos e estradas, como mostramos no capítulo anterior, que tiveram fundamental importância na integração dos núcleos de povoamento do interior do continente. As fazendas e vilas que se especializaram em engordar o gado passaram também a produzir alimentos e ajudaram a suprir as “vilas do açúcar” em seus momentos de crise de abastecimento. Porém, aproximadamente a partir da segunda década do século XVIII, o comércio de gado que integrou o sertão e o litoral pelos caminhos do interior começou a dar sinais de decadência e crise, principalmente pelo aumento da frequência de longos períodos de estiagem que inviabilizavam as chamadas “longas marchas” pelo sertão.

Não há consenso entre os historiadores sobre os motivos ou causas diretas da decadência, embora a maioria aponte que os criadores de gado das capitanias do Piauí, que faziam o fornecimento para a Bahia através da Estrada do São Francisco, e do Siará Grande, que forneciam para Pernambuco, passaram a enxergar desvantagens no comércio de seu gado vivo nas feiras e fazendas de engorda do litoral leste. Ou seja, as agruras do sertão, como a falta de pastos para o gado nos períodos de secas ou a dificuldade de locomoção durante as cheias que tornavam alguns rios quase intransponíveis, acabaram por diminuir o valor do gado, tornando mais vantajoso para os comerciantes das feiras adquirirem um gado “menos sofrido” e de melhor qualidade que vinham de criatórios mais próximos do Rio Grande e Parahyba.

Numa situação histórica em que a prática do absenteísmo também entrara em decadência, principalmente em consequência da mais rigorosa fiscalização dos agentes régios sobre o uso efetivo da terra, os donos dos currais passaram a morar próximos às suas criações, fazendo com que os negociadores de gado nas feiras fossem, e eram em sua maioria, os

próprios vaqueiros e trabalhadores que tinham a tarefa de “tanger” o gado até o litoral e “passar” as reses aos comerciantes. Montava-se assim uma rede de interesses onde o preço do gado era subvalorizado, pois a mercadoria tinha baixa qualidade pelo excesso de músculos ganhos na caminhada e diminuto peso, precisando antes ser engordado, o que caracteriza tal comércio como uma revenda. Em uma passagem clássica da historiografia cearense ligada ao Instituto Histórico do Ceará, Renato Braga (1947, p. 150) afirma que

Um anônimo teve a idéia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica do preparo da carne seca, conhecida de todos os criadores. A idéia dominou o litoral pastoril que, além da matéria-prima abundante, possuíam outros fatores locais asseguradores de êxito: vento constante e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem da época.

Para o autor, escrevendo ainda nos anos 1940, a técnica da salga de carnes era dominada por todos os criadores e fora aplicada para concorrer com os gados criados na Parahyba e no Rio Grande, além do próprio sertão pernambucano, que estando mais próximos teriam uma vantagem na conservação do gado ainda com pouco músculo e bom peso para a venda nas feiras. Braga (1947, p. 150) completa sua “hipótese” afirmando que “a carne nordestina, que até então atingira os mercados com os seus próprios pés, agora iria alcançá-los e fazer novas conquistas, por via marítima”. Apesar do autor, no decorrer do texto, dedicar algumas páginas ao que chama de “empório das carnes secas”, isto é, a vila de Santa Cruz do Aracati, ele não chega a conjecturar ou pelo menos arriscar quando se deu o início da salga das carnes na região, apenas indica que teria sido ainda na primeira metade do século XVIII.

No primeiro e importante estudo dedicado exclusivamente às oficinas de carnes secas no Ceará, Geraldo Nobre se contrapõe à opinião de Renato Braga acerca do conhecimento disseminado da técnica da salga de carnes. Para ele

Existem razões para se admitir (...) que a técnica adotada pelos fazendeiros jaguaribanos constituiu, de certo modo, uma inovação, envolvendo um segredo ciosamente mantido por algumas pessoas, com objetivos de monopólio do preparo e do comércio da **carne do Ceará**. (NOBRE, 1977, p. 49). (Grifo do autor).

Em seu texto, Nobre aponta possibilidades como a adaptação de técnicas indígenas de conservação da carne, levando em conta também a influência de cortes específicos nas carnes utilizados pelos europeus. De modo geral, este autor atribuiu fatores diversos que

contribuíram para a produção de carnes secas, inclusive os que já foram citados acima, mas ao contrário de Renato Braga, ele investigou a origem das oficinas na região da foz do rio Jaguaribe e, depois de elencar algumas possibilidades, acaba apontando as terras de propriedade dos descendentes do comandante holandês Joris Garstman, o “primeiro a consumir o domínio holandês sobre o território cearense, em 1637, [e que] casou-se com uma norte-riograndense” (NOBRE, 1977, p. 62), como possível sítio onde se iniciou a “evolução” da técnica de salgar carnes.

Seus descendentes teriam sido os pioneiros na colonização do Jaguaribe, próxima à região da futura vila do Aracati, “onde Teodósio de Gracismão (ou Gracisman) obteve sesmaria, em 1683, na própria barra do rio” (NOBRE, 1977, p. 62). E, continua Nobre (1977, p. 63), “foram estas as terras onde, precisamente, surgiram as **oficinas** aracatienses e, em 1748, se erigiu a Vila, sendo, então de Matias Ferreira da Costa por sua mulher D. Paula de Barbosa, neta o dito Teodósio de Gracismão”. Em outras palavras, para Geraldo Nobre (1977, p. 63):

(...) as oficinas constituíram uma solução local para um problema econômico de grande significação para o povo brasileiro, e uma demonstração da capacidade dos primeiros povoadores do Jaguaribe de fazer uso de uma técnica, senão de inovar um processo, com o qual auferiram um grau de prosperidade e bem estar infelizmente não preservado.

Em outro importante estudo sobre a produção das carnes secas na capitania do Siará Grande no século XVIII, Valdelice Girão (1984, p. 105) leva em conta que a “impossibilidade de concorrer comercialmente com os rebanhos oriundos dos sertões da Capitania e de suas vizinhas”, teve importância na queda do comércio de gado nas feiras do litoral e, a partir daí, surgiram “(...) as fábricas de beneficiar carne, as chamadas Oficinas, Charqueadas ou Feitorias; instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreau”.

A autora chama atenção, também, para a relativa rentabilidade desta produção destacando que “as instalações das Oficinas na desembocadura dos rios, permitindo um embarque direto do produto das fábricas aos mercados, favoreceu o desenvolvimento das **feitorias** e o progresso da Capitania” (GIRÃO, V., 1984, p. 106). Em síntese, Valdelice Girão não contribuiu muito para o debate acerca do *surgimento* das oficinas, principalmente suas motivações locais, fossem sociais, econômicas e culturais, ou regionais, como, por exemplo, a formação de uma demanda por produto alimentício de consumo geral que tivesse uma durabilidade maior e que pudesse ser transportado em viagens marítimas que durassem meses.

Sua contribuição se deu mais na investigação que empreendeu sobre os fatores sociais e urbanos da salga de carnes na vila do Aracati, principalmente.

Os autores citados anteriormente produziram seus estudos em dois contextos e com propósitos diferentes e não obtiveram êxito nas tentativas de encontrar uma *origem* ou datar o surgimento das oficinas de salga na conjuntura de queda do comércio do gado criado nos sertões nas feiras do litoral. A impossibilidade de encontrar tal origem não está alojada na qualidade dos historiadores, pois Geraldo Nobre e Valdelice Girão se apoiaram num variado número de fontes para a época em arquivos no Ceará e em Pernambuco. O problema reside na falta de documentação relativa ao período em questão: o início do século XVIII. A intensificação da produção de documentos para as regiões produtoras de carnes secas só aconteceu quando da criação das vilas, principalmente as de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1738), Santa Cruz do Aracati (1748) e a Vila Distinta e Real de Sobral (1773), isto é, o que se produziu acerca desta conjuntura fora perdido ou está muito esparso nos papéis das vilas de São José de Ribamar do Aquiraz (1700) e da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1726), as primeiras criadas na capitania.

Apesar da documentação diminuta, podemos observar a importância da pecuária para a economia da capitania, que estava atrelada a interesses que envolviam disputas entre os agentes régios, como o capitão-mor e alguns meirinhos, e os chamados *homens bons* da vila de São José de Ribamar do Aquiraz, quando, em 1730, os *moradores da vila do Aquiraz* se queixaram ao rei, D. João V, *do fato de lhes ter sido tirado o contrato das carnes pelo capitão-mor Manuel Francês*.

Na representação, os moradores reclamaram que “O Captm. [Capitão] Mor Manuel Frances erigiu no sitio da Fortaleza hua v^a[vila] E nela criou e o otro offios.[ofícios] de escriviam, e dois meyrinhos”, isto é, suprimiu a jurisdição que antes pertencia à vila de São José de Ribamar do Aquiraz e ainda tirou

tãobem o contrato das carnes que V.M^{de}[Vossa Majestade] foi cervido como Ceder a Esta V^a[vila]. p^a[para]. as dezpezas do Conselho [e] deste procedime^{to} [procedimento] tem nacido mil Ruinas entre os moradores de Hua E otra V^a[Vila]³⁰.

A fundação de uma segunda vila na capitania, muito próxima à sede, como no caso de Fortaleza e Aquiraz, criou uma disputa que só diminuiu com o crescimento da vila de

³⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 107. AHU-CE: REPRESENTAÇÃO dos moradores da vila de Aquiraz ao rei [D. João V], em que se queixam do fato de lhes ter sido tirado o contrato das carnes pelo capitão-mor Manuel Francês a pedir providências.

Santa Cruz do Aracati na segunda metade do século XVIII. Além disso, baseando-nos no mesmo documento, observamos que o dito contrato das carnes cobria as despesas da Câmara (Conselho) da vila do Aquiraz, no caso a sede da capitania, e era de grande interesse, pois no mesmo requerimento os habitantes ainda *rogam* ao rei que “confirme o contrato das carnes da Capp^{nia}[capitania]. que nos em feito m^{ce}.(mercê) pois não temos com que suprir as dezpezas da Caza”³¹. Em que pese certo exagero por parte dos vereadores, a criação de gado naqueles sertões certamente era o item que mais arrecadava impostos para a instituição camarária, o que nos faz acreditar que o capitão-mor Manuel Francês quis com sua “troca” de jurisdição tomar conta desta arrecadação, deixando de fora a sede da capitania.

No ano seguinte chega ao Conselho Ultramarino mais um requerimento, desta vez de Manuel da Silva Lima e Jerônimo da Fonseca, arrematantes dos dízimos reais da ribeira do Jaguaribe, que pedem o perdão parcial de sua dívida, pois uma forte chuva causou “inundação de Agoa tão grande, e Extraordinária, que não se chegou aos valles, mais tãobem chegou a cobrir partes mais altas levando muitas casa”, isto é, deixando muitos estragos entre os moradores da ribeira. Temos o exemplo aqui do que vai se alternar com a seca nos pedidos de dispensa do pagamento de arrematadores no sertão: as enchentes. As características climáticas ali podem ser também extremas, estiagem ou chuva em excesso. Continuaram os arrematantes argumentando que a cheia

(...) afogou a *mayor parte dos cavallos, e bois que havia na dita Ribeira, sendo este gênero só o de que se pode fazer dinheiro nesta Comarca* e que os supp^{tes}[suplicantes] recebem muita perda no referido, de Sorte (...) [que] não poderá cobrir a terça parte de suas arrematações³².

No trecho citado acima, os requerentes fazem referência à ribeira do Jaguaribe, onde se localizava o “lugar do porto dos barcos do Aracati”, a futura vila, que tinha como maior gênero os bois e cavalos, sendo os criadores os mais afetados pelas cheias, não podendo pagar o imposto aos arrematantes, que pagaram pelo ano de 1728 dois contos e trezentos mil réis e, pelo de 1729, seis mil cruzados e oitenta e dois mil réis³³.

Como observamos nos documentos citados, a criação de gado formava a base econômica da capitania do Siará Grande, despertando assim interesses de agentes régios e de arrematantes de impostos. Isto quer dizer que havia disponibilidade de gado suficiente para

³¹ *Idem.*

³² AHU_ACL_CU_017. Cx. 2, D. 124. AHU-CE: REQUERIMENTO de Manuel da Silva Lima e Jerônimo da Fonseca, moradores da vila de São José de Ribamar, ao rei [D. João V], a pedir que sejam perdoados parte dos dízimos que arremataram por causa de uma violenta cheia que matou o gado. (Grifo Nosso).

³³ *Idem.*

iniciar uma manufatura que produzisse excedentes. Talvez o couro fosse o primeiro produto da matança de bois que interessasse aos consumidores locais, mas e a carne? Sem dúvida nos locais de conservação da época não durariam muito tempo. Assim, o emprego de uma técnica para conservá-las para consumo posterior pode ter surgido do que “sobrava” após a retirada do couro, isto é, as mantas de carnes frescas que logo iriam apodrecer. Segundo José Alípio Goulart (1965, p. 93),

Com a salga das carnes, evitava-se o ônus do *subsídio de sangue*, taxa de 400rs. por boi e 320rs. por vaca, cobrados dos que eram abatidos para venda nos açougues. Salgando as carnes, não só evitava-se o prejuízo resultante das longas travessias com o gado em pé, como dava-se durabilidade ao produto. Todas essas vantagens incrementaram, de muito, a indústria saladeiril no Nordeste.

Nessa perspectiva, podemos intuir que um grande problema para as autoridades administrativas na colônia era a conservação das carnes. Nos grandes centros como Recife, Salvador e Rio de Janeiro o abate de carnes era feito, de acordo com as regras, em matadouros públicos, mas o comércio ilegal, que tornava o produto mais barato, acontecia normalmente nas feiras e lojas nos centros, onde a população mais miserável comprava a carne estragada, de vez que eram poucas as oportunidades de se consumir tal iguaria.

Na década de 1670, os açougues da cidade de Salvador, ainda capital da colônia, passaram a sofrer severa fiscalização, pois a carne vendida nestes lugares era “tão magra e em tal estado, que se entende que de a comer o povo há nela muitas doenças também, de que é geral queixa”³⁴. Isto é, a propagação de doenças nos centros urbanos da América Portuguesa estava ligada à má alimentação e às péssimas condições de conservação dos alimentos em terras de clima tão quente. Na cidade de Salvador, alguns casos deste tipo tornaram-se tão sérios que era

(...) notório que se guardam, nas talhas dos açougues desta cidade, ordinariamente carne magra e com mau cheiro, de tal sorte que entendem os médicos desta cidade, professores da ciência da medicina, que é a carne ruim que se come agora causa das doenças que há na rua [e] que não havia antigamente³⁵.

³⁴ Atas da Câmara de Salvador, vol. 5, p. 78 (16.11.1672) *apud* ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 49.

³⁵ Atas da Câmara de Salvador, vol. 5, p. 332 (29.10.1682) *apud* ARAÚJO, Emanuel. *Ibid.* p. 60.

Parece-nos, então, que é possível estar neste ponto uma das principais motivações para a queda na venda de gado vivo e a disseminação do comércio de carnes secas fabricadas nos *portos do sertão* para os grandes e médios centros urbanos do litoral leste da América Portuguesa: a carne estragada prejudicava as vendas, pois causava desconfiança entre os agentes da Coroa e doenças em seus consumidores, e um produto de maior duração como a carne seca e salgada encontrou entre setores diversos da sociedade seu mercado consumidor. Serviram também como mistura na alimentação dos escravos, tempero para o pouco feijão consumido diariamente, mantimento para soldados das tropas, entre outros.

Outra motivação que muito provavelmente concorreu para a ampliação de um mercado consumidor de carnes secas foi a expansão da conquista em direção às Minas Gerais e a consequente demanda por alimentos. São coincidentes o período que declina o comércio de gado vivo, quando provavelmente se expande a produção de carnes secas, e o enfrentamento final entre paulistas e emboabas na região mineradora, ou seja, a partir da década de 1720, o crescimento populacional desta região criou um grande e imediato mercado para abastecimento.

É fundamental lembrarmos que um dos primeiros caminhos de expedições e depois de exploração da região das minas fora o sertão da Bahia, principalmente o que subia o rio São Francisco até próximo ao rio das Velhas, importante local de extração de ouro. De acordo com Mafalda Zemella (1990, p. 69), a Bahia

Era uma zona de povoamento antigo, bem aparelhada para o comércio; no seu sertão, multiplicavam-se os currais, que já haviam ganho as margens do São Francisco, numa crescente expansão rio acima, na direção das minas. A Bahia era, além disso, importante centro importador de artigos europeus, gozando da vantagem de estar mais próxima da Europa do que os portos sulinos do Brasil.

Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, os negociantes que faziam o comércio da Bahia com a região das minas foram proibidos de exercerem sua atividade pelo próprio *Regimento das Minas* em 1702. Todavia, essa proibição, como tantas outras do período, não fora obedecida e devido à grande extensão daqueles sertões e da dificuldade da Coroa Portuguesa em implantar rapidamente e com eficiência os “registros” previstos no mesmo *Regimento*, os comerciantes do sertão continuaram a praticar sua atividade. Sobre isto, Ângelo Carrara (2007, p. 131) afirma que “à medida em que a ocupação do vale do São Francisco ia se fazendo, a validade da proibição que pesava sobre a estrada da Bahia ia assim desaparecendo”.

Formaram-se, assim, dois caminhos diferentes vindos do sertão que faziam parte do abastecimento das Minas Gerais. Na margem direita do São Francisco as estradas que vinham do Recôncavo Baiano e na margem esquerda os caminhos que se originavam no sertão de Pernambuco, abastecendo também a região de Goiás (ELLIS, 1961, pp. 7-8). Os produtos que chegavam eram diversos e concorriam com outros similares fornecidos pelas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas uma característica de mercado abastecedor baiano/pernambucano eram as boiadas que, diferente dos outros caminhos, não enfrentavam subidas ou descidas difíceis, chegando com melhor qualidade para serem abatidas. Segundo Zemella (1990, p. 176),

(...) como complemento à carne fresca, carregamentos volumosos de carne de porco salgada eram levados às minas pelos caminhos paulistas, *bem como carnes secas chegavam às Gerais pelo caminho do sertão*. Quando, no fim do século XVIII, apareceu no Rio Grande do Sul o processo do charque, as carnes assim preparadas foram também enviadas à Capitania das Minas Gerais. (Grifo nosso).

A afirmação da autora em seu clássico estudo sobre o abastecimento da região mineradora é também respaldada no estudo mais recente de Ângelo Carrara, baseado em pesquisa exaustiva sobre o mercado interno de abastecimento das Minas. Este autor organizou tabelas onde aparece um volume considerável de carnes secas sendo registradas no fluxo mercantil originado no Caminho Velho e Sertão em direção às Minas Gerais em uma época que a produção de charque estava longe de estar organizada no sul da colônia. Ou seja, há evidentemente uma probabilidade grande de que as carnes secas produzidas na vila de Santa Cruz do Aracati fossem consumidas na região mineradora da América Portuguesa. Por questão de divisão de assuntos, os circuitos mercantis envolvidos no negócio das carnes secas serão trabalhados no capítulo final da dissertação. Por enquanto, ficamos com estes indicativos relevantes para que os criadores de gado *vacum* deixassem de vender seu gado vivo e passassem a fabricar carnes secas e salgadas no sertão.

Enfim, a convivência entre carnes frescas, abatidas nos grandes centros, e carnes secas e salgadas, fabricadas no sertão, deu-se durante boa parte do século XVIII e no século XIX. As preferências alimentícias das populações da América Portuguesa não entram neste ponto da discussão, embora seja a carne de gado alimento muito apreciado e valorizado em toda colônia. O ponto importante que deve ser destacado até aqui é o crescimento da produção de carne seca a partir de fatores internos e externos à capitania do Siará Grande, que não foi a

única a produzir carne seca no século XVIII, pois havia oficinas também no Piauí e no Rio Grande.

Nesse sentido, procuramos entender aqui como o declínio do comércio de gado vivo após a “expulsão” do litoral influenciou no início ou aprimoramento da fabricação de carnes secas no sertão da capitania de Pernambuco. A partir disto veremos, no próximo tópico, como um núcleo de povoamento próximo à foz do Jaguaribe passou de um simples “porto dos barcos” para a vila “mais formosa” e influente econômica e politicamente na capitania do Siará Grande na segunda metade do século XVIII.

3.2 Um “porto do sertão” no Siará Grande: a fundação da vila de Santa Cruz do Aracati

No extenso e “inabitado” litoral da capitania do Siará Grande desembocavam algumas dezenas de rios. Porém todos eles secavam durante períodos de estiagem ou de grande irregularidade de chuvas no período do inverno. Próximo às sedes administrativas da capitania, as vilas de São José de Ribamar do Aquiraz e da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, estava a foz de um importante e estratégico rio onde fora fundado a primeira paliçada portuguesa: o rio Ceará, que também dava nome à capitania. Mas este rio era pouco navegável, pois sua extensão para o interior do continente era pequena e não compensava grandes investidas, tanto que o porto daquela região se constituiu na ponta do Mucuripe, distante algumas léguas para o leste.

Mas, de fato, os rios e ribeiras mais importantes da capitania do Siará Grande localizavam-se nas extremidades leste (Jaguaribe) e oeste (Acaracu) do território. A ribeira do Jaguaribe mais próxima da capitania do Rio Grande, e conseqüentemente de Pernambuco, era mais visada e visitada por embarcações que ali faziam trocas comerciais em lugares como a *Ponta Grossa* e o *lugar do porto dos barcos do Aracati* ou de *São José do Porto dos Barcos*, que ficavam próximos à foz do rio. Veremos ainda neste tópico a importância da localização dessa ribeira para o crescimento do negócio das carnes secas no Aracati.

Para a ribeira do Acaracu (hoje rio Acaraú) temos algumas dispersas indicações da criação de gado para o abastecimento de oficinas de salga que funcionariam nos sítios chamados de Itapajé e Camocim. Este último povoado teria o papel de entreposto comercial daquela ribeira e seria também lugar onde estariam instaladas oficinas de fabricar carnes secas. O professor Luiz dos Santos Vilhena (1921, p. 692-693), escrevendo no início do século XIX da cidade de Salvador, nos dá notícias sobre esta ribeira, afirmando que

Os gêneros principaes de que se compõem o comercio do Districto de Acaraú são em primeiro lugar couros, solas, e carnes secas, productos dos muitos gados que nelle se crião podendo estender-se o numero de suas fazendas de gado athé duas mil, produsindo cada huma annualmente de 500 a mil bezerros. Todos os gados que não se empregam no consumo dos habitantes são levados para as matanças do Camossi, Acaraú e Itapagé, onde fabricão as suas carnes, secando-as e salgando os couros a que tudo davam consumo e extração Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro (...).

Esta passagem de Vilhena nos faz acreditar que também na ribeira do Acaracu a matança de gados e a salga de carnes e couros era uma atividade de vulto, principalmente por estar próxima à capitania do Piauí, principal repositório de gado vivo do Siará Grande após

as secas. Mas a dificuldade documental se impõe ao historiador que se aventura na pesquisa sobre as oficinas do Acaracu. A primeira vila daquela região, que se tornou a “fiscalizadora” daquele comércio, só veio a ser criada no ano de 1773. Era a Vila Distinta e Real de Sobral, que tinha como objetivo principal concentrar os vadios e desclassificados sociais a fim de que estes produzissem alimentos de subsistência para os habitantes da capitania ³⁶. Além de Sobral, outras vilas foram criadas com o mesmo propósito. Ocorreu também no Siará Grande a fundação de *vilas de índios*. Veremos agora como foi o processo de criação de vilas na capitania.

3.2.1 A criação das vilas no Siará Grande

O início da criação de vilas na capitania do Siará Grande foi lento e dificultoso, assim como a conquista de suas terras, e seu deu justamente no momento em que estava se consolidando a colonização do interior do continente, ou seja, no primeiro quartel do século XVIII. Nesta situação histórica, os sertões estavam sendo incorporados aos projetos colonizadores encabeçados pela Coroa e suas instituições (como o Conselho Ultramarino) e colocados em prática pelos agentes régios através da fundação de lugares de poder, como as Câmaras, e a distribuição de cargos e serviços aos potentados locais, as chamadas mercês de ofícios. A fundação destas instituições e a governança na capitania do Siará Grande estavam, segundo Gabriel Nogueira (2010, p. 41), ligadas a duas grandes motivações,

Por um lado, tornava presente na região recém conquistada o poder e a autoridade do rei representada pelos funcionários e agentes régios; por outro, incorporava os potentados locais – por meio das redes de serviços ao Estado e ao rei e, conseqüentemente, pela lógica da retribuição dos serviços prestados com mercês régias – às redes de poder do Império, transformando em vassalos sujeitos que, não incorporados, poderiam ameaçar a autoridade régia e o equilíbrio das forças e dos interesses como um poder concorrente em âmbito local.

Assim, ocorreu no Siará Grande o aparelhamento administrativo, tal como em tantas outras regiões da América Portuguesa, baseado no controle sobre os poderes dos potentados locais que surgiram a partir da concentração da posse de terras no sertão. A burla da legislação em lugares ermos como os sertões das capitanias do norte era proporcionada justamente pela distância do aparato de funcionários da Coroa. Ou seja, aqueles potentados

³⁶ Sobre a criação da Vila de Sobral ver: Dr. Frota, Creação da Villa de Sobral. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, Tomo V, p. 113, 1891.

locais foram, a partir da distribuição de cargos e serviços, incorporados à estrutura administrativa da metrópole, onde tinham que, teoricamente, obedecer a regras e estatutos. A Coroa, dessa forma, procurava disciplinar o poder dos mandatários do sertão que agora passavam a ser institucionalizados.

Durante o século XVIII, até o início do XIX (1802), foram criadas no Siará Grande dezesseis vilas em conjunturas diferentes e motivações específicas diversas. Analisando grosseiramente temos a criação das três primeiras vilas ligadas ao processo de efetivação do controle sobre os poderes locais e implantação do poder régio na capitania – foram elas a Vila de São José de Ribamar do Aquiraz (1700-1713), Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1726) e a Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1738), esta última no sertão. Em um contexto ligado visivelmente ao desenvolvimento econômico da região, foi criada a Vila de Santa Cruz do Aracati em 1748. Aos processos de criação delas iremos nos dedicar ao longo deste tópico.

Em outras conjunturas foram elevados à categoria de vila alguns aldeamentos indígenas, por exemplo, as Vilas de Soure em 1759, Arronches em 1759 e Paupina em 1760. Também ocorreu no Siará Grande a criação de vilas para o controle da população volante, isto é, os *desclassificados socais*, que viviam do roubo de gado e saque às vilas já estabelecidas, por exemplo, a Vila Real do Crato em 1764, a Vila Distinta e Real de Sobral em 1773, entre outras.

As disputas em torno da criação da primeira vila da capitania

A criação da primeira vila do Siará Grande, que estava entre aquelas ligadas ao efetivo controle do poder local e institucionalização do poder régio, envolveu-se em vários interesses e gerou disputas que duraram o primeiro quartel do século XVIII inteiro até que fossem resolvidos. Estamos nos referindo ao caso específico da criação da vila de São José de Ribamar do Aquiraz, que viria a sediar a primeira Câmara na capitania e que tinha o papel de criar um poder que concorresse, ou que pelo menos se alternasse, com o do Capitão-mor, até então o único que representava o rei naquelas paragens. Segundo a ordem do rei D. Pedro II, era “conveniente e acertado mandar [que] se elejão officiaes da camara, juizes ordinários, (...)”

para assim se atalharem parte das isolencias, q' costumam cometter os capitães mores, e se administrar melhor a justiça”³⁷.

A contenda teve início quando se constatou que a ordem régia citada acima não definia a localidade (ou o sítio) onde deveria ser criada a vila, embora houvesse indicações de que fosse criada próxima ao Forte, onde se localizava a sede do governo. Esta aparente “despreocupação” com a localização poderia indicar uma falta de conhecimento da situação econômica da capitania do Siará Grande, onde a maior parte dos donos de terras e gados nem lá habitavam naquele final de século XVII, mas os que moravam procuraram em sua maioria se estabelecer próximo à “segurança” do Forte.

A primeira vereança ocorreu numa localidade chamada *Iguape*, algumas léguas distante a leste do Forte, e após debaterem e enviarem carta ao rei os camarários se estabeleceram (por alguns anos) a algumas léguas do Forte (desta vez a oeste), próximo à barra do rio Ceará. Tal atitude não agradou o capitão-mor do Siará Grande, Gabriel da Silva Lago, pois separava a sede da Câmara e do governo da capitania (sediado no Forte). O representante do rei acabou propondo aos camaristas que “a villa desta capitania seja fundada junto as armas desta Fortaleza” e completava argumentando que

(...) De sorte que assim como se deve estranhar, estar a alma do governo separado do corpo da governansa, asi, se deve sensurar estarem os senhores camaristas devendidos do governo desta capitania; porque ainda que o governo e a governança do senado paresam duas couzas destintas Sam verdadeiramente huma, e todas as vezes que nas republicas, o governo com a governansa, em hum mesmo lugar nam fizerem huma reciproca uniam, nem se pode chamar de republica, por que se perde o governo, nem Villa porque quiça, também o senado se aroine por se achar devendido do governo³⁸.

Após a “proposta” feita pelo governador, na reunião do dia vinte e seis de fevereiro de 1706, os camaristas votaram a favor da transferência da sede da Câmara da barra do rio Ceará para o Forte. Mas esta mudança foi novamente debatida pelos camaristas da vereança seguinte. Os novos vereadores, a doze de julho de 1706, remeteram uma carta ao governador da capitania geral de Pernambuco em que argumentavam que:

³⁷ Ordem régia de 13 de fevereiro de 1699 para a instalação da primeira Câmara na capitania do Ceará. In: Barão de Studart. **Datas e Fatos para a História do Ceará**. Edição Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001. p. 114.

³⁸ DOC. XVI. *Registro da proposta que o capitam maior Gabriel da Silva do Lago dez ao senado da câmera desta villa përa a mudança da villa*. In: OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *A primeira Villa da Província: Notas para a História do Ceará*. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, Tomo I, 1887, p. 132.

(...) Os officiaes deste Senado do anno passado nossos antecessores constrangidos do capitão major desta Capitania Gabriel da Silva do Lago pouquo experiente nesta terra (...) mudaram a villa do lugar da barra do Siará da donde estava para o lugar desta fortaleza da donde já foi mudada pellos inconvenientes que agora se experimenta per ser o sitio a donde esta situada de novo ladeira abaixo ladeira asima sem aver perto della conveniência pera pasto e deverão se bebe agoa de casimba e roim, ma conveniencia para os barquos a respeito de terem hua ponta chamada mucuripe que com grande risco das embarcações podem tomar porto donde não há rio de peixe mas que a costa do mar, nesta mesma capitania se acha hum lugar chamado Aquiraz com boa planisia sitio alegre boa agoa permanente rio de peixe e pouco distante do jguape [Iguape] adonde podem tomar porto com todo o socego a vista destas rezoins pedimos a V.S. nos conseda licença pera mudarmos esta villa deste lugar onde se acha ao nomeado dos aquiras³⁹.

Depois de remeter carta ao próprio rei em 1708, pois o governador de Pernambuco negou a tal transferência, os camaristas só obtiveram a resposta final em 1713, quando D. João V emitiu posição final sobre a questão. Em carta enviada a treze de fevereiro de 1713, o governador de Pernambuco informava ao capitão-mor da capitania do Siará Grande que

(...) Sua Magestade melhor informado da capacidade do sitio em que deve conservace essa villa de Sam Jozeph de Riba mar, foi servido ordenar me por sua carta de trinta de Janeiro do anno de mil sette sentos e honze fasça com que a Villa se citue e conserve no Aquiraz sem embargo de ficar este sitio distante da Fortaleza seys legoas tendo o ditto Senhor considerasam ficar na estrada publica para varias povoasoens com rio navegavel chamado Pacoty em distancia de duas legoas ao mar e na mesma o prezidio do Iguape com boa enseada para ao barcos sustento de carne e farinha o que não se acha junto a fortalleza do Seara como lhe ensiguaram os Ministros e as pessoas de supozisam e conhecimento de geographia de seu Paiz e em observância da rezolusam de Sua Magestade ordeno a Vossa Merce que logo faça mudar a Villa para o sitio do Aquiraz e que nelle se conserve como o dito senhor ordena⁴⁰.

Finalmente aos vinte e sete dias do mês de junho de 1713 foi assentada em definitivo a primeira vila do Siará Grande no sítio do Aquiraz, onde se ergueu um pelourinho. Ocorreu, no entanto, um ataque de índios logo após a inauguração da vila, o que pôs em dúvida a segurança do local e gerou novas discussões sobre a conveniência de mudar novamente para as proximidades do Forte, onde aqueles que sofreram ataque buscaram refúgio.

Apesar de pressões da população local, a sede permaneceu no Aquiraz, sendo a única da capitania até 1726, quando foi cumprida pelo capitão-mor a ordem régia de 1725, em que

³⁹ DOC. XVI: *Registro da carta que escreveu este senado ao governador de Pernambuco Francisco de Castro e Moraes*. In: OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *Ibid.* p. 139-140.

⁴⁰ DOC. XXIII e XXIV: *Sustância da ordem de as magestade ordena em que ordena se mude a villa de Sam Jozeph de Riba mar para o sitio do Aquiraz remetida ao governador de Pernambuco e deste pera o capitam mor que entam hera desta capitania*. OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *Ibid.*, 149-150.

se mandava criar uma nova vila próxima ao Forte, mas mantendo-se aquela do Aquiraz. Na ordem para criação da nova vila disse o rei D. João V:

(...) Fui servido Resolver por resolução minha de nova do presente mez e ano [março de 1725] em consulta de meu conselho ultramarino que a Villa dos Aquiraz se conserve e que haja também outra junto à Fortaleza para que ajudem seus moradores a defença della e estes a tenham também por azillo, para a sua conservação (...) ⁴¹.

Desta vez a ordem régia pôs fim na disputa sobre qual núcleo estaria mais apto a ser a sede da vila “cabeça da capitania”. O que torna mais intrigante tal querela é que nenhuma das duas localidades estava diretamente ligada à criação de gado, pois não estavam situadas no sertão, mas no litoral e bem próximas uma da outra. Aqui fica evidente que a questão toda girava em torno de quem representaria o poder régio na capitania do Siará Grande. Ao final da disputa, a vila de São José de Ribamar do Aquiraz ficou como sede da nova ouvidoria/provedoria, pois o Siará Grande até aquele momento estava sob jurisdição do Ouvidor geral da Parahyba, e a vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção ficou como a sede do governo da capitania.

A justiça no sertão: a fundação de Nossa Senhora da Expectação do Icó

Passados alguns anos da disputa relatada anteriormente, o governador da capitania geral de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibal, dava conta ao rei de uma sugestão do Ouvidor geral da capitania do Siará Grande, Pedro Cardoso de Novais Pereira. Segundo Duarte Tibal, o dito ouvidor escreveu-lhe uma carta

(...) para fazer presente a V.Mag^{de} a necessidade q’ há de mandar criar de novo huma Villa naquella capitania no Lugar a q’ chamão Icó, aonde esta a Igreja Matriz do Destricto e não só me paresse justo q’ haja p^a[para] ademenistrssao da Justisa mas He perciza p^a aquectação [“aquietação”] dos Povos pella destanca de oitenta legoas q’ fica a vila do Achiraz de que He termo.

Isto me consta não só pella d^a [dita] carta mas pellas grandes noticiaz q’ tenho de toda aquella capitania sendo serto q’ este Ouvidor He m.to zelozo da obrigação do seu off^o [ofício] e os tem exercitado com mta inteireza e Limpeza de mãos e evitando mtos abuzos com louvável zello e os Povos da

⁴¹ Registro da Ordem de Sua Magestade que Deus guarde pella qual ordena se conserve a villa do Aquiraz e que também creese outra junto a Fortaleza. In: OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *Ibid.* p. 186-187.

d^a [dita] capitania me fizerao varias representações p^a [para] pedir a V.Mag^{de} q' Resolverá o q' for servido (...) ⁴².

Em resposta ao governador de Pernambuco, o Conselho Ultramarino comunicou a ordem régia de D. João V em favor da criação da nova vila no mesmo ano de 1735, onde este ordenava que

“PaSsem se ordens ao Gov^{or} [governador] de Pern^{co} [Pernambuco] e Ouv^{dr} [Ouvidor] do Ceará p^a[para] na conformidade desta Rezam de V.Mag^{de} [Vossa Majestade] Se erigir huá nova V^a[Vila] no Icó junto onde se acha a Igreja Matriz ellegendo Se p^a[para] ella Sitio q' parecer mais saudável com provimento de água de marcandoSe lhe logo o Lugar da praça no meyo da qual Se levante o pelourinho ⁴³.

A ordem de D. João V demorou um pouco a ser efetivada. Em 1738 foi criada a Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, em audiência realizada a 4 de maio pelo Ouvidor geral do Siará Grande, Victorino Pinto da Costa Menezes. Pode-se assim observar a uma relativa morosidade da implantação do poder régio nos sertões. No caso da primeira vila, a disputa durou treze anos até que finalmente se implantasse de fato o sítio, embora toda a querela só se resolvesse treze anos depois com a fundação da vila junto ao forte. E no caso da primeira “vila do sertão” da capitania, após a ordem régia, passou-se três anos até que fosse efetivamente fundada.

A importância e urgência da criação de uma vila na região onde fora fundada a de Nossa Senhora da Expectação do Icó tinha duas grandes motivações: primeiro, a localidade ficava próxima ao entroncamento do rio Jaguaribe com um importante afluente, o rio Salgado. Ali a cobrança de dízimos sobre a criação de gado era bastante rentável, dado o número de currais daqueles sertões, ou seja, iniciou naquele momento o controle régio sobre a economia da região. Mas a segunda motivação poderia ser mais importante, pelo menos naquele momento. Justamente pela apropriação de grandes áreas de terra naqueles sertões, algumas famílias e redes de compadrio tornaram-se potentados locais com grande poder de fogo, pois lembremos que os colonizadores fizeram parte das tropas armadas que se desmobilizaram após a guerra dos bárbaros. Ou seja, o combate, melhor dizendo, o controle sobre os potentados locais começara a preocupar os agentes régios.

⁴² AHU_ACL_CU_015, Cx. 48, D. 4254. AHU-PE: CARTA do [governador da Capitania de Pernambuco] Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V] sobre a necessidade da criação da vila do Icó, no Ceará.

⁴³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 48, D. 4308. AHU-PE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, acerca da necessidade de se criar a vila do Icó, no Ceará.

O cotidiano daqueles sertões tornara-se cada vez mais violento e os roubos de gado, além das invasões a propriedades, ficaram constantes. Foram célebres os confrontos entre as famílias Monte e Feitosa na região do sertão centro-sul da capitania do Siará Grande, constituindo-se em um dos exemplos mais simbólicos de disputas entre famílias na história do Brasil (CHANDLER, 1980).

A criação das vilas de índios

Outro caso específico na criação de vilas na capitania do Siará Grande foi o das chamadas *vilas de índios*. Elas foram criadas a partir dos antigos aldeamentos, principalmente encabeçados por jesuítas, durante o período de governo do Marquês de Pombal, que expulsou os membros desta congregação de todo reino português. O controle exercido pelos agentes religiosos na gestão dos aldeamentos foi um dos principais elementos que geraram contendas com os colonizadores luso-brasileiros, principalmente na questão do poder exercido sobre a população indígena, tendo em vista que geralmente ela era vista pelo colonizador como mão de obra barata e logo ali ao alcance.

De outro lado, já apresentamos aqui trechos de cartas de religiosos que denunciavam arbitrariedades dos conquistadores (e até mesmo de agentes régios) no uso da mão de obra das populações de índios já aldeados. Analisando este processo, Isabelle Peixoto da Silva (2005, p. 80) anotou que:

Em meados do século 18, por força do Marquês de Pombal, as aldeias indígenas foram transformadas em vilas. A nova política indigenista pombalina estava fundamentada juridicamente nas determinações legais de 6 e 7 de julho de 1755, as quais formularam novas regras para a ação oficial em relação aos índios. Seu objetivo era a supressão do poder temporal dos jesuítas e demais religiosos sobre a vida dos índios e a emancipação e a integração destes à sociedade colonial.

No Siará Grande, este processo, que visava também tornar os índios aldeados *vassallos d'El Rey*, iniciou-se com a ordem régia de 14 de julho de 1758, dirigida à diocese de Pernambuco (da qual o Siará Grande fazia parte) em que se mandava transformar todos os aldeamentos indígenas da dita diocese em vilas (nos termos políticos) e em vigárias (nos termos religiosos). A ordem dizia o seguinte:

(...) E por que tenho certa informação de que essa diocese de Pernambuco se acha hoje assistir de muitos e louváveis sacerdotes com letra e costume

próprio para curarem almas e com numero superior aos das paróchias na mesma diocese, se fazem necessária como governador e perpetuo administrador que sustrada cavalheiria das ordens militares que pertencer o provem de todos os benefícios dessa estando – por bem em cada uma das Aldeias de Índios que novamente manda erigir em Villa, logares e não mais se que de novo se forem aldeando os referidos índios em logar de cada uma das parochias que até agora administravão os religiosos da Companhia de com o título de Vigárias (...) ⁴⁴.

Assim, as antigas aldeias de índios passaram a contar apenas com um pároco que, na teoria, deveria ter comando apenas espiritual sobre os moradores. Foram criadas nessa época as seguintes vilas: Viçosa Real, na Ibiapaba, em 1759; as Vilas do Soure (1759), do Arronches, chamada depois de Parangaba, em (1759), da Messejana, na antiga aldeia de Paupina, em (1760), e de Monte Mor – o Novo da América (1764), nas proximidades da sede da capitania. Ainda de acordo com Isabelle Silva (2005, p. 80),

A transformação das aldeias em *vilas de índios* foi um processo bastante complexo. Não se resumiu a uma mudança formal, nem simplesmente se reduziu a uma mudança de estrutura de poder, afeita somente à esfera da elite dominante. Foi um processo social de amplo alcance, já que marcado por intervenções diretas e profundas na vida daquelas populações, fossem índias ou não.

A fundação das vilas para os “desclassificados sociais”

Outras vilas foram criadas no Siará Grande na segunda metade do século XVIII, mas estas visavam concentrar os *desclassificados sociais*. No primeiro capítulo, tratamos do deslocamento populacional de *vadios* e homens pobres livres das vilas do açúcar para o combate aos índios bravos no sertão das capitanias do norte. Após as lutas, estes homens e suas famílias, em sua maioria, não voltaram para as vilas e cidades do litoral. Boa parte deles se incorporou aquilo que se chama de uma *sociedade sertaneja*, pedindo terras, cuidando de seus gados, plantando seu feijão e sua mandioca, ou ainda se submetendo ao trabalho nos currais e casas dos potentados locais. Mas alguns, em sua maioria homens, *agregaram-se* aos grandes proprietários de terras no intuito de formarem milícias armadas para defenderem os gados e as sedes das fazendas contra índios, bichos e também milícias inimigas. Como já dissemos, no sertão formaram-se famílias e redes de compadrio que lutaram por terras e gados.

⁴⁴ Documentos: Ordem para a criação das villas e vigária dos índios. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, Tomos XLII-XLIV. p. 345, 1929-1930.

Sobre os dois “tipos sociais” que se deslocaram do litoral para, inicialmente, formar a sociedade sertaneja, temos dois trabalhos clássicos na historiografia. Maria Sylvia Carvalho Franco (1983, p. 24) afirma que em uma sociedade onde predominavam *homens livres*, a violência

(...) surgiu a partir do momento em que os contendores passaram a medir-se pondo em dúvida a capacidade recíproca de se enfrentarem. Num processo de auto-afirmação, os implicados se definiram como antagonistas e suas ações se exteriorizaram conforme um padrão que (...) é corrente no meio social em estudo.

Isto é, num meio social onde predominaram condições adversas de existência humana, como no interior da província de São Paulo em meados do século XIX, as condições de vida não eram das mais favoráveis, tal como nos sertões da capitania do Siará Grande durante o século XVIII, acarretando assim relações humanas mais ligadas a um cotidiano de violência.

No caso dos *desclassificados sociais* estavam incluídos homens livres, só que desta vez em condições de miséria, e, principalmente, não classificados na sociedade. Ou seja, estavam fora dos requisitos necessários para se incluir no sistema econômico e social do meio em que viviam. Esta população é definida por Laura de Mello e Souza (2004, p. 27), no outro clássico da historiografia, como “um homem livre e pobre – frequentemente miserável –, o que, numa sociedade escravista, não chega a representar grandes vantagens com relação ao escravo”.

Esta população pobre livre estava nesse momento começando a ser subordinada ao controle régio empreendido nos sertões. Para isto, foi empreendida uma política de criação de vilas para fazer justiça no sertão, nesse momento sob orquestração de resoluções tomadas pelo Marquês de Pombal. Nesse contexto, foram criadas a Vila Real e Distinta de Sobral (1773), a Vila Nova do Campo Maior (1789) e a Vila de São Jorge do Príncipe (1802).

No caso da criação da vila Distinta e Real de Sobral, temos na Ordem Régia que criou a vila o exemplo de como o poder régio passara a intervir nos sertões. Nela, El Rei destaca motivações para a fundação de uma vila naqueles sertões, destacando as constantes queixas de

(...) crimes atrozes insultos que nos certões d’essa Capitania tem cometido os vadios e facinorosos que nelles vivem separados da sociedade civil e comercio humano, [por isso] sou servido ordenar que todos os homens que nos ditos certoes se acharem vagabundos, ou em sítios volantes, sejam logo

obrigados a escolherem lugares accomodados para viverem juntos em povoações civis, que pelo menos tenham cinquenta fogos para cima (...) ⁴⁵.

Podemos observar no documento citado as preocupações do poder régio em reduzir os *desclassificados sociais* a povoados com o intuito de formar novas vilas, implantando assim a justiça nos sertões. No caso da vila de Sobral, havia ainda a preocupação no controle das fábricas de carnes próximas ao local de fundação da vila, no já citado porto do Camocim. Enfim, conhecendo os vários motivos e contextos em que foram criadas as vilas na capitania do Siará Grande, podemos agora passar a entender melhor em qual contexto a Vila de Santa Cruz do Aracati, nosso objeto de estudo, foi fundada antes da metade do século XVIII.

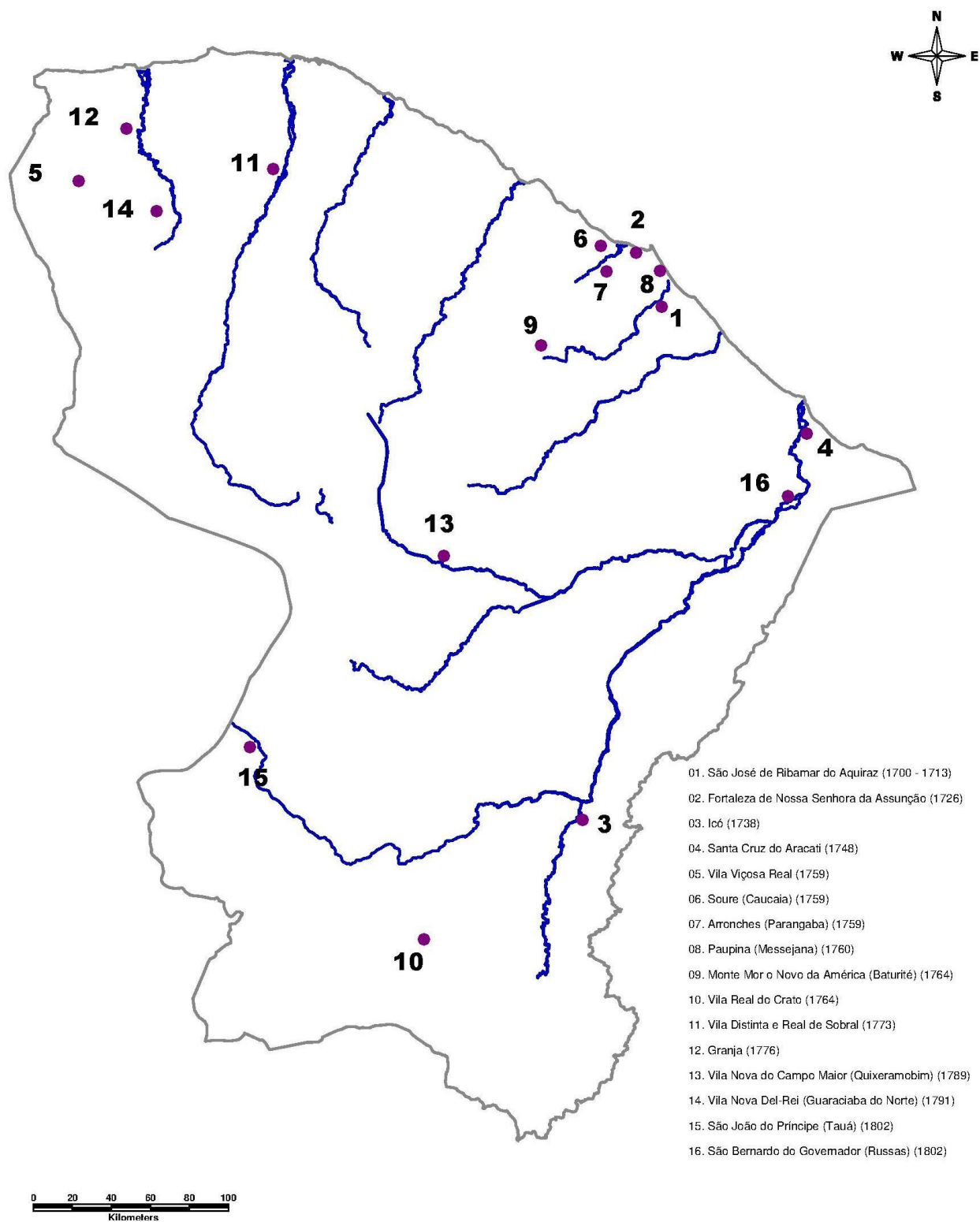
3.2.2 De “porto dos barcos” à Vila: o processo de criação da Vila do Aracati

As análises sistemáticas feitas acima, sobre o processo de criação das vilas na capitania do Siará Grande, deixam evidente que só a partir da segunda metade do século XVIII, quando predominaram orientações pombalinas sobre a política e a economia portuguesas, o território dos sertões da capitania geral de Pernambuco foram de fato inseridos nos projetos de colonização da Coroa Portuguesa. Antes disso, a insistente comunicação entre os funcionários régios e a administração que se concentrava em Lisboa era a única maneira de “pressionar” o rei por medidas de impor justiça nos sertões.

Reside aí a peculiaridade da fundação da vila de Santa Cruz do Aracati. Sua criação se dá antes mesmo dessas medidas empreendidas pelo Marquês de Pombal e baseou-se, principalmente, em justificativas de controle econômico que era bastante incomum para os sertões, que até então só eram “agraciados” com vilas onde se buscasse um controle da justiça e da administração régias. Aqui torna-se evidente o que chamamos no capítulo anterior de um “segundo momento” do projeto colonizador dos sertões. Nesse momento a conquista já consolidada permitiu o crescimento econômico daquelas paragens que até então sofriam com violência demasiadas para se tornarem fundamentais nas dinâmicas dos circuitos mercantis. É bem verdade que o cotidiano violento daqueles sertões perdurou ainda por muitos anos, todavia o controle dos gentios e a distribuição de patentes nos sertões fizeram com que, de certa forma, fosse promovida certa ordem para que se os sertões do Siará Grande fossem inseridos nas dinâmicas imperiais portuguesas. No mapa a seguir podemos observar a localização das vilas do Siará Grande criada entre 1700 e 1802.

⁴⁵ ORDEM RÉGIA de El-Rei D. José I para o Conde Villa Flor e Capitão General de Pernambuco e Paraíba dando ordem para criação da Vila Distinta e Real de Sobral. *Apud* OLIVEIRA, João P. B. *Op. Cit.* p. 114.

MAPA 4 – Vilas criadas no Siará Grande entre 1700-1802



Antes mesmo de se iniciarem os pedidos para a criação da vila, no início da década de 1740, o autor da *História da América Portuguesa* noticiava, no ano de 1730, sobre o conhecido e movimentado porto do Aracati de Jaguaribe, sua produção e comércio de carnes secas. De acordo com Rocha Pita (1976, pp. 55-56)

Vinte léguas para o Rio Grande, tem pelo sertão uma povoação formosa com o nome do Rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual seis léguas para o mar forma uma barra suficiente para embarcações pequenas, que vão a carregar carnes de que abunda com excesso aquele país.

O comércio chamou atenção também da administração régia um ano antes de iniciarem os pedidos de criação da vila. Em setembro de 1742, o rei D. João V faz provisão acerca daquele comércio aos oficiais da Câmara da Vila de São José de Ribamar do Aquiraz, autorizando impor

(...) a cada hum dos Senhorios e Mestres dos Barcos que entrao todos os annos no porto do Aracati dessa Cappitania do Ceará a pensão de pagarem outo mil reys pello barco que levar de mil arrobas [de carnes secas] para sima e o que carregar de mil aroubas p^a[para] bayxo Seys mil reis e quatro mil reis o que for carregar Courama tudo para ajuda das despesas desse senado que por serem muytas e não ter rendas donde as possa suprir. (...) ⁴⁶.

O rei, comentando a cobrança de imposto anterior à sua decisão final, afirma, no mesmo documento, que lhe

(...) pareceu dizervos, que nem vos nem o ouvidor podíeis impoa a d^{ta}[dita] penção sem preceder licença minha; o que se nos extranha muy severamente ordenandovos restitueis os donos dos barcos o q' indevidamente lhe tendes extorquido não pelos bens do Conc^o[Conselho, i. é. a Câmara] mais sim pellos dos officiaes que acordarão na d^{ta}[dita] imposição ⁴⁷.

Sua Majestade então fez questão de impor sua decisão ao criticar a cobrança anterior e ainda mandar devolver o arrecadado com tais impostos indevidos. Mas o que chama atenção no documento é a “preocupação” dos vereadores da vila do Aquiraz em taxar um porto dos barcos que a princípio seria relativamente distante e de pouca importância, já que boa parte da arrecadação de impostos era mesmo com a cobrança do dízimo sobre os gados no sertão.

⁴⁶ Lisboa, seis de setembro de 1742. Livro de Registro de provisões para entidades de algumas Capitânicas do Brasil. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos do Ceará – Códice I. AHU_ACL_CU_Códice 260. P. 317v. *apud* JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A Urbanização do Ceará Setecentista**: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. 2007. 531f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 499.

⁴⁷ *Idem*.

Parece que o *lugar do porto dos barcos* a que chamavam *Aracati de Jaguaribe* possuía uma dinâmica social e econômica que se diferenciava dos demais “portos do sertão” da capitania que recebiam e, geralmente, embarcavam mercadorias nos barcos que aportavam.

Depois da autorização dada aos oficiais da Câmara do Aquiraz pelo rei D. João V para a cobrança de impostos sobre as embarcações que entrassem para carregar carnes e courama, parece que as pessoas “daquele lugar do porto dos barcos”, onde de fato eram produzidas e comercializadas as carnes secas e couros, incomodaram-se e, através do Ouvidor Geral e do Capitão-mor, passaram a requerer a criação de uma vila naquele “porto do sertão”.

Pouco mais de um ano depois da dita autorização para a cobrança de impostos, o rei D. João V já respondia uma carta enviada, em 8 de junho de 1743, pelo Capitão-mor do Ceará, Francisco Ximenes de Aragão

(...) sobre ser conveniente q' no lugar do Aracaty de Jaguaribe dondo portão os barcos q todos os annos vão ahy fazer carnes aSsistisse hum Tab^{am}[Tabelião] da V^a[Vila] do Aquiraz emq^{to}[enquanto] os mesmos barcos se ditiverem no d^{to}[dito] lugar p^a[para] se evitarem varias dezordens a resp^{to}[respeito] q'mandado informar ao ouv^{or}[Ouvidor] daquela cap^{nia}[capitania] respondeu o que vereis da sua carta tãoobem se vos remete copea, dizendo ser conveniente q' no dito lugar se erija hua V^a[Vila] p^{lo}[pelo] que mandey q por ora fosse hum juiz ordinário da V^a[Vila] do Aquiraz e hum tabelião assistir no d^{to}[dito] lugar do Aracati na occasiao do concurso dos barcos ⁴⁸.

A medida imposta pelo rei era apenas imediatista e deslocava um juiz ordinário e um tabelião para a povoação do Aracati com o intuito de fazer justiça naquele “porto do sertão”, onde a população aumentava e o comércio dinamizava as relações sociais fazendo crescer o número de habitantes do lugar. As consequências disso podem ser percebidas numa carta do próprio Capitão-mor da capitania do Siará Grande Francisco Ximenes Aragão, quando se encontrava na povoação do Aracati, em que ele endossa o pedido de criação da vila

(...) porque tãoobem haverá menos morttes, e Não haverá tantos crimes, porq este anno furtarão uma molher cazada, e Em riba matarão o marido a espingarda pella querer defender, sem haver castigo deste, e outros semelhantes que Lá estão sucedendo todos os annos de que me pareceu dar conta a V.Mag^{de} [Vossa Magestade] para que como Rey, e Snr^o[Senhor] lhe mande por remédio Sobre o que mandara o que for Sirvido ⁴⁹.

⁴⁸ Lisboa, 22 de setembro de 1743. LIVRO DE REGISTRO de provisões régias dirigidas a várias entidades de diferentes capitanias. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos. Códices I. AHU_ACL_CU_Códice 261. Pág. 24 e 24v. *apud* JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *Op. Cit.* p. 501.

⁴⁹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 304. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V] sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe. Anexo: cópias de cartas e provisão.

Além do Capitão-mor, o Ouvidor Geral da capitania do Siará Grande, Manoel José de Farias, no mês de julho de 1744, ao ser consultado pelo Conselho Ultramarino sobre a necessidade de criação da vila, responde que

Deu conta V. Mag^e[Vossa Magestade] o Capp^{am}[Capitão] Mor q' foi desta capp^{nia}[capitania] D. Fran^{co}[Francisco] Ximenes de Aragão sobre o quanto era conveniente a justiça hi dos juizes ordinários desta V^a[Vila] do Aquiraz com hu taballião no Lugar di Aracaty ao menos em o tempo que ao d^{to}[dito] lugar vem quantidade de embarcaçoens fazer carnes e isto pellas razoes q' a V. Mag^{de} ponderou e se deixão ver da copea da carta do tal Cap^{am} Mor que se me remeteu a Respeyto do Contheudo nella informar com o meu parecer: *lhe é sem duvida ser muito conveniente haver justiça naquelle lugar porq alem de haver nelle muitos moradores quando o He no tempo das carnes [e] oficinas se faz muito populoso pela concurrencia de muitas somacas e gente q' dessem destes sertões com inumeraveis gados a fazerem suas negociaçoens donde haum haverem muitas contendas muitas pendenciaz e alguãs mortes*⁵⁰.

As palavras do Ouvidor Geral confirmam a do Capitão-mor e endossam junto ao Conselho Ultramarino o pedido de criação da vila no povoamento do Aracati, tendo assim uma motivação principal: fazer justiça naquele lugar quando “He no tempo das carnes”, isto é, durante a produção e a comercialização das carnes secas na chamada *barra funda* que se formava durante uma parte do ano. Ainda segundo o mesmo Ouvidor

(...) no cazo q'se crie hua V^a[Vila] que verá a ser a corte deste Seara em brevez annos por ficar nas margens do rio Jaguaribe navegável as mesmas somacas em distancia de três legoas e de facto ao seu porto todos os annos vinte sinco e mais q a troco de fazendas que trazem levam a carne e courama de dezoito ate vinte mil boys para Pern^{co}[Pernambuco], Bahia e Rio de Janeiro e fundando-se com effeito a d^a[dita] V^a não só fica havendo aquelle juiz mas tão bem com os vereadores e almotacés e outros officiaez de just^a[justiça]⁵¹.

O Ouvidor, além de concordar com a criação da vila em Aracati, elogia aquela povoação, que virá a ser “a corte deste Seara em brevez annos” pela localização próxima à foz do rio Jaguaribe, tornando-a mais próxima à capitania de Pernambuco e às outras capitanias do norte do Estado do Brasil. Mas o Conselho Ultramarino, talvez desconfiando de tantos elogios a uma pequena povoação, consulta o governador da capitania geral de Pernambuco sobre a necessidade de se criar uma vila em Aracati de Jaguaribe. E em maio de 1746,

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ *Idem.*

Henrique Luis Pereira Freire de Andrada, residente no Recife desde 1737 e certamente conhecedor do trato que havia entre os homens de negócio daquela praça do Recife com os “portos do sertão”, reconhece a

(...) necessidade q’há da dita ereção [pois] acho ser percizo de fato eregir-se porquanto vão aqueller m^{tos}[muitos] barcos da B^a[Bahia] a’ahi vão fazer carnes e negócios e desta praça [do Recife], donde correm todas as gentes daqueller sertões a venderem gado trocando por rendas e a dinheiro e nestas ocassioens se ajuntam povo, em q’ dizem há hum grande comercio e junto ser o melhor distrito q’tem toda a capitania do Seara ⁵².

Parece que ao fim de todas estas recomendações de diversas instâncias e pessoas da administração régia na colônia, o Conselho Ultramarino se convencera da real necessidade e, talvez, da importância de se fundar uma vila na localidade que chamavam Aracati de Jaguaribe, e argumentavam em seu parecer que a “V. Magest. Se sirva mandar fundar uma villa em este porto do Aracaty” e que o ouvidor encarregado escolhesse um sítio cômodo “afim [d]as embarcações e forasteiros, que vão nelas commerciar como aos moradores da ditta villa” ⁵³. O parecer do Conselho indica ainda a cadeia pública como *sítio fundador* da vila, tendo em vista a importância da construção de um lugar para manter os presos da capitania, e que no meio da praça se levantará o pelourinho “e al lado dele ficarão os edificios públicos como a Casa de câmara, cadea e mais officinas que forem necessárias ao serviço da mesma villa” ⁵⁴.

No entanto, uma das maiores preocupações do Conselho Ultramarino era quanto às ruas da vila, para que elas fossem num formato que os “donos das ditas casas venha o público a conseguir a utilidade desejada essa formosura da villa; que delineadas a dittas rua e chão para as casa de novos habitantes”, isto é, para que a vila pudesse crescer. Além disso, e não sendo menos importante, o ouvidor deveria

(...) definir e demarcar o Rocio ou logradouro público, no que tão bem destinará lugar para curral e matadouro publico, tendo na a escolha delles a reflexão, de que fiquem a Sotavento da villa, e junto ao Ryo para que a não ofenda o mau cheiro, e poderem ter fácil vazão as imundices ⁵⁵.

A preocupação do Conselho com as imundices que eram produzidas com a matança dos gados e a produção das carnes secas permaneceu nas reuniões das Câmaras, gerando

⁵² *Idem.*

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ *Idem.*

disputas entre alguns agentes camarários e os donos das oficinas, como veremos adiante. Também no mesmo parecer favorável à criação da Vila, o Conselho Ultramarino indica a forma que os “oficiais” da vila terão para suprirem as despesas com os órgãos públicos. A cobrança de impostos deveria ser feita depois de verificada a posse ou não, por meio de data de sesmaria, do sítio daquele porto e

(...) Remunerando V.Mag^e[Vossa Majestade] ao dono da terra em que portão os barcos e estão as oficinas [de carnes] com officio de Tabalião da mesma villa com o rendimento das d^{as}[ditas] oficinas, e doz foros das cazas que se hão de fazer de novo, Se poderão affectuar as d^{as} obraz, e ter a câmara o necessário para sua conservação ⁵⁶.

Depois deste parecer favorável do Conselho Ultramarino, o rei D. João V expediu ordem régia e foi criada a vila do Aracati em 10 de fevereiro de 1748. Podemos perceber assim a peculiaridade da criação desta vila: primeiro pela motivação econômica de controle da produção e comércio das carnes secas que se misturava com a subordinação daquelas partes do sertão ao poder régio e, em segundo lugar, pela constituição de um núcleo populacional de certa expressão anterior à sua fundação, isto é, ali já existia uma dinâmica própria que despertara interesse dos agentes camarários da vila de São José de Ribamar do Aquiraz e, logo depois, da administração régia na colônia. De acordo com Gabriel Nogueira, a vila de Santa Cruz do Aracati

(...) tratava-se, mesmo antes da sua elevação à categoria de vila, de um núcleo regional na ribeira do Jaguaribe. Elevado à categoria de vila, passou a desempenhar papel de destaque não somente no âmbito econômico, mas também no âmbito político, tendo em vista que, por encimar uma cadeira produtiva a nível regional, sua elite, parcialmente composta de agentes mercantis (que também se tornaram agentes políticos, pelo acesso que passaram a ter a instancias de poder e representação como a Câmara da vila) que encimavam uma cadeira hierárquica de poderes na ribeira do Jaguaribe ⁵⁷.

Dessa forma, feita a análise das motivações que levaram o núcleo populacional localizado próximo à foz do rio Jaguaribe – que já possuía uma vila, a do Icó – centralizador dos caminhos das boiadas da região que iam ser vendidas e beneficiadas em carnes secas e couros a ser elevado à condição de vila, lançamos as bases para nossa discussão principal dessa pesquisa: a dinâmica social interna à vila de Santa Cruz do Aracati e a utilização de

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Op. Cit.* p. 89.

trabalho livre e/ou escravo nas oficinas de salga, relacionando também a possibilidade de uma divisão e hierarquização do trabalho.

3.3 A Vila de Santa Cruz do Aracati no “tempo das carnes”

No ano de 1795, Manoel Esteves D’Almeida, à época vereador de Santa Cruz do Aracati, escrevia a mando d’El Rey um *Registro de Memória* que deveria considerar o tempo *desde a fundação da dita villa até o anno presente*. Segundo o autor, deu-se o nome à vila erigida naquele lugar “por haver nelle uma cruz” tendo por termo “meia légua em quadro”. O vereador registrou também que “(...) Antes da edificação da Villa se costumava fabricar carnes secas, e chegou este ramo de negocio a tal auge, que se fabricavam annualmente (sic) vinte a vinte e cinco mil bois [i. é. se abatia esta quantidade de gado para produzir carnes secas]”⁵⁸. Ainda de acordo com o vereador,

Depois de edificada a Villa cresceu o commercio de sorte que se constitue hoje a mais populosa de toda a comarca do Ceará, não só pelos seus bellos edificios nella levantados, senão pelos seus habitantes na maior parte civis e ricos, que costumavam conduzir para ella bastantes fazendas e outros gêneros de negociação, que orçavam em todos os annos em quatrocentos mil cruzados⁵⁹.

Nos trechos citados, o vereador Manoel D’Almeida deixa evidente a produção em quantidade considerável de carnes secas naquela povoação, chamada, antes da fundação da vila, de Cruz das Almas, São José do Aracati ou ainda São José do Porto dos Barcos, e a importância do antigo porto dos barcos do Aracati para a dinâmica daquela região da ribeira do rio Jaguaribe. Mas é no período que se inicia com a criação da vila, no início de 1748, e termina na última década do século XVIII com uma grande seca, que nos determos neste tópico. É neste espaço de tempo que se concentra a maior parte da documentação que se remete à dinâmica social gerada em torno da produção e do comércio das carnes secas na vila. Portanto, o recorte utilizado aqui será, aproximadamente, a segunda metade do século XVIII, mais exatamente de 1748 a 1799. Todavia também faremos uso de memórias e escritos de viajantes produzidos após esta data.

Serão perscrutadas as relações econômicas e sociais entre os vários sujeitos que compartilharam a situação histórica em questão. Como vimos anteriormente, no período de produção e comércio das carnes secas, que durava aproximadamente oito meses, a população da Vila de Santa Cruz do Aracati aumentava consideravelmente e a agitação e efervescência

⁵⁸ D’ALMEIDA, Manoel Esteves. *Registro de Memória dos principaes estabelecimentos – factos e cazos raros acontecidos nesta villa da Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de julho de 1782 pelo vereador Manoel Esteves D’Almeida desde a fundação da ditta villa, até o anno prezente*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Ano I, 1887. p. 80.

⁵⁹ *Idem*. p. 81.

social naquele lugar desencadeavam sociabilidades e tensões sociais de toda sorte. Ocorriam enfrentamentos entre donos de oficinas de salga e vereadores, contendadas entre a tripulação dos barcos e a população, disputas entre os membros da Igreja e os agentes régios, querelas que envolviam padres, vereadores e donos de oficinas, entre outras.

3.3.1 O “tempo das carnes”: homens, bois e tensões sociais

Já discutimos no capítulo anterior o papel fundamental da pecuária para a conquista e colonização dos sertões das *capitanias do norte*. Também já foi dito que a capitania do Siará Grande teve como seu agente econômico principal a criação de gado nos currais que beiravam os grandes rios do interior da capitania, dessa forma seus sertões acabaram sendo palco de assaltos, brigas, contendadas, mortes e prisões por roubo de gado, invasão de fazendas, apropriações indevidas de rezes etc.

No final dos anos 1750, o ouvidor da capitania do Siará Grande, Vitorino Soares Barbosa, deu conta ao Conselho Ultramarino *acerca da ampliação da justiça naquela capitania, em especial os procedimentos contra Domingos José do Nascimento, mulato das margens do Jaguaribe, ladrão público de gado e bestas*. A carta do ouvidor é importante para percebermos a complicada situação da justiça naqueles sertões, isto é, a dificuldade em se colocar *ordem* nos “vadios, facínoras e vagabundos”, habitantes da capitania. De acordo com Soares Barbosa,

(...) Domingos Jozé do Nascimento mulato das margens do Jaguaribe [é] ladrão público de gado e bestas e outros furtos de mayor concideração, como hum que fez na Alagoa chamada do Souza em Lugar ermo ao Comboeyro Antônio de Paiva aRombandoLhe huma canastra, estando elle dormindo, da qual lhe tirou varias pessas de ouro e outros trastes de fazenda e da mesma Sorte furtou a hum Manoel Moreira de Souza a quantia de centro e outenta mil rz [réis] abrindo lhe aporta de Humas Cazas, que tinha na povoação das Russas em Huma Caixa que o tinha(...) ⁶⁰.

Depois de todas estas acusações o “ladrão público de gados e bestas” foi preso, mas o Juiz Ordinário da Vila de Santa Cruz do Aracati, Correa de Vasconcelos, acabou

⁶⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 7, D. 469. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a conta que deu o ouvidor do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, acerca da ampliação da justiça naquela capitania, em especial os procedimentos contra Domingos José do Nascimento, mulato das margens do Jaguaribe, ladrão público de gado e bestas.

(...) não procedendo na forma da Ley aprojuntas(?), nem mandando fazer dela[daquela] quantia depozito judicial, como era obrigado p.la[pela] Razão de Seo Offcio[Ofício], Só o mandou Recolher na Cadea publica da dita Villa, e passados alguns dias o mandou Soltar por meyo de agravo de injusta pronuncia com o pretexto de Lhe não poder formar culpa (...) ⁶¹.

No caso citado temos um exemplo claro da falta de ação da justiça no Siará Grande, ou ainda da falta de meios para seus agentes a praticarem. A prisão e a rápida soltura de um “ladrão público de gados” é, para o ouvidor geral Vitorino Soares Barbosa, muito grave e compromete a segurança dos “povos” daqueles sertões. Ao estudar o caso específico da região aurífera, a historiadora Laura de Mello e Souza comenta uma Carta Régia dirigida ao governador das Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva, que versava sobre os assuntos referentes à repressão ou uso dos *vadios* em atividades *úteis* à sociedade. A autora observa que

A itinerância representava, pois, uma ameaça, e devia ser reduzida à fixação no seio da Sociedade Civil. Mais uma vez, o que se nota é um medo difuso ante o incontrolável, o desenquadrado, o que foge à política de normalização. Somada a isto, *havia a incapacidade crescente de admitir elementos não-produtivos – ou que se inseriam esporadicamente na estrutura produtiva*. A solução para este “peso inútil da terra” era a concessão de terras a serem agriculturadas pelos vadios que, assim, se metamorfoseavam em elementos úteis. Caso eles não se conformassem com esta medida, a repressão faria seu serviço. (SOUZA, L. 2004, p. 178). (Grifo nosso).

As situações político-econômicas dos sertões do Siará Grande e da região das Minas Gerais eram certamente distintas, mas estavam inseridas num contexto social bem parecido. Durante o século XVIII, as tentativas de controle e subordinação das populações pobres livres e escravizadas (no caso dos habitantes dos quilombos e de negros de ganho que viviam no ambiente urbano) se intensificaram, gerando reações por parte delas, isto é, nem todos se subordinavam, tampouco entravam na engrenagem dos sistemas de produção, fosse na pecuária ou na mineração. Da capitania do Siará Grande, o ouvidor Manuel Magalhães Pinto Avelar informava no ano de 1787, à rainha D. Maria I, sobre a situação econômica e social da capitania, ressaltando que

(...) *Metade dos habitantes desta Comarca são vadios sem ofício, ou vagabundos por natureza*, como os Arabs: huns e outros não vivem mais que de furtos de gados de que abunda o Pais andando sempre furasteiros em toda a parte. Se a policia os apanha ou São castigados pella Justiça disculpão-se

⁶¹ *Idem*.

que Não trabalham porq' não tem Em que, nem meios para o poder fazer, nem quem os ajude em o trabalho, sendo Certo q' huã pessoa só a nada se poder aplicar com proveito, mto[muito] mais em huã terra destas ⁶². (Grifo nosso).

Diante do estado de calamidade destas pessoas, o ouvidor Manuel Avelar se propõe a dar solução e afirmava que pretendia juntar-se “as Câmeras em seus respectivos districtos [para que] se applicassem com toda a actividade ajuntar estas gentes (...) e fornecer Lhe com seus Novos rendimtos os meios necessários para poderem ser uteis a sociedade (...)” ⁶³ Para isto, o ouvidor propunha

(...) em primeiro lugar suprir-lhes em o princípio das Suas plantaçoens a Sua sustentação necessária até ao tempo das colheitas, [e também] fazer provizão dos Uteins e ferramentas percizas para a agricultura, de que há grande Carestia no país (...) e para que não houvesse confuzao e Dezordem na repartição destas gentes, das Ferramentas e Sustento se deverião dividir em pequenas sociedades ou Companhias ⁶⁴.

Dessa forma, podemos observar que o ouvidor do Siará Grande estava inserido no mesmo contexto do pensamento político de quem escreveu a carta comentada por Laura de Mello e Souza. Isto é, naquele momento tinha-se em mente a imediata e completa subordinação da população de *vagamundos* da América Portuguesa. Para esses e tantos outros agentes do poder régio na América Portuguesa os *vadios* deveriam ser postos em funções úteis à sociedade. Mas Manuel Avelar vai mais longe e propõe que “devião tambem as Câmeras propor e Asignar alguns módicos prêmios aos Cultivadores, já os Que de novo abrissem e plantassem terras até ali incultas e desertas” ⁶⁵. Dessa forma, o ouvidor esperava que se produzissem mais gêneros de subsistência e o algodão que, no último quartel do século XVIII, já se mostrava um propenso gênero de exportação da capitania do Siará Grande.

Além dos “ladrões públicos de gado” e dos *vadios* que vagavam pelos sertões praticando desordens, outras situações incomodavam e prejudicavam a atividade pastoril no Siará Grande. As recorrentes secas acarretavam perda de parte do rebanho e o deslocamento das rezes para regiões úmidas, que eram quase sempre distantes, ou para os maciços residuais (as chamadas serras), onde os gados eram acometidos de doenças características dessas regiões, reduzindo assim os ganhos dos donos de currais. Pode-se inclusive atestar uma periodicidade deste fenômeno climático.

⁶² AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, D. 644. AHU-CE: CARTA do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à rainha [D. Maria I] sobre a situação econômica da referida capitania.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Idem*.

No século XVIII são identificadas três grandes secas: a primeira que durou de 1721-1725; a segunda fora menor, embora tenha causado estragos considerados, sendo superados rapidamente, e durou de 1777-1778 (conhecida como a seca dos três setes); e, a pior ou a que mais se registrou, arrastou-se entre 1790-1793, chamada de Seca Grande na tradição popular (STUDART, G. 2010, p. 240-245; GUERRA, 1981, p. 21-31; ALVES, 1982). As recorrentes irregularidades na chuva marcavam as populações do sertão e rearranjavam a sociedade da capitania do Siará Grande. O historiador Otaviano Vieira (2002, p. 15) considera que

A composição de um cenário marcado pela atividade agropecuária, e submetido a constante escassez de chuvas poderia interferir diretamente na composição de domicílios cearenses. A seca se estabelecia enquanto componente da formação e reformulação de grupos familiares. Apesar da inconstância de uma única forma de migração, um ponto pode ser afirmado: o deslocamento era a principal estratégia adotada pelas famílias cearenses diante das secas, e isso poderia gerar domicílios provisórios e uma reconstrução dos arranjos familiares, interferindo diretamente no *habitar* e no sentido da vida familiar.

Outra variante local condicionava a situação de tensão nos sertões da capitania do Siará Grande. A falta ou pelo menos a escassez de escravos “filhos da terra” para serem empregados nos currais de gado e demais tarefas pelos proprietários das terras, donos de lojas nas vilas, mercadores, enfim, os que podiam manter um plantel de cativos, fosse ele vasto ou mínimo, eram proclamadas na documentação remetida pelas Câmaras Municipais a Lisboa. No mesmo ano de sua criação, os vereadores do Aracati já reclamavam ao rei D. João V que além da “(...) vigorosa Seca que tem experimentado esta Cap.nia[Capitania] do Ceará desde o anno de corenta e tres” se observava que estão os “seos moradores em Consideravel diminuição de bens que São os Gados em que Consystem seos cabedais”⁶⁶, em consequência da

(...) falta dos escravos filhos da terra; porque sem elles não podem aproveitar, e beneficiar os dtos[ditos] seos gados, que lhe servem de Fabrica, assim como nas partes desse Reino os Fazem de pastores, Sendo a cauza desta falta ajuda (sic) que fazem em o seo, SnorES[Senhores] há annos a esta pte[parte] refungiaandosse a quais quer Missoins, onde são defendidos pelos Missionarios dellas e Lá manda Lher libertar, e outros Se vão para Pern.co[Pernambuco] dystancia de duzentas Legoas⁶⁷.

⁶⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 325. AHU-CE: CARTA da Câmara da vila do Aracati ao rei [D. João V], sobre a seca que desde o ano de 1743 tem assolado a capitania do Ceará e a falta de escravos filhos da terra, que se refugiam nas missões.

⁶⁷ *Idem*. (Grifo nosso).

Percebemos, dessa forma, que a disputa pelo controle da população de nativos não findou nas primeiras décadas do século XVIII, pelo menos no Siará Grande. Os proprietários de currais, principalmente, empreendiam um discurso de escassez de mão de obra, mesmo contra ordens régias que proibiam o cativo indígena. Ou seja, os proprietários de gado estavam com seus animais à mercê de ladrões, correndo risco de perder novilhos para a seca e, finalmente, sem mão de obra para cuidar das rezes.

Em relação aos currais de gado do Siará Grande, confirmar a presença de escravos negros mostra-se uma tarefa complicada. O estudo que Luiz Mott (2010) empreendeu para a vizinha capitania do Piauí, onde foram encontrados inventários diversos e documentação vasta sobre a presença de mais da metade da população de origem africana em algumas unidades de criação, aponta para novos caminhos de investigação. Mas os trabalhos de pesquisa histórica até agora empreendidos sobre os sertões do Siará Grande não permitem confirmar a predominância do trabalho escravo negro, tampouco indígena, nos currais. Mais adiante, no tópico em que será discutida a questão do trabalho nas oficinas, empreenderemos uma pequena discussão historiográfica e faremos uma análise de fontes que permitam dar subsídio e contribuir para a análise da escravidão no Siará Grande.

Apesar de todas as tensões, descaminhos, períodos de seca e ladrões que perturbavam a atividade pastoril, os gados eram tangidos até a vila de Santa Cruz do Aracati subindo a ribeira do Jaguaribe e de seus afluentes, muitas vezes para serem ainda engordados em pontos específicos próximos à vila, outras vezes iriam diretamente para os “currais” das salgadeiras para o abate. A partir desse momento passavam a fazer parte da dinâmica social da vila do Aracati, ajudando na circulação econômica, embora perturbando com barulho, mau cheiro e desordens.

3.3.2 Dinâmica social na vila: roubos, assassinatos e outros crimes

As tensões sociais que giravam em torno da produção das carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati só aumentavam quando começavam a chegar as primeiras boiadas tangidas pelos vaqueiros e seus “cabras”. Contudo, os sucessivos crimes e contendas aconteciam por toda capitania. Os sertões eram o lugar onde a justiça régia chegava com maior dificuldade, isto é, o poder instituído pela Coroa era frágil, não encontrava respaldo em lugares onde as famílias e potentados locais lideravam os interesses econômicos e políticos. A violência marcava o cotidiano dos habitantes de vilas e povoados do Siará Grande. A

constante ocorrência de assassinatos, roubos, querelas, brigas, não era apenas sentida na vila de Santa Cruz do Aracati.

Viajantes europeus da primeira metade do século XIX, em seus relatos, deixam entrever essa característica da sociedade sertaneja. Poucos dias depois de partir do Aracati em direção ao Icó, George Gardner se incomodava com a insegurança dos sertões, onde sempre se “pedia” algum artigo como sal ou pólvora aos viajantes que, no caso de não ter nada a oferecer, tinha de estar preparado para reagir a um possível roubo. O escocês se deparou diversas vezes com “viajantes trigueiros, com ar de salteadores, cada qual armado com pistolas, espadas, adaga, faca e espingarda” o que dava uma “idéia muito desfavorável da moral desta gente” (GARDNER, 1975, p. 84). Este viajante registrou também que

Assassinatos e roubos são freqüentes entre eles, raramente se verificando um sem o outro, e sempre por traição. Por tudo o que tenho ouvido e visto, não creio que se registre caso de um brasileiro enfrentar corajosamente o outro e exigir-lhe a bolsa. Talvez uma das razões disso seja que ele sabe que o outro está armado de faca e por isso evita pôr-se ao alcance dela. Dos muitos assassinatos que se cometem no Brasil, quase todos são frutos de inveja ou de ódio político. (GARDNER, 1975, p. 84).

Isto é, o sertão do Siará Grande era lugar de tensão social permanente. Onde qualquer descuido poderia resultar em uma facada ou mesmo um tiro de bacamarte, bastando apenas um pequeno incidente ou uma troca de olhares enviesados para acender a chama de uma briga. Outro viajante que passou nas terras cearenses fez referência a relações familiares que desencadeavam a formação de uma elite política que estava baseada na coerção e na violência praticada por seus membros. Em sua passagem pela sede da capitania do Siará Grande, Henry Koster (2002) registrou a importância da “família dos Feitozas” naqueles sertões. Segundo este viajante, na época em que era chefiada por João Carlos, esta família

(...) chegara a tal poder que supunha estar inteiramente fora do alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis, tanto civis como criminais, fossem quais fossem. Vingavam pessoalmente as ofensas. Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior. O pobre homem que recusasse obediência às suas ordens estava destinado ao sacrifício e os ricos, que não pertencessem ao seu partido, eram obrigados a tolerar em silêncio os fatos que desaprovavam. (KOSTER, 2002, p. 231).

A violência fazia parte do cotidiano e as desavenças do âmbito político eram resolvidas com uso da força e quase sempre contando com o apoio ou a complacência de

autoridades da justiça local, dando um pano de fundo social que beirava a ausência total de justiça na capitania. Para Otaviano Vieira (2004, p. 166), nesses casos,

Uma morte leva à outra, e não se resumia ao indivíduo, mas abarcava um grupo, onde qualquer desagravo poderia colocar em xeque o poder político e econômico de famílias ou estamentos sociais, pois atacar o patrimônio moral de uma família significava enfraquecer sua imagem de força e poder: a vingança era uma forma de se resgatar a imagem social ofendida.

A dinâmica social da vila de Santa Cruz do Aracati não era muito diferente. Nem poderia deixar de ser, pois foi durante a segunda metade do século XVIII a mais importante da capitania, gerando em torno de si um movimento constante de pessoas que entravam no Siará Grande vindos por terra da vizinha capitania do Rio Grande ou ainda adentrando pelo porto, seguramente o mais visitado pelas embarcações no litoral setentrional do Estado do Brasil.

Além disso, importantes núcleos de povoação no rio Banabuiú, como São Bernardo das Russas ou de Campo Maior (Quixeramobim) e a vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó, localizada no rio Jaguaribe, tinham fluxo constante de comércio e tráfego de gente, quase sempre canalizados para o Aracati. No período em que se fabricavam carnes secas tal dinâmica se intensificava. As tensões sociais, isto é, crimes, roubos, assassinatos, apresentavam-se mais constantes no momento em que a população da vila crescia muito. Ou seja, combinava-se aumento da população com trocas comerciais e, seguramente, festas, bebedeiras, etc.

Desconhecemos estimativas feitas por historiadores para o crescimento populacional que acontecia na vila de Santa Cruz do Aracati no *tempo das carnes*. Mas, sem dúvida, a população da dita vila deveria crescer bastante nos anos em que desciam muitos bois do sertão, tendo em vista a mão de obra necessária para as oficinas de salga, além de pequenos comerciantes que vinham buscar mercadorias que chegavam aos barcos e os próprios marinheiros. Por este motivo é que o ouvidor-geral do Siará Grande insistiu na fundação da vila, pois se bem lembrarmos ele sempre utilizava a argumentação de que, naquele lugar

(...) alem de haver nelle muitos moradores quando o He no tempo das carnes oficinas se faz muito populoso pela concurrencia de muitas somacas e gente q' dessem destes sertões com inumeraveis gados a fazerem suas negociaçoens⁶⁸.

⁶⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 304. *Op. Cit.*

É, portanto, isto que entendemos por dinâmica social: o aumento populacional da vila que se somava à entrada de bois, causando reclamações pelo mau cheiro, além das tensões em torno do aumento do termo da vila que apesar de importante possuía um tamanho reduzido, prejudicando assim o aumento na arrecadação de imposto pelo Senado da Câmara. Tudo isso combinado com crimes como assassinatos, roubos, ferimentos graves etc. Enfim, tudo que girava em torno da produção e do comércio das carnes secas, estando ligado a eles direta ou indiretamente, como veremos nos casos a seguir.

O caso da escrava Izabel, ferida pelo feitor da oficina

No ano de 1777, o Juiz Ordinário da vila do Aracati, José Rodrigues Pinto, procedeu à devassa *do ferimento feito de noite na preta Izabel de Francisco Rodrigues Soares pelo feitor da oficina do Souza Braga, Antônio Joze*. Na denúncia, o escrivão informa que, ao ser chamado, foi

(...) as Sete oras da noite pouco mais ou menos e findo ali [na casa de morada do Juiz Ordinário e Capitão-mor José Rodrigues Pinto] estava a preta Izabel dizendo que estando alugada na oficina de Salvador de Souza Braga, Antonio Joze, feitor na dita oficina Sem cauza aLguma, E nem ela falta ao Seo Servisso, e Sim por querer vir para Caza de Seu Senhor por ser já noite lhe avia dado com um Xicote e ferido no rosto com um ferrao que tinha em uma vara, de pao do que Se vinda queixar ao dito Juiz (...) ⁶⁹.

Chama atenção a condição de *escrava alugada* de Izabel. Esta informação aponta para um “desvio” de sua função original na casa de seu dono para ser alugada a outro senhor no *tempo das carnes*. E em sua denúncia a escrava tenta deixar evidente o “abuso” de poder do feitor em tê-la chicoteado, ressaltando o fato de ser propriedade de outra pessoa. Destaca-se ainda ela ter tido a iniciativa de sair do local de trabalho, justificando que “já era noite”, o que, segundo ela, despertou a ira do feitor que fazia o papel de fiscalizador dos trabalhadores na oficina.

⁶⁹ DEVASSA que procede o Juiz Ordinário o capitão-mor Jozé Rodrigues Pinto do ferimento feito de noite na preta Izabel de Francisco Rodrigues Soares pelo feitor da oficina de Souza Braga – Antônio Jozé. Escrivão: José de Castro e Silva. Ano: 1777. Item documental que era pertencente ao Cartório Costa Lima (CCL) da cidade do Aracati. O fundo histórico deste cartório foi doado e agora encontra-se sob custódia do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) e passa pelo processo de identificação e catalogação realizado por alunos de graduação em História vinculados Grupo de Estudos em História do Ceará Colonial: economia, memória e sociedade (UFC) coordenados pela Profa. Dra. Marilda Santana da Silva e pela paleógrafa Liduína Queirós, não tendo atualmente descrição arquivística. A partir daqui estes documentos serão referenciados da seguinte forma: CCL/APEC.

Assim que ouviu a denúncia da escrava Izabel, o Juiz Ordinário da vila do Aracati, José Rodrigues Pinto, chamou André Pires, “médico cirurgião aprovado nesta villa”, para proceder ao exame de corpo de delito. O dito médico cirurgião atestou que

(...) a tal preta Tinha sobre a Sobranselha no Canto de La da parte esquerda uma ferida com esta mais cortada que fora feita com instrumento perfurante e que sobre o olho tinha um vergão feito com Xicote com qual Xicotada esfolara um bocado da cabeça da parte esquerda (...) [e] sobre o Lombo esquerdo tinha outro vergao de outra Xicotada e que mais ferida algúa tinha⁷⁰.

A partir da denúncia da escrava e do “exame” de corpo de delito feito pelo médico cirurgião, o Juiz Ordinário resolveu que o caso deveria ser investigado, solicitando ao escrivão que inquirisse testemunhas entre a população da vila para que integrassem, com seu testemunho, o corpo documental da devassa que ora estava sendo aberta. A péssima condição do documento torna o depoimento da primeira testemunha ilegível.

A versão do crime feita pela segunda testemunha, o pardo João Bezerra, é diferente daquela dita pela escrava. Disse este que a escrava Izabel faltava ao serviço, isto é, não estava trabalhando a contento, e ainda ameaçara o feitor com uma faca⁷¹. *Joam Bezerra*, que se disse “pardo, cazado e morador nesta vila vivendo da sua agencia de idade que disse ser de trinta anos mais, ou menos”, relatou ao Juiz Ordinário que

(...) sabe por ver que a negra Izabel estando aLugada na Oficina de Salvador de Souza Braga o feitor deste Com cauza justa pela negra faltar ao servisso lhe dera uma Xicotada e a negra Se avanssara ao tal feitor com uã faca que tinha na mão e tendo este na vara um ferrão na mão pondo Lhe adiante a mesma negra referida no ferrão (...) ⁷².

Vejamos a terceira testemunha que em parte repete a mesma versão da anterior, mas discorda quanto à intenção do feitor em realmente ferir a escrava. *Joam de Avila Pereira*, que se disse “homem branco, cazado, morador nesta Vila vivendo de Seo ofício de Sapateiro”, cuja idade não se pode ler, relatou ao Juiz Ordinário que

(...) sabe por chegar ao tempo que fora feito (ilegível/ilegível/ilegível) a negra Izabel ferida e perguntando outras pessoas que aSsitiao no Conflictio lhe Dissertão que a preta Izabel não quis acabar o Servisso que estava fazendo por o Sol estar posto e pondo-se o feitor de Salvador de Souza

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Idem.*

⁷² *Idem.*

Braga a brigar com ela para acabar o servisso ela Se Avanssara a discompor e chamar Lhe marinheyro, e o tal feitor Corria com Xicote na mão e Lhe dera uma Xicotada a qual dada na tal negra Esta levantara ao feitor com uma faca a querer dar lhe com ella e que tendo o dito feitor uma vara de ferrão na mão ponde-Lhe ao diante a negra não Reparara e Se Espetara no ferrão deque Resultou a ferida Sobre olho (...) ⁷³.

Analisando tais depoimentos podemos observar que contradizem a versão apresentada pela escrava Izabel em vários aspectos, inclusive por ela ter insultado o feitor Antonio José e “omitido” avançar sobre ele com uma faca, além de ter sido acusada pelos dois de não concluir seu serviço, mesmo o segundo deles tendo chegado após a briga ter começado. Há, portanto, uma diferença de versões que ajudariam a inocentar o feitor, justificando assim suas atitudes em relação à escrava.

Porém, um dado nesta devassa é repetido por todos aqueles que participam dela e se torna essencial para entendermos seu desfecho: a oficina de salga pertencia a Salvador de Souza Braga. Este sujeito participava ativamente da vida social e política na vila de Santa Cruz do Aracati, sendo dono de oficina e de barcos, controlando assim dois aspectos fundamentais no negócio das carnes secas.

Em 1774, Souza Braga habilitação como Familiar do Santo Ofício, onde era identificado como proprietário, em meação, de “hum Barquo que nelle anda de Piloto com negocio seo avultado do Sertão pa. o Rio de Jan.ro donde tira bastantes Louros” ⁷⁴. Nesse sentido, podemos pensar que os depoimentos, que começaram a ser colhidos apenas dois dias após o crime, seriam passivos de coação por parte do dono da oficina, de seu feitor ou ainda de seus “cabras”, que usando a influência de seu patrão poderiam ter modificado as falas das testemunhas.

No momento em que iria se iniciar a investigação a devassa teve seu desfecho. Antes do dia 22 de julho de 1777 chegou ao escritório do escrivão José de Castro e Silva o dono da escrava Izabel, Sr. Francisco Rodrigues Soares

(...) com uma petição, e despaxo nela, que me apresentou [ao escrivão] Requerendo [que] isso lhe juntasse a Esta devassa e a fizesse Concluza, o que por mim ouvido em virtude do dito despaxo que o Reconheci verdadeiro lhe aceitei e juntei (...) ⁷⁵.

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ ANTT: Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Salvador mç. 3, doc. 48. “Diligência de Habilitação de Salvador de Souza Braga (1773-1775)” *apud* NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império**. *Op. Cit.* pp. 97-98.

⁷⁵ DEVASSA que procede o Juiz Ordinário o capitão-mor Jozé Rodrigues Pinto do ferimento feito de noite na preta Izabel de Francisco Rodrigues Soares pelo feitor da oficina de Souza Braga – Antônio Jozé. *Op. Cit.*

Ou seja, o proprietário da escrava chegou ao escritório do escrivão pedindo que se encerrasse a devassa, antes mesmo que fossem iniciadas as investigações ou até mesmo inquirido o acusado. O Sr. Francisco Rodrigues Soares, que alugara a escrava a Salvador de Souza Braga, argumentava que a escrava comparecera à presença do Juiz Ordinário “(...) sem autorde [autoridade] nem ordem Alguã do Seu Senhor pa se quexar do tal ferimto [ferimento]”, ou seja, o dono desautorizou sua própria escrava que não deveria ter ido denunciar o feitor, pois ele mesmo “deu autoride [autoridade] ao dto [ao dito] feitor pa [para] a castigar Cauza merecese”⁷⁶.

Desta forma, encerrara-se o caso do ferimento feito na escrava Izabel pelo feitor Antonio José, da oficina de Souza Braga. Pode-se, a partir da petição feita pelo dono da escrava, imaginar que a influência política do dono da oficina tenha sido importante na decisão do Sr. Francisco Soares em desautorizar a escrava perante a autoridade da justiça local. Ainda mais, pode-se pensar que se a escrava sofresse agressão de outro sujeito, como um marinheiro, por exemplo, ele teria levado a frente à devassa, mesmo que tenha autorizado o feitor a castigá-la. A resolução das tensões sociais da dinâmica social da vila de Santa Cruz do Aracati também passava pelo viés político, isto é, pela influência que certos sujeitos tinham na sociedade local.

A briga do *preto* Jozé com os marinheiros do barco *Criolo*

Outro caso de agressão a escravos nos arredores das oficinas de salga encontra-se na documentação analisada. Aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1754, *Jozé Ribeyro do Valle*, escrivão da vila de Santa Cruz do Aracati, registrou “na caza do dito Juiz Ordinário [Gaspar Rodrigues dos Reis]” o termo do corpo de delito que dá início a uma investigação sobre um “ferimento feyto de noyte no pretto Joze ezcravo da Viuva Severa Barbsa”⁷⁷. Segundo o escrivão:

(...) as onze horas pouco maiz ou menoz viram o dito preto ferido no rozto Com huma Ferida rota e Sanguenta com infuzam de Sangue pello rozto (ilegível) que principiava da Testa para a fonte da parte direyta do comprimento de douz de dez pouco maiz ou menoz o qual preto ferido az meSmas horas da dita noyte forao a caza de cada Hum delles [Juiz Ordinário e Escrivão] e Lhes mostraram a dita ferida queyxando se que hum preto do

⁷⁶ *Idem.*

⁷⁷ DEVASSA no processo crime do ferimento feito de noite no preto José, escravo da viúva Severa Barbosa. Escrivão: José Ribeiro do Vale. Ano: 1754. CCL/APEC. Este documento possui alguns desgastes do tempo (principalmente buracos) que dificultam sua leitura.

Barco chamado criollo de Joam Tavares da Fonceca e de douz homens marítimos da companhia do meSmo Barco que diSse lhe deram com paoz na officina do mesmo Joam Tavarez de que de tudo mandou o dito Juiz fazer ezte termo(...) ⁷⁸.

Ao inquirir as testemunhas, o Juiz Ordinário obtém os seguintes depoimentos: o primeiro, de Manoel Correa da Silva, “homem branco Solteiro morador nezta villa que vive de Seu negocio de idade que disse Ser de quarenta annoz pouco maiz ou menoz” que, perguntado pelo Juiz Ordinário e Sargento Mor Gaspar Rodriguez dos Reis, “disse nada”. Diferente de Gregório Pinto “homem preto Solteyro Morador Nesta Villa official de Alfayate de idade que disse Ser de Sincoenta annoz pouco maiz ou menoz” que informou “que Houvira dizer que hum negro do Barco criollo de Joam Tavarez da Fonseca (ilegível) neste (ilegível) fazer a vinte e trez do corrente dar Com (ilegível) em outro pretto ezcravo da Viuva Severa Barbosa que acabou ferido (...)” ⁷⁹.

A primeira testemunha, homem branco que vive de seu negócio, negou-se a dizer alguma coisa, pois considerando que ele fora inquirido como testemunha deveria ter presenciado ou ter ficado sabendo do crime por outras pessoas. Qual seria o negócio de Manoel Correa da Silva? Teria ele uma loja aberta ou viveria como mascate, tendo assim relações econômicas com o dono do barco, Sr. João da Fonseca? Ao contrário, o segundo depoente, o negro Gregório Pinto, informou que ouviu dizer que um negro do *barco criollo* de João da Fonseca, que deveria estar estacionado no porto dos barcos esperando carregar carnes secas, “deu” em outro “preto”. O documento encontra-se bastante deteriorado e com partes realmente ilegíveis, o que não nos permite ler certas palavras que detalham o depoimento.

O terceiro depoente foi *Joam Pereyra da Gama* “homem pardo Morador nesta villa e Solteyro official de Alfayate de idade vinte e Sinco annoz pouco maiz ou menoz” disse “que Soube pello ver que na noyte de Coarta feyra vinte e trez do corrente vira elle testemunho o hum pretto ferido no rozto e que Soube elle testemunho por ouvir dizer (ilegível) mesmo ferido que hum pretto e hunz Marinheyroz do Barco criollo que lhe tinham dado” ⁸⁰. Este depoente traz novos detalhes: o ferimento feito no escravo José fora no rosto e, mais importante, fora provocado por outro “preto”, como dissera Gregório Pinto, e mais uns marinheiros do *Barco criollo*, ou seja, sujeitos sociais externos à vila, que estavam envolvidos no comércio das carnes secas, tomavam parte em atitudes criminosas contra habitantes (neste caso um escravo de uma habitante) da vila.

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ *Idem.*

Por fim, o depoente Joze Carneyro “homem pardo (...) Solteyro morador nesta villa official de Sapateyro de idade que diz Ser de trinta e Sinco anooz pouco maiz ou menoz”⁸¹ afirmou que

Sabe pello ouvir que e na noyte de Quarta feyra vinte e trez do corrente chegou hum pretto ferydo a caza do Alcayde Manoel de Souza dizendo que hum negro de Joam Tavarez da Fonseca Lhe tinha dado e hunz Marinheyros do Barco criollo do mesmo Joam Tavarez e que pasSadaz poucaz horaz (ilegível) hum Marinheyro do mezmo Barco e que deSsera que com hum tallo de Carnauba He que Se tinha feyto aferida ao dito pretto e que correndo com elle ferido por impertinente Se nam queria auzentar (...) ⁸².

Infelizmente ficamos somente com a parte das inquirições que nos trazem os depoimentos das testemunhas da agressão, que quase nunca de fato presenciaram e que, talvez por interesse, eximiram-se de indicar culpados. Nem o escravo José, tampouco o escravo de João Fonseca e os marinheiros de seu barco, foram apontados como iniciadores da contenda. O que pode indicar que ninguém, ao final da devassa, tenha sido indicado como culpado, muito menos preso. O que podemos apreender, portanto, é a tensão social que se instalava na vila durante o período de produção e comércio das carnes secas, contando com a chegada de navios e pessoas “estranhas” à vila.

O caso do *preto* Francisco, trabalhador de oficina

O vereador Manuel Esteves D’Almeida, citado no início deste tópico, relata rapidamente em sua memória um caso de violência coletiva praticada por um escravo. Segundo o vereador, o capitão mor João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins “os quaes para a fabrica de carnes tinham grande escravatura” possuíam, dentre seu plantel, “um preto de nome Francisco”. Certo dia do ano de 1787, Francisco tivera ciúmes de sua mulher, também escrava dos irmãos João e Bernardo, e acabou

(...) obrando um caso muito horrorozo, porque se avançara [sobre] a mulher (...) e com duas facadas a matara, a cujas vozes acudira o Senhor da mesma, Bernardo Pinto, em que o dito negro cravou a faca, de que passados alguns dias morreu, e entrando pela porta, subindo as escadas esfaqueara um sobrinho do dito Senhor, e matara uma índia pequena (...) ⁸³.

⁸¹ *Idem.*

⁸² *Idem.*

⁸³ D’ALMEIDA, Manoel Esteves. *Op. Cit.* p. 91.

Podemos observar a violência com que o escravo agira contra seu dono, sua mulher, uma índia e outro homem que também podemos considerar seu dono. Violência que poderíamos nos indagar se teria somente origem nos ciúmes de sua esposa. Talvez no tratamento dispensado a ele no ambiente da oficina de salga e que ele resolveu afrontar o senhor matando uma escrava sua que, com alguma imaginação, podemos inferir como sendo uma concubina de Bernardo Pinto Martins. Todavia o caso não se encerrara por aí. Diz-nos ainda o mesmo vereador que

(...) espalhando-se esta noticia acodiram os moradores da Villa, e vendo-se o dito negro cercado de bastantes homens; como desesperado, meteu a faca em seu proprio corpo, de sorte que lhe fez um horroroso talho em cima do umbigo que logo saltaram o intestino fora, e não satisfeito com este mal passara a faca a guela, cortando-a; de que morrera (...) ⁸⁴.

O arrombamento da cadeia pública

As tensões sociais na vila de Santa Cruz do Aracati iam além das agressões e assassinatos. No seu papel de importante centro econômico da capitania, a vila também era referência naquela parte da capitania, sendo sua Cadeia Pública um lugar onde eram confinados presos de diferentes lugares daqueles sertões. E foi o arrombamento da Cadeia Pública da vila que se tornou objeto de devassa instaurada no início do mês de novembro de 1775. Assim anotou o escrivão Francisco Lopes Bezerril:

(...) em Caza de morada do Juiz ordinário o Alferes Francisco Pereyra da Rocha, eu Escrivao de Seu Cargo ao diante nomiado fuy vindo e Sendo aLy pello dito Juiz foy dito que a Sua noticia foy vindo que aVião fugido na noyte do dia Sinco para Seis deste mesmo mês e anno os prezos da Cadeya della e chamados o crioulo Ignacio Dias dos Santos, Manoel da Costa e Elias Ramos por bayxo do batente da Porta principal e grade della Com hum buraco grande que paSsava de huma pare a outra com douz paus (...) ⁸⁵.

Procedeu-se, diante de um caso que possuía grande seriedade, a devassa e o Juiz Ordinário passou a inquirir algumas testemunhas. Os primeiros depoimentos são de Manoel Rodrigues de Santa Anna e Felipe José Romão que, por razões não explicitadas, são inquiridos juntos. Segundo as testemunhas

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ AUTO de Devassa que mandou fazer o Juiz Ordinário, o Alferes Francisco Pereira da Rocha, do arrombamento e fraturamento da Cadeira desta vila e fugida dos presos dela, o preto ou crioulo Ignácio Dias dos Santos, Manuel da Costa e Elias Ramos. Ano: 1775. CCL/APEC.

(...) a um fogido (corte na página) alguma da defesa da Cadeya aos ditos Prezos na dita noyte do dia Sinco para Seis do prezente mês e anno como He publico e notorio e todas pois na dita Cadeya prezenciarão já não estaS ao dito prezos que della tinhao perfeyto conhecimento e que outro disSe que estava a Referida Cadeya aRombada por bayxo do batente da porta principal e grade della com Hum buraco grande feyto pella parte de dentro e pella parte de fora Segundo o que mostraSse a periSsia de Sexta que paSsava de hum a outra parte e tinha dous paus do ixamiamento (sic) ou estava do dito latenta (lanterna?) (corte no documento) fora pella qual buraco fratura e aRombamento cabia com FasSilidade qual quer homem dos corpos dos ditos prezos e que por ele e Sem duvida alguma paresSiam ter fogido os taes prezos asSim como (ilegível) fogendo (ilegível) o prezo chamado João de Arahujo que este o pegou o carxareyro (sic) já da parte de fora da dita Cadeya esse foy pegado por em Hum grilhão (?) e não poder correr e que o tal buraco fratura e aRombamento mostrou ser feyto com Ferro de Covas ou facas por achar no tal buraco hum a faca flamenga (...)⁸⁶.

As testemunhas inquiridas parecem ter sido as primeiras a chegarem à Cadeia da vila, pois descrevem com certos detalhes, que não se pode observar nos outros depoimentos, a situação daquele local após a fuga dos presos. Chama-nos atenção o fato de Manoel e José Felipe conhecerem, pelo menos de vista, os presos, pois afirmaram que pelo tamanho do buraco feito passariam “sem dúvida” os corpos dos fujões. Além disso, observaram ter uma “faca flamenga” dentro do buraco, que pode ter sido usada por alguém que estivesse fora da cadeia (entendo que nenhum dos presos pudesse possuir uma faca deste tipo) e ainda viram o preso João de Araújo ser contido pelo “carxareyro”. Isto é, nem todos os presos conseguiram fugir e os que concretizaram a fuga foram ajudados por alguém “de fora” da Cadeia.

As demais testemunhas que foram inquiridas pelo Juiz Ordinário pouco acrescentaram à denúncia e ao primeiro depoimento. Apenas disseram que era público, na manhã do dia seguinte ao arrombamento e à fuga, que fora feito um buraco na porta da frente da cadeia e que por ali fugiram três presos. Alguns nem mencionam a tentativa de fuga de um quarto preso. Podemos inferir que, assim como acontece nos dias de hoje, a população local não quis denunciar o “ajudante” dos presos na fuga, já que, de acordo com a perícia que procedeu o Juiz Ordinário, outra pessoa teria cavado por fora da porta.

Nesse sentido, mais uma vez, fica registrada a violência e a desobediência aos mandos da justiça, além da fragilidade dos aparelhos do estado que tinham por obrigação manter os transgressores fora do convívio da sociedade. Ao que parece o caso do arrombamento da cadeira da vila do Aracati ficou inconcluso ou se perdeu a segunda parte da

⁸⁶ *Idem*.

devassa, pois na peça documental que pesquisamos só aparecem depoimentos e anotações do juiz ordinário.

Crimes à noite e o uso de armas no sertão

Pudemos notar, a partir dos casos acima, que quase todas as situações (assassinatos, arrombamento e ferimentos) acima descritas foram praticadas à noite. Momento em que, segundo Laura de Mello e Souza (2004, p. 231), “muitas das tensões se canalizavam para brigas e ferimentos”, pois os indivíduos estariam resguardados pela facilidade do esconderijo e a falta de iluminação que permitisse a visão mais apurada. Ainda de acordo com a autora

A violência latente no seio da camada [de desclassificados sociais] se desdobrou numa gama enorme de infrações, das mais insignificantes às mais graves. A documentação permite conhecer a sua natureza, mas nada ou quase nada deixa entrever sobre os seus motivos – ou, pelo menos, não se entende sobre eles. (SOUZA, L. 2004, p. 230).

A violência estava, certamente, no cotidiano daquela população. Todavia, o que mais chama atenção é a impunidade, ou no mínimo a facilidade com que criminosos, como no caso dos arrombadores da cadeia pública, tiveram para evadir-se do local, contando possivelmente com ajuda de moradores. Além disso, podemos destacar o disseminado uso de armas nos sertões. Segundo José Eudes Gomes (2010b, p. 143),

Não obstante a legislação e as ordens régias, as cenas cotidianas de agressões com armas que ficaram registradas na documentação criminal cearense somam-se à recorrente necessidade de reedição de leis proibitivas e ao reconhecimento das próprias autoridades coloniais, como capitães-mores, juízes e ouvidores, nos indicando não somente a vulgarização do uso e porte cotidiano de armas, como também a ineficácia da publicação de leis e medidas proibitivas no Ceará.

Tratando dessas situações de insegurança e violência habitual no Siará Grande, o engenheiro Antonio José da Silva Paulet (1997, p. 13) comenta em seus escritos já nos primeiros anos do século XIX sobre

(...) a facilidade de se manter de furto de gados, a freqüência dos crimes de morte, que perde logo dois homens o morto e o agressor, que ordinariamente escapa não só pela fugida e dificuldade de se apanhar nos longos matos, mas pela indiferença com que os habitantes olham para o crime de morte e a prontidão com que acoitam e dão passagem aos criminosos.

As representações do poder régio na colônia possuíam limitações, embora estas fossem por certo desobedecidas muitas vezes. Um lugar de destaque na estrutura administrativa colonial foi ocupado pelo Senado da Câmara, onde se reuniam os homens bons da vila e discutia-se sobre problemas envolvendo diversos assuntos, geralmente de interesse da elite econômica e política local. A Câmara teve papel fundamental na construção e manutenção da vila de Santa Cruz do Aracati como principal porto de entrada e saída de produtos e gêneros daquela região do Siará Grande. Em seu ambiente eram disputados poderes sobre os cargos exercidos, em torno da localização das oficinas, discutidos problemas em relação à saúde pública na vila, entre outros. Todavia, nem tudo transformava-se em querela. Ponto comum sempre foi o aumento do termo da vila, que gerou disputa sim, mas com Câmaras de outras vilas da capitania. É o que veremos nas próximas páginas.

3.3.3 A Câmara e as disputas de poder

Foram numerosos os trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre as instituições camarárias no Império Marítimo Português nos últimos anos. Para a América Portuguesa temos estudos de referência como os de Maria Fernanda Baptista Bicalho (2003), Marilda Santana da Silva (2003), George Félix Cabral de Sousa (2007), Avanete Pereira de Sousa (1996) e Adriano Comissoli (2006), além de um estudo específico sobre os processos de nobilitação da elite camarária da Vila de Santa Cruz do Aracati, desenvolvido por Gabriel Parente Nogueira (2010). Portanto, não será necessário neste texto nos determos em caracterizar os poderes aos quais as Câmaras estavam ligadas e os motivos de se acirrareem disputas sobre os mais diversos assuntos concernentes ao cotidiano da vila.

Deteremo-nos aqui a dois assuntos que mobilizaram, em momentos diferentes, os agentes camarários da vila de Santa Cruz do Aracati, que acabaram por envolver os donos de oficinas, proprietários de barcos, negociantes com loja aberta, população e até religiosos. Num primeiro momento, trataremos da questão que girou em torno da saúde pública na vila, quando entrou em discussão a demolição das oficinas que se localizavam dentro do núcleo urbano e sua retirada para a parte norte da vila, além da remoção dos currais que estavam aterrando o rio Jaguaribe tornando-o inavegável. Na segunda parte, serão analisadas as querelas em torno da fixação do termo da vila, que se arrastaram por longas décadas e só foram resolvidas no final do século XVIII.

Saúde pública na vila e a localização das oficinas

Já sabemos que a principal atividade econômica da vila de Santa Cruz do Aracati girava em torno da matança de gados e sua comercialização em forma de mantas de carnes secas e salgadas. A população da vila do Aracati, desde sua constituição como povoado, conviveu com a entrada e a matança de gado, além dos couros e mantas de carnes pendurados nos paus que formavam a estrutura das oficinas de carne.

Podemos inferir que, além de todos esses produtos que eram comercializados com mestres de embarcações, “sobravam” da matança de bois bastante sangue, ossos, chifres, cascos, vísceras etc. que, geralmente, não interessavam aos donos de oficinas e eram jogados no meio da rua, fazendo com que se juntassem moscas e outros insetos, além do mau cheiro proporcionado pela putrefação destes restos. Discutindo aspectos das concepções médicas do século XVIII, que influíram na atuação de agentes da administração pública no Brasil da virada para o século XIX, Carolina Giordano (2008, p. 37) afirma que

Percebe-se como a medicina desse período não se restringe aos aspectos clínicos de saúde, mas define também um espaço social, que deveria ser estudado juntamente com o espaço físico. Os médicos e os reformadores do século XIX buscavam entender os problemas da cidade dentro dessa perspectiva. Para eles, *os males da cidade adivinham de emanções pútridas, que propagavam os chamados miasmas, originados de matérias orgânicas em decomposição existentes em pântanos, águas estagnadas, esgotos, ar viciado das habitações coletivas e da falta da circulação do ar.* (Grifo nosso).

Na vila de Santa Cruz do Aracati, grande parte destes aspectos já estava evidente na segunda metade do século XVIII com o aumento da população e um número cada vez maior de viajantes, comerciantes, trabalhadores livres, entre outros, que conviviam no mesmo espaço que gado vivo e morto, sangue empoçado, moscas, ossos podres etc.

Estes problemas, e suas possíveis soluções, foram discutidos na vereação de 19 de fevereiro de 1781 do Senado da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati onde “foi vindo o doutor Ouvidor geral e Corregedor da Comarca Joze da Costa Dias e Barros a instancias do Senado da mesma Camara e sendo presentes tãobem os homens bons e republicos abaixo assignados”⁸⁷.

⁸⁷ AUTO de segunda Audiência Geral que requireo a Camara nesta vila do Aracati (de 19 de fevereiro de 1781). *Apud* NOBRE, Geraldo. **As oficinas de carnes do Ceará**: Uma solução local para uma Pecuária em crise. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. p. 83

Logo no início da audiência, os vereadores se posicionaram contra a permanência das oficinas dentro da vila, pois já se tinha tomado “a saudável resolução (...) na Audiencia geral da prezente Correisao no dia doze do corrente a respeito de se demulirem as officinas que estavam disfigurando a beleza, e arruinando a saúde publica desta Villa”⁸⁸, pois

(...) era bem notório que a matansa dos gados nas sobreditas officinas dentro da villa geravão todos os anos hum morbo pestilento, fétido, e imundícias, que não só duravão o tempo das matansas, mas também pello discurso de todo o anno porque cada vez que xovia se renovava, e parecia coiza incompatível com o bem publico conservarem se as taes officinas que so fazião cômodo particular dos donos delas para haver mais hum ano de peste, e de incômodos (...) ⁸⁹.

Ou seja, apesar da importância da atividade de se produzir carne seca, os vereadores estavam mais interessados naquele momento em fazer com que as oficinas não mais *desfigurassem a beleza* e nem *arruinassem a saúde pública* da vila, e tinham em vista uma única solução, que era a *demolição das oficinas*. Um dos argumentos mais sérios contra a permanência das oficinas dentro do núcleo urbano partia, provavelmente, dos sacerdotes da vila. Segundo os vereadores, os incômodos que causavam as fábricas de carnes

(...) se estendião a impedir a decência com que se devia selebrar o Sacro Santo Sacrificio da Missa que por mais cautela que hajão em estar o acolito continuamente abanando as moscas, e levantar o Sacerdote o Sagrado Caliz cuberto contra o Rito Romano, sempre nelle caem as moscas e as Imagens e Ornamentos da Igreja sempre estão sórdidos, e indecentes pela mesma cauza, o que principalmente acontesse na Igreja Matriz por estarem a dita officina contiguas a ella (...) ⁹⁰.

Pelo descrito acima, a Igreja Matriz do Aracati, que se localizava bem ao lado de algumas oficinas, estava tendo seus ritos prejudicados pela atividade delas e por isso seu sacerdote e os fiéis sofriam com a grande quantidade de moscas que atrapalhavam o clímax da celebração, isto é, o momento da transubstanciação da hóstia e do vinho no Calix Bento, no corpo e sangue de Cristo, respectivamente. Porém, as oficinas não atrapalhavam somente a missa, mas as procissões, pois os vereadores argumentam também que

(...) sai o Santissimo Sacramento aos infernos, que precizamente pasa por entre as ditas officinas por estar todo aquele terreno embarasado com os coiros, com os baios, com as carnes, com as salmoiras, e lamas que fazem e

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ *Idem.*

enfim com os caxorros, multidão de magarefes, bixos, podridão, fétido, e ossos, que cauzão os notórios inconvenientes que se sabem sentir, e não explicar (...) ⁹¹.

Além de toda a perturbação durante cultos e festas podemos imaginar o sofrimento dos cristãos durante o período da quaresma, no qual, segundo a tradição, não se come carne, ao ver mantas de carnes secas sendo enroladas e arrumadas nas embarcações sem poder prová-las, principalmente no caso dos trabalhadores das oficinas.

O outro problema causado pelas oficinas, segundo os camaristas, era no próprio cotidiano da vila, no que tange às suas atividades comerciais e convívio social dentro e fora das residências. Os vereadores afirmavam ser

(...) notório que a rua de Santo Antônio He a parte da Vila mais importante, e mais populoza xeya de Logens [Lojas] abertas de mercadores de fazendas, as quase se perdem com as moscas que as cobrem em xusma por estarem as ditas officinas confinando próximas a dita rua (...) ⁹².

Ou seja, acabavam dificultando e perturbando o comércio na vila, pois devemos lembrar que as embarcações não aportavam vazias, mas carregadas de farinha, aguardente, vinho, azeite, sal, mel, fazendas, entre outros produtos, que os comerciantes locais adquiriam e vendiam à população local e a mascates que rumavam para os sertões no intuito de fazer negócios. Mas não só os comerciantes eram prejudicados com as moscas que invadiam suas lojas e mercados, mas também “sentem os moradores em geral, não só no aseyo de suas cazas e roupa, senão também na comida cotidiana que sempre He envolvida com moscas” ⁹³.

Dessa forma, podemos observar no discurso dos camaristas uma tentativa de tornar a vila de Santa Cruz do Aracati, que já era indubitavelmente a mais importante economicamente, um centro social e político da capitania, tendo em vista sua proximidade comercial com o Recife, sede administrativa da capitania geral de Pernambuco, onde vários donos de oficinas, negociantes de loja aberta e outros sujeitos importantes do Aracati transitavam. Isto gerou consequências na primeira metade do século XIX quando os camaristas vão tentar projetar a cidade do Aracati como capital da província do Ceará.

Mas o que nos interessa nesse momento é entender que, partindo de concepções de nobreza e fidalguia típicas de uma sociedade do Antigo Regime, os camaristas vão tentar nobilitar-se dentro dos padrões limitados de um sistema econômico que se formara na

⁹¹ *Idem.*

⁹² *Idem.*

⁹³ *Idem.*

periferia do Império Ultramarino Português, como é o caso da pecuária nos sertões, e a partir da comercialização de um produto específico, a carne seca, possibilitou o acúmulo de renda a uma elite local de donos de oficinas de salga, sendo que alguns chegaram a possuir barcos, lojas abertas no comércio local, e a fazer parte de circuitos mercantis que teciam redes imperiais dos dois lados do Atlântico ⁹⁴.

Na continuação dessa agitada audiência no Senado da Câmara de Santa Cruz do Aracati, os camaristas resolveram que se colocaria em prática o que fora resolvido na reunião anterior, ou seja, demolirem-se as oficinas, mas acordaram que os donos ou os administradores deveriam ser notificados anteriormente, sendo convocados para a sessão posterior, e se eles

(...) não comparecerem na dita veriação, ou não quizessem assignar o termo na forma determinada, [que] sejam lançados de toda a sua defeza, e que passados os oito dias não havendo demolido as officinas, lhe fosem estas demolidas a sua custa com as penas já estabelecidas
E logo todo o Corpo do Senado e dos Respublicos uniformemente convierão na determinação do dito Ministro a quem representao outrosim que todo o Agravo ou Recurso que se interpuzesse não devia suspender a execusão por ter por objecto o livrar a este Povo de doensas e incômodos que ficão expostos, cujo beneficio se não devia demorar. O que ouvido pelo dito Menistro se conformou com este requerimento e asi o determinou por ser de justissa. (...) ⁹⁵.

Vê-se, portanto, que ao fim da vereação do dia 19 de fevereiro de 1781 os camarários estavam resolvidos a demolir as oficinas, além de empreender outras modificações para “melhorar” a vila. Prova disto foi a inspeção que fora feita no mesmo dia, e descrita na audiência do dia 24 de fevereiro do mesmo ano. Delas participaram o ouvidor José da Costa Dias e Barros, o escrivão Alexandre Ferreira da Costa e os oficiais da Câmara, e concluíram que

(...) se houverem de levantar [oficinas] daqui por diante, só ficão bem no terreno q.’ vai da Officina do Salvador p.a [para] a p.te [parte] da Ilha dos Viados por ter bast.e [bastante] pavim.to [pavimento], e por ficarem perto do ancoradouro dos barcos sem prejuizo da Villa, Ordeno q.’ a dita Camera não permita levantar alguma Officina em outro lugar se não no d.o [dito] terreno, de sorte q.’ não passe da d.a [dita] Officina do Salvador p.a a p.te da Villa (...) ⁹⁶.

⁹⁴ As atividades ligadas ao comércio de carnes secas serão tratadas no último capítulo. Utilizamos esta divisão para não fugirmos do recorte temático deste capítulo, nem alongá-lo em demasia.

⁹⁵ Auto de Audiência Geral... *apud* NOBRE, Geraldo. *Op. Cit.* p. 84.

⁹⁶ *Ibid.* p. 87.

Porém, como havia interesses envolvidos – isto é, fabricação e comércio de carnes secas, além da arrecadação de impostos – e os bois já começavam a chegar aos arredores da vila para engorda, consentiu-se

(...) Licença p.a [para] se matar nas Officinas velhas sem exercício, q.' se achão ainda na d.a [dita] Ilha dos Viados, a dará, com tanto q.' se pague à Camera a mesma renda de dez mil RS. por cada barco de carnes, como se estas fossem fabricadas no terreno da Villa, pois q.' a Camera não deve sentir prejuízo no seo Patrimonio (...) ⁹⁷.

Infelizmente, os registros do Livro de Aforamentos não possuem os termos para as oficinas da Ilha dos Veados – que talvez nem possuíssem termo e, portanto, não pagavam imposto até esta determinação. Algumas das oficinas eram “aforadas” e já pagavam impostos sobre cada barco que vinha “carregar carnes”, o que chegou a ser motivo de queda no comércio do produto durante a década de 1750, ou seja, logo depois da criação da vila. Ressalte-se que nessa época não havia preocupações com as consequências da fabricação de carnes secas em oficinas que ficassem no interior da vila, pois, numa Audiência de 18 de junho de 1767, os camarários da vila do Aracati resolveram que as casas que se construía na vila pagariam foros, todavia

(...) as ditas officinas se conservarão como livres e unicamente pagando só cada Barco dos que carregavam nellas dez mil reis para a mesma Camera de virem ao porto della fazer o dito negocio e pellas madeyras de que carecem e pastoradouro dos gados e sua matança sendo costume o pagar cada hum dos ditos Barcos alem da referida penção dos dez mil reis mais trinta ao proprio domno da officina (...) ⁹⁸.

Dessa forma, podemos afirmar que só na década de 1780 se iniciou uma regulamentação na *urbe* de Santa Cruz do Aracati, na busca, segundo os vereadores, por um melhor convívio e conforto da população. Veremos, no próximo tópico, como seu deu tal regulamentação a partir da cobrança de foros.

Por fim, os camarários entraram em acordo e, após entender que a demolição das oficinas era o melhor remédio para acabar com suas más influências no cotidiano da vila, fixaram normas também para a construção de novas oficinas, instituindo que

(...) Quando alguma pessoa requerer a Camera terreno, e lic.a [licença] p.a [para] fazer Officina, a Camera hirá pessoalm.te [pessoalmente] assinalar, e

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ Auto de Audiência Geral de 18 de junho de 1767. Livro de Vereanças do Aracati. *Op. Cit.*

fazer medir no lugar asima declarado, repartindo o de sorte, q.' entre a Officina do Salvador, e o marco trez Officinas novas (...) ⁹⁹.

Ou seja, a instituição de novas oficinas na vila passaria por avaliação e inspeção dos camaristas, demonstrando que aquele comércio estava movendo número vultoso de capitais, pois com esta resolução o Senado da Câmara da vila do Aracati passou a controlar quem seria ou não dono de uma fábrica de carnes secas, isto é, quem participaria ou não de uma pequena elite local produtora de um gênero de exportação valorizado.

Além da localização das oficinas, chama atenção na documentação o § 3º das determinações que foram incluídas após a inspeção das oficinas, pois os que participaram dela notaram também que

(...) não só das Officinas, mas também dos ossos, q.' os moradores aproveitavão, e faziao carregar p.a suas cazas, afim de estrahirem deles a manteiga dos tutanos, deixando nos quintaes, e nas ruas os mesmos ossos, de cuja putrefação rezultavão em todo o decurço do anno os perniciosos efeitos sobreditos (...) ¹⁰⁰.

Isto é, de acordo com o ouvidor, não seria só culpa dos donos de oficinas os fétidos e sujeiras na vila. A própria população armazenava ossos para extrair a manteiga do tutano, juntando também moscas e, como consequência, o mau cheiro. Sobre isto, o ouvidor ordenou que

(...) antes da prim.ra [primeira] safra das carnes a Camera onde apregoar, e por Edital, q.' nenhúa pessoa introduza ossosn as suas cazas, nem nellas fabrique a ref.da [referida] manteiga dentro da Villa, e q.' só o poderão fazer nas mesmas officinas, ou nos seus contornos da officina do Salvador p.a [para] baxo,[e] q.' [que] todo o fabricante de carnes, e manteigas faça queimar os ossos, ou lança los na Camboa [Gamboa] (...) ¹⁰¹.

Nesse sentido, podemos entender que as medidas de controle impostas às oficinas de salga estenderam-se à população local, que passou também a fazer parte dos projetos estabelecidos pelos camaristas para aformosear a vila do Aracati. O controle entraria na esfera da vida privada, não sendo permitido aos habitantes da vila fabricarem suas manteigas para consumo próprio. E os novos habitantes que chegavam à vila, ou os moradores que quisessem

⁹⁹ *Ibid.* p. 89.

¹⁰⁰ *Ibid.* p. 87-88.

¹⁰¹ *Ibid.* p. 88.

constituir domicílio próprio, também teriam que se adaptar a nova regra. De acordo com o § 10 do novo regimento aprovado pelo ouvidor e pelos camarários,

(...) não concentirá a Camera fazer cazas aonde cada hum quer, como até agora com escândalo, e pugilid.e [pugilidade] da mesma Camera se tem permitido de q.' [que] rezulta a desordem de estar a vila desmembrada, sem união, com húa extensão incommoda à socied.e [sociedade], e comercio dos moradores; e p.a q.' [para que] se remova de húa vez esta intuleravel desordem, Ordeno q.' a Camera não deixe edificar, nem affore chaons p.a edificar nas extremid.es [extremidades] actuaes da Villa, a saber da p.te [parte] do Norte não passarão já mais as cazas da esquina das cazas do Sarg.to Mor B.do P.to Miz.' [Bernardo Pinto Martins] Nem continuarão p.a o Norte a chamada rua da Paripueira. De p.te [parte] do Sul não passarão as cazas do lugar do Pilourinho p.a [para] sima, concervando se som.te [somente] as q.' existem. Da p.te do Nascente não se poderá mais edificar senão em linha na rua do Rozario desde o pilourinho até as ditas cazas do Sarg.to Mor B.do P.to concervando q.to [quanto] for possível o alinham.to [alinhamento] em q.' vai principiada a mesma Rua por ambos os lados (...)

¹⁰².

A partir do trecho acima citado podemos observar o controle que a Câmara passou a exercer dos locais onde poderiam ser feitas casas de morada. Dessa forma, podemos afirmar que se chegou a uma amplitude peculiar de controle social pela instituição camarária sobre a população da vila. Iniciando com a retirada das oficinas de dentro do núcleo urbano, passando pela proibição de se armazenarem ossos nos quintais das casas, até chegar ao ponto de limitarem onde se poderiam construir casas. Estava, portanto, nas mãos dos vereadores os “lugares privilegiados” da vila, isto é, as casas de sobrado e as periferias, pois dentro do núcleo urbano “não concintirá a Camera q.' facão as cazas de taipa só sim no interior; porq.' Pelo exterior serão de tijolo, guardando o mesmo prospeto, assim da parede, e portas, e janellas”, não deixando nenhum espaço para desobediência, pois “faltando se a estas condiçoins declaradas neste §, e no anteced.te [antecedente] o Juiz Almotace mandará embargar as obras com a cominação estabelecida no § 4” ¹⁰³.

Nesse sentido, podemos apreender nesta fonte que, apesar da importância das oficinas de carnes, que movimentavam a economia e, por que não dizer, a sociedade da vila de Santa Cruz do Aracati, os donos de oficinas foram obrigados a se adaptarem às novas regras impostas pelo Senado da Câmara, com o respaldo do ouvidor José da Costa Dias e Barros. Como já foi dito, as disputas e contendas na vila do Aracati se davam no âmbito interno e externo à vila, movimentando sempre os representantes do poder régio e envolvendo

¹⁰² *Ibid.* p. 90.

¹⁰³ *Ibid.* p. 91.

considerável número de sujeitos sociais que representavam a elite política e econômica daqueles sertões.

As querelas em torno do termo da Vila de Santa Cruz do Aracati

Já discutimos no tópico anterior o processo de criação da vila de Santa Cruz do Aracati e sabemos as condições peculiares para sua fundação. Nesse sentido, é preciso recordar que as autoridades locais da vila de São José de Ribamar do Aquiraz estavam cobrando impostos aos barcos que entravam na barra do rio Jaguaribe para fazerem comércio, no que foram proibidos por ordem régia. A partir deste caso, iniciou-se uma série de consultas ao Conselho Ultramarino e aos capitães-mores de Pernambuco e Ceará, que teve como consequência a Carta Régia de 10 de fevereiro de 1748, criando a vila do Aracati e dando instruções para sua fundação.

Apenas três anos após a fundação da vila, os vereadores aparecem em uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José I, sendo citados por requererem meia légua de terra doada por Sua Majestade para o patrimônio da Câmara, sendo então coagidos pelo então ouvidor geral do Siará Grande, Alexandre Proença de Lemos, para que desistissem de tomar posse da terra. Segundo os camaristas, o ouvidor beneficiava assim um parente seu, o sargento-mor Mathias Ferreira de Sousa, pois este havia pedido a mesma terra junto à freguesia das Russas quase ao mesmo tempo, causando assim o conflito ¹⁰⁴. O parecer do Conselho Ultramarino de outubro de 1751 é favorável à Câmara de Aracati, pois

(...) Ao Conso. [Conselho] parece que seja V.Magde [Vossa Majestade] Servido mandar severamente estranhar ao Ouvidor do Seará Alexandre de Proença Lemos o incivil e violento procedimento que uzou com a nova Camara do Aracaty obrigando os OFFiciaes della a que desistiSsem da Cauza que Corria (...) ¹⁰⁵.

E indicava ainda que se desse “(...) a Camara a poSse, em que estava da dita meya Legoa de terra e dos Rendimentos, em que lhe fez Sequestro e que nella Se conservem athé decizão final da cauza na mayor alçada (...) ¹⁰⁶”. Isto é, além de “estranhar” o ouvidor geral do Siará Grande por certa arbitrariedade e por tentar tão explicitamente ajudar um parente, o

¹⁰⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 354. AHU-CE: CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre o requerimento dos oficiais da Câmara da vila do Aracati, em que se queixam da coação que se fez para desistirem da causa que corria, relativa à meia légua de terra doada por Sua Majestade para o patrimônio da mesma Câmara e a pedirem providências.

¹⁰⁵ *Idem*.

¹⁰⁶ *Idem*.

Conselho Ultramarino deu razão aos camaristas (e por que não aos habitantes) da vila do Aracati, pois eram eles os produtores e comerciantes das carnes secas e, conseqüentemente os pagadores de impostos sobre cada um dos barcos que aportavam naquela vila. É importante ressaltar que na capitania do Siará Grande atuaram alguns ouvidores extremamente problemáticos que foram abusivos em suas funções e entraram em sérios conflitos com a população local e com os capitães-mores.

Após finalmente conseguirem a meia légua doada, os vereadores da vila do Aracati passaram algum tempo sem tentar aumentar o termo da vila. Não mais do que trinta anos, pois já em 1787 o ouvidor do Siará Grande remete uma carta à rainha D. Maria I sobre questões acerca da demarcação de um termo maior para a vila. Os camarários argumentam afirmando

(...) o quão útil e neceçario era a esta V^a. [Vila] ú termo q Correspondeu ao Seo mereçimento pedindo a V. Mag^{de} [Vossa Majestade] [que] lhes comçede a graça De lhe mandar, asinalar p^a[para]. termo todo o terreno q. á entre o Rio Jaguaribe da p^e[parte] de Leste até a estremadura da capitania do Rio grande do Norte ou Parahiba, e dez de a Costa domar pelo dito Jaguaribe aSima até confinar com o termo da V^a. [Vila] do Icó compreendendo a Ilha q' divide ú braço do mesmo Rio chamado o Riacho das Russas, cuja representação epítitorio(?) consultarão ao Tenente Cor^{el}. [Coronel] Gov^{or} [Governador] desta Cap^{nia}. João Batista de Azevedo Coutinho Montaury não Só p^a[para] q lhes defiriSe o seo parecer senão tão bem p^a[para] q a ReforsaSsem informando a V. Mag^{de} [Vossa Majestade] da Razão e neceSidade do Seo justo Requerimento. (...) ¹⁰⁷.

Dessa forma, afirmando que confiavam *em Vossa Majestade* e ainda elogiando o governador, os vereadores empreendiam um discurso que acreditavam que funcionaria pela persuasão e insistência, o que fora muito comum nas relações entre Câmaras Municipais e poder régio. Ocorriam também disputas entre as próprias Câmaras. O poder econômico do Aracati e sua elite comercial empreendedora pareciam incomodar os camarários da vila do Aquiraz, pois as relações entre as Câmaras não eram amistosas, principalmente se observamos que os pedidos para o aumento do termo da vila do Aracati eram quase sempre em direção ao termo da sede da capitania. Anexo a esta carta, os vereadores da vila do Aracati remetem a cópia de uma audiência geral de provimentos do ano de março de 1778, onde está argumentado que era

(...) muito estranhável que sendo esta villa a mais populosa de toda a Comarca não tenha o termo Suficiente quando todas as mais villas nas Suas

¹⁰⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 10, D. 619. AHU-CE: CARTA da Câmara da Vila do Aracati à rainha [D. Maria I], sobre questões relativas à demarcação do termo da referida vila.

creações lhes fora aSinados termos vastíssimos sendo tãoobem notório que este termo Se podia e se deveria ampliar anexandoSe o territorio que fica desta parte doutro [lado do] Jaguaribe ate confrontar com as extremas da villa do Icó (...) ¹⁰⁸.

O outro lado do Jaguaribe significava o território da vila do Aquiraz, cuja sede se encontrava a mais de 15 léguas. O argumento volta na carta remetida pelo ouvidor, pois os vereadores ainda insistiam:

Para que não pareSsa a V^a. R. Mag^e [Vossa Real Majestade] que he exceSsivo o termo que pedimos para esta Villa, pello numero de trinta Leguas de extensao, e vinte de Largura; He percizo decLarar que nem huma das villas desta Capitania o tenham deminuto (...) ¹⁰⁹.

Como a argumentação feita nestas cartas de 1783 e 1785, mandadas diretamente da capitania do Siará Grande, ou pelo ouvidor ou pela própria Câmara, não tiveram o resultado alcançado, os vereadores lançaram mão de uma personalidade de maior importância dentro da estrutura de administração colonial. Através do governador da capitania de Pernambuco, os camaristas enviaram mais uma representação à rainha contendo argumentos bastante parecidos. Mas, em nosso ponto de vista, o que mais tinha valor desta vez eram as indicações do próprio governador Thomás José de Mello, informando que

(...) a Representação dos ditos officiaes [da vila de Santa Cruz do Aracati] He verdadeira e digna de atenção, porq. a vila do Aracati He hoje a maiz populoza, Rica, e de commercio q. tem a Capitania do Seará, e pelo seu Porto mercante, e suas Fabricas de Carnes Salgadas se vai fazendo de cada vez mais celebre e de consideração, e q o[termo]da Villa do Aquiraz He bastante extenço q muyto bem pode admitir desmebração para augmentar o daquella Villa e felicidade dos Povos tendo mais próxima e ponta obra administração da Justiça (...) ¹¹⁰.

Ao que parece, a intervenção do governador da capitania de Pernambuco teve o efeito esperado. No mesmo ano deu-se a solução definitiva para esta querela sobre o termo da vila de Santa Cruz do Aracati, isto é, quase meio século após a fundação da vila. Em carta régia de 17 de dezembro de 1793, a rainha D. Maria I diz ao Governador e Capitão General de Pernambuco Thomás José de Mello que

¹⁰⁸ *Idem.*

¹⁰⁹ *Idem.*

¹¹⁰ AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12752. AHU-PE: CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, à rainha [D. Maria I], sobre a representação dos oficiais da Câmara de Aracati, em que pedem a ampliação do termo daquela vila.

Sou servida Ordenarvos que na conformidade da Vossa informação de dezasseis de Mayo próximo passado, façais demarcar o terreno que dizeis se deve dar à vill de Santa Cruz do Aracaty, que vem a ser todo aquele que decorre desde a parte oriental do rio Jaguaribe, até o Mossoró, extremas da capitania do Ceará; e desde a barra do dito Rio até a passagem das pedras, incluindo-se o Jupy e a Catinga do Goes; visto não ter a dita vila até o presente, extensão de Terreno proporcionado ao estado de sua população, augmento e commercio, e o não impugnar a villa de Aquiraz, sendo ouvida sobre a representação da Villa do Aracaty: Recomendando-vos outrossim que, no caso que as Villas de Aquiraz, Icó, ou outra qualquer confinante com o ditto Terreno, se queixem: ou que se julguem lesas na divizão e demarcação a que se manda proceder, as Ouvireis substando a execução desta Ordem, dando conta e interpondo n'ella o vosso parecer. No cazo porem, que humas e outras villas concorrem na separação do dito terreno que se manda conferir à sobredita Villa do Aracaty, lhe mandareis dar posse, depois de effectuada a mesma demarcação ¹¹¹.

Por fim, o termo da vila de Santa Cruz do Aracati, assim como várias questões que envolveram seu desenvolvimento e destaque perante as demais vilas da capitania, só fora definido depois de longa disputa e insistência junto aos órgãos da administração régia.

*

A dinâmica social na vila de Santa Cruz do Aracati não se resumiu, certamente, a ferimentos, arrombamento de cadeia, assassinatos ou a disputas no espaço da Câmara Municipal. Neste tópico tentamos empreender uma narrativa simples acerca das questões mais importantes do cotidiano da vila e do que acontecia em torno das oficinas de salga, pois, se este era o lugar de produção das carnes secas, havia em torno dele um espaço onde as sociabilidades e os poderes eram diversos e proporcionavam uma dinâmica própria que nem sempre estava exatamente intrincado à produção e ao comércio de carnes, mas que, certamente, acabavam influenciando neles.

¹¹¹ “Carta Régia de 17 de dezembro de 1793” *apud* BARBOSA, Ruy. **Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte: Razões Finaes**. Cia Typográfica do Brazil: Rio de Janeiro. 1904.

3.4 As oficinas ou salgadeiras: trabalho livre e escravo na produção das carnes secas

Os espaços das oficinas de salga e seu entorno eram, como vimos no tópico anterior, lugar de sociabilidades diversas. Ferimentos, roubos e outros crimes foram cometidos em suas imediações. No entanto, nem só de sociabilidades vivia o Aracati, a dinâmica social agitada na vila só era possível graças à fabricação das carnes secas. Portanto, neste tópico iremos tratar da oficina como espaço de produção, todavia sem esquecer a questão social que envolve o mundo do trabalho. Com esse intuito faremos inicialmente uma caracterização física das oficinas, atentando para as definições de *oficina* e *fábrica* no século XVIII. Será feita ainda uma análise sobre o trabalho livre/trabalho escravo no Ceará, com base em fontes e na historiografia, para introduzir o debate da mão de obra nas oficinas de salga.

Além disso, iremos empreender análises documentais buscando caracterizar a presença da escravidão e do trabalho livre na vila de Santa Cruz do Aracati, utilizando fontes inéditas. Temos também como objetivo inferir se havia divisão, especialização e/ou hierarquização do trabalho dentro das oficinas. Por último, tentaremos uma sucinta análise comparativa com as charqueadas no Rio Grande do Sul, principalmente no que diz respeito à mão de obra.

3.4.1 As oficinas de carnes ou salgadeiras

Se na atividade pastoril praticada nos sertões a unidade produtiva era o curral, na feitura das carnes secas o lugar da produção era nominado de diferentes formas: oficina de salga, oficina de carne, fábrica de carnes, salgadeira ou simplesmente *oficina*. No *Vocabulário Portuguez & Latino* de Raphael Bluteau, datado do início do século XVIII, podemos ler que oficina “He o nome genérico dos lugares em que trabalham officiaes de qualquer officio. *Officina*, ae Cic. Sahirão estas obras da mesma officina (...)”¹¹². Também do mesmo século, embora já avançado na sua segunda metade, consultamos o *Diccionario da lingua protugueza* de Antônio de Moraes Silva, onde oficina é definida como “Casa onde se trabalha qualquer arte mecânica”¹¹³. Isto é, nos dois o termo *oficina* é definido de maneira ampla como um lugar onde se trabalha ou que se exerce um ofício ou uma arte mecânica.

¹¹² BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Volume 6. p. 47. Verbete *officina*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/oficina>. Consultado em 01/02/2012.

¹¹³ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Volume 2. p. 361. Verbete *officina*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/oficina>. Consultado em 01/02/2012.

Outro termo encontrado mais comumente na documentação, principalmente produzida pela Câmara Municipal, é o de *fábrica* de carnes secas. Bluteau define fábrica como “Estructura, construção, composição (...). A casa, ou officina, em que se fabricão alguns gêneros (...)” ¹¹⁴. Moraes Silva foi mais amplo em sua definição, pois além de lugar de produção, fábrica seria “A gente animaes de serviço, maquinas, provimentos para algua obra, empresa, facção (...) a fabrica dos engenhos d’Assucar; os escravos, e animaes de serviço” ¹¹⁵. Ou seja, o termo significaria também *peessoas que se empregavam num lugar*, além de significar o próprio espaço de trabalho.

Por isso, podemos inferir que, caracterizando o lugar de produção de carnes secas como uma *oficina* ou como uma *fábrica* ao se referirem na documentação ao espaço onde se produzia a carne seca, os escrivães, ouvidores, capitães-mores, governadores, conselheiros, estavam usando termos que à época passavam por modificações de significado com as novas técnicas e máquinas que surgiam no advento da Revolução Industrial, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Dessa forma, poderíamos imaginar que ocorria naquele espaço das oficinas de carnes a aplicação de técnicas que seguiam certo padrão, ou seja, haveria uma tendência por uma busca de qualidade de produto, talvez não com o intuito de concorrência como conhecemos hoje no atual estágio do capitalismo, mas a fim de assegurar um mercado consumidor e, conseqüentemente, os compradores/negociantes de carnes secas.

As oficinas da vila de Santa Cruz do Aracati

Como já foi dito, infelizmente não temos uma descrição pormenorizada de uma oficina de carnes que se localizava na vila de Santa Cruz do Aracati. Todavia, dentre a documentação pesquisada há registros de aforamentos de algumas delas. No *Livro de Registro das Escrituras de Foros da Câmara*, aberto em 12 de setembro de 1756, temos referência a “duas brassas e meia de terras na beira do rio no porto dos barcos” doadas a Antonio Rodrigues da Silva, que se localizavam defronte à *oficina* do mestre de campo Joze Vaz Salgado ¹¹⁶. Neste mesmo dia é registrado outro terreno, desta vez sendo aforado a Antonio de

¹¹⁴ BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Volume 4. p. 3. Verbete *fabrica*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/fabrica>. Consultado em 01/02/2012.

¹¹⁵ SILVA, Antonio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Volume 2. p. 1. Verbete *fabrica*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/fabrica>. Consultado em 01/02/2012.

¹¹⁶ Livro de Registro de Escripura de foros pertencentes ao Senado da Câmara da Vila de Santa Cruz do Aracati do anno de 1756 a 1779. Livro de Aforamentos Aberto em 12 de setembro de 1756. APEC.

Paiva Filgueira, no sítio da Gamboa, que era situado perto do rio confrontando com a *oficina* de Luis Pereira Viana ¹¹⁷.

Do período em que este Livro de Aforamentos foi aberto até seu último item não se exigia registro de foros para as oficinas, ou seja, até a metade da década de 1770 os terrenos onde se localizavam as oficinas de carnes não pagavam imposto sobre o uso da terra, o que pode caracterizar o interesse majoritário dos donos das oficinas na instituição camarária. Desta mesma época também há referências feitas pelo historiador Antônio Bezerra (1986, pp. 132-151) a três oficinas: uma de João de Abreu Cardoso, outra de José Rodrigues Pinto, além de uma pertencente a José Pimenta de Aguiar. Como este autor, que escreveu e publicou sua obra entre o final do século XIX e início do século XX, não cita fontes, nos cabe dizer que são suposições feitas, provavelmente, a partir de memórias dos idosos da cidade.

No segundo *Livro de Registro de Aforamentos* da vila, aberto em 6 de março de 1775, foram registradas mais de dez oficinas, sendo a maior parte no mesmo dia: 5 de junho de 1782. A primeira pertencente ao Mestre de Campo Luis Pereira Vianna, achava-se “no lugar da Gamboa (...) [e] ocupava quarenta brassas de terra em quadro para a fabrica dela [carne seca] e pagaria foro anual [de] trezentos e vinte Reis” ¹¹⁸. No dia 20 de junho de 1780 foram aforadas mais algumas oficinas. O procurador do Conselho, Sargento-mor Matheus Ferreira Rabelo e o escrivão demarcaram “uns xaos que tem o C. José Rib^{RO} [Coronel José Ribeiro] na Varge de fronte [ao Porto] dos Barcos, nos quaes tem uma oficina (...) [de] quarenta e sinco brassas” e que, além de foro anual de trezentos e vinte réis que passaria a ser cobrado, ainda pagaria “des mil Reis de cada um barco de carnes que nele fabricar [carnes secas]” ¹¹⁹.

No mesmo dia 20 de junho de 1780 era aforada “uma oficina do Tenente Coronel Joze Vaz Salgado com os Curraes e Estaleiro ocupa Sincoenta brassas de terra de que paga foro annual trezentos e vinte Reis alem de des mil reis de cada barcos de carnes que nela fabricar” ¹²⁰. Deste registro podemos extrair uma informação importante. As oficinas poderiam ser divididas em duas partes: o *curral* e o *estaleiro*. O *curral* seria a parte da oficina que ficaria para a rua, ou seja, sua “frente”: espaço em que chegavam e eram mortos os bois, além de ser a fábrica de carnes propriamente dita, onde eram cortadas as mantas, salgada a

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ Termo de aforamento nº 169 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. APEC. Fundo: Câmara Municipal. Série: Arrematações de Contrato, Audiência e Livro de Notas. Período: 1758-1822. Município: Aracati. Ala: 20. Estante: 428. Caixa: 12.

¹¹⁹ Termo de aforamento nº 170 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. Op. Cit.

¹²⁰ Termo de aforamento nº 171 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. Op. Cit.

carne e penduradas para secagem. O outro espaço seria o *estaleiro*: aonde as embarcações aportariam para carregarem as carnes e, em alguns casos, descarregarem o sal.

Talvez esta divisão não fosse regra na vila. Pudemos observar registros de terras aforadas para currais no entorno da vila, que poderiam ser locais de engorda onde alguns donos de oficina ou de currais do sertão valorizavam seu gado. Todavia, é importante registrar esta separação dentro da oficina, pois nos ajudará a inferir sobre a divisão e especialização do trabalho em algumas à seguir.

No registro de aforamento 172 foi demarcada “(...) uma oficina, currais e estaleiros que tem o sargento Mor Bernardo Pinto ao pé da Rua de Santo Antonio (...) [de] quarenta brassas em quadra, de que pagaria foro annual de trezentos e Vinte Reis” ¹²¹ além de pagar o imposto sobre cada barco que carregava carnes secas. Mais um caso de oficina “dividida” em Santa Cruz do Aracati.

Outra oficina que possuía separação era a do Coronel Antônio Francisco Bastos. Nela havia “estaleiro e currais [em] quarenta brassas em quadro que paga foro de trezentos e vinte Reis” ¹²². É a mesma situação da oficina de Tomé de Melo “(...) que tem por detrás da Rua de Santo Antônio (...) [onde] ocuparem Curral e Estaleiro quarenta brassas de terra em quadro de que paga de foro annual trezentos e vinte Reis (...)” ¹²³. Tivemos no mesmo dia o aforamento das oficinas de Manoel Francisco da Cunha e do Tenente Coronel Manoel Roiz da Silva.

Já em 1782 foi aforado um terreno para Thomé de Melo Cabral, mas através do seu procurador José da Costa Lobo Lamego, começando “do marco da ilha dos Viados para a parte da vila para uma oficina e sua fabrica pelo foro de trezentos e vinte anual”, que imaginamos ser filho ou sobrinho de Thomé de Melo dono de oficina aforada em 1780. E, em 1786, era dado termo de posse e demarcação para o Capitão-mor João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins, de um terreno

(...) de sincoenta e quatro brassas da terra de frente e com o fundo que percizar para fabricarem uma officina nas terras do Patromonio da Camara desta ditta vila pegando do Estaleiro da Officina do Capitão João Coelhos Bastos entre a officina velha chamada Jandahiva para fabricarem carnes pegando de fouro annual trezentos e vinte Reis ¹²⁴.

¹²¹ Termo de aforamento nº 172 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. *Op. Cit.*

¹²² Termo de aforamento nº 177 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. *Op. Cit.*

¹²³ Termo de aforamento nº 178 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. *Op. Cit.*

¹²⁴ Termo de aforamento nº 314 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. *Op. Cit.*

Ao todo, podemos confirmar a existência de 13 oficinas na vila de Santa Cruz do Aracati entre 1757 e 1786. De acordo com Clóvis Jucá Neto (2007, p. 361), “além destas oficinas no espaço interno da vila, prospecções atuais confirmam a existência de outras funcionando no entorno das fazendas de gado localizadas nos arrabaldes do Aracati”. Todavia é importante destacar que a estrutura da oficina ou fábrica de carnes secas não era muito complexa, segundo os vereadores da vila do Aracati, pois se tratavam de

(...) humas cazas, ou idifícios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha vãa que em pouco tempo se podem mudar, e construir de novo com os mesmos paus, e telha no lugar que está destinado que He o mais conveniente para as mesmas officinas, e mais perto do Porto dos Barcos (...) ¹²⁵.

Dentro dessas oficinas trabalhavam homens livres ou escravos? A quantidade de gado que chegava à vila em alguns anos era superior a 15 mil bois, ou seja, demandava bastante mão de obra. Vejamos agora como podemos, com base na historiografia e em fontes, caracterizar o trabalho livre e escravo na capitania do Siará Grande.

3.4.2 Trabalho livre e trabalho escravo no Siará Grande

A historiografia tem avançado na discussão sobre a questão do trabalho no Ceará, todavia a maior parte da produção se debruça sobre o século XIX e XX, ficando o século XVIII apenas abordado de forma tangencial em pesquisas que privilegiam outras questões. As análises de trabalho escravo e trabalho livre ficam, assim, restritas às perspectivas de sua utilização na cultura do algodão, no caso da primeira, e na subordinação da população livre no século XIX e exploração do operariado no século XX, no segundo caso (PINHEIRO, 1990). A escravidão na capitania do Siará Grande é, portanto, raramente estudada mais detidamente.

Primeiramente há que se dividir a escravidão durante o século XVIII em dois momentos: antes e depois do Alvará de 8 de maio de 1758, que dava liberdade a todos os índios do Brasil. Esta medida e a consequente expulsão dos jesuítas no ano seguinte deu aos colonizadores a oportunidade de se apropriarem da mão de obra indígena, porém não como cativa, mas semiescrava, por sujeição (SILVA, Pedro Alberto de Oliveira, 2002, p. 45) ¹²⁶. Ou seja, antes desta data poderemos considerar a forte presença de mão de obra indígena,

¹²⁵ Auto de Audiência Geral de 19 de fevereiro de 1781. Livro de Vereanças do Aracati. *Op. Cit.*

¹²⁶ Tratamos no tópico 2.3 a mão de obra utilizada na pecuária nos sertões do Siará Grande e, mesmo esbarrando na dificuldade documental, pode-se inferir uma predominância de trabalho livre de mestiços, apesar das pesquisas de Mott (2010) e Brandão (1999) apontarem para a utilização da escravidão na capitania do Piauí.

principalmente levando em conta o pouco capital acumulado pelos donos dos currais, impossibilitando a compra de escravos vindos do outro lado do Atlântico num momento de valorização por consequência da exploração nas minas.

Depois da proibição de se escravizar índios, que certamente não fora cumprida à risca, as estratégias dos colonizadores mudaram em relação ao elemento indígena. A legislação que se seguiu ao Alvará de 8 de maio de 1758, chamada de Diretório Pombalino, entre outras medidas, designava diretores para as vilas de índios, antigas missões ou aldeamentos, facilitando o acesso dos proprietários de currais e plantações à mão de obra dos índios. Segundo Francisco Pinheiro (2008, p. 202),

As políticas estabelecidas na segunda metade do século XVIII, com a implantação e a execução de uma nova política indigenista, foram marcadas pela busca de integração dos povos indígenas à sociedade nacional e, também, de exercer um controle mais rígido sobre essa população, que passou a ser identificada como uma importante reserva de força de trabalho.

Nesse sentido, a mão de obra livre utilizada na segunda metade do século XVIII na capitania do Siará Grande era, em grande parte, indígena ou mestiça. O repositório de trabalhadores que se tornaram as vilas de índios beneficiava diretamente os proprietários de currais que precisavam de tangedores, passadores, auxiliares em seus currais, e ainda os donos de plantações que necessitavam de braços para colher os alimentos que seriam vendidos, ou ainda as flores de algodão.

De outro lado, tivemos a introdução do trabalho escravo negro, demanda que se criou a partir da proibição do cativo dos índios. A chegada em quantidade de escravos negros no Siará Grande é quase sempre relacionada com o crescimento econômico da capitania na segunda metade do século XVIII. A consolidação da conquista, que nos sertões do Siará Grande se deu apenas por volta da metade deste século, proporcionou um aumento na atividade pastoril, assim como os primeiros passos na cotonicultura em larga escala. Ajudou ainda na introdução do escravo de origem africana a tentativa de exploração de minas de ouro nos cariris novos. Durante o curto período de existência da *Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris*, entre 1756 e 1758,

(...) executaram serviços de mineração sessenta e nove escravos, entre ladinos e boçais, africanos e crioulos. Pelo que consta nos documentos referentes àquela empresa, os negros da *Costa* eram mais valiosos do que os *Angola*, estes constituíam a maioria. (SILVA, Pedro Alberto de Oliveira, 2002, p. 50).

Ou seja, a formação do plantel de escravos no Siará Grande se deu neste momento de crescimento da economia local atrelada também a fatores externos como a maior demanda por carnes secas nos mercados da vila do Recife e da cidade de Salvador, além da guerra de independência das colônias inglesas no norte da América, causando a falta de algodão na crescente indústria têxtil inglesa, a partir daí “acentuou-se uma demanda de mão-de-obra configurando-se uma maior presença do trabalhador livre, como também do escravo africano” (FUNES, 2002, p. 105). De acordo com Eurípedes Funes (2002, p. 110),

A mão-de-obra escrava no Ceará se faz presente em todo o campo de trabalho, seja no espaço rural ou no urbano. Se num primeiro momento, ainda no século XVIII, as primeiras “peças” estavam sendo adquiridas para trabalhar num projeto que frustrou, as “minas de São José do Cariri”, posteriormente o cativo foi incorporado ao setor produtivo estando presente na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel ou de ganho.

A problemática sobre a utilização do trabalho escravo na capitania do Siará Grande passa, obrigatoriamente, pela confirmação da presença deles entre sua população. Fazendo uso da demografia histórica, podemos recuperar certos aspectos e características da população da capitania – em que pesem todas as críticas documentais no que se refere a mapas de população que eram geralmente feitos baseados no rol de desobriga e nos alistamentos militares, não representando, portanto, toda a população que se encontrava no determinado lugar se pensarmos em fugas e no não cumprimento dos deveres cristãos. Mesmo assim, os mapas de população são fundamentais para nossa discussão. No início dos anos 1760, o governador da capitania geral de Pernambuco elaborava um mapa geral da população da área monopolizada pela Companhia Geral de Pernambuco e Parahyba. Deste mapa, José Ribeiro Júnior extraiu a seguinte tabela:

Tabela 3: População da área monopolizada pela Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba (1762-1763)

	<i>Fogos</i>	<i>Escravos</i>	<i>Pop. Livre</i>	<i>Pop. Total</i>
Pernambuco	16.711	23.299	66.810	90.109
Rio Grande	5.570	4.499	18.806	23.305
Paraíba	8.393	9.293	29.865	39.158
Ceará	4.202	2.128	14.882	17.010
Total	34.876	39.219	120.363	169.582

Fonte: RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo: HUCITEC, 1976. p. 72.

A partir dos dados acima podemos observar a baixa incidência da população escrava na capitania do Siará Grande, considerando sua relação com a população escrava das capitanias de Pernambuco e Parahyba que possuíam uma economia baseada na mão de obra cativa. Girava em torno de 12% a população escrava do Siará Grande aproximadamente dez anos após a consolidação da conquista dos sertões e depois da referida legislação que impedia o cativo de índios, fazendo-nos imaginar que boa parte desta população fosse de escravos de origem africana.

Ao analisar inventários dos conquistadores dos *sertões de Mombaça*, que faziam parte da ribeira do Jaguaribe, Rafael Silva conseguiu quantificar os escravos e seus valores. Ao todo foram analisados 27 inventários onde constaram 92 escravos com valor total de 81\$315, sendo a maior parte de origem étnica africana, isto é, foram identificados como africanos, crioulos ou mulatos. De acordo com o autor,

A posse de escravos foi um diferencial nos bens dos inventariados. Em geral, o valor dos cativos compreendia uma grande parcela do montante do valor total dos bens, e quem os possuía se distinguia dos demais sujeitos. A média de posse de escravos nos Sertões de Mombaça foi de 3,4 por inventariado (SILVA, R., 2010, p. 115).

A posse de escravos era, portanto, mais comum do que se pode imaginar nos sertões da capitania do Siará Grande. Em 1788, o porta-bandeira da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, Antônio José Correia de Sá, estava preso na cadeia do Recife por entrar em conflito com Roque Correia, morador na vila de Sobral, de quem comprara cinco escravos “a saber Pedro da NaSão de Angola [,] Domingos da mesma Nassão [e] Jozé do Gentio da Costa da Mina; Maria Mestiça [e] Gertrudes Criolla” tendo como preço total da transação o valor de “quatro sentos e Sincoenta mil reis a Saber pelo escravo Pedro [,] oitenta e Sinco mil reis pelo Domingos Oitenta [,] mil reis pelo Joze [,]noventa mil reis pela mestiça Maria [e] cento e vinte mil reis pela Criola Gertrudes Oitenta mil reis” ¹²⁷. Chama atenção, principalmente, o valor da escrava Maria que, mesmo sendo *mestiça*, foi comprada por cento e vinte mil réis, provavelmente por ter pouca ou mediana idade tendo, portanto, a condição de reproduzir.

Nessa perspectiva, podemos dizer que certamente a mão de obra escrava teve presença marcante na capitania do Siará Grande. Com certeza não constituiu a base produtiva da maior parte dos currais nem das oficinas de salga, mas estava entre os investimentos dos

¹²⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 12, D. 662. AHU-CE: REQUERIMENTO de Antônio José Correia de Sá à rainha [D. Maria I], a pedir ordem ao capitão-mor do Ceará para efetuar pagamento dos serviços de seus escravos.

criadores de gado e donos de salgadeiras, principalmente na segunda metade do século XVIII. Resta-nos saber em que medida a mão de obra escrava conviveu o trabalho livre no Siará Grande e principalmente no âmbito da produção de carnes secas em Santa Cruz do Aracati. Para isso, faremos um exercício de demografia histórica, traçando um perfil da população da capitania do Siará Grande e da vila de Santa Cruz do Aracati na segunda metade do século XVIII.

Perfil da população do Siará Grande e da vila do Aracati

Para o século XVIII, a demografia histórica do Ceará conta com cinco estimativas de população que, como já dissemos, são imprecisas e baseadas em contagens lentas e com objetivos e interesses diversos. Mesmo contando com estas desvantagens é fulcral apresentarmos tais dados para o entendimento de nosso objeto neste tópico. De um estudo demográfico de fôlego realizado pelo economista Robert Smith (2002) extraímos um quadro sintético que apresenta a evolução populacional da capitania do Siará Grande entre os anos de 1762 e 1782:

Tabela 4: População da capitania de Pernambuco e suas anexas (1762-1782)

Capitania	1762 ⁽¹⁾	1767 ⁽²⁾	1776 ⁽³⁾	1777 ⁽⁴⁾	1782 ⁽⁵⁾
Pernambuco	90.109	156.918	168.948	226.248	229.743
Paraíba	39.158	30.305	35.262	51.169	52.468
Rio Grande	23.305	21.407	14.214	24.347	23.812
Ceará	17.010	34.181	36.649	61.474	61.408
Total	169.582	242.811	255.109	363.238	367.431

Fonte: SMITH, Robert. *A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII*. In: **Anais...** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto-MG, novembro de 2002.

- (1) Fonte: Mapa do Governador Luís Diogo Lobo da Silva de 1762-1763
- (2) Fonte: Relatório do Governador Jozé César de Menezes de 1767
- (3) Fonte: Relatório do Bispo D. Thomas de 18 de setembro de 1777, reproduzido sobre a fonte de 1767, com alterações em algumas freguesias.
- (4) Fonte: Mapa de 30 de setembro de 1777, relativo a 1776.
- (5) Fonte: Relatório do Governador Jozé César de Menezes de 1782.

Analisando a tabela acima temos, no primeiro ano de dados disponíveis (1762), a capitania do Siará Grande com a menor população. Todavia, cinco anos depois, superou em quase quatro mil almas a da Parahyba e em aproximadamente treze mil a do Rio Grande, prosseguindo em crescimento durante as décadas de 1770 e 1780. Levando em consideração

um pequeno aumento de 3% na porcentagem de escravos na população da capitania do Siará Grande – isto é, os escravos seriam 15% da população – em relação à tabela anterior, teríamos em 1767 aproximadamente 5.127 escravos e no ano de 1782 (que poderíamos imaginar uma porcentagem maior da população escrava, segundo a historiografia) o número seria de 9.211 escravos. Ou seja, num período em que, como já mostramos, a historiografia atribuiu um aumento da presença de escravos africanos ou descendentes na capitania do Siará Grande, a população também cresceu.

Ainda para o período em questão, isto é, a segunda metade do século XVIII, o capitão-mor do Siará Grande, Azevedo Montauray, relatava no ano de 1787 ao ministro Martinho de Mello e Castro sobre as vilas que visitara durante seu governo na capitania, afirmando que o Aracati, apesar da desvantagem de ter seu porto pouco profundo, prejudicando assim o comércio,

(...) ultimamente das villas todas da Capitania só esta do Aracaty merece o nome, e até os mesmos habitantes d'ella, ou porque sejam *a maior parte d'elles forasteiros, que vem de outras partes fazerem seus negócios*, ou porque a Providencia tão grande decrescimento na exportação desse artigo do nosso comércio [carne seca] em comparação com a dos annos anteriores (...). (STUDART, 1891, pp. 21-22).

Podemos notar, pela descrição do capitão-mor, que a vila de Santa Cruz do Aracati naquele momento já teria vivido um período áureo como praça comercial, embora continuasse a única que mereceria ser chamada de vila. Importante para nossa discussão é sua observação sobre “a maior parte da população” da vila ser formada por “forasteiros que vem de outras partes fazerem seus negócios”. O que Montauray chamou de *fazer negócio* seria restrito somente ao comércio, isto é, ao trato que envolvesse trocas e/ou compra e venda de produtos? Ou podemos inferir que os forasteiros que iam à vila do Aracati *fazer negócio* pode também significar negociar seu trabalho, ou melhor, sua força de trabalho?

A quantidade de rezes que chegava à vila em alguns anos era, como já foi dito, bastante vultosa, o que demandava uma mão de obra considerável para participar da produção das carnes secas. Em nossa opinião, os “forasteiros” citados por Montauray podem ser considerados como mascates e negociantes de produtos, mas também como vaqueiros, cabras, proprietários de pequenas porções de terras e que cultivavam alimentos que naquele “tempo das carnes” migravam para a vila do Aracati onde, com relativa facilidade, conseguiriam ocupações dentre as várias existentes nas oficinas de carnes.

Os dados demográficos citados na tabela anterior não são específicos para cada vila, dificultando assim a precisão na contagem da população da vila do Aracati. Todavia, em carta enviada em junho de 1787 à rainha D. Maria I, o ouvidor da capitania do Siará Grande, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, remete uma representação dos vereadores da Câmara da do Aracati, que neste momento ainda lutavam pelo aumento do termo, assunto ao qual nos detemos no tópico anterior. Os vereadores assim justificam o alargamento do termo da vila:

Todos sabem que o Aracaty é um porto mercante de consideração, que o seu commercio tem promovido, e promove cada dia a povoação de tal sorte que hoje se contão na Villa, e seus subúrbios perto de quinhentos fogos; duas mil pessoas de comunhão; cinco ruas publicas; trezentas cazas que o ornam, e fazem um aspecto publico, por serem as mais belas de sobrado (...) ¹²⁸.

Em que pese certo exagero dos camarários para impressionar a rainha e seus conselheiros, podemos contar que a vila do Aracati teria, naquele último quartel do século XVIII, uma população que girava em torno de duas mil pessoas *de comunhão*. Além disso, trezentas casas distribuídas em cinco ruas, sendo que na principal rua havia alguns sobrados, a maior parte se constituindo, certamente, de lojas no térreo e das casas dos negociantes no pavimento superior, demonstrando assim o poder econômico proporcionado pelas trocas comerciais no espaço daquela vila. Sobre este comércio, a representação ainda informa que haviam

(...) mais de setenta lojas de mercadores, mais a ocorrência da gente marítima e de todos os sertões desta capitania e ainda da do Piahy e Rio Grande do Norte, que continuamente a ella vem, por ser situada na ribeira mais fértil e mais commerciada nesta capitania a fazem muito populosa, e consequentemente mais necessitada de providencias, para seu bom regimen, socego publico e segurança dos cabedaes, que nela semaneão ¹²⁹.

Novamente os vereadores exaltam a importância da vila naqueles sertões, principalmente no que se refere à justiça que deveria se empreender não só durante o período de produção e comércio das carnes secas, pois os povos dos sertões do Piauhí e do Rio Grande do Norte ali chegavam *continuamente*, fazendo a vila *muito populosa*.

Para a população específica do Aracati só temos números mais ou menos exatos na *Memória sobre a capitania independente do Ceará grande escripta em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma, Luiz Barba Alardo de Menezes*, onde ele anotou que

¹²⁸ DOCUMENTO: STUDART, Guilherme. *Azevedo de Montauray e seu Governo no Ceará (parte documental)*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 6, 1892. p. 164.

¹²⁹ *Idem*.

(...) A casa de camara é sem duvida a melhor de toda a capitania, e a mais assejada e mobiliada. A da inspeção do algodão é muito superior à da Capital; e a do açougue é magnífica, como ainda não encontrei nenhuma. Também são dignas de atenção as casas dos principaes negociantes, por serem à moderna; e como ficam todas na rua principal, de grande extensão e largura, fazem uma perspectiva muito agradável: estes negociantes, em não pequeno número, não só são os mais ricos da capitania, mas até os mais polidos e bem educados. (...) ¹³⁰.

Além dessas anotações descritivas sobre o Aracati, encontra-se anexada à memória, onze mapas de população de onde se tira os seguintes dados apresentados no quadro abaixo ¹³¹.

Quadro 1: Vilas do Siará Grande e suas populações

VILA	POPULAÇÃO
Fortaleza	9.624
Aquiraz	9.527
Aracaty	5.333
São Bernardo	10.787
Icó	17.698
Crato	11.735
Campo Maior	6.515
São João do Príncipe	7.560
Sobral	14.629
Granja	4.924
Villa Nova d'El Rei	7.623
Arronches	1.415
Messejana	1.570
Soure	727
Monte-mor-novo	2.745
Viçosa Real	7.934
Monte-mor Velho	311
Almofada	1.011
São Pedro de Ibiapina	4.170
Total	125.838

Fonte: MENEZES, Luiz Barba Alardo de. *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará*. (Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 11, T. 11, 1897, p. 36-60). In: **Documentação Primordial sobre a capitania Autônoma do Ceará**. Ed. Fac-similar de Separatas da Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 1997. pp. 52-53.

À primeira vista, a população da vila de Santa Cruz do Aracati pode parecer diminuta, tendo em vista sua importância durante o século XVIII. Devemos observar que este

¹³⁰ MENEZES, Luiz Barba Alardo de. *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará*. Op. Cit. p. 45

¹³¹ *Ibid.* pp. 52-53.

“mapa” refere já a segunda década do século XIX. Mas o que contribuiu para a vila do Aracati parecer pouco povoada é seu termo que, apesar da insistência dos vereadores, nunca foi estendido para a margem ocidental do rio Jaguaribe, isto é, a vila do Aquiraz nunca fora desmembrada para ceder parte de seu termo. É certo também que a freguesia pertencente ao Aracati, a de N. S. do Rosário, possuía, além da matriz, duas capelas filiais, aumentando a exatidão dos dados sobre a vila.

Além disso, a mudança já no início do século XIX da zona de escoamento do algodão para o porto do Mucuripe, localizado na vila de Fortaleza, contribuiu para a diminuição da população na parte oriental do litoral da capitania do Siará Grande. A vila de Fortaleza fica em um ponto espacialmente central, o que facilitou sua sobreposição ao Aracati, além de interesses políticos de sua Câmara e por ser sede do governo da capitania (LEMENHE, 1991). Acrescido a este “mapa de população”, o governador Luiz Barba Alardo de Menezes fez a seguinte nota: “Este mappa foi extraído dos que costumão annualmente dar ao governo os vigários e capitães-mores, porem eu tenho que toda população em geral excede de 150.000 almas”. Isto é, ultrapassaria em mais de 25.000 a contagem dos mapas populacionais.

Feito este perfil da população cearense, aonde vimos o crescimento populacional da capitania na segunda metade do século XVIII, podemos chegar ao objeto principal deste tópico, qual seja, tentar recompor historicamente o mundo do trabalho na vila de Santa Cruz do Aracati, mais especificamente nas oficinas ou fábricas de carnes secas.

3.4.3 Trabalhadores escravos e livres nas oficinas de salga

A documentação disponível sobre a escravidão na capitania do Siará Grande no século XVIII é diminuta e dispersa, dificultando a sistematização para uma pesquisa baseada em fontes seriadas. Em que pese esta dificuldade, temos entre a documentação até então inédita depositada no Cartório do 1º Ofício do Aracati (Costa Lima) um pequeno fragmento de um livro de assento de escravos datado da última década do século XVIII e livros de notas do tabelião da segunda metade do século XVIII, em estado que variam de ruim a regular, onde foram anotadas procurações relativas a escravos e algumas cartas de alforria (ou “de liberdade”), além de outras fontes que tangencialmente tocam no assunto.

Em documento já citado neste capítulo, referente a um caso de um escravo que matara seu dono, sua mulher e depois se matara, o vereador da vila de Santa Cruz do Aracati, Manuel Esteves D’Almeida, escreveu também que

(...) Entre os commerciantes desta Villa, que para ella commerciavam, tanto com fazendas como com a fabrica de carnes seccas, se enumeravam o Capitão-mór João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins os quaes *para a fabrica das carnes tinham bastante escravatura* (...) ¹³².

A memória do vereador poderia não transparecer a realidade de todos os donos de oficinas de salga, tendo em vista as patentes de João e Bernardo, que eram Capitão e Sargento-mor respectivamente, e seu conhecido trato comercial que envolvia ainda seus outros dois irmãos Antônio e José Pinto Martins, ou seja, seu cabedal econômico seria superior ao da maioria. Tampouco o vereador dá número para o que ele chama de “bastante escravatura”, ou seja, ficamos sem elementos comparativos que nos possibilitem afirmar a quantidade de escravos que estes importantes produtores e negociantes de carnes secas possuíam. Todavia, podemos nos perguntar: qual seria a ocupação de tais escravos no período de quatro meses que não estavam ligados à feitura das carnes secas? Em que medida houve a participação da população livre da vila na mão de obra das oficinas?

Presença de escravos na população da vila do Aracati

O número relativamente grande de oficinas de salga no Aracati – no máximo treze funcionaram simultaneamente enquanto a população da vila, estimamos, girava em torno de dois ou dois mil e quinhentos habitantes – faz com que não pensemos em um padrão único de produção, embora a proximidade espacial entre elas pudessem fazer, assim acreditamos, com que as técnicas utilizadas fossem bastante parecidas. Ou seja, teríamos um conhecimento da técnica por todos os donos, mas não uma “regra geral” para a feitura de carnes secas.

É certo que, pela dimensão espacial das oficinas, cerca de quarenta e cinco braças de terra só na frente do terreno aforado ¹³³ e tendo “o fundo que for necessário”, podemos inferir que o número de procedimentos empreendidos na fabricação de carnes secas eram, certamente, muitos e alguns complexos. Além de também ser numerosa a mão de obra de tal empreendimento, pois nos anos de grande movimento aportaram na vila do Aracati mais de vinte barcos e chegaram por volta de trinta mil rezes para serem abatidas.

Para se ter uma ideia sobre a população escrava do Aracati, podemos apenas contar com uma documentação esparsa e que, num primeiro momento, não possui nenhuma relação

¹³² D’ALMEIDA, Manuel Esteves. *Op. Cit.* p. 81.

¹³³ O que dá aproximadamente 99 metros.

com estimativas populacionais. Analisamos, com esse intuito, dois livros de notas do tabelião da vila de Santa Cruz do Aracati em duas temporalidades diferentes – o primeiro de 1778-1779 e o segundo de 1788-1790 – procurando ter a dimensão dos itens documentais referentes a escravos, principalmente cartas de alforria. No quadro abaixo sistematizamos algumas informações extraídas destes livros:

Quadro 2: Sistematização das informações dos *Livros de Notas do Tabelião* (1771-1778) / (1788-1790)

Informações	Livro 1 (1777-1778)	Livro 2 (1788-1790)
Alforrias para homens	7	11
Alforrias para mulheres	7	10
Alforrias não identificadas	3	0
Hipotecas	0	3
Papéis de venda	1	4
Total de documentos	18	28

Fonte: Livros de Notas do Tabelião da vila de Santa Cruz do Aracati (1777-1778) e (1788-1790) – (CCL/APEC).

No primeiro livro, que compreende dois anos de pouca chuva ¹³⁴ após uma seca severa, temos anotadas 17 cartas de alforria e 1 “papel de venda” de escravo. Além disso, não foi encontrada nenhuma hipoteca onde servisse o escravo como garantia. No segundo livro, que faz referência a três anos de bastante movimento no porto da vila ¹³⁵, temos 21 cartas de alforria, 4 escrituras de venda de escravos e 3 hipotecas onde foram usados escravos como garantia. Tomando como parâmetro o número de cartas/escrituras de alforrias concedidas (ou compradas) nos anos de 1788, 1789 e 1790, podemos observar um aumento no número de escravos na vila de Santa Cruz do Aracati, além do crescimento da venda e o uso de escravo como garantia de hipoteca, o que não aconteceu no primeiro período analisado.

As cartas de alforria foram dadas a escravos do sexo masculino e feminino de forma equilibrada, ou seja, 18 para homens, de um total de 38, e outras 17 cartas foram para escravas, sendo que cinco foram concedidas a “mulatinhas” ¹³⁶. O que pode demonstrar promessas de proprietários a escravas ou filhos de escravas com homens livres que compravam a liberdade de seu filho logo após seu nascimento. Exemplo disso é da “mulatinha

¹³⁴ Como já foi dito, o ano de 1777 ficou conhecido como da “seca dos três setes”.

¹³⁵ No total 52 barcos estão anotados no *Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da Vila de Santa Cruz do Aracati (1767-1802)* para os anos de 1788, 1789 e 1790. Infelizmente há um corte no livro entre 1777 e 1786. Portanto, não possuímos estes dados comparativos para o primeiro livro de notas.

¹³⁶ 3 das 40 cartas/escrituras de alforria estão muito desgastadas e não conseguimos identificar o sexo do escravo liberto.

de nome Roza”, que fora alforriada “na Pia Batismal por preSo e quantia de vinte Sinco mil Reis”¹³⁷.

Além do aumento nas alforrias concedidas, tivemos crescimento no número de papéis de venda de escravos, que precisavam ser registrados e assentados junto ao escrivão da vila. Por esse motivo, nos últimos dias do ano 1788, o capitão João de Araújo Lima apresentou-se no escritório do escrivão da vila do Aracati com um “papel de venda” do escravo *gentio de Angola* Manoel, que lavrara junto a Theodozio Fernandes de Mello que lhe vendera o dito escravo, para registrar o negócio que lhe custara *cento e dez mil reis*¹³⁸.

Já em março de 1789, o capitão Alexandre Ferreira da Costa fez hipoteca de dois escravos de nomes Rosa e Antônio ao Capitão Antônio Francisco Barreto pela quantia de cento e cinco mil e seiscentos e dez reis¹³⁹. O que nos faz inferir que o custo dos escravos no comércio da vila de Santa Cruz do Aracati não era, como se poderia imaginar, baixo. Além disso, pelo valor também concluímos que as idades dos escravos eram de plena produtividade, pois são recorrentes as cartas de alforria a “mulatinhos”, “mulatinhas” e “cabrinhas”, denunciando as idades das mães, que ainda reproduziam.

Enfim, podemos com esta documentação atestar a presença de escravos, principalmente de origem africana, entre a população da vila de Santa Cruz do Aracati. Em que pese a presença de termos como “cabras” para se referir aos escravos, não podemos afirmar se o indivíduo referido era negro ou índio, tendo em vista ser uma designação generalista, principalmente no que se refere ao século XVIII. A utilização de escravaria para o trabalho nas oficinas de carnes também está referido na documentação, embora não tenhamos números relativos a cada oficina¹⁴⁰.

O trabalho livre nas oficinas de carnes

A utilização de trabalhadores livres pelos donos das oficinas de salga em seus estabelecimentos talvez seja mais difícil de constatar do que a de escravos. Todavia o emprego de mão de obra escrava nas oficinas já foi verificado nas fontes, como no caso da escrava Izabel (alugada) ou do escravo de Bernardo Pinto Martins que o assassinara, ou seja, tínhamos de fato escravos trabalhando em oficinas. Mas entendemos também que o cabedal

¹³⁷ Livro de Notas do Tabelião da Vila de Santa Cruz do Aracati (1788-1790) – (CCL/APEC).

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ *Idem*.

¹⁴⁰ Seria de grande ajuda a utilização de inventários dos donos das oficinas, mas não há registro de nenhum entre a documentação do Cartório Costa Lima.

financeiro dos donos de oficinas, ou pelo menos de sua maioria, não era suficiente para bancar um plantel de escravos considerável para utilizar tão somente na produção de carnes secas.

Acreditamos, assim, no emprego de trabalhadores livres nas fábricas de carnes. E essa mão de obra poderia residir na própria vila, em seus arredores, como na Ponta Grossa ou na Catinga do Góes, e em regiões próximas à Santa Cruz do Aracati, que, como já foi destacado, era um importante *porto do sertão* e certamente centralizava a migração de pessoas que buscavam no fabrico de carnes secas ocupação temporária. Os trabalhadores livres poderiam sair dos sertões do Siará Grande, isto é, de vilas e povoados onde a pecuária ou a produção de alimentos fossem atividades temporárias, e ainda de outras capitanias. Analisando o quadro local sobre o trabalho livre na província do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas após a independência, Denise Monteiro (2007, p. 125) afirma que num quadro

(...) marcado pela concentração da posse da terra, pela predominância de uma atividade – a pecuária –, que implicava pequena absorção da mão-de-obra e pela existência de uma crescente população livre, que havia sido atraída e incorporada pelo complexo algodoeiro-pecuário, as condições de vida e trabalho agravar-se-iam, sobretudo, na ocorrência de grandes secas. *Isso significou a consolidação de uma reserva de trabalho livre, gerando, concomitantemente, uma preocupação crescente das autoridades da província com o que consideravam a vadiagem e a ociosidade da população e o aumento dos furtos, que atentavam contra a segurança da propriedade.*

Esse aspecto da formação de demanda para um “mercado de trabalho livre” influiu, em nossa opinião, a favor da utilização de trabalhadores livres nas oficinas de salga. Principalmente como “jornaleiros”, pois se a duração das *salgadeiras* era de oito meses, qual a compensação nos donos de oficinas em possuírem escravaria bastante para suprir toda mão de obra? Qual ocupação ele daria a seus escravos nos quatro meses restantes? As ocupações da oficina demandavam número bastante avultado, mas pouca qualificação na mão de obra, o que tornaria ainda mais latente a utilização de “pobres livres” em suas atividades.¹⁴¹

No último quartel do século XVIII a capitania do Siará Grande, assim como grande parte do Império Português, estava sob elementos norteadores cujas bases foram lançadas ainda por Sebastião José de Carvalho e Mello nos anos anteriores. Sobre esses aspectos da política econômica desse período, José Jobson Arruda (2001, pp. 151-152) anotou que

¹⁴¹ Estamos nos valem aqui de comentários da própria Profa. Denise Monteiro quando da apresentação de nosso trabalho no II Encontro Internacional de História Colonial na cidade de Natal em 2008. Naquele momento de início desta pesquisa ela nos chamou atenção justamente para este ponto, ou seja, para a utilização de mão de obra livre que “sobrava” dos currais e das fazendas de algodão dos sertões.

O aceleração das mudanças na colônia acentuavam a tendência ao deslocamento das diretrizes do monopólio metropolitano, apontando para a crise do sistema colonial e a conseqüente emancipação política. (...) De fato, foi na segunda metade do século XVIII que, sob a égide das reformas pombalinas, a política colonial portuguesa, especialmente aquela direcionada ao Brasil, passou por alterações sensíveis, mesmo preservando as linhas mestras da política mercantilista. Sob o impacto da crise que se abatia sobre o Império Português, diretamente relacionado à retração da produção aurífera brasileira, *imprime-se uma nova diretriz influenciada pela ilustração, enquadrada no que se convencionou chamar o “mercantilismo ilustrado português”, cuja meta fundamental era a realização de aberturas dentro do sistema colonial mercantilista, visando à amenização do exclusivo metropolitano, estimulando-se a produção da colônia pela busca de integração mais forte entre o mundo da metrópole e o da colônia.* (Grifo nosso).

Como exemplo disso podemos apontar a diversificação da produção nas diferentes regiões e capitanias, entrando em acordo com especificidades regionais. O ouvidor do Ceará em 1787, Manoel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, propunha, segundo Francisco José Pinheiro um *projeto* para desenvolver a capitania. Tal projeto teria

(...) como eixo norteador o combate à ociosidade que, na perspectiva do ouvidor, possibilitaria o desenvolvimento da agricultura, principalmente a de exportação. Na proposta, predominava o caráter coercitivo, mas apresentava aspectos compensatórios, como a distribuição de instrumentos agrícolas e ensinamentos técnicos para melhorar a produtividade. (PINHEIRO, 2008, p. 294).

Dessa forma, observamos na capitania do Siará Grande a repressão sobre a “vadiagem” que tinha como consequência o enquadramento dos *vadios* numa reserva de mão de obra que rapidamente necessitava ser utilizada. Além do trabalho, outro aspecto de coerção recaiu sob a população da capitania: o recrutamento militar. Principalmente na multiplicação de ordens para a passagem de *mostras militares*, isto é, a reunião e inspeção de tropas de cada localidade (GOMES, J., 2010b, p. 216). Para José Eudes Gomes (2010a, p. 220)

(...) é importante frisar que os alistamentos e o recrutamento militar também atuavam diretamente no sentido de reforçar os laços de submissão e dependência dos homens pobres aos fazendeiros e grandes comerciantes locais na medida em que regimentalmente os postos de comando das tropas militares locais deveriam ser ocupados pelos mais poderosos senhores de cada povoação. Diante da obrigatoriedade da prestação de serviço militar, para fugir do abominado recrutamento para as tropas de primeira linha (...) sobrava-lhes ou a deserção, que implicava na imersão no mundo da ilegalidade, ou a barganha da sua incorporação nas fileiras das tropas locais

(milícias ou ordenanças) comandadas pelos potentados dos sertões, situação que provocava a negociação de favores, com o ônus da consequente situação de dívida perante os poderosos senhores sertanejos.

Nesse sentido, podemos inferir que uma parte da população “sem ocupação” da capitania do Siará Grande era canalizada para as oficinas de carnes na vila de Santa Cruz do Aracati. Isto é, o controle social exercido nos sertões após a efetivação da conquista estava ligado aos interesses das elites econômicas da capitania. No caso da vila do Aracati existiam os donos de oficinas que demandavam mão de obra para suas fábricas de carnes que supriam um mercado externo dando, portanto, grande lucratividade. Resta-nos saber como estes trabalhadores livres, associados aos escravos, organizavam-se na produção das carnes secas.

Os trabalhadores nas oficinas de salga: hierarquia, divisão e especialização do trabalho?

O conhecimento do processo produtivo das carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati no século XVIII perdeu-se no tempo. Não chegou até nós nenhuma memória, descrição ou referência de como eram fabricadas as mantas de carnes secas e salgadas que foram embarcadas em numerosas sumacas e vendidas em diferentes portos da América Portuguesa, sendo consumida em diferentes partes do Império Português. Sobra-nos tentar inferir como tal processo transcorria a partir de dois elementos básicos: o primeiro é a hipótese inicial de que havia divisão, hierarquia e especialização do trabalho dentro do complexo produtivo das carnes secas, tomando como base, principalmente, os apontamentos de Vera Ferlini (1988, pp. 102-155) sobre o trabalho num engenho colonial; o segundo elemento diz respeito à própria condição do historiador em utilizar-se de métodos que tenham por base sua capacidade intuitiva e até de imaginação, ou seja, em certos momentos estará se inferindo uma série de processos baseados em informações concretas como a divisão do trabalho nos currais e no engenho a partir de bibliografia, além de vivências pessoais do pesquisador.

O lugar mais comum de criação do gado que chegava à vila de Santa Cruz do Aracati era o sertão da capitania, principalmente nos currais localizados em sesmarias doadas nas testadas do rio Jaguaribe e seus principais afluentes. Dos currais os bois eram tangidos em direção à vila do Aracati que, como já é sabido, localizava-se próxima à foz do rio. As boiadas originadas da parte oeste do Jaguaribe tinham que, em algum ponto, atravessar o rio. Talvez isso fosse tarefa mais fácil na chamada *passagens das pedras* que ficava próxima à parte sul da vila.

A arquitetura da vila denuncia, por exemplo, a adaptação à realidade local da carta de fundação original. Por exemplo, a chamada “Rua Grande” é mais larga do que normalmente seria em outras vilas do mesmo período, justamente para facilitar a passagem das boiadas e sua chegada às oficinas que se localizavam na região norte da vila. Chegando os bois à vila eram presos dentro da oficina onde se realizava o abate. Considerando uma média mínima de 16.000 bois chegando à vila para serem abatidos em oito oficinas, teríamos cada estabelecimento abatendo 2.000 bois por ano. Se fizemos então uma média diária dividida pelos oito meses de funcionamento – embora o abate talvez fosse feito nos cinco ou seis primeiros meses – cada fábrica de carnes abateria aproximadamente oito bois por dia.

Esses números podem ser bem superiores. Como já foi dito, em alguns anos chegaram vinte ou trinta mil bois para serem abatidos na vila de Santa Cruz do Aracati. Além disso, a época de abate era, sem dúvida, mais curta que a de produção. Por isso pensamos em uma mão de obra numerosa em cada oficina, pois imediatamente após o abate ocorria a extração do couro e o corte da carne em mantas. O couro possuía ali muitas utilidades, mas servia principalmente para amarrar as mantas. Para isso era espichado com lenha do mangue, salgado e secado ao sol.

A partir desse momento é que se tratava a carne na oficina. É precisamente nessa situação que começamos a enxergar a divisão do trabalho, considerando as primeiras operações abater e extrair o couro do boi. Logo depois podemos inferir uma segunda, que seria o corte das mantas de carne. Nesse ponto, além da divisão, podemos inferir uma especialização do trabalho. Quer dizer, se pensarmos que influía na qualidade do produto o tipo de corte que, segundo Renato Braga (1947, p. 150), era feito em *posta* e *tassalho*, podemos pensar que havia um tipo específico de trabalhador que possuía o conhecimento técnico necessário para proceder àquele corte. O mesmo autor informa ainda que

(...) a primeira [posta] provinha dos quartos da rês, que davam seisostas, duas por traseiro e uma por diante; a segunda [tassalho] originava-se das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobrem o pescoço, as costelas e os flancos. (BRAGA, 1947, p. 150).

De forma simples, a *posta* eram pedaços maiores de carnes tiradas inteiras do boi e o *tassalho*, segundo Bluteau, “deriva-se do Castelhana *Tasajo*, que He pedaço de carne (particularmente de porco) cortada, para lhe entrar melhor o *Sal*”¹⁴².

¹⁴² BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. Volume 8. p. 58 Verbete *tassalho*. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/1/tassalho>. Consultado em: 01/02/2012.

Depois de cortada passava-se a uma terceira operação, em nossa opinião também especializada, de *salgar a carne*. A técnica do que podemos chamar de “ponto de salga” também poderia ser trabalho específico, pois assim como o mestre de açúcar (FERLINI, 1988, p. 134-138), demandaria um conhecimento técnico para que a carne não apodrecesse, no caso de levar pouco sal, nem secasse em demasia quando salgada além do ponto.

Nesse momento, provavelmente, teriam duas coisas a serem feitas: ou se empilhariam as carnes em lugar seco, mudando constantemente de posição, para que o contato entre os pedaços facilitasse a desidratação ou se pendurariam as postas nas estruturas de forquilha das oficinas primeiro na sombra e depois pouco tempo ao sol para completar a desidratação ¹⁴³. Podemos pensar ainda que os dois procedimentos fossem usados, ou seja, as carnes eram empilhadas e depois penduradas, ou mesmo o processo inverso.

As oficinas eram, segundo descrição dos vereadores da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati, “humas cazas, ou idifícios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha vãa que em pouco tempo se podem mudar, e construir de novo com os mesmos paus, e telha” ¹⁴⁴. De acordo com a descrição teríamos a confirmação de que as carnes eram secadas à sombra, pois sendo as oficinas em forma de telheiro, pouca ou nenhuma luz do sol encontraria as postas de carne.

Seguindo as operações principais temos a secagem da carne que, num primeiro momento, pode-se pensar que não demanda mão de obra. Mas se colocarmos também o “ponto de secagem” como elemento chave na qualidade do produto, teríamos mais um especialista, ou seja, um trabalhador que conferisse o estado dos pedaços de carne constantemente para garantir o momento exato de se retirar a carne da secagem.

Nesse sentido identificamos, em nossa pequena “descrição”, três operações fundamentais na feitura das carnes secas que, em nossa opinião, demandavam uma mão de obra especializada, ou seja, trabalhadores que dominassem a operação técnica de corte, salga e secagem da carne, na perspectiva de garantir a qualidade do produto, isto é, sua conservação. De acordo com Vera Ferlini (1988, p. 129),

O avanço da divisão do trabalho levou, além da decodificação de cada operação, à especialização de conjuntos de atividades, em recintos separados, quebrando ainda mais a unidade humana dos procedimentos.

¹⁴³ Estas informações foram retiradas do site do Serviço de Informação da Carne (SIC), onde se diferencia o preparo da *carne-do-sol*, da *carne seca* (também chama de carne-do-Ceará) e do *charque*. Embora não sejam disponibilizados dados empíricos sobre a validade destas informações para o século XVIII acreditamos nas permanências históricas de algumas técnicas. Disponível em: <http://www.sic.org.br/duvidas.php>. Consultado em 13/12/2011.

¹⁴⁴ Auto de Audiência Geral do dia 19 de fevereiro de 1781. Livro de Vereanças do Aracati. *Op. Cit.*

Assim, a compartimentação das operações em aposentos distintos impedia a interação do trabalhador com o conjunto da produção, ao mesmo tempo que, *fazendo de cada momento uma totalidade, especializava ainda mais as habilidades do operador, reduzindo cada atividade ao universo desse trabalhador parcial e de seu instrumento de trabalho (...).*

Apesar de na oficina de salga não haver uma “compartimentação” dos locais de trabalho, como no engenho colonial analisado por Vera Ferlini, acreditamos que ocorreu uma divisão e a consequente especialização do trabalho, principalmente em momentos de expansão da produção causados pela demanda de carnes nas conhecidas crises de abastecimento nas vilas do Recife e na cidade de Salvador durante o século XVIII.

Todavia, com relação ao “trabalhador especializado”, vamos em direção oposta às constatações de Ferlini. Em nossa opinião, esse tipo de trabalhador era, nas oficinas de salga, em sua maioria, o escravo. Tendo em vista sua atuação ano após ano e a já analisada volatilidade do trabalho livre nas oficinas, seria mais interessante ao dono da oficina que alguns escravos dominassem as técnicas, além é claro do feitor que, assim como no engenho, seria o gerente ou fiscal do trabalho, deixando para os trabalhadores a aplicação das técnicas de corte, salga e secagem.

Enfim, segundo nossa hipótese, a divisão do trabalho nas oficinas teria se desenvolvido para uma especialização do trabalho em pontos fulcrais da produção. Acreditamos que os escravos, de maneira diversa ao caso dos engenhos de açúcar, tenham sido estes trabalhadores especializados, embora pudesse haver exceções. O que constatamos a partir da documentação é a existência de um *feitor* na oficina de Souza Braga a partir de uma auto de devassa procedido pelo Juiz Ordinário da vila, iniciado com uma denúncia da escrava alugada Izabel, que naquele momento trabalhava e, portanto, estava sujeita às ordens do feitor Antonio José¹⁴⁵.

Pode-se argumentar que se uma parte da mão de obra escrava era aproveitada em tarefas especializadas, onde então eram empregados os trabalhadores livres e os demais escravos? Além do processo de feitura da carne seca em si, as oficinas demandavam atividades auxiliares, mas que tinham importância na manutenção do funcionamento pleno da fábrica de carnes secas. Fundamental seria, por exemplo, a limpeza das oficinas. Ossos, sangue, sobras de carnes, miudezas como as vísceras e partes não aproveitadas da anatomia dos bois ocupavam espaço precioso, ou seja, eram destacados trabalhadores para fazer a

¹⁴⁵ Ver o tópico 3.3 *A Vila de Santa Cruz do Aracati no “tempo das carnes”* onde analisamos o caso.

limpeza. O carregamento de sal dos barcos até o curral da oficina e, no sentido inverso, das postas até o porto, também era fulcral para o aproveitamento do espaço.

Além disso, atividades como o recolhimento de lenha para espichar couro e a vigilância das postas contra ladrões e animais poderiam ser exercidas por homens livres que buscavam apenas ocupações sazonais enquanto negociavam produtos que porventura produzissem em sua propriedade como farinha, feijão, milho etc. Para Karl Marx (1978, p. 378), “ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie”. Ou seja, o melhor aproveitamento do espaço das oficinas era feito a partir de um *plano*, dito de outra forma, uma organização do trabalho.

Não temos a pretensão de afirmar a existência de uma oficina de salga de carnes secas funcionando plenamente como a descrita a partir do exercício de investigação histórica por meio da comparação e dedução empreendidas acima. A oficina (ou as oficinas) descrita encontra-se no plano das ideias. Quisemos com tal exercício preencher uma lacuna na historiografia que nunca deu conta de historicizar a questão do trabalho nas oficinas de carnes que funcionaram durante quase um século em nosso período colonial. Todavia, com o intuito de dar um pouco mais de qualidade à nossa análise, faremos apontamentos que comparam nossa ideia de como funcionava uma oficina de salga na vila de Santa Cruz do Aracati com uma charqueada no Rio Grande de São Pedro.

3.4.4 A estância gaúcha: apontamentos comparativos entre as oficinas de salga e as charqueadas

De modo inverso às oficinas de carnes do Aracati, as charqueadas da capitania do Rio Grande de São Pedro, depois província do Rio Grande do Sul, possuem uma massa documental extensa, além de alguns trabalhos sobre seu funcionamento. O debate sobre o pioneirismo na produção de charque é, de certa forma, importante para nossa pesquisa. Todavia não temos a pretensão de resolver uma questão que ainda é investigada pela historiografia gaúcha.

Afirmarmos ser importante por que entre os pioneiros aparece a figura de José Pinto Martins. Dono de estância, gado e fábrica de charque no sul que se mudou da vila do Aracati, onde possuía em sociedade com seus irmãos João, Bernardo e Antônio uma das mais bem sucedidas “associações comerciais” do negócio das carnes secas. A maior parte dos historiadores, sejam cearenses ou gaúchos, atribuem à seca de 1777 a saída de José da

capitania do Siará Grande para o extremo sul da colônia. Embora seja confirmada sua contínua ligação com os irmãos João e Bernardo que continuaram residindo entre o Recife e o Aracati, pois seu irmão Antônio mudara-se com ele para o Rio Grande de São Pedro ¹⁴⁶.

Nesse sentido, o que podemos chamar atenção no que se refere ao nosso trabalho é a relação que pode existir entre as técnicas empregadas nas charqueadas gaúchas e as utilizadas nas oficinas de carnes no Aracati. Pois sendo José Pinto Martins, indubitavelmente, um dos primeiros e principais donos de charqueada e tendo ele experiência no fabrico de carnes secas no Siará Grande, podemos inferir que tenha influenciado na organização da produção do charque. Embora isso seja apenas uma conjectura, deve-se admitir que não fosse impossível tal ligação entre os processos que, certamente, eram diferentes por motivos diversos: raça do gado, condições climáticas (temperatura e umidade), maior dificuldade no abastecimento de sal, entre outras.

A estância gaúcha e o estabelecimento das charqueadas

A colonização do extremo sul da América Portuguesa se deu depois de diversas batalhas e escaramuças causadas pela disputa na fronteira na região do Rio da Prata. Após as conjunturas de guerra que predominaram na região durante a primeira metade do século XVIII, a colonização se fez de maneira lenta e contínua, principalmente a partir da criação de gado. Segundo Helen Osório (2007, p. 122-123),

O acelerado crescimento do rebanho vacum deu-se, pois, em detrimento da criação de outros tipos de animais, que tiveram um papel comercial importante no início da ocupação do território rio-grandense. A perda da importância da criação de muares parece ter se relacionado ao aumento na criação de animais em outras partes da América portuguesa, como São Paulo e nas próprias Minas Gerais, mais próximas dos centros consumidores. Ademais, combinou-se com o estabelecimento e crescimento inicial das charqueadas, ocorridos na década de 1780, com o consequente aumento do consumo de gado vacum.

Os interesses dos negociantes do Rio de Janeiro nos contratos da região, sobretudo após 1777, fez com que se distribuíssem cada vez mais terras e a atividade pastoril tomou assim mais fôlego junto com o início da fabricação de charque. Para Osório (2001, p. 117):

¹⁴⁶ A trajetória do empreendimento das carnes secas dos irmãos Pinto Martins será mais bem perscrutada no segundo tópico do próximo capítulo (4.2).

O domínio dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro sobre os contratos do Rio Grande, e o sistemático alijamento dos negociantes locais desse lucrativo negócio, deveu-se essencialmente a sua capacidade de mobilização de capitais e às suas fortunas, muito superiores às dos comerciantes sulistas.

É essencial, porém, destacar que a consolidação da produção de charque no Rio Grande do Sul se deu durante o século XIX. Por isso a maior parte das informações relativas às charqueadas são deste século. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Ester Gutierrez, trabalho fundamental sobre as fábricas de charque em Pelotas, provavelmente a primeira zona charqueadora no sul. Segundo esta autora,

O cerne do núcleo charqueador pelotense, constituído ao longo do século XIX, estruturou-se em mais de trinta fábricas contíguas situadas nas margens direita do arroio Pelotas e norte do canal São Gonçalo. Esses estabelecimentos contavam com um, dois ou três terrenos, faixas compridas e estreitas, intercalados por estradas. O terreno da charqueada, propriamente dito, localizava-se junto à beira da água, os poteiros do meio e de fora ou de fundos, ficavam junto ao Logradouro Público, onde os rebanhos de gado vinham das fazendas para serem comercializados. Esse conjunto de atividades impulsionou o desenvolvimento urbano de Pelotas. (GUTIERREZ, 2001, p. 177).

Percebemos certa semelhança com o que acontecia no Aracati. A proximidade das oficinas com o porto, a entrada dos rebanhos para serem negociados e o desenvolvimento da *urbe* a partir da fabricação e comércio de carnes secas. Gutierrez também problematizou a questão do trabalho escravo. De acordo com a autora, nas charqueadas pelotenses

Parece que parte dos senhores mantinham um número fixo de escravos nas fábricas, outros, provavelmente, ocupavam seus cativos nas diversas propriedades, como casas na cidade, datas de matos na serra dos Tapes e estâncias. (...) Os cativos que trabalhavam diretamente na produção do charque ocupavam o terreno ribeirinho da fábrica de salgar carnes. Possivelmente, no período das entressafras, a população cativa trabalhasse na construção civil, produzindo matéria-prima, elementos cerâmicos, nas olarias existentes em um dos terrenos dos saladeiros; erguendo, ampliando, conservando toda sorte de prédios urbanos, que o desenvolvimento fabril charqueador impulsionava, e mantendo as instalações rurais os charqueadores possuíam nos distritos situados ao sul da área fabril. (GUTIERREZ, 2001, p. 177).

A ocupação dos escravos da vila do Aracati poderia ser análoga, isto é, produção de material e construção civil, ou estaria ligada ao beneficiamento do couro em curtumes improvisados dentro das próprias oficinas. Havia também a possibilidade da manutenção da

oficina após os meses de trabalho, pois certamente algumas partes do telheiro ou das forquilhas poderiam ficar avariadas.

Viajando pela região sul do Brasil, o norte-americano Herbert Smith chegara à região do canal de São Gonçalo, próximo ao arroio do rio Pelotas, em abril de 1882. Logo após entrar no dito canal, o viajante teve a vista atraída por um “espetáculo mui singular”. Este viajante observou extensos campos cercados e

(...) ocupados por linhas regulares de estacas horizontais deitadas sobre outras a pique, à altura de menos de dois metros do chão. Pendem de tais estacas objetos lisos, que variam a cor do verde escuro ao anegrado, e mui semelhantes de longe às pesadas peças de lã que se vêem alhures nas tinturarias. Porém muito antes de aparecerem os campos, já os nossos narizes nos tinham contado outra história, e nuvens de urubus voavam suspeitamente junto à tal coisa. Era a carne seca ou charque no processo de preparação; e em casa campo havia edifício baixo, espaçoso, onde a matança, a salga e outros processos preliminares se executavam. (SMITH, 1922, pp. 134-135).

Nas páginas seguintes, o autor passa a descrever o processo de matança do gado, a salga e a secagem das carnes. Os bois eram mortos, geralmente, no período da manhã. Segundo o autor “a operação inteira leva cerca de um minuto, e muitas vezes num só estabelecimento no mesmo dia matam-se 600 a 700 cabeças de gado” (SMITH, 1922, p. 139), levando-nos a inferir que esta primeira parte do processo tenha evoluído, pois há referências a um “declive escorregadio” e um “carro de plataforma” que tornavam o processo mais dinâmico. Isto é, não seria semelhante ao do Aracati. Em seguida tirava-se o couro, esfolando-o rapidamente. “Acabada a esfolação, tira-se limpamente a carne dos ossos que oito pedaços, que são lançados em estacas horizontais; dois trabalhadores hábeis cortam-na e retalham-na então de maneira que cada pedaço fica reduzido a espessura uniforme de cerca de quinze milímetros” (SMITH, 1922, p. 139). A partir daí se procedia a salga da carne. Smith a descreveu da seguinte forma:

Esfregado bem o sal na carne, empilham-na em camadas, primeiro sal, segundo carne, depois nova camada de sal e assim por diante; as pilhas chegam a altura de muitos metros, com o duplo efeito de impregnar a carne de matéria salina e de escorrer os líquidos contidos nela, pela própria pressão: este efeito aumenta reempilhando-se no dia seguinte, de modo que as camadas de cima, tiradas primeiro, formam a base da nova ruma, e são comprimidas por sua vez. De 8 a 10 quilos de sal usam-se para a carne de cada animal, conforme o tamanho. Passa um dia ou dois, se o tempo está suficientemente limpo, desempilham a carne e penduram-na em paus ao ar livre, para secar, tomando o cuidado de à noite puxá-la para uma ponta as vara e cobri-la com uma lona. (SMITH, 1922, p. 139).

Desta descrição podemos apontar alguns processos que poderiam ser análogos aos das oficinas de salga do Aracati como o empilhamento de carnes. Ao contrário da exposição das carnes ao ar livre que ocorria nas charqueadas, as fábricas de carnes secas, por causa da umidade e exposição excessiva ao sol, eram cobertas por telhas (mesmo vãs ou mesmo de palha). O processo, portanto, não haveria de ser igual pelas condições distintas e até mesmo por uma questão de evolução de técnicas. Mas dentro do ambiente das charqueadas, Ester Gutierrez identificou uma complexa divisão e especialização do trabalho. Segundo a autora

A grande divisão do trabalho na charqueada dava-se entre carneadores e serventes. Os serventes faziam todo o tipo de trabalho nas diversas instalações das fábricas, seu número variava entre 22 e 23, e sua média alcançava a 15 serventes. Os salgadores apareceram em um pouco menos da metade dos inventários, trabalhavam entre um ou quatro homens, nos galpões. Sua tarefa consistia em preencher com sal os sulcos das peças, pontos lonqueados, bem como toda a superfície das mantas de carne. Em comparação com os carneadores e serventes foi pequeno o número de cativos especializados na elaboração das graxas e dos sebos, estes últimos foram especificados em quatro estabelecimentos analisados. (GUTIERREZ, 2001, p. 180)

Nesse sentido, é difícil não enxergar como procedente a comparação entre as oficinas do Aracati e as charqueadas pelotenses. Parece mesmo que a influência foi decisiva na própria superação de mercado fornecedor por parte da produção do sul. As relações de trabalho tanto em uma como na outra nos fazem acreditar num desenvolvimento e na adaptação dos processos utilizados na feitura das carnes secas. Ou seja, o português José Pinto Martins, morador do Aracati que se mudou para a região do arroio do rio Pelotas e construiu sua fábrica de charque, pode não ter sido o pioneiro, mas influenciou na disseminação da técnica de fabricação do gênero.

Segundo Denise Ognibeni (2005, p. 48), “podemos citar o estabelecimento de José Pinto Martins, descrito em seu inventário em 1827, como um exemplo típico de charqueada na região, com características comuns a maioria delas”. Em seu inventário, entre outros bens, destacam-se

Um terreno em que está situada a charqueada na margem do arroio Pelotas; a metade de um dito entre o potreiro de Ignácio José Bernardes e terras de Domingos de Castro Antiqueira; Uma morada de casas de vivenda à margem do arroio; um armazém construído de tijolo coberto de telha; uma casa de graxeira da mesma construção; uma casa de tafona da mesma construção com forno de secar sal; uma senzala feita de tijolo coberta de

telha; uma casa que serve de galpão coberto de capim; um guindaste coberto de capim com mangueira e curral; uma morada de casas novas de pedra e cal cobertas de telha forras e assoalhadas, junto a estrada; um pomar de árvores de espinho e frutíferas; uma mangueira grande de receber as tropas cita no campo; um varal para 600 reses; uma porção de pedra, 400 estacas de pau.
¹⁴⁷

Enfim, a descrição da estância de José Pinto Martins deixa evidente seu poder econômico e o quanto foi decisiva sua transferência para o sul da colônia. A analogia, portanto, mostrou-se possível e plausível na medida em que nos ajuda a compreender melhor nossas tentativas de inferir como se trabalhava dentro das oficinas de carnes na vila de Santa Cruz do Aracati.

*

De forma resumida, podemos dizer que neste capítulo encontra-se grande parte de nosso objeto central da pesquisa. A investigação empreendida na tentativa de problematizar a dinâmica social na vila do Aracati, isto é, os roubos, ferimentos, arrombamentos etc., as disputas do Senado da Câmara, o envolvimento da população, dos funcionários régios e da própria Igreja, visam analisar as sociabilidades que giravam em torno da produção, mas que eram necessariamente influenciadas por elas. Além disso, a discussão em torno da divisão do trabalho nas oficinas contempla nosso objetivo inicial, ou seja, pesquisas sobre os trabalhadores livres e escravos nas oficinas de carne do Aracati. Dessa forma, chegamos ao comércio do gênero produzido e no capítulo seguinte tentaremos recompor redes de comércio que foram tecidas por interesses no abastecimento alimentar e no tráfico atlântico de escravos, buscando assim completar o percurso das carnes secas no Brasil colonial.

¹⁴⁷ Inv. José Pinto Martins. N.1607, m.85, E. 06, Ano 1827. 1ºCart. Órfãos e Prov. Pelotas. *Apud* OGNIBENI, Denise. Op. Cit. p. 48. (Grifos nossos).

CAPÍTULO 4

Comércio e consumo de carnes secas: redes mercantis, abastecimento e alimentação na América Portuguesa

*É no espaço mais amplo do Atlântico sul
que a história da América Portuguesa
e a gênese do Império do Brasil
tomam toda a sua dimensão.*

Luiz Felipe de Alencastro (2000, p. 20).

As duas primeiras etapas do que podemos chamar de *empreendimento econômico das carnes secas* foram perscrutadas nos capítulos anteriores. Ou seja, a criação de gado *vacum* nos currais localizados próximos aos rios e riachos e a feitura das carnes secas nas oficinas de salga da vila de Santa Cruz do Aracati constituíram-se como base e meio, respectivamente, para que houvesse um produto comercializável ao final do processo.

É justamente neste comércio de carne seca e seus desdobramentos que nos concentraremos nesse capítulo. Num primeiro momento faremos anotações sobre as balizas teóricas que nos guiarão durante o capítulo, fazendo considerações sobre como as concepções de Antigo Sistema Colonial e relações *centro-periferia* nos ajudam a entender o lugar da vila do Aracati como produtora e exportadora do gênero das carnes secas.

Em seguida, sistematizaremos a formação dos circuitos mercantis que ligaram a vila de Santa Cruz do Aracati com outras vilas e povoações das capitanias do norte, fossem no sertão ou litoral, sendo tais relações nosso objeto central, principalmente a ligação com o porto do Recife. Consequência destes circuitos mercantis nas capitanias do norte foi a constituição de conexões mercantis com outras partes do Império Português na América, começando pelas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro. A projeção das carnes secas do sertão levou-as para o além-mar: item para troca de negros cativos em África, servindo ainda para o próprio consumo destes. Por último serão feitos apontamentos sobre a questão do abastecimento e do consumo de carnes secas na América Portuguesa.

Dessa forma, procuraremos encerrar este trabalho com a “trajetória completa” das carnes secas, problematizando os interesses envolvidos na sua comercialização, analisando a questão do abastecimento e da própria alimentação, buscando compreender os motivos das disputas em torno da produção e do controle do comércio de um item de consumo apreciado na dieta dos colonizadores da América Lusa.

4.1 Análises possíveis do “negócio das carnes secas”: do Antigo Sistema Colonial às relações centro-periferia no Império Português

Às motivações políticas e sociais que envolveram o empreendimento que foi a conquista e colonização dos sertões da capitania de Pernambuco, ainda na segunda metade do século XVII, vieram se somar o interesse econômico do abastecimento de carnes secas em algumas das principais praças do comércio da América Portuguesa. Por isso, o enraizamento de circuitos mercantis em direção aos sertões das capitanias do norte é também fundamental para o entendimento de toda a dinâmica do Império Ultramarino Português, neste caso especificamente relacionado à vila de Santa Cruz do Aracati. Nesse sentido, decidimos situar nossos argumentos a partir de duas concepções historiográficas distintas que, apesar de aparentemente contraditórias, nos oferecem a possibilidade de analisar as relações comerciais que se formaram em torno do “negócio das carnes secas” fabricadas nos sertões das capitanias do norte, além dos interesses que as cercavam.

Poderemos colocar a partir das análises que serão feitas a seguir, a vila do Aracati como lugar de produção e comércio de carnes secas, sendo peça fundamental no mercado interno da América Portuguesa, que por sua vez estava situado dentro do Antigo Sistema Colonial, pois, de acordo José Roberto Amaral Lapa (1982, p. 16), “o sistema econômico supera na sua concepção o simples complexo de *relações econômicas* e fica aquém de uma identificação com a totalidade concreta”. Isto é, não se trata de um sistema que parte do princípio de um engessamento de puras relações comerciais que interessavam somente à exportação, nem tampouco tem o objetivo de caracterizar um conjunto concreto da realidade colonial. Para Amaral Lapa (1982, p. 16),

Isto significa dizer que, mesmo ao nível do econômico, o sistema não se define apenas pelas relações entre as metrópoles e suas colônias, mas nesse complexo definidor entram vários componentes, como: apropriação do excedente, extração da renda, relações sociais de dominação, organização e relação social do trabalho e das unidades de produção, modo pelo qual se dá a posse dos meios de produção, *natureza das relações das partes em todos os níveis*, acumulação simples e ampliada, regimes de propriedade, formas de remuneração do trabalho, apropriação do trabalho excedente, *et coetera*.

Ou seja, o mercado interno e suas relações de produção e comercialização podem entrar aí como componentes de um sistema que, apesar de na grande parte de sua estrutura tender a privilegiar os elementos que beneficiavam a exploração por parte da metrópole, principalmente quando entravam em cena os grandes itens de exportação, também necessitou

de subsídios e engendragens que oferecessem condições para seu pleno funcionamento, como veremos no caso das carnes secas que serviam para abastecimento interno e escambo de escravos em África.

Dentro dessa discussão também resolvemos contemplar as noções historiográficas que há algum tempo vem analisando relações entre metrópole e colônia no caso português. Trata-se de uma discussão acerca dos conceitos de *centro* e *periferia*, que nos é bastante útil, pois é nessa dualidade que enxergamos as posições ocupadas pela vila de Santa Cruz do Aracati na estrutura do sistema colonial português. Ou seja, ela ocupa ora o lugar de centro no Siará Grande pela sua importância como porto que recebia primeiro os barcos que vinham do leste, ou seja, das praças do Recife, Salvador e Rio de Janeiro; mas também a vemos na periferia de uma dinâmica imperial maior, isto é, a exportação de açúcar, a exploração aurífera e o tráfico de escravos, às quais ela supria com seu produto.

4.1.1 *Antigo Sistema Colonial e mercado interno*

Acerca da noção de *Antigo Sistema Colonial* foram feitas diversas críticas nas últimas décadas. Algumas delas já devidamente compreendidas como equivocadas, como no caso do entendimento de uma pretensa “inexistência (ou incipiência) de um mercado interno” por grande parte da chamada historiografia tradicional. Tratando do comércio interno, Caio Prado Júnior (2000, p. 239) afirma que se pode notar

(...) com absoluta segurança que o seu movimento principal é constituído ou por mercadorias que se destinam, em última instância, à exportação, ou daquelas que provêm da importação. São os gêneros que circulam do lugar de produção e das mãos do produtor para os portos de embarque e casas exportadoras; e as mercadorias estrangeiras que se distribuem daqueles portos pelo resto do país que constituem seu maior volume.

Isto é, não se negou a existência tampouco a importância do movimento interno de produtos, principalmente no caso do abastecimento interno de alimentos. A existência dele chega a ser considerada importante pelo autor, como no caso da pecuária e da carne seca e do charque, que se constituem como “substituto” do gado vivo em algumas regiões da colônia (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 240). Compreendemos assim que a colônia, além de sua exploração por parte dos agentes colonizadores metropolitanos, possuía um “sistema” interno de circulação de produtos, pois o Antigo Sistema Colonial não foi tratado por nenhum autor como um modelo econômico engessado. Para Fernando Novais (1995, pp. 59-60),

(...) as colônias se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole. Isto, em teoria. A história real porém se desenrola mais no plano do atípico e do peculiar do que no quadro dos modelos; e a colonização europeia na época moderna oferece toda uma gama de situações, que se afastam ou se aproximam daquele esquema, variando no tempo e no espaço, complicando inexoravelmente a realidade.

Alguns exemplos dessas “situações” são identificados na formação de redes mercantis nas margens do sistema (ou em suas periferias), pois só com pequenos sistemas econômicos que dessem suporte à grande exploração – como já o citado mercado criado pela demanda de mantimento na região mineradora – é que o próprio sistema poderia funcionar. Ainda de acordo com Novais (1995, p. 71) se “o *Brasil-colônia* se enquadra como colônia de exploração nas grandes linhas do Antigo Sistema Colonial, *não quer isso dizer que todas as manifestações da colonização da América Portuguesa expressem diretamente aquele mecanismo*”. É aí que entra o mercado interno e quando mais uma vez concordamos com Amaral Lapa (1982, p. 45), pois

(...) o que aqui é chamado de mercado interno se refere ao(s) sistema(s) permanente(s) de trocas que se desenvolve, evidentemente com variáveis, oscilações internas e relacionadas direta ou indiretamente aos mercados externos, com peculiaridades regionais e da organização da produção, no longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Ou seja, certas redes mercantis forjadas entre capitanias (e mesmo entre colônias, como no caso do tráfico de escravos) faziam parte do sistema. Podemos dizer até mesmo que, por vezes, foram tragadas, adaptadas e incorporadas a ele. Ainda de acordo com Amaral Lapa (1982, p. 77),

(...) esses circuitos na aparência atípicos à lógica do sistema, nem por isso deixam de ser por ele capitalizados. Mas, o que nos interessa é que a quantidade e a qualidade desse fluxo e permutações comerciais entre colônias conseguem abrir e desenvolver brechas no Pacto Colonial, acionando contradições que acabarão comprometendo a estrutura.

Enfim, a sucinta análise empreendida acima procurou estabelecer as devidas conexões do tema deste capítulo, isto é, o comércio das carnes secas, com o que entendemos ser fundamental na história colonial do Brasil: compreender que a exploração, fosse da lavoura de cana de açúcar ou na extração de ouro, demandava estruturas internas de abastecimento de alimentos e produtos que serviam como uma manutenção para o sistema,

isto é, faziam parte dele e eram essenciais para seu funcionamento. Podemos, dessa forma, caracterizar a vila do Aracati (fornecedora de carnes secas) como peça do Antigo Sistema Colonial na medida em que auxiliava no abastecimento alimentar da colônia.

4.1.2 “Centro e periferia” na historiografia colonial

Sobre a discussão do conceito de *centro*, o sociólogo norte-americano Edward Shils (1992, pp. 53-54) afirma que: “O centro, ou zona central, é um fenômeno que pertence à esfera dos valores e das crenças”, além disso, “(...) é também um fenômeno que pertence à esfera da ação. É uma estrutura de atividades, de funções e pessoas, dentro da rede de instituições. É nessas funções que os valores e crenças centrais se encarnam e são propostos”. Nesse sentido, entendemos que a posição central é fluida não estando apenas ligada a valores administrativos, políticos, econômicos, tampouco geográficos. Ou seja, para se considerar um centro como irradiador de poder é preciso, antes de tudo, identificá-lo como “um conjunto de organizações ligadas entre si, estrutura engendrada a partir da esfera da ação” (SHILS, 1992, p. 5). Vejamos como esses conceitos funcionam para uma análise de nosso período colonial, especificamente para a vila de Santa Cruz do Aracati.

Na historiografia sobre o período colonial – e aqui estamos considerando a produção brasileira, portuguesa e dos “brasilianistas” – tem-se multiplicado os estudos que utilizam como instrumento de análise as relações entre centro e periferia para empreender sua argumentação (RUSEEL-WOOD, 1998; MEDEIROS, T., 2009; MENZ, 2006; ATALLAH, 2010; BICALHO, 2009, pp. 100-104). Além disso, os autores que não utilizam esta discussão como base para suas investigações, passaram a pelo menos incorporá-la aos seus trabalhos dada a importância que ela têm tomado nos últimos anos. Em nossa pesquisa, resolvemos tomá-la como instrumento para analisar a importância do Aracati na formação de redes mercantis que viabilizaram o comércio das carnes secas. Todavia não iremos nos aprofundar ao ponto de adiantar a sistematização de fontes do tópico seguinte.

Em texto fundamental sobre esse assunto, o historiador norte-americano A. J. R. Russel-Wood (1998) afirma que “aquilo que se constitui como um “centro” e uma “periferia” é algo subjetivo, dependendo da perspectiva daquele que realiza tal aferição”. Considerando o Senado da Câmara das vilas e cidades como instituição que fundamentava certo poder local às regiões periféricas, o autor acredita que a elegibilidade somente dos chamados *homens bons* significava não apenas a garantia do acesso das principais famílias locais aos cargos da vereança, mas também a defesa dos interesses dessas elites (RUSSEL-WOOD, 1998). Russel-

Wood considera que a *periferia* possui necessariamente como ponto de referência um *centro*, embora a distância espacial não seja condição *sine qua non*. De acordo com o autor,

Algumas regiões desfrutaram de uma temporária projeção, relacionada a circunstâncias econômicas e militares. (...) Em suas formas mais extremadas, as periferias eram associadas a um termo muito usado em Angola e no Brasil: o sertão. Abrangia a extensão crescente, árida e semi-árida, dos interiores de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, até Piauí, Ceará e Maranhão, submetida aos excessos de temperatura e clima, a longos período de seca, violentas tempestades e inundações relampejantes. (...) o sertão ou os sertões estavam associados à desordem, ao desvirtuamento e à instabilidade. (RUSSEL-WOOD, 1998).

Tal análise pode-se aplicar a grande parte do sertão do Siará Grande, confirmando assim o que já havíamos tratado em páginas anteriores sobre roubos, assassinatos e violência na vila do Aracati. Mas é importante também ressaltar que, assim como afirma Russel-Wood, o Aracati possuía sua *projeção temporária*: o “tempo das carnes”, que anualmente durava cerca de oito meses. Nesse sentido, podemos inferir que o porto dos barcos do Aracati se configurou como ponto de convergência de interesses econômicos que o vincularam tanto a Recife, e outras importantes praças de comércio, como aos sertões próximos à ribeira do Jaguaribe, principalmente nas capitanias do Rio Grande, Parahyba e do próprio Siará Grande.

No entanto, é importante fazer ressalvas a um possível grau de autonomia elevado das regiões “periféricas” do sertão, por estarem distantes demais para preocuparem a metrópole, e das zonas centrais, que concentrariam tamanho poderio político e econômico e estariam pretensamente livres dos poderes que emanavam de Lisboa. Certamente havia maneiras distintas de governar nas possessões ultramarinas de Portugal, principalmente que entrassem em acordo com sua importância momentânea para as finanças régias. Para o historiador português Nuno Camarinhas (2010, p. 120),

(...) estes diferentes modelos de domínio dos territórios ultramarinos traduzem-se em diferentes formas de administrar a justiça. (...) será (sic) no Brasil, nas ilhas atlânticas e em algumas posições simbolicamente importantes que a justiça letrada será imposta em moldes próximos aos utilizados na metrópole.

Isto é, ainda que não sejam implantadas da mesma maneira como eram na metrópole, diversas instâncias eram muito parecidas, principalmente tendo em vista a relativa proximidade da América com Portugal, ao contrário do Estado da Índia. Acreditamos que ao longo do século XVIII, momentos de centralização do poder se intercalaram com uma

descentralização maior, com consequente aumento dos poderes locais, ocorrendo mais ao sabor da conjuntura histórica vivida em Portugal e suas colônias, como as agitações na região aurífera ou o terremoto de Lisboa, do que por decisões tomadas em secretarias, conselhos, mesas etc. Ainda de acordo com Camarinhas (2010, p. 130),

À medida que o Brasil ganha o seu peso na economia colonial portuguesa, lugares de justiça letrada serão estabelecidos. (...) O Brasil será outro território ultramarino a receber a criação de tribunais de segunda instância. No Brasil, o aparelhamento judicial, fomentado por uma economia colonial extremamente dinâmica, conhecerá uma complexidade sem paralelo nas outras regiões do império português.

Ou seja, políticas diversas eram implementadas. A extensão da colônia americana também contribuiu para as diferenças de tratamento entre as várias vilas e cidades fundadas em conjunturas também distintas. A ascensão dos poderes locais não se fez da noite para o dia, nem tampouco sem resistência ou controle da Coroa. Sobre isso, Avanete Sousa (2005, p. 313) nos chama atenção, pois, de acordo com a autora

(...) às autonomias do poder local em importantes áreas da atividade político-administrativa, aos particularismos corporativos e à persistência de corpos políticos tradicionais, fazia-se necessário impor a autoridade régia por meio da ação de seus principais agentes.

Nesse sentido, podemos destacar justamente o século XVIII, que se intercalou bastante entre a centralidade e o localismo, ou melhor, entre a teoria e a prática destes. Talvez isso seja melhor anotado por Laura de Mello e Souza. Para a autora

É certo que teoria e prática se interpenetravam e se fecundavam mutuamente, e a descentralização administrativa nas conquistas tendia a instituir em cada capitania uma dependência direta de Lisboa, impedindo a integração da América Portuguesa como um todo “ou o desenvolvimento de movimentos ou ações transversais, que implicassem globalmente a colônia”: nenhuma instituição encarnava as terras brasílicas no conjunto, não havia universidades nem delegações nas Cortes – moribundas, aliás, já no final do século XVII. (SOUZA, L. 2006, p. 99).

Em meio a este debate acerca do centralismo político da Coroa Portuguesa, podemos adicionar os conceitos relacionados à periferia que Russel-Wood adaptou dos geógrafos. O historiador recorre a três termos para tratar de diferentes níveis de periferia: “umland”, “hinterland” e “vorland”. De acordo com o autor, *umland* “designa uma região imediatamente

contígua a um *núcleo*” (RUSSEL-WOOD, 1998), ou seja, é um conceito de periferia bastante relacionado ao conceito de espaço. O segundo termo, a periferia do tipo *hinterland*

(...) implica em uma distância maior, mas em uma continuidade territorial entre o ponto *nuclear* de referência e a "hinterland", assim como em um relacionamento - cobrindo o espectro de frágil a forte - a ser definido entre os dois. Em minha proposta, isto não inclui a "umland", na mesma medida em que estes dois espaços não dividem fronteiras comuns. (RUSSEL-WOOD, 1998).

O último termo, *vorland*, “refere-se a localidades que não têm continuidade territorial com o *núcleo*, mas em relação às quais o *núcleo* tem uma intensa conexão, constituindo um relacionamento significativo. Os portos aparecem dentro desta categoria” (RUSSEL-WOOD, 1998). Isto é, a vila de Santa Cruz do Aracati enquadra-se numa posição periférica como uma *vorland*, por não ser contígua ao Recife espacialmente e por ser um porto. Todavia, enquanto centro, podemos destacar que suas periferias fossem mais *hinterland*, pois estariam próximas, embora não em fronteiras comuns, como no caso da vila do Icó ou os povoados localizados nos “Cariris Novos”, como a vila do Crato.

Apesar destes termos por vezes se confundirem em suas definições, o autor ressalva que “O relacionamento entre o centro e sua ‘umland’, ‘hinterland’ ou ‘vorland’ era também suscetível à mudança. (...) O mercado era o mais importante fator afetando o processo de mudança” (RUSSEL-WOOD, 1998). Ou seja, a periferia era bastante fluida, o que torna o núcleo, por vezes, também uma zona fluida.

O centro: relações da vila do Aracati com os sertões das capitanias do norte

A centralidade do Aracati, principalmente como lugar privilegiado de entrada e saída de mercadorias, era evidente, pois se constituiu como o primeiro importante porto da capitania do Siará Grande, considerando as embarcações que vinham do leste e que, portanto, recebia antes dos outros as mercadorias e mantimentos. No *Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802* aparecem fazendas, mel, aguardente, farinha, além de *secos e molhados*, na carga trazida pelos barcos e que era comercializada nas mais de setenta lojas abertas que funcionaram na vila. A proeminência do porto do Aracati no trato mercantil reflete-se em sua dimensão urbana. Para Maria Auxiliadora Lemenhe (1991, p. 41),

A função de entreposto comercial que viria a expandir-se ao longo da segunda metade do século [XVIII] deu à vila proeminência sobre as demais. (...) Centralizava os excedentes das fazendas dispersas pelo sertão, para abastecer as oficinas. Concentrava a carne salgada produzida em seu entorno e as dispersas pela costa. Do Aracati saíam os produtos importados para o consumo em toda a sua área de influência. Destas atividades resultariam, ao final do século, uma população estimada em “duas mil pessoas (...) habitando trezentas casas, [muitas das quais eram] sobrados, mais de setenta lojas de mercadorias (...) [que arrecadavam] quinhentos mil cruzados”.

A própria movimentação do gado no interior da capitania produziu povoados, moradas novas e vilas que serviam de locais de junta e marcação de gado. Na mesma ribeira do Jaguaribe foi fundada uma importante vila que se transformou no “binômio do Aracati” no sertão. A vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó era estrategicamente posicionada no encontro de caminhos que vinham de diferentes lugares como o sertão dos Inhamuns no Siará Grande, que por sua vez já recebiam gados do Piauhí, dos Cariris Novos, localizados mais ao sul, e dos Cariris Velhos do sertão da Parahyba, principalmente do Rio Piranhas. Segundo Clóvis Jucá Neto (2007, p. 390),

Em território cearense, as transações comerciais entre o Icó e o Aracati ocuparam papel fundamental para o fortalecimento da pecuária setecentista. Pela velha estrada do Jaguaribe, inaugurou-se o contato entre o sertão e o litoral da Capitania por meio do fluxo constante das boiadas entre as duas vilas, garantindo-se tanto o abastecimento do sertão, de produtos outros que não somente aqueles provenientes da pecuária, como de gado no litoral, para as fábricas de salga. (...) Se o Icó cumpria a função de principal repectáculo das boiadas que transitavam por todo o sertão – ou vindas de Pernambuco, do Piauí, ou de outras regiões do Ceará – o Aracati era o principal ponto de escoamento da produção, justamente na foz do Jaguaribe, rio onde o Salgado despejava suas águas. Eis a razão da importância do binômio.

As ligações do porto de Aracati não se restringiam aos sertões do Jaguaribe. Na falta de carne de vaca na vila do Soure – vila de índio criada em 1759, vizinha a Fortaleza – os vereadores reclamavam que “o sustento mais pronto e acomodado para as criaturas (...) [se fazia com a] carne que vem a esta vila por negócio [que] é a seca, chamada do sertão”¹⁴⁸. Isto é, o abastecimento de carnes secas era feito, em alguns momentos, para as vilas da própria capitania, revelando assim a relativa dependência do porto de Aracati das demais vilas. Segundo Russel-Wood (1998),

¹⁴⁸ Vereação do dia 29 de dezembro de 1759 da vila do Soure. In: STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 241.

O século XVIII também assistiu à criação de municípios no interior. Estabelecidos acidentalmente em resposta a necessidades locais ou regionais, encontravam-se freqüentemente associados ao suprimento de gêneros alimentícios ou ao comércio.

Isto é, a criação da vila de Santa Cruz do Aracati estava em meio a esta conjuntura, mas tendo em vista ainda que anteriormente à fundação o porto já possuía uma importância para a região, podemos caracterizar com base nas anotações de Shils (1992, p. 53), que o Aracati era, pela sua condição de porto mercantil que supria algumas partes dos sertões, o centro econômico e social daquela zona.

A periferia: conexões com redes mercantis da praça do Recife

Já nos referimos anteriormente aos termos usados pelos geógrafos e adaptados por Russel-Wood para indicar os tipos de periferia: *umland*, *hinterland* e *vorland*. Como dissemos, em relação à praça comercial do Recife, a vila do Aracati caracteriza-se como uma periferia do tipo *vorland*, isto é, “refere-se a localidades que não têm continuidade territorial com o *núcleo*, mas em relação às quais o *núcleo* tem uma intensa conexão, constituindo um relacionamento significativo” (RUSSEL-WOOD, 1998).

As relações entre a vila do Aracati e o Recife iniciaram-se antes mesmo do trato comercial das carnes secas. Ainda no primeiro capítulo nos referimos aos interesses dos homens de negócio da praça do Recife na conquista e colonização dos sertões, isto é, a expansão de seu mercado consumidor, além da busca de outras áreas para exploração econômica¹⁴⁹. Além disso, tivemos o governador da capitania de Pernambuco totalmente a favor da criação da vila de Santa Cruz do Aracati, quando foi consultado pelo Conselho Ultramarino sobre essa necessidade. Para Russel-Wood (1998), um fenômeno interessante poderia acontecer com certa frequência no Império Português:

(...) a complementaridade ou a convergência de interesses entre *núcleos* e *periferias* anteriores produzia uma sensação - ou uma percepção - de contigüidade. Em alguns casos, aquilo que inicialmente havia se constituído em periferia se transformara em *núcleo*, desenvolvendo suas próprias redes de satélites, fazendo-os ou não girar em torno de si, ou incorporando-os no

¹⁴⁹ Há referências de diferentes incursões para a região do Aracati no início do século XVIII que muito provavelmente deram início à formação dos circuitos mercantis das carnes secas. Sobre isso ver, entre outros: MELLO, José Antônio Gonçalves de. Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. **Revista do IAGP**, vol. LIII, Recife, 1981. pp. 177-1778. Nesse texto o autor registra referências sobre João da Costa Monteiro, vereador do Recife que ascendeu socialmente por suas conquistas na região do Assu e Aracati, onde possuía terras, gados e currais.

que havia sido a periferia do *núcleo* original, tornando mais poderosa a sua órbita de influência.

A partir do que foi dito acima, entendemos que as relações eram fluidas ao ponto de, ao mesmo tempo, a vila do Aracati ter se constituído como uma zona central de distribuição de mercadorias importadas para a capitania do Siará Grande e uma periferia que fornecia carnes secas para partes diferentes do Império Português. No tópico seguinte, munidos de bases teórico-históriográficas acima formuladas, faremos a sistematização da documentação, que permite recompor alguns dos circuitos mercantis e das conexões comerciais tecidas a partir do fornecimento de sal para as oficinas e do comércio das carnes secas em partes diferentes do Estado do Brasil e da África.

4.2 Circuitos e conexões mercantis envolvidos no comércio das carnes secas

A análise e problematização acerca dos circuitos e conexões mercantis que se constituíram a partir da negociação das carnes secas no *porto do sertão* da vila de Santa Cruz do Aracati são fundamentais para concluirmos a “trajetória” deste produto, iniciada com a atividade pastoril nos sertões do Siará Grande. A comercialização do gênero era feita para atender a mercados em várias partes do Império Português, mas é importante enfatizar que a vila do Aracati não era a única produtora, embora certamente fosse das mais destacadas.

Portanto, tentaremos seguir a pista das carnes secas que saíam do Aracati, mesmo reconhecendo a dificuldade em reconstruí-la, tendo em vista a subordinação do Siará Grande à capitania geral de Pernambuco, que tinha como consequência a “perda da origem” da produção quando da sua chegada ao Recife. O produto, inclusive, passava a ser chamado nos mapas de carga, em alguns casos, de “carne seca do sertão”, “carne do sertão” ou “carne de Pernambuco”, deixando apenas a certeza de que era produzida nos sertões desta capitania. Refletindo sobre a dificuldade na pesquisa sobre mercado interno e circuitos mercantis na colônia, Ângelo Carrara (2007, p. 114) lembra que:

A reconstrução dos circuitos durante o período colonial está submetida à principal limitação imposta pelo tipo de fonte de que dispomos: a da descontinuidade. Por esta razão, nem todos os circuitos mercantis podem ser estudados da mesma forma.

Com base nesta observação, iniciaremos por um circuito mercantil que era fulcral para produção das carnes secas: o abastecimento de sal. Passando então para o comércio em si das carnes secas: primeiro com seu principal mercado, isto é, as capitanias do norte, principalmente o porto do Recife; em seguida para as outras partes da América Portuguesa (Salvador, Rio de Janeiro, ilha de Santa Catarina etc.), onde foram estabelecidas conexões menos perenes, mas que foram fundamentais para a abertura de mercado consumidor; e finalmente sua importância na manutenção do tráfico de escravos a partir do momento em que o gênero foi introduzido nos mercados africanos.

É essencial, antes de tudo, destacar o que entendemos por circuitos mercantis: redes de comércio “regionais” e duradouras, como foram àquelas tecidas entre as vilas e povoados das capitanias do norte. Diferente de conexões que, além de serem menos perenes, tinham como fator primordial as ligações indiretas (i. é. conexões) do Aracati com outras praças que ultrapassassem os limites da capitania geral de Pernambuco, ou seja, de portos também

importantes, como Salvador e Rio de Janeiro, que tinham um relacionamento maior com a própria praça do Recife, tecendo, a partir daí, a rede comercial com os sertões do Siará Grande. Não queremos dizer com isso que as redes com o Recife eram menos importantes porque eram internas às capitanias do norte, nem que não houve ligações diretas do Aracati com outras praças de comércio. Classificar tais relações de *circuitos regionais* serve apenas para facilitar o recorte espacial do objeto. Começamos, então, pelas rotas de abastecimento de sal.

4.2.1 O abastecimento de sal para as oficinas

Item difundido na culinária em todo mundo, o sal foi objeto de disputas intensas em Portugal durante vários séculos. Desde as primeiras leis portuguesas, isto é, as *Ordenações Afonsinas*, a produção e o comércio do sal começaram a ser regulados, embora um maior controle passasse a ser exercido no final do século XVI. De acordo com Inês Amorim (2008, p. 185),

O controlo régio tornou-se mais definido e, sobretudo, objectivamente mais interventivo, em 1576, num contexto de esforço de guerra de Portugal no norte de África, sendo determinada a instituição dum monopólio de compra e venda de sal, embora revogado dois anos mais tarde.

O monopólio fora abolido e os interesses no comércio do sal só cresceram. Regiões do reino de Portugal modificaram-se completamente após o início da exploração de sua potencialidade saladeiril como no caso do até então pequeno burgo de Setúbal que se transformaria numa das principais zonas produtoras de sal para a Europa e boa parte do Império Português no ultramar (ABREU, L., 2005, p. 329-337). Além de movimentar a região de exploração, o comércio do sal formou rotas comerciais importantes no além-mar como no caso da ilha da Madeira, importante entreposto comercial que se destacou inclusive no período da União Ibérica (SANTOS, F., 2008, p. 211-230). Apesar da importância da produção e do comércio do sal, Amorim (2008, p. 187) ressalta que

(...) em Portugal, nunca se instituiu o sistema de controlo da produção, mas que se podem encontrar formas de exercício de controlo e monopólio indirectos sobre a produção. É no salgado de Setúbal que se encontra este sistema. Remonta ao reinado de D. Sebastião, por alvará de 26 de Setembro de 1570, a imposição de preços fixos do sal, excluindo da comercialização do sal os corretores de sal estrangeiros e portugueses, assim como os

funcionários municipais e da Alfândega e Mesa do Sal, dado que praticavam, indevidamente, revendas de sal.

Em 1631 foi novamente instituído monopólio do sal por Felipe IV, vigorando desta vez até 1801. O sal não era o único estaque efetuado pela Coroa Portuguesa, havendo também outros, sobre a pesca da baleia, pau-brasil, do tabaco e, o mais conhecido, sobre os diamantes. Após o enquadramento no estaque, o comércio atlântico do sal passou a funcionar sob a forma de monopólio real, sendo frequentemente arrendado por negociantes mediante contrato real, apesar de neste período terem surgido companhias privilegiadas de comércio. Embora rendoso, o contrato do sal era muito específico e complicado de ser cumprido, principalmente no que se refere à obrigação do contratador em suprir com sal a terça parte da carga de todos os navios que saíssem de Portugal ¹⁵⁰.

Apesar dos contratos preverem o abastecimento de sal para o Brasil, em vários momentos isso acabou não acontecendo por motivações diversas. A relação entre a escassez e abundância quase sempre pendeu para a primeira possibilidade. Para Myriam Ellis (1956), o principal problema no abastecimento de sal para o Brasil era o transporte. Segundo a autora “Do transporte dependia o monopólio, sua realização e seu funcionamento, o suprimento das populações e até o comércio de contrabando e a própria situação econômica do Contratador.” (ELLIS, 1956, p. 113).

A falta de navios em Portugal também era um problema, pois às vezes os contratadores tinham de arcar com aluguel de espaços em navios da Suécia e de Hamburgo, além da conhecida demora em se formarem as frotas depois que este tipo de navegação fora implantado (ELLIS, 1956, p. 114-116). O desinteresse em suprir mercados menos significativos como o de Santos, que não possuíam produto de exportação que justificasse a entrada de barcos no porto, fazia com que regiões inteiras ficassem sem o suprimento de sal, embora o abastecimento estivesse previsto no contrato.

Para Myriam Ellis, outro grande problema no abastecimento de sal foi a formação de um comércio interno ao estaque, privilegiando apenas alguns particulares e que acabou se aproximando do contrabando. Este tipo de negócio era praticado tanto com o sal do reino como com as pequenas extrações locais da colônia, apesar da proibição da exploração de salinas que não fossem para suprir somente a região produtora (ELLIS, 1956, p. 143). A pequena brecha na legislação, permitindo a exploração local, favoreceu os negócios escusos

¹⁵⁰ Não é nosso objetivo aqui perscrutar os contratos do sal, tendo sido feito isso por Myriam Ellis no clássico livro **O Monopólio do Sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1956. Principalmente no capítulo III: *O contrato do sal*.

como a venda do sal “brasileiro”, geralmente de menor qualidade, pelo preço de estaque do sal do reino. Em 1739 isto aconteceu na capitania de Pernambuco, tendo os administradores do contrato no Brasil obrigado os moradores da ilha de Itamaracá a vender sua produção de sal a preço baixo para depois revendê-lo ao preço do estaque, prejudicando assim

(...) os moradores da Capitania e os senhorios e mestres dos barcos que navegavam pelo litoral negociando pelos portos de Aracati, Camocim, Rio Grande e outros, o sal de Itamaracá, para o fabrico da carne seca e para a conservação das pescarias. (ELLIS, 1956, pp. 144-145)¹⁵¹.

Desde o primeiro contrato do século XVIII, que se iniciou em 1700, a orientação de exploração das salinas na própria colônia era *in-loco*, isto é, proibindo-se a venda para outras capitanias. Mas o suprimento de sal nas oficinas de carnes de Santa Cruz do Aracati era tão fundamental para a produção que acabou se formando certo “circuito mercantil” para o fornecimento deste item, principalmente vindo das salinas do Açú e Mossoró, da vizinha capitania do Rio Grande. É importante ressaltar que a reconstituição deste possível circuito mercantil de abastecimento será feita baseada numa única fonte que possui alguns problemas¹⁵².

No *Livro de registro dos barcos* foram anotadas pelo Escrivão, ou pelo próprio Juiz Ordinário, algumas informações sobre cada embarcação que dava entrada no porto da vila. São elas a data de entrada, o nome e a categoria da embarcação, os nomes do mestre e senhorio, a origem, a carga trazida, o destino, a carga levada, além dos nomes do Juiz Ordinário e do Escrivão que realizaram as anotações, feitas, geralmente, nas casas deles. É necessário deixar claro que nem todos os quesitos eram sempre preenchidos, principalmente as cargas trazidas e levadas. Assim, tal documento não é exatamente um *mapa de cargas*, mas um registro feito pelos agentes camarários para facilitar a cobrança de impostos. Em relação especificamente ao abastecimento de sal, elaboramos as seguintes tabelas:

¹⁵¹ Para esta afirmação a autora baseia-se num manuscrito da *Coleção Lamego da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* que tem como título: “Requerimento feito à Câmara da Vila do Recife, pelos mestres de barcos das costas de Pernambuco, Aracaty, Camussi, Rio Grande, contra as proibições feitas pelo contrato do sal de se comprar o gênero na Ilha de Itamaracá. Recife, 12 de mayo de 1739.

¹⁵² Esta fonte é o “Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802”. O livro possui dois recortes temporais. O que chamaremos de *intervalo 1* inicia-se no mês de julho de 1767 e termina na entrada do primeiro barco do ano de 1776, em janeiro; o *intervalo 2* inicia-se no mês de agosto de 1787 e encerra-se no mês de abril de 1802. Este documento possui informações preciosas, ainda que descontínuas, sobre a entrada e saída de embarcações no porto da vila do Aracati. Durante o texto apontaremos ainda outros problemas desta fonte, assim como suas valiosas informações. A partir da segunda citação textual esta fonte será chamada apenas de *Livro de Registro de Entrada dos Barcos*.

Tabela 5: Sistematização do *Livro de Registro de Entrada dos Barcos* – Intervalo 1
(1767-1776): Entrada de sal e saída de carnes secas

ANO	Embarcações por ano	Embarcações que somente descarregaram sal	Embarcações que descarregaram sal e carregaram carnes secas
1767	10	1	2
1768	17	2	6
1769	8	0	3
1770	8	1	1
1771	1	0	1
1772	0	0	0
1773	18	1	9
1774	1	0	0
1775	14	0	3
1776	1	0	0
TOTAL	78	5	25

Fonte: Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802.

Tabela 6: Sistematização do *Livro de Registro de Entrada dos Barcos* – Intervalo 2
(1787-1802): Entrada de sal e saída de carnes secas

Ano	Embarcações por ano	Embarcações que somente descarregaram sal	Embarcações que descarregaram sal e carregaram carnes secas
1787	3	1	0
1788	9	0	2
1789	23	2	1
1790	20	2	0
1791	29	0	0
1792	19	0	0
1793	25	0	0
1794	16	0	0
1795	14	0	0
1796	9	0	0
1797	11	2	0
1798	15	1	0
1799	15	0	0
1800	12	0	0
1801	13	1	0
1802	7	1	0
TOTAL	240	10	3

Fonte: Livro de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802.

Podemos observar com base nas tabelas acima que o abastecimento do sal era bastante irregular, tendo em alguns anos mais de cinco embarcações descarregando sal e, em vários outros, nenhuma. A diferença é mais evidente no segundo intervalo que corresponde ao período em que se consolidava a concorrência do charque do Rio Grande de São Pedro frente às carnes secas. Além disso, devemos levar em conta que, como dito anteriormente, o sal era monopólio real e não era permitida a venda daquele que fosse extraído *in-loco* para outras capitanias. Nesse sentido, o comércio de sal que ocorria no porto do Aracati era uma descarada quebra de estaque real, pois o item vindo de outras capitanias, principalmente das salinas do Rio Grande do Norte, somava-se à diminuta produção local. Ou seja, a entrada de sal poderia, em alguns casos, ser omitida.

A dificuldade por nós encontrada para traçar os circuitos de abastecimento de sal é na falta dos dados de origem e destino das embarcações. No primeiro intervalo, das 30 embarcações que descarregaram sal temos a menção da origem de apenas três: Pernambuco; e o destino de apenas uma: o porto do Camossim, de onde podemos inferir que ia também descarregar sal, pois lá também funcionavam fábricas de carnes secas. No segundo intervalo, onde tivemos apenas 13 barcos descarregando sal, temos a origem de 11 deles: oito vindos de Pernambuco, sendo um com passagem pela Parahyba e outro pelo porto de Mossoró na disputada divisa entre o Siará Grande e o Rio Grande do Norte, onde provavelmente carregou o sal; os outros quatro saíram a metade das salinas do Assu e a outra do porto de *Porto de Águas Mares* (hoje Guamaré) na mesma capitania; já para os destinos deste intervalo temos cinco identificados: quatro barcos partiram rumo a Pernambuco e um para Alagoas. Dentre aqueles que indicam vir de Pernambuco alguns trazem indicados na carga *sal do Mossoró* ou *sal do Assu*, isto é, a viagem iniciava no porto do Recife e tinha escala nas salinas do Rio Grande.

Dentre os senhorios das embarcações, isto é, donos ou fretadores, que aportavam, aparecem três envolvidos diretamente no fabrico e no comércio de carnes secas: João Pinto Martins, Salvador de Souza Braga e Pedro José da Costa Barros. É interessante apontar também que todos os barcos em que aparecem estes dois primeiros sujeitos como senhorios, descarregam sal e carregam carnes secas, demonstrando assim a intrincada relação de interesses entre o abastecimento de sal e a feitura de carnes secas¹⁵³.

¹⁵³ Achamos necessário esclarecer que a partir de 1794 nenhuma carga levada é anotada como de *carnes* ou *carnes secas*. Todavia ocorreram ainda entradas de sal, geralmente num barco de Pedro José da Costa Barros, que podiam denotar ainda uma pequena produção. A partir de 1794 aparecem os termos *efeitos da terra*, *gêneros*

Enfim, queremos destacar com esta pequena análise sobre o abastecimento de sal na vila do Aracati a importância da formação de redes de comércio para a manutenção do funcionamento das oficinas de carnes. Era fundamental o suprimento de sal e isto envolveu uma quebra de monopólio, que vale ressaltar não foi a única que ocorreu no Brasil colonial, mas que fez com que os agentes régios daquelas paragens fizessem vistas grossas, tentando beneficiar seus próprios interesses, inclusive de arrecadação de impostos. Este fornecimento de sal é apenas uma ramificação de um circuito mercantil mais amplo que tentaremos recompor a partir da documentação disponível.

4.2.2 *O comércio de carnes secas na América Portuguesa I: circuitos mercantis nas capitanias do norte do Estado do Brasil*

A documentação que registrou a constituição do circuito mercantil, que teve nas carnes secas da vila de Santa Cruz do Aracati seu principal produto, perdeu-se no tempo, se é que ela realmente existiu, pois, como foi registrado no tópico sobre a fundação da vila, são praticamente inexistentes ou muito esparsas as fontes sobre o porto dos barcos que deu origem à povoação. Em que pese esta dificuldade, temos acesso aos documentos que atestam a consolidação e a decadência da produção e do comércio das carnes secas.

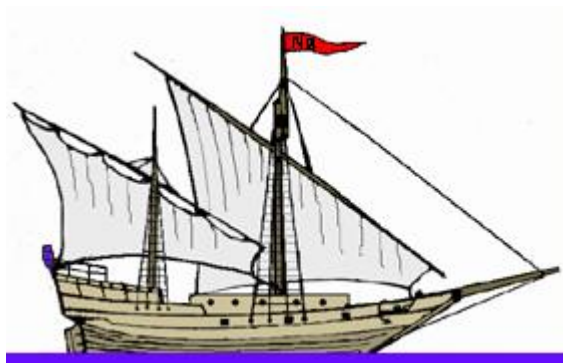
Dentre estas fontes a mais importante, sem dúvida, é o já citado *Livro de Registro de Entrada dos Barcos*. A partir deste ponto do texto ele será sistematizado na tentativa de recompor os circuitos mercantis de exportação de carne seca iniciados do porto do Aracati. Sem termos nunca a pretensão de esgotá-lo, iremos nos utilizar dele como principal fonte que será confrontada com a documentação disponível do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* relativa às capitanias do Ceará e Pernambuco.

O comércio das carnes secas era empreendido, preferencialmente, pela técnica de navegação chamada *cabotagem*. Os tipos de embarcação que mais deram entrada no Aracati foram *sumacas* que eram, segundo José Eduardo Godoy (2007, p. 679), uma “pequena embarcação de dois mastros, usada na América do Sul, especialmente no Brasil e no rio da Prata. Era armado em patacho, sendo o mastro de vante mastaréu feitos duma só peça”. Tendo sua capacidade no carregamento de aproximadamente duas mil reses, isto é, aproximadamente 80.000 quilos de carne seca, levando em consideração um peso médio de 200 quilos pra cada

deste continente, etc. Faremos uma maior discussão sobre esse assunto nas próximas páginas, dedicadas ao comércio em si das carnes secas.

boi (GIRÃO, 1984, p. 102). Abaixo o desenho de uma sumaca brasileira chamada *Malteza* que, provavelmente, foi atacada e afundada por ingleses ¹⁵⁴:

Ilustração 1: Sumaca



Relações do porto de Aracati com o Recife: notas sobre algumas “trajetórias comerciais”

As relações da capitania do Siará Grande com a praça do Recife se iniciaram antes mesmo do comércio das carnes secas. Os interesses na ampliação de sua área de atuação econômica levaram os negociantes do Recife a empreenderem, junto com a Coroa Portuguesa, um projeto de colonização que tinha como objetivo primordial colonizar o grande “vazio inculto dos sertões”, que ficava entre a zona de produção de açúcar e o Estado do Maranhão. Tudo isso já foi por nós debatido no primeiro capítulo. O que interessa nesse ponto do texto é marcar a presença dos interesses de negociantes do Recife desde o final do século XVII na colonização dos sertões do Siará Grande.

No caso específico da vila de Santa Cruz do Aracati podemos confirmar a origem de alguns dos donos de oficinas de carnes a partir de alguns estudos empreendidos nos últimos anos ¹⁵⁵. Para exemplificar diferentes tipos de sujeitos que investiam no negócio das carnes secas escolhemos três exemplos. O primeiro deles trata-se do reinol José Vaz Salgado. Nascido na região do Minho, nos últimos anos do século XVII transferindo-se para o Recife, onde se casou em 1729 com Tereza Maria José com quem teve seis filhos. O primogênito, homônimo do patriarca, foi também militar e herdou o controle sobre a oficina de salga do pai na vila de Santa Cruz do Aracati. Observando a trajetória desse sujeito, George Félix Cabral de Souza (2007, p. 361) nos informa que

¹⁵⁴ Fonte: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/naufchuck.htm>

¹⁵⁵ Não é objetivo desta pesquisa realizar estudos de trajetórias individuais. Por isso, nos utilizamos preferencialmente de bibliografia para atestar a presença na vila do Aracati de donos de oficinas e comerciantes de origem recifense ou que, no mínimo, viveram no Recife, antes de se transferir para o Aracati.

El 21 de noviembre 1729 se casaran en La iglesia matriz del *Cuerpo Santo* en Recife un portugués hijo de labradores y una pernambucana hija de un boticario (también portugués). Los novios eran José Vaz Salgado (c. 1697 – c. 1759) y Teresa Maria José, pareja cuyo matrimonio sería a mediados del siglo XVIII uno de los más grandes de la capitania de Pernambuco.

O caso de José Vaz Salgado é interessante, pois a partir de seu casamento – que lhe deu relações parentais com um familiar do Santo Ofício, no caso seu sogro Bento Pereira – e de sua própria habilitação para esse cargo em 1739, pode-se atestar sua entrada para o seleto grupo da elite da praça de comércio mais importante das capitanias do norte do Estado do Brasil. Também para isso concorreu sua eleição para oficial do Senado da Câmara da vila do Recife no ano 1733 (SOUZA, G., 2003, p. 151). Ou seja, era um membro importante da sociedade do Recife na primeira metade do século XVIII, atuando principalmente como comerciante, além de ser militar.

Segundo Teresa Novaes Marques (2007, p. 246-247) “seu envolvimento com a redistribuição de mercadorias pelo litoral – cabotagem – é evidenciado pela propriedade de navios, constatável em fonte do ano de 1749 e ainda presente no rol de bens do inventário”. Além disso, José Vaz Salgado investiu na arrematação de contratos na Câmara e na participação em espaços privilegiados onde os indivíduos se nobilitavam como a Santa Casa de Misericórdia e a irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, ambas no Recife (MARQUES, 2007, p. 247-248).

O que chama atenção em toda essa trajetória é que ele possuía uma oficina de carnes no Aracati e, possivelmente, por nenhuma ou poucas vezes tenha estado na vila, caracterizando uma espécie de absenteísmo. Isso se deu porque os interesses principais do comerciante estavam concentrados no Recife, todavia isso não o impediu de enxergar no empreendimento das carnes secas do sertão um investimento que poderia facilmente se vincular às suas prioridades, principalmente ao comércio de gêneros de abastecimento na praça do Recife e no tráfico de escravos. Sua oficina de carnes foi herdada pelo filho mais velho, seu homônimo, sendo registrada no termo de aforamento nº 171 pelo escrivão José de Castro e Silva e o procurador de José Vaz Salgado (filho), que não é nominado:

No mesmo dia mês e ano supra [20 de junho de 1780] o mesmo Procurador e Escrivão demarcando uma oficina do Tenente Coronel José Vaz Salgado com os Curraes e Estaleiro ocupa Sincoenta brassas de terra de que paga foro annual de tezentos e vinte Reis alem de dez mil reis de cada barco de carnes que nela fabricar, e foi notificado o seu Procurador para pagar o mesmo

daqui em diante e para constar foi este termo que assinou dito Procurador e eu José de Castro Silva, o Escrivão ¹⁵⁶.

Dessa forma, podemos atestar também que José Vaz Salgado (filho) não era morador da vila de Santa Cruz do Aracati, mantendo assim um procurador para defender seus interesses, assinar os documentos relativos à sua oficina e, provavelmente, fazer embarcar no barco suas carnes secas.

Um segundo exemplo que é fundamental ser apresentado aqui é dos irmãos Pinto Martins. Filhos de Catarina Martins e João Pinto, um cavador de poços estabelecido na região de Meixomil ao norte de Portugal, próxima à cidade do Porto, os irmãos João, Bernardo, Antônio e José Pinto Martins lá nasceram e de lá saíram para se estabelecer na vila de Santa Cruz do Aracati. Não se sabe exatamente as datas exatas da chegada de todos, mas é possível afirmar que o mais velho chegou ao Brasil com 10 anos de idade. Certo é que os quatro estabeleceram-se na vila do Aracati e possuíam lojas abertas, oficinas de carnes e faziam comércio desse produto (VIEIRA JÚNIOR, 2009, pp. 193-194). Segundo Otaviano Vieira Júnior (2009, p. 192),

A partir desse comércio, José Pinto Martins e seus irmãos construíram significativo cabedal e deram início a uma empreitada para que a família pudesse ocupar novo lugar social; esse esforço conjugou acumulação de patrimônio material e manipulação de títulos, patentes, mercês e cargos. Empenhados em pertencerem ao corpo leigo habilitado pela Inquisição e atestarem uma suposta limpeza de sangue, os quatro irmãos solicitaram ao Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício a nomeação como Familiares. Pedido compreendido à luz do comportamento considerado geral das elites sociais no Brasil, que procuravam alcançar signos de distinção social definidos pelo centro do Império.

Ou seja, cumprido o objetivo de terem vindo para a América “mudar o destino” e o consequente enriquecimento relativamente rápido fez com que os irmãos vislumbassem algo antes não imaginado: a possibilidade de se tornarem familiares do Santo Ofício, posto este que dava *status* na sociedade em que estavam inseridos, principalmente por serem comerciantes e filhos de um oficial mecânico.

É interessante notar o exemplo que esses quatro irmãos podem nos dar. De maneira diferente de José Vaz Salgado (pai e filho) que escolhiam um procurador para cuidar de seus interesses na vila do Aracati, os irmãos Pinto Martins formaram uma espécie de “empresa das carnes secas”, onde cada um tinha um papel a desempenhar na manutenção dos negócios.

¹⁵⁶ Termo de aforamento nº 171 – Livro de Aforamento aberto em 6 de março de 1775. Op. Cit. (Grifo nosso).

O irmão mais velho, João, declarou sua morada no Recife, mas possuía residência, oficinas e estaleiro no Aracati. Outro irmão, Antônio, dividia-se entre o Recife e sua residência em Mossoró, povoado que ficava na ribeira do rio de mesmo nome, onde, provavelmente, embarcou algumas toneladas de sal para a oficina dos irmãos. José Pinto Martins teve mais fluidez ainda: morava ora no Aracati e ora no Recife, mas acabou transferindo-se para o arroio do rio Pelotas, no Rio Grande de São Pedro, onde construiu uma das mais bem sucedidas charqueadas da região (VIEIRA JÚNIOR, 2009, p. 210-211). Para Otaviano Vieira (2009, p. 192),

Os Pinto Martins utilizaram estratégias de enriquecimento nas quais a circulação de mercadorias era fundamental. De Recife, os barcos partiam abarrotados de produtos diversos vindos do Reino, como tecidos, machados, vinho, azeite etc. Na documentação pesquisada, não encontramos nenhum dos irmãos negociando diretamente com Lisboa, o que não significa que os produtos lisboetas não fossem adquiridos na capital pernambucana – principalmente quando considerado o contrabando.

Podemos observar, portanto, outro “tipo” de negociante que teve no Aracati sua fonte de renda. Diferente do exemplo de José Vaz Salgado, os irmãos Pinto Martins tinham a base de seus negócios fixada no Siará Grande e acabaram formando uma rede de comércio que ia desde os currais no entorno da vila, passando pelas oficinas no Aracati e salinas em Mossoró, até a posse de barcos para empreender o comércio, além de lojas abertas que comercializavam fazendas, farinha, secos e molhados. A projeção desse empreendimento deu-se na construção de uma charqueada no arroio do rio Pelotas, ligando assim os extremos norte e sul do Estado do Brasil, como já vimos no capítulo anterior.

Outra trajetória interessante é a do comerciante Pedro José da Costa Barros, nascido em 1748, na vila de Ponte de Lima, província do Minho ao norte de Portugal. Consta que este sujeito se casou com Antonia de Souza Braga no início da década de 1770. Sendo ela filha única de um importante produtor e comerciante de carnes secas na vila do Aracati, Salvador de Souza Braga, açoriano da ilha de São Miguel (NOGUEIRA, 2009, pp. 91-93). Para Gabriel Parente Nogueira (2010, p. 227) esta união “certamente contribuiu bastante para a sua inserção no mundo mercantil que se constituiu como a chave para seu rápido processo de ascensão social”, pois seu sogro “era possuidor de fazendas de gado no sertão e proprietário em meação de um barco do qual era piloto e com o qual desempenhava um lucrativo comércio entre os Sertões do Aracati e a praça do Rio de Janeiro” (NOGUEIRA, 2010). Ou seja, a atuação de Costa Barros foi intensificada com o seu casamento privilegiado com a filha

de Souza Braga, com quem se associou buscando promover sua trajetória de ascensão social. Também segundo Nogueira (2009, p. 94),

A atuação econômica de Pedro José e seu sogro ia além das atividades de produção e comercialização do charque [carne seca], já que os dois também podem ser identificados como sócios na arrematação de contratos reais de dízimos da capitania, atividade que se relacionaria diretamente com as anteriormente relacionadas, já que o principal produto da capitania, no período, era o gado, e arrematar dízimos nesta situação se mostrava como uma forma de ampliação das margens de lucro.

Neste exemplo temos a trajetória de mais um reinol que encontrou no Aracati a possibilidade de traçar uma rota diferente de seus conterrâneos, associando-se ao sogro para a ampliação de um empreendimento comercial que tinha como principal produto as carnes secas fabricadas no Aracati. Tanto Costa Barros como seu sogro tornaram-se familiares do Santo Ofício, ou seja, podemos inferir que a elitização dos comerciantes na segunda metade do século XVIII fez com que estes galgassem *status* dentro da sociedade da América Portuguesa.

As trajetórias pessoais ou coletivas aqui analisadas servem para dar ideia da intrincada relação dos comerciantes de Santa Cruz do Aracati com outros portos mais importantes da América Portuguesa. O carregamento de carnes em embarcações que partiam para diferentes partes do Império Português na América nos mostra a importância que este produto teve na manutenção da dinâmica do sistema colonial. Todavia é fundamental destacar que, sendo o Siará Grande capitania anexa a Pernambuco, sua principal ligação com o mercado consumidor era a praça do Recife. Analisando as trajetórias de alguns desses negociantes de carnes secas, Gabriel Nogueira (2010, p. 240) afirma que

Situados entre um centro regional (Recife) e uma periferia (Aracati e a Ribeira do Jaguaribe) e lidando com o trato do charque [carne seca] – produto inserido não somente nas dinâmicas do abastecimento interno, mas, também, no comércio atlântico – os negociantes do Aracati, tinham uma margem de atuação não restrita unicamente à capitania geral de Pernambuco, tendo em conta dados que nos levam a perceber a relação destes “homens do charque”, por exemplo, com negociantes da principal praça mercantil do Atlântico sul, a cidade do Rio de Janeiro.

Ou seja, a dimensão alcançada por esses sujeitos no império foi além de suas relações no âmbito da vila do Aracati. Todavia, diferente de Nogueira, acreditamos que mesmo aqueles que mantiveram relações mais estreitas preferencialmente com a praça do

Recife estiveram sim inseridos numa esfera atlântica bastante importante. Apesar da crise na economia açucareira, o porto do Recife não deixou de ser uma das praças mais dinâmicas do Império Ultramarino Português, fosse atraindo comerciantes de gêneros alimentícios, nos períodos de alta no preço do açúcar, ou ainda com a exportação do algodão.

Circuitos mercantis com a praça do Recife

A subordinação do Siará Grande à capitania geral de Pernambuco desde sua efetiva conquista até 1799 fez com que vários de seus interesses comerciais estivessem ligados à praça comercial do Recife. Podemos constatar tal afirmação a partir da sistematização de algumas informações do *Livro de Registro dos Barcos*, principalmente no que se refere à origem e ao destino das cargas que davam entrada no Aracati. Na tabela seguinte temos as informações sobre a origem das embarcações que deram entrada no porto:

TABELA 7: Origem das embarcações que deram entrada no porto do Aracati (1767-1802)

Origem	Frequência	Porcentagem
Pernambuco/Recife	157	85,3%
Pernambuco/Assu	2	1,0%
Recife-Tijucupapo	1	0,5%
Pernambuco-Mossoró	1	0,5%
Pernambuco/Paraíba	1	0,5%
Maranhão/São Luiz	9	2,4%
Bahia/Salvador	6	1,6%
Assu	2	1,0%
Porto de água mares	2	1,0%
Rio de Janeiro	1	0,5%
Belém-Pará	1	0,5%
Acaracu	1	0,5%
Total	184	100%

Fonte: Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati.

Devemos lembrar que foram registradas 318 embarcações nos dois intervalos do registro (1767-1776/1787-1802). Na tabela acima, consideramos as 184 que mencionaram a origem, isto é, 57,8% do total. Destas, a maior parte registrou Recife ou Pernambuco como seu porto de partida, principalmente se levarmos também em conta os cinco barcos que saíram de Pernambuco/Recife e fizeram escalas em Assu, Mossoró, Parahyba e Tijucupapo. Já

sabemos que as duas primeiras escalas mencionadas são importantes salinas na capitania do Rio Grande que abasteciam as oficinas de salga. Dessa forma, podemos confirmar a formação de circuitos mercantis que engendraram toda uma rede de interesses, começando pelo embarque de gêneros alimentícios e produtos importados do reino, seguidos do carregamento de sal e, por fim, a carga de carnes secas no porto de Aracati. Alguns registros nem mencionam as escalas, constando somente na descrição da carga trazida como “sal do Assu” ou “sal do Mossoró”.

As informações sobre os destinos dos barcos são bastante escassas, mas também apontam para o Recife como principal referência da vila do Aracati no circuito mercantil das carnes secas. Na tabela abaixo temos as informações sobre o destino das embarcações:

TABELA 8: Destino das embarcações que saíram do porto do Aracati (1767-1802)

Destino	Frequência	Porcentagem
Pernambuco/Recife	88	88%
Maranhão/ São Luiz	6	6%
Assu	2	2%
Acaracu	1	1%
Parnaíba	1	1%
Camossim	1	1%
Alagoas	1	1%
Total:	100	100%

Fonte: Livro de Registro dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati

Novamente consideramos apenas os registros de embarcações que fazem referência ao seu destino. Apenas 100 embarcações tiveram seus destinos anotados, sendo que 88 delas seguiram para o porto do Recife. Em que pese os problemas da fonte, isto é, a falta de informações, podemos perceber que a relação do porto do Aracati com a praça do Recife é evidente, constituindo-se como principal rota do circuito mercantil das carnes secas.

Podemos ainda fazer uma relação importante entre o descarregamento de sal e o carregamento de carnes secas. Nos anos contabilizados pelos registros, 29 barcos deram entrada no porto com sal e saíram levando carnes secas. A conexão existente entre o abastecimento de sal para as oficinas e o comércio das carnes era, portanto, evidente e se constituiu num roteiro quase obrigatório para as embarcações, principalmente aquelas que pertenciam ou eram fretadas por donos de oficinas como as de João Coelho Bastos, João Pinto Martins, Salvador de Souza Braga e Pedro José da Costa Barros.

Dentre os principais problemas que temos com esta fonte, além dos já citados como falta na referência à origem e destino, é a falta de precisão nos registros das cargas, principalmente as que saíam do porto do Aracati. Das 318 embarcações registradas apenas 70 delas fazem referência à saída de carne seca, ou seja, aproximadamente 22% do total.

Todavia, considerando que a partir de 1790 alguns registros de carga levada são de “efeitos”, “gêneros da praça” ou “efeitos deste continente” e que alguns dos donos de oficinas, principalmente João Coelho Bastos e Pedro José da Costa Barros, continuam fazendo transporte de sal para o porto do Aracati e carregando tais *efeitos* ou *gêneros da terra* para o Recife, podemos inferir que, com a crise de concorrência das carnes secas do Aracati em decorrência da já organizada produção do Rio Grande de São Pedro no final dos anos 1780, alguns donos de embarcações procuraram não pagar o imposto de embarque de carnes, criado para substituir o subsídio do sangue, que não poderia ser cobrado no caso do abate do gado para se fabricar carnes secas.

Ou seja, em contrapartida à crise, como consequência da concorrência do charque, os donos de oficinas provavelmente compensaram suas perdas com o não pagamento do imposto sobre os barcos, respaldados (ou não) pela Câmara onde possuíam representação. Entretanto isso é uma hipótese, mas que não enxergamos como impossível, principalmente se observamos o registro de 27/06/1790, onde a carga levada da sumaca *Nossa Senhora do Monte do Carmo*, cujo senhorio era Pedro José da Costa Barros, teve seu registro de carga levada anotado como “carnes ou efeitos”¹⁵⁷.

O último registro de saída das carnes foi feito em julho de 1793, numa sumaca cujo senhorio também era Costa Barros. A partir desta data, os registros são de *efeitos* (o que não acreditamos que se refira à carne seca) e *efeitos da terra* ou *gêneros da terra* ou *do continente* (estes sim com possibilidades de se referirem à carne seca). Para analisar este aspecto importante de nossa reflexão, elaboramos um quadro (abaixo) que leva em conta o movimento de barcos cujos *senhorios* eram alguns dos importantes donos de oficinas de salga em Aracati, levando em conta a saída de carnes, couros e de *efeitos* ou *gêneros da terra*.

¹⁵⁷ Livro de Registro de Entrada dos Barcos... (Grifo nosso).

Quadro 3: Saída de carnes secas, gêneros ou efeitos da terra e couros

Nome do senhorio	Quantidade de embarcações que saíram com carnes secas	Quantidade de embarcações que saíram com gêneros ou efeitos da terra	Quantidade de embarcações que saíram com couros	Total de embarcações
João Pinto Martins	4	0	1	5
João Coelho Bastos	12	11	4	27
Salvador de Souza Braga	4	0	0	4
Pedro José da Costa Barros	14	49	2	65

Fonte: *Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati*

Sem dúvida não podemos imputar a todos os outros registros com estas nomenclaturas o embarque de carnes secas, pois durante um curto período após a independência das treze colônias inglesas no norte da América, em 1776, foram exportadas algumas toneladas de algodão da capitania do Siará Grande, embora o grande comércio tenha acontecido a partir de meados do século XIX (LEITE, 1994; TAKEYA, 1995).

Além do algodão, outro produto também dividiu espaço com as carnes secas entre a carga embarcada em Aracati. O couro era bastante aproveitado, já que se abatia tamanha quantidade de gado. Isso ocorria mesmo antes que a fabricação de carnes secas tomasse grande vulto. Uma de suas principais utilidades era amarrar as mantas de carne, mas o mercado do couro se expandiu de tal forma que os numerosos curtumes de Pernambuco não deram conta da demanda, fazendo com que algumas vezes se embarcasse couro em sola do Aracati e de outros “portos do sertão” que se localizavam na periferia, como o do Acaracu também no Siará Grande, ou do Assu na vizinha capitania do Rio Grande ¹⁵⁸. Segundo Antonil (1982, p. 201),

(...) todos os rolos de tabaco que se embarcam para qualquer parte vão *encourados* (...). Além disto, vão cada ano da Bahia para o Reino até cinquenta mil meios de sola; de Pernambuco, quarenta mil, e do Rio de Janeiro (...) até vinte mil, que vêm a ser, por todos, cento e dez mil meios de sola.

¹⁵⁸ O comércio do couro adquiriu grande vulto a partir da segunda metade do século XVIII. Não é objetivo desta pesquisa investigar a constituição de um circuito comercial de couros, mas é certo que em alguns momentos ocorreu o fornecimento de couros fabricados em Aracati para o comércio com o Reino. Sobre a fabricação e o comércio de couros ver: MEDEIROS, Thiago Silva. “O sertão vai para o Além-Mar”. Op. Cit.; GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro** (2º Volume – O Couro). Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966; GOULART, José Alípio. **O Ciclo do Couro no Nordeste**. (Documentário da vida rural – Nº 19) Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1966.

Não resta dúvida que o principal produto exportado pelo porto do Aracati era a carne seca, mas seus agentes comerciais passaram, principalmente a partir do último quartel do século XVIII, a diversificar suas vendas, principalmente atendendo a uma demanda do mercado internacional por algodão e couro. Não podemos atestar nossa hipótese da “burla” consentida, ou seja, os senhorios dos barcos não declaravam sua carga de mantas de carnes secas para não pagarem o imposto, com o conhecimento do juiz ordinário, e assim não onerar ainda mais seu produto quando da chegada às demais praças de comércio onde seriam vendidas as carnes. Todavia, acreditamos que parte considerável da “carga levada” que partiu sob a nomenclatura de *efeitos* ou *gêneros da praça* era de carnes secas, pois não haveria uma produção de algodão tão vultosa que justificasse a grande quantidade de registros de barcos de Pedro José da Costa Barros, por exemplo, com essa terminologia.

Tabela 9: Sistematização do movimento dos barcos no porto da vila do Aracati
(Entrada de sal, saída de carnes, *efeitos* ou *gêneros* da terra e couros)

Ano	Quantidade de embarcações	Entrada de sal	Saídas de carnes	Saídas de <i>efeitos</i> ou <i>gêneros da terra</i>	Saídas de couro
1767	10	3	4	0	1
1768	17	10	7	0	0
1769	8	3	3	0	0
1770	8	2	3	0	1
1771	1	1	1	0	0
1772	0	0	0	0	0
1773	18	10	12	0	3
1774	1	0	0	0	1
1775	14	4	8	0	2
1776	1	0	0	0	1
Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
1787	3	1	1	0	1
1788	9	2	4	0	4
1789	23	3	6	0	3
1790	20	2	1	1	0
1791	29	0	7	1	0
1792	19	0	7	5	0
1793	25	0	6	7	0
1794	16	0	0	6	0
1795	14	0	0	10	0
1796	9	0	0	9	0
1797	11	2	0	6	0
1798	15	1	0	6	0
1799	15	0	0	13	0
1800	12	0	0	0	0
1801	13	1	0	12	0
1802	7	1	0	7	0
TOTAL:	318	46	70	83	17

Fonte: Livro de Registro de Entrada dos Barcos no Porto da vila de Santa Cruz do Aracati

A partir dos dados fornecidos pela tabela acima, podemos perceber a relação direta entre o fornecimento de sal e o carregamento de carnes secas nas embarcações. Apenas entre 1791-1793 não temos entrada de sal combinada à saída de carnes, embora sejam anos de intenso comércio deste produto. O comércio de couro aparece frequentemente, embora incipiente, na década de 1770 e com mais intensidade nos anos de 1788 e 1789, o que demonstra a inconstância do trato desse produto no porto de Aracati.

É fundamental ressaltar também a quantidade de barcos que carregam carnes secas entre os anos de 1790 e 1793, quando ocorreu a seca que, segundo a historiografia, teria acabado para sempre com a produção o comércio deste produto no Siará Grande. A argumentação de Geraldo Nobre (1979) e Valdelice Girão (1984) para caracterizar o fim da produção e comércio de carnes secas no Aracati se baseia no registro de memória do vereador Manuel Esteves de Almeida:

No anno de 1790 principiou, além de outra mais moderadas, uma secça tão terrível e rigorosa, que durou o espaço de 4 annos, porém no de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carnes secas desde o anno de 1793 exclusivo, porque no anno de 1794 já não houve gados que se matar, e pereciam todos, se da Capitania do Piahy não socorressem aos dos sertões desta comarca com seus gados, cujo domínio se espera ser reparado em razão de já ir de agora havendo gados com que se poderia continuar a referida fabrica de carnes secas ¹⁵⁹.

Durante os anos dessa famigerada seca temos 21 barcos carregando carnes secas, principalmente nos anos de 1791 e 1792. Dessa forma, confrontando as fontes, podemos entender que o gado disponível nos sertões foi suficiente para dois anos de produção intensa de carnes secas, porém, em 1793, a vila do Aracati “veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carnes secas” ¹⁶⁰. Acreditamos que foram feitas tentativas para se restabelecer a produção e a comercialização das carnes secas na capitania do Siará Grande, embora a concorrência do charque gaúcho tenha dificultado e a crescente cultura do algodão passou a ocupar o espaço dos antigos currais.

A ligação estreita com a praça do Recife fora mantida mesmo depois da desanexação da capitania do Siará Grande. Não temos conhecimento de pesquisa monográfica que trate especificamente do período entre a desanexação e a independência política de 1822, mas o envolvimento de lideranças de regiões diversas na capitania autônoma do Siará Grande com

¹⁵⁹ D'ALMEIDA, Manoel Esteves. *Op. Cit.* p. 85.

¹⁶⁰ *Idem.*

os movimentos de 1817 e de 1824 em Pernambuco, que implicaram também outras capitanias, demonstra que alguns setores das elites locais mantiveram seu vínculo com os pernambucanos, principalmente na região do Cariri cearense ¹⁶¹.

Podemos atestar esta ligação ainda no século XVIII através da documentação que requereu a criação de uma companhia para resgate de carnes secas e couros no sertão, que partiu de negociantes da praça do Recife.

A tentativa de criação da *Companhia de Resgate das Carnes Secas e Couros do Sertão*

Nos primeiros dias de maio do ano de 1753 foram enviadas a Sebastião José de Carvalho e Mello, então conde de Oeiras, duas propostas de criação de companhias de comércio por Luís Diogo Lobo da Silva, na época governador da capitania geral de Pernambuco. Uma referia-se à criação de uma companhia de comércio da *Costa da África* e a outra, que nos interessa diretamente, pretendia criar uma *Companhia de Resgate de Carnes Secas e Couros do Sertão* ¹⁶².

As iniciativas de criação partiram dos mercadores da praça do Recife ligados ao comércio de escravos, sendo que seria vedada a participação de algum interessado somente na segunda – esse é, provavelmente, o motivo pelo qual não encontra-se nenhum negociante residente no Aracati entre os possíveis membros. O governador Diogo Lobo da Silva, ao remeter a carta dos comerciantes do Recife ao Conde de Oeiras, lembrou que o negócio das carnes secas

(...) pode Ser de grande utilidade regulando se por huma bem conservada Companhia, sem q pellos meynos, q apontao, padeção incomodo Os criadores dos gados, pois no preço de dous mil e quinhentos rE [réis] por cabeça, lhe fica racionável interesse para os despertar a augmentarem as Suas criaçoens nem a sofrer a carestia o publico *noz preços de Setecentos e vinte rE [réis] a arroba nesta Praça [do Recife] outocentos e outenta para a B^a[Bahia], e dez*

¹⁶¹ Alguns trabalhos que tratam, mesmo que de forma tangencial, do período entre 1799 e 1822 no Ceará são: OLIVEIRA, Almir Leal de. *A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais*. In: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1846)** TOMO I. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009, v. I, p. 17-29; MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. **Padre Mororó: o político e o jornalista**. Fortaleza: BNB, 1985.

¹⁶² Tais propostas estavam na esteira da política econômica empreendida por Sebastião José de Carvalho e Mello para aperfeiçoar a exploração colonial. A tentativa de criação dessas companhias é analisada de forma sucinta em: RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780**. São Paulo: HUCITEC, 1976. pp. 78-82.

*toztoens para a cidade do Ryo de Janeyro por serem oz porq ordinariamente
Se vendem noz referidos portos* ¹⁶³.

O interesse de se criar uma companhia que regulasse o transporte de carnes secas e couros se fazia, então, urgente pelo papel fundamental do gênero em diversos setores da sociedade colonial, principalmente no abastecimento. O fornecimento do produto para o Recife, a Bahia e o Rio de Janeiro era essencial, pois, segundo os homens de negócio, a carne seca

(...) supre mtas[muitas] a sustentação dos povos nas falthas que há de carnes frescas por não poderem chegar a ellaz as boyadas em Rezão das Rigorosas secas que se esprementão nos sertõiz de donde vem os gados, e não só ao povo das Praças nestas ocazioens senão que em todo qualquer tempo he coaze comum sustento das acrescidas famillias dos engenhos e fabricas Retirados e desperços onde não podem ser socorridos com carnes frescas, porque estas se aruinão e aquella ademite e sofre tanto a melhor condução como a dillatada duraçam de hum anno ou maiz sem dano prejudicial e sam maiz cômodo e útil a toda pobreza ¹⁶⁴.

Ou seja, a conservação por um ano ou mais era fator determinante na presença das carnes secas como um alimento comum às famílias dos engenhos e à pobreza que, em épocas de preço baixo, consumiam o produto. Certamente, os homens de negócio do Recife enxergaram no empreendimento das carnes secas possibilidades de rentáveis lucros, principalmente levando-se em conta as sucessivas crises de abastecimento que afetaram as principais cidades e vilas da América Portuguesa no século XVIII (SILVA, F., 1990). No contexto específico da capitania de Pernambuco, as crises de abastecimento ficaram mais constantes no último quartel dos setecentos. Segundo Guillermo Palacios (2004, p. 139),

A diminuição da oferta de alimentos era resultado, por um lado, da recuperação do complexo açucareiro exportador que concentrava, no conhecido e recorrente movimento de expansão em épocas de auge de demanda, todos os seus recursos na produção da matéria-prima principal – a cana-de-açúcar. No entanto, mais importante (...) [foi] a difusão do algodão nos distritos camponeses do litoral e do interior próximo à Capitania Geral de Pernambuco [que] teve efeitos semelhantes, e, apesar de todas as precauções tomadas (ou declaradas) pelos incentivadores do novo cultivo na década anterior, o resultado para o abastecimento alimentar das áreas urbanas estava começando a revelar-se de fato catastrófico.

¹⁶³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário do Estado do Reino e Mercês], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o requerimento dos homens de negócio daquela praça, em que pedem a criação de uma Companhia para resgatar as carnes secas e os couros do sertão. (Grifo nosso).

¹⁶⁴ *Idem.* (Grifo nosso).

Por necessidade de atenuar o problema de abastecimento alimentar na região do litoral de Pernambuco é que os negociantes do Recife estavam interessados na criação de uma companhia de resgate para as carnes secas fabricadas no sertão. O comércio de fato já existia, porém por ocasião de uma “alegada irregularidade” com que acontecia (pelo menos até a primeira metade do século XVIII), fez com que alguns comerciantes tentassem monopolizar as negociações. Para eles era

(...) conveniente contnuar esta navegação de sumacas p^a[para] os porttos do sertão p^a[para] nellas se transportarem vinte oito a trinta mil cabeças de gado que huns annos por outros se transportão p^a[para] o Portto desrte R^{te}[Recife] sendo todas as Sumacas, e empregos athé o prez^{te} [presente] dos Comerciantez desta Praça e como nesta não se pode dar consumo a todas as carnes secas nas mesmas sumacas se mandão vender a B^a[Bahia] e R^o[Rio] de Janeyro e seus contornos ficando nesta a que se lhe pode dar consumo, e os Couros em cabello huns se mandão Curtir p^a[para] solla e outros em cabello se transportão tudo nas frotas ¹⁶⁵.

Devemos ressaltar que, nesse contexto, a produção das oficinas do Aracati estava sofrendo uma retração ocasionada pela fundação da vila e consequente cobrança de impostos aos donos das embarcações. Além disso, temos que destacar que esse período é anterior ao analisado por nós com base nas tabelas feitas a partir do *Livro de Registro dos Barcos*. Ou seja, a tentativa de criação da Companhia de Resgate de Carnes Secas e Couros do Sertão aconteceu, não por acaso, ao mesmo tempo em que se consolidavam as atividades produtivas na vila do Aracati e sua natural transformação em centro econômico da capitania do Siará Grande.

Para que fosse criada a dita companhia de forma satisfatória aos seus interesses, os negociantes do Recife previam que ela fosse estabelecida

(...) com vinte e quatro sumacas da proporção nessecariaz p^a[para] aquelles porttos com que possão *transportar a carne e couros e sebo de vinte e outo athé trinta mil cab^{as} [cabeças] de gado* e este se comprara no sertão fazendo ponto fixo no gado que se chama Cara [a pronúncia deve ser Cará] a *dous mil e quinhentos por cabessa* e os mais a esse resp^{to}[respeito] : preço sem prejuízo ao criador poiz coaze he geral a todos os annos. *As carnes secas que esta Comp^a [Companhia] transportar daquelles porttos do sertão se vendera na Praça deste R^e [Recife] e todos os seus contornos a setecentos e vinte a aroba, e as que se mandarem vender aced^e (?) na Bahia a outocentos a Roba e as que se forem vender ao R^o [Rio] de Jan^{RO} [Janeiro]*

¹⁶⁵ *Idem.*

*a dez tostoiz a Roba todoz os preços como dos que m^{tas} [muitas] vezes em todos estez porttos se vendem por maiz*¹⁶⁶.

Evidentemente as vinte e quatro sumacas não seriam enviadas somente ao porto do Aracati, pois sabemos da existência de oficinas de carnes em outras regiões. Segundo José Alípio Goulart (1965, p. 93), na ribeira do Assu havia um povoado chamado *Oficinas*, também no Piauí e Maranhão surgiram salgadeiras na segunda metade do século XVIII, além das já citadas fábricas de carnes na região do rio Acaracu – principalmente nos povoados de Granja e Camocim –, noroeste da capitania do Siará Grande. É digno de nota que um fator concorrente para o interesse dos negociantes de carnes secas nesse período era o mercado praticamente “monopolizado”, isto é, não existiam concorrentes, pois estava longe de se organizar a produção gaúcha.

O projeto da companhia para resgatar carnes secas e couros no sertão não era simples, pois envolvia um capital de 450.000 cruzados, que seriam empregados na compra das 24 sumacas para se fazer o transporte, juntando-se a sobra ao capital dos comerciantes para comprar gado e arcar com a feitura de carnes secas no sertão¹⁶⁷. Ou seja, o plano era controlar o empreendimento comercial, deixando a criação de gado e a produção das carnes para os negociantes locais.

Infelizmente não possuímos, ou nunca existiu, um parecer do Conselho Ultramarino ou uma resposta direta de Sebastião José de Carvalho e Mello aos pedidos pela criação das companhias de *Resgate de Carnes Secas* e da *Costa da Mina*. Deparamo-nos apenas com mais algumas insistências dos comerciantes, juntamente ao governador Luís Diogo da Silva, que foram malogradas. Todavia, a tentativa de criação de uma companhia dessa espécie só confirma a importância da manutenção da produção e do comércio do gênero e principalmente tendo sido pedida junto com a criação de uma companhia para se comprar escravos, demonstrando a ligação entre os dois empreendimentos comerciais.

Outros circuitos nas capitânicas do norte do Estado do Brasil

Além das relações mercantis com a praça do Recife, o Aracati também possuía conexões com outros povoados e vilas das *capitânicas do norte*. Na perspectiva de *centro* e *periferia*, já trabalhada aqui, podemos dizer que a vila atuava, na maior parte dos casos, como centro que importava considerável quantidade de produtos como *fazendas, mel, aguardente*,

¹⁶⁶ *Idem.* (Grifo nosso).

¹⁶⁷ AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965. *Op. Cit.*

farinha, vinho, secos e molhados, e outros gêneros *comestíveis*. Nas lojas localizadas principalmente na *Rua Grande*, estes artigos eram vendidos para as pessoas da vila e aos mascates que adentravam no sertão para comercializar tais produtos em vilas como o Icó, Crato, Sobral, na capitania do Siará Grande, Assu, Mossoró e Portalegre, no Rio Grande, as regiões de Rio do Peixe, Pombal e Sousa na Parahyba.

Um historiador paraibano clássico descreveu alguns dos caminhos utilizados para se fazer comércio com a cidade da Parahyba, principalmente utilizando a vila Nova da Rainha (atual Campina Grande) como entreposto entre o sertão e o litoral. Segundo Irineu Jôffily (1977, p. 225-226),

A primeira [estrada do Seridó] tomava o rumo de noroeste, passando pelos lugares onde hoje estão as povoações de Pocinhos e S. Francisco e territórios adjacente à de Pedra Lavrada, onde descia a Borborema (fralda ocidental), dava no rio Seridó, e acompanhando-lhe as margens penetrava na Capitania do Rio Grande do Norte até os sertões do baixo Piranhas e Apody. Transpondo os limites desta capitania, de um lado, procurava de novo o Paraíba pela ribeira de Porcos ou Patú, *e de outro atingia as águas do baixo Jaguaribe, no Ceará.*

A estrada de Espinharas tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá; e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do rio Piranhas ou Espinharas, que acompanhava até o lugar onde hoje é a vila de Patos. Aí dividia-se a estrada; à esquerda dirigia-se para o Piancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 léguas até os confins da respectiva ribeira; à direita seguia em linha reta para a povoação das Piranhas, depois vila e cidade de Pombal; continuando para Sousa, no rio do Peixe, passaria depois mais ou menos próximo aos lugares hoje ocupados pela Vila de S. João do rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, *em seguida penetrava na capitania do Ceará, onde subdividia-se servindo a todo o vale dos Cariris Novos e sertões do Icó, Inhamúns e Crateús* [no sul do Siará Grande], *por onde entrava na capitania de Piauí.*

Esta foi a grande artéria que ligava à capital aos sertões mais afastados da capitania, ligando igualmente estes aos de suas vizinhas, e esta comunicação tem-se mantido sem a menor interrupção até hoje.

Ou seja, todos estes caminhos e estradas foram sendo constituídos a partir do comércio no sertão de mercadorias que chegavam aos chamados *portos secos* e eram negociadas por mascates em feiras que se formavam, principalmente, nos entroncamentos destes. De acordo com Mozart Menezes e Yamê Paiva (2009, p. 173), as estradas descritas por Jôffily

(...) constituíam algumas vias pelas quais circulavam produtos idos e vindos para a Paraíba. Os mapas de exportação e importação indicam os portos de origem e destino dessas mercadorias. *Aracati, Açú, Mossoró, Paraíba, Recife, Goiana, Itamaracá, Olinda, Lisboa e Porto* compunham os pontos de embarque das produções da capitania e/ou de recebimento dos artigos enviados da metrópole. Esta constatação rompe o monopólio exclusivo exercido pelo porto do Recife sobre as produções da Paraíba. *Certamente, Recife continuava a ser o principal local de escoamento dos produtos daquela e de entrada de outros, mas deixa de ser pensado com a única via de fluxo de mercadorias, seja saída ou abastecimento.*

Outros caminhos também levavam ao Aracati. Investigando as dinâmicas mercantis do Rio Grande do Norte na segunda metade do século XVIII, Thiago Dias, observou as trajetórias de alguns comerciantes que tinham interesses mercantis nesta capitania e no Siará Grande. De acordo com o autor, por volta de 1763

Patrício José de Oliveira “e mais pessoas que tiverem correspondência com a vila de Aracati” foram convocados, pelo Governador de Pernambuco, para declararem “as ações de Matias Ferreira da Costa que pretende concorrer a emprego público”. Ou seja, já com negócios na Vila de Aracati, para onde boa parte da produção dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará escoava e seguia para outras localidades, e sendo um “homem bom”, fora convocado pelos representantes da Coroa para dizer da idoneidade de aspirantes a cargo público. (DIAS, 2011, p. 173).

Nesse sentido, podemos constatar as relações econômicas da vila do Aracati com outras praças comerciais que não eram o Recife, quebrando assim a visão de um monopólio da capital da capitania geral de Pernambuco sobre o comércio das demais. Não deixa de ser coerente dizer que isso cresceu na segunda metade do século XVIII, fomentada pela consolidação das conquistas sertanejas, mas principalmente pelas tentativas de conseguir certa autonomia em relação ao governo pernambucano. Ou seja, nesta conjuntura estava se formando uma dinâmica econômica nos sertões que não tinham como elo comum o porto do Recife, mas várias pequenas praças comerciais e feiras nos sertões. Segundo Yamê Paiva (2009, p. 68-69),

Os mapas de exportação e importação [da Parahyba] viabilizam a percepção da movimentação da economia sertaneja. Exportava-se gado, couros miúdos, atanados, sola, algodão e tabaco em corda e importava-se, basicamente, vinho, tecidos diversos, chapéus e sal. *O contato das paróquias do sertão com os portos de Aracati, Açú, Mossoró, Goiana e Recife são nítidos. Havia uma integração comercial entre os sertões das Capitânicas do Norte, evidenciada pelos circuitos mercantis.* Dessa maneira, o sertão nos é apresentado não como um ambiente hostil e marcado pelo marasmo, mas, *em termos econômicos, bastante dinâmico, pulsante e gerador de um mercado*

interno através da circulação de produtos produzidos e consumidos. (Grifo nosso).

Enfim, as conexões mercantis da vila do Aracati se expandiram pelas capitanias do norte, enraizando-se pelos sertões e tecendo redes de comércio que iam além da produção das carnes secas, fazendo com que o trato comercial deste gênero fosse o motor da dinâmica mercantil da vila na medida em que atraía mestres de embarcações e negociantes que passaram a suprir o porto do sertão mais importante da capitania do Siará Grande durante mais de um século. Vejamos agora como, em alguns momentos, estas relações romperam as fronteiras administrativas da capitania geral de Pernambuco e se projetaram pela América Portuguesa e até mesmo para o outro lado do Atlântico.

4.2.3 Comércio de carnes secas na América Portuguesa II: conexões mercantis com outras partes da colônia

A investigação empreendida nas páginas anteriores sobre os circuitos mercantis das capitanias do norte, que possuíam na vila do Aracati um ponto central e/ou periférico, agora serve como base para ampliarmos nosso horizonte e observarmos como se constituíram as conexões imperiais com outras partes da América Portuguesa, isto é, redes menos perenes de comércio das carnes secas. Prioritariamente escolhemos tratar do comércio dentro do Estado do Brasil, excluindo os mercados de São Luiz e Belém, cujas possibilidades são diminutas em relação aos negócios empreendidos no Recife. Nesse sentido, buscamos aqui a tentativa de ligar redes “locais” e “regionais” de comércio.

De acordo com Maria Fernanda Bicalho (2009, p. 100), “O método de *conectar histórias* baseia-se não em modelos, e sim numa relação entre o local e o regional. Local e regional definiriam os níveis micro e macro da análise histórica”. Nesse sentido, trataremos aqui de conexões feitas com os mercados da Bahia e das Minas Gerais, que estavam estreitamente ligados no período de expansão da zona aurífera, e com a praça do Rio de Janeiro e a ilha de Santa Catarina, especialmente no contexto da formação da fronteira sul da América Portuguesa.

Comércio com a Bahia e o abastecimento das Minas Gerais

A projeção do comércio das carnes secas para outras partes do Estado do Brasil que não fossem as *capitanias do norte* se fez, como já foi dito, de maneira pouco perene, por

vezes circunstancial. De tal forma que se torna difícil tratar de um comércio descontínuo, mas ao mesmo tempo fundamental para a manutenção de toda uma rede de interesses econômicos das elites da América Portuguesa e consequentemente da Coroa.

Já analisamos de forma sucinta como a expansão colonizadora em direção às minas ampliou de forma significativa o mercado consumidor da América Portuguesa, considerando a migração de reinóis e de gentes de outras partes do continente em direção àquela região ¹⁶⁸. Além disso, uma estrutura administrativa pouco a pouco ia sendo montada na área da mineração, demandando o abastecimento alimentar de funcionários régios. Dessa forma, os mercadores de víveres procuravam expandir, no início do século XVIII, sua área de atuação bem como sua capacidade de produzir alimentos. Segundo Mafalda Zemella (1990, p. 69), após a descoberta das minas

(...) a Bahia sentiu imediatamente a determinação geográfica que a impelia a tornar-se mercado abastecedor das Gerais. Entre a região aurífera e a Bahia, havia grande facilidade de comunicações terrestres, além da magnífica via fluvial que representa o São Francisco com sua rede de afluentes. (...) Era uma zona de povoamento antigo, bem aparelhada para o comércio; no seu sertão, multiplicavam-se os currais, que já haviam ganho as margens do São Francisco, numa crescente expansão rio acima, na direção das minas. A Bahia era, além disso, importante centro importador de artigos europeus, gozando da vantagem de estar mais próxima da Europa do que os portos sulinos.

Apesar de todos esses motivos, ou pelo fato mesmo deles existirem, em 1702 foi proibido o comércio entre a Bahia e as Minas, excetuando-se a passagem de gado. Todavia, gradativamente as proibições fossem arrefecendo, como em 1711 quando permitiu-se a volta da comercialização de escravos. Autores que investigaram o abastecimento da região mineradora e o mercado interno das Minas acreditam que foi impossível impedir a entrada de alguns mercadores já experientes no chamado *Caminho Velho da Bahia*, justamente por causa da dimensão dos sertões. Ou seja, o próprio contrabando fez as autoridades desistirem de proibir o trato comercial entre as regiões (CARRARA, 2007, p. 124-132). Ainda de acordo com Zemella (1990 p. 174),

O fornecimento de carnes era de importância vital, pois ela constituía a base da alimentação. (...) O mercado fornecedor de bovinos, por excelência, era o sertão da Bahia e de Pernambuco, zona de grande produção e que já servira de retaguarda abastecedora de carne da região dos engenhos do litoral nordestino.

¹⁶⁸ Ver tópico 3.1.

A escassez de carne, mesmo com o fornecimento em grande quantidade, era notória. Principalmente se levarmos em conta os “surtos” de aumento populacional na zona mineradora. Os habitantes das minas consumiam peixe seco e “também como complemento à carne fresca, carregamentos volumosos de carne de porco salgada eram levados às minas pelos caminhos paulistas, bem como carnes secas [que] chegavam às Gerais pelo sertão” (ZEMELLA, 1990, p. 176). A entrada do gênero na área da mineração era constante. Em tabela que sistematiza a *estrutura dos gastos da Real Extração dos Diamantes* entre 1778 e 1784, Ângelo Carrara (2007, p. 91) dá conta de gastos entre 35 e 134 oitavas de ouro com a compra de carnes secas. Na mesma tabela, só os gastos com feijão, milho, farinha de mandioca e sal, gêneros muito importantes, superaram essas cifras. A importância do negócio das carnes secas pelo *Caminho Velho e Sertão* para o abastecimento das Minas pode ser atestado através desta tabela que está abaixo reproduzida, onde o comércio do gênero aparece menor apenas do que a entrada de gado *vacum*:

Tabela 10: Fluxo mercantil nos registros da Capitania de Minas Gerais – 1755

	Medida	Caminho Novo	Caminho Velho e Sertão
Açúcar	Carga		175
Bestas muares	Unidade		721
Carne seca	Carga		2.056
Escravos	Unidade	3.549	510
Gado <i>vacum</i>	Unidade		7.735
Molhados	Carga	63.421	
Peixe do sertão	Carga		262
Peixe do sertão	Barril		250
Potros	Unidade		1.354
Rapaduras	Carga		24
Sal da terra	Surrão		1.964
Fazenda seca	Carga	12.636	
Sola	Carga		110
Toucinho	Carga		382

Fonte: CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais:** produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807. Juiz de Fora – MG, Editora UFJF, 2007. p. 121.

Além da tabela acima, o estudo de Ângelo Carrara (2007) traz muitas outras bem específicas sobre cada registro da capitania, além de informações menos sistematizadas sobre o largo consumo de carnes secas na área mineradora. Como já dissemos baseados no mesmo autor, a tarefa de recompor circuitos e conexões mercantis com base em documentação esparsa e nem sempre clara é, sem dúvida, bastante complicada. Mas, se pudermos inferir sobre o assunto, temos, ao mesmo tempo, a consolidação de uma estrutura produtiva e

comercial das carnes secas – lembrando que na mesma década de 1750 os negociantes de carnes secas tentaram criar uma companhia de resgate – e uma expansão de mercado consumidor, representada principalmente pelos novos habitantes das regiões auríferas e pelo próprio crescimento da população da colônia.

Enfim, a importância e dimensão desse comércio ainda estão para receber sua devida investigação baseadas em uma acurada pesquisa documental em fontes que façam conexões entre redes de abastecimento que percorriam do sertão com origem não só na Bahia, mas também em Pernambuco, e constituíram verdadeiras rotas de comércio intracapitanias na América Portuguesa.

Comércio com o Rio de Janeiro e a Ilha de Santa Catarina

Além da comercialização de carnes secas como um gênero de abastecimento constante da zona aurífera tivemos, em algumas conjunturas específicas (como na década de 1770) algumas regiões da parte sul do Estado do Brasil foram também ligadas por redes comerciais semelhantes. Nos primeiros dias do ano de 1775, José César de Meneses, na época governador geral de Pernambuco, enviou ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do envio da fragata real que estava ancorada em Fernando de Noronha com recrutas, farinha, feijão e mais dez sumacas de carnes do sertão para o Rio de Janeiro. Segundo Meneses, após o pedido do Marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, fez “logo prontamente mandando lhe dois mil e quatro alqueires de farinha, q pela medida do Rio de Janeiro hão de dar sinco mil e tanto alqueires; e cento e hum alqueires de feijão”¹⁶⁹.

Naquela conjuntura aconteciam guerras por demarcação de fronteiras no extremo sul da colônia, levando o vice-rei a deslocar tropas para a região (OSÓRIO, 2007, pp. 54-75; MENZ, 2009, p. 85- 126; BICALHO, 2005, p. 1-10). Nesse momento, aproveitando as cada vez mais repetidas conjunturas de violência e extrema pobreza nas Minas Gerais, foram sendo somada às tropas uma grande quantidade de *vadios* que habitavam a zona mineradora (SOUZA, L., 2004, p. 117-124). Para a manutenção das tropas seriam importantes os gêneros alimentícios. Além de farinha e feijão, o governador de Pernambuco fez também

¹⁶⁹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9011. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando a fragata real, com recrutas, farinha, feijão e mais dez sumacas de carnes do sertão para o Rio de Janeiro, em cumprimento às ordens recebidas.

(...) expedir para a dita capital dez sumacas de carnes do Sertão, q estavam prontas, persuadindo os Negociantes donos dellas, q as mandassem, e o mesmo hei de insinuar as várias outras que nesse porto ficam; pois conhecendo Eu o avultado número de tropas q se acha no Rio de Janeiro, não devo consentir que experimentem a menor falta ¹⁷⁰.

Ao final do mesmo ano, em outubro, o Marquês de Lavradio novamente fez um pedido para o envio de mais alimentos para as tropas. Mas desta vez, tendo em vista escassez de carnes secas do período, foram enviados feijão, farinha de guerra, arroz, além de paus de jangada na corveta São José e apenas uma sumaca com carnes do Sertão para o Rio de Janeiro ¹⁷¹. Mesmo com o envio destes mantimentos, alguns meses depois uma nova ordem do vice-rei era cumprida em Pernambuco. Em março de 1776 foi enviada mais uma sumaca com carnes do Sertão, desta vez para a ilha de Santa Catarina, isto é, uma região mais próxima às zonas de conflito ¹⁷².

O último expressivo carregamento desse contexto de disputas nas fronteiras do sul é do início de 1777. O governador de Pernambuco escreveu a Martinho de Melo e Castro para prestar conta de seus serviços. Escreveu José César de Meneses que

(...) depois q' entrou a monção para o sul, fiz pelos comerciantes desta Praça encaminhar à Capital do Rio de Janeiro treze Barcos de carnes do Sertão, em q forão noventa e quatro mil arrobas do dito gênero; e a cidade da Bahia dezoito barcos, em q forão cento e quinze mil e quinhentaz arrobas; ficando somente nesta praça quatro Barcos com vinte e quatro mil arrobas ¹⁷³.

Os gêneros alimentícios consumidos pelas tropas, a chamada “munição de boca”, foi, portanto, fornecida em grande medida pelas plantações do entorno dos grandes canaviais em Pernambuco e pelas carnes secas produzidas no sertão. Novamente temos que lembrar a impossibilidade de “seguir o rastro” das carnes do Aracati, pois ao chegar ao porto do Recife

¹⁷⁰ *Idem*.

¹⁷¹ AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9219. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo paus de jangada, munições, farinha de guerra, feijão, arroz, poliame, na corveta São José para o Rio de Janeiro, em cumprimento das ordens do vice-rei e governador-geral do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], e mais uma sumaca com carnes do sertão e paus de jangada à dita capital.

¹⁷² AHU_ACL_CU_015, Cx. 122, D. 9288. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o cumprimento da ordem do vice-rei e capitão general do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], de se enviar uma sumaca com carnes para ilha de Santa Catarina, informando ter enviado 10 embarcações com carnes para o Rio de Janeiro.

¹⁷³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9564. AHU-PE: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre se enviar ao Rio de Janeiro, 13 barcos com carnes do sertão, 18 barcos à Bahia, ficando na praça do Recife 4 barcos.

ela perdia seu porto de origem. Todavia é essa perda que caracteriza o que chamamos de conexão comercial, ou seja, a ligação entre redes distantes proporcionada por pontos de comércio em comum, por vezes não perenes.

4.2.4 *O outro lado do Atlântico: o comércio das “carnes do sertão” e sua relação com o tráfico de escravos*

As redes comerciais que foram tecidas a partir do negócio das carnes secas também foram tocar o outro lado do Atlântico. Os estudos sobre utilização de gêneros brasileiros no comércio de negros ainda em África apontam para um comércio bastante profícuo de alguns itens, entre eles o açúcar, a geribita e o tabaco (FERREIRA, 2001; LOPES, 2008). Os “produtos da terra” possuíam valor de troca considerável entre as tribos que vendiam seus prisioneiros de guerra e entre os portugueses que lá se envolviam com a captura de negros no interior do continente.

Segundo Roquinaldo Ferreira, os negociantes que partiam das três principais praças de comércio do Brasil (Recife, Rio de Janeiro e Salvador) “usufruíam de larga vantagem no comércio direto com Angola” (FERREIRA, 2001, p. 345). Para este autor

(...) a chave do seu sucesso, contudo, assentava-se na estratégia de financiar seus negócios com “produtos da terra” – “*geribitas, ou caxassas (sic), tabaco, carne seca do ceará, e outras*”. Porque não tinham acesso a estas mercadorias, os negociantes metropolitanos, apesar do farto acesso às *fazendas de negro* após 1772, não conseguiam competir com os brasileiros. (FERREIRA, 2001, p. 365).

Todavia, as carnes secas não serviram só como item de troca no tráfico. No início da década de 1760, o comerciante Raimundo Jamalá, administrador da Companhia de Comércio de Pernambuco e Parahyba em Angola, entre 1759 e 1763, observando as péssimas condições de saúde com as quais os escravos eram embarcados, tendo alguns inclusive sangramentos, fez com que fosse substituída a *savelha* (peixe salgado conservado no azeite) pela carne seca, diminuindo assim a mortalidade que prejudicava os lucros da companhia. Ele teria orientado as escravas a temperar as rações que eram servidas com a carne seca e

Quando pela primeira vez a escravatura provou deste gênero de comida assim temperada, e amoldada ao seu paladar, confessa fidedignamente, que lhe bateram palmas. (...) Na prevenção da economia mandou vir por conta da mesma Companhia de Pernambuco a carne salgada, e seca, a que lhe

chamam do sertão, que é escalada [ou escaldada?], e sem ossos, que ali custa de 6 a oitocentos réis a arroba (...) ¹⁷⁴.

Segundo Almir Leal de Oliveira (2008, p. 510), as carnes secas representaram “(...) um produto estratégico no comércio de escravos. Diversas evidências indicam o consumo do charque na África, especialmente ligado ao tráfico de escravos e ao abastecimento dos navios”. Percebe-se, portanto, a dimensão atlântica que possuía a produção de carne seca nos sertões. O gênero estava inserido em âmbitos diversos da economia colonial, servindo de alimento diário aos habitantes da colônia, ou ainda como “munição de boca” das tropas que lutavam pelas fronteiras no extremo sul, e também para comércio e comida para negros que esperavam ser embarcados para a América.

*

Nosso intuito com este tópico foi, de maneira sistemática, recompor as redes de comércio e tentar inferir os lugares e quem consumia as carnes secas produzidas na vila de Santa Cruz do Aracati. Diante da já tão falada impossibilidade de se “perseguir o rastro” do produto das oficinas aracatienses, resta-nos destacar que a carne seca e salgada, fabricada ou não no Siará Grande, teve um papel fundamental na manutenção de diferentes dinâmicas imperiais portuguesas, fosse no tráfico de escravos ou na refeição de setores diversos da sociedade colonial. Nesse sentido é que no próximo (e último) tópico da dissertação nos voltaremos justamente para as questões do abastecimento de alimentos e, principalmente, o consumo de carnes secas no Brasil.

¹⁷⁴ MENDES, Luis António de Oliveira. *Discurso Acadêmico – Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793)*. In: CARREIRA, António. **As Companhias Pombalinas** de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p. 401.

4.3 O consumo de carnes secas: abastecimento e alimentação na América Portuguesa

As preocupações da historiografia brasileira acerca da questão do abastecimento alimentar não são atuais. Na trilha do clássico estudo de Mafalda Zemella (1990) em meados do século XX, a produção sobre o tema se multiplicou nas décadas seguintes (ELLIS, 1961; AMARAL, 1958). A utilização de terras para plantar alimentos e currais para criar bois, além da formação de circuitos mercantis para abastecer os mercados, foram temas recorrentes de pesquisas. Em um texto fundamental para o debate, Maria Odila Dias (1972, p. 171) afirmou que, até a década de 1970, ainda estavam por ser estudados mais a fundo

(...) o processo de enraizamento da metrópole na colônia, principalmente pela organização do comércio de abastecimento do Rio de Janeiro e consequente integração do Centro-Sul; as inter-relações e interesses comerciais e agrários, os casamentos em famílias locais, os investimentos em obras públicas e em terras ou comércio de tropas e muares do Sul, no negócio de charque... processo este presidido e marcado pela burocracia da Corte, os privilégios, administrativos e o nepotismo do monarca.

A partir da segunda metade dos anos 70 alguns trabalhos importantes foram desenvolvidos, principalmente sobre o abastecimento da Corte no início do século XIX. Os estudos de Alcir Lenharo (1979) e Riva Gorenstein (1993) tornaram-se essenciais para a historiografia, assim como as pesquisas de Maria Yedda Linhares (1979) e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990), para ficarmos em textos clássicos. A partir daí as investigações sobre sistemas agrários e redes de abastecimento tornaram-se recorrentes.

Nesse sentido faremos neste tópico, num primeiro momento, uma análise historiográfica sobre a questão do abastecimento e da alimentação na colônia, utilizando esses textos fundamentais, além de trabalhos recentes em outras áreas, como a Antropologia. Na segunda parte, usando relatos de viajantes, inclusive alguns que passaram pelos sertões do Siará Grande, pretendemos identificar o consumo das carnes secas no Brasil em fontes que aproximam mais o historiador do cotidiano da época.

4.3.1 Abastecimento e alimentação na colônia

As questões que envolvem o abastecimento de carnes secas já foram tratadas no tópico anterior, todavia, em um âmbito bastante econômico e na tentativa de recompor as redes comerciais que foram tecidas para garantir o fornecimento do gênero aos mercados

consumidores. Mas houveram também questões sociais e culturais que perpassaram a produção e o comércio de carnes secas no Brasil. A fome e a escassez de alimentos foram problemas constantes enfrentados na colônia e não só pelos setores pobres da sociedade, mas também entre as elites. De acordo com Maria Yedda Linhares (1979, p. 31),

O problema da escassez e da carestia apresentam-se como uma constante a partir do século XVII, vivendo (...) [a população] em estado de carência crônica. Passadas as primeiras décadas de enlevo e encantamento com a paisagem tropical e as possibilidades, que pareciam infinitas, de exploração, estrutura-se a colônia – o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará – importantes homens, instituições, instrumentos, leis e regulamentos, sementes, mudas de plantas, instrumentos de trabalho, técnicas, armas e munições, como se nada se improvisasse e tudo já estivesse previsto para a empreitada do Novo Mundo. [A colônia] viverá para produzir – espécie de destino – mas jamais produzirá o suficiente para saciar a sua própria fome. Ela conhecerá crises sucessivas de falta e escassez de gêneros de subsistência e sofrerá também as crises que afligirão a metrópole.

A falta de alimentos estava atrelada não à carência de terras produtivas – nisso a colônia era abundante –, mas ao desinteresse de se produzir gêneros alimentícios. A exploração das terras férteis, principalmente no litoral Pernambucano e no Recôncavo Baiano, estava ligada à grande lavoura da cana-de-açúcar. Dessa forma, os senhores de engenho não enxergavam vantagem alguma em plantar em suas terras arroz, mandioca, feijão, etc. Somente no final do século XVII e início do XVIII algumas zonas do entorno do Recôncavo e da região açucareira em Pernambuco, além da região da vila de São Paulo (MOURA, 2005), começaram a se destacar na produção de alimentos. Antes disso, nem o abastecimento das tropas que combatiam na guerra contra os holandeses era garantido (MELLO, 2007, p. 221-256; SILVA, K., 2001, p. 163-206). Também no final do século XVIII, com a queda da exploração aurífera, a região das Minas se converteu em produtora de víveres e gêneros alimentícios (GRAÇA FILHO, 2007, p. 127-151; ALMEIDA, 2010, p. 71-125; CARRARA, 2007).

Enquanto isso, crises de abastecimento tornaram-se recorrentes na colônia e a produção de alimentos era alvo de inúmeras intervenções da administração régia. Mesmo longe dos centros urbanos mais populosos do litoral oriental do Estado do Brasil a falta de gêneros era uma realidade. Em 1782 o capitão-mor do Siará Grande, Azevedo Coutinho, enviou um ofício a Martinho de Melo e Castro alertando sobre a necessidade de se abastecer a

capitania de farinha de mandioca, pois os moradores só se preocupavam em criar gado ¹⁷⁵. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990, p. 41), “a necessidade de um fluxo constante de gêneros, agudizada pela escassez relativa, não era apenas tratada ao nível da circulação. As autoridades coloniais não hesitaram em intervir diretamente na produção (...)”.

A situação da região canavieira de Pernambuco se agravou ainda mais no último quartel do século XVIII, período em que a demanda de algodão nas indústrias inglesas cresceu, pois as áreas de plantação dedicadas à produção de gêneros de subsistência foram revertidas em zonas de cotonicultura. Segundo Guillermo Palacios (2004, pp. 235-236)

(...) a crise alimentar subvertia não só o funcionamento da economia e da produção no âmbito regional, mas também os mecanismos internos da plantação. De fato, os escravos estarem substituindo com algodão, nas plantações açucareiras, o plantio de mandioca que realizavam para sua própria subsistência e para vendas residuais, com o propósito de comprar sua própria liberdade com os lucros obtidos, reafirma de maneira inequívoca o fato de que os cativos desfrutavam de certa autonomia produtiva dentro dos exíguos espaços que os senhores lhes concediam para suas atividades agrícolas “livres” (...) e, ainda mais importante, que a exercitavam alternando cultivos em função do mercado.

No final das contas quem podia comprar mais, ou quem tinha mais capital, acabava adquirindo grande parte dos gêneros de subsistência e atuando como atravessador, o que aumentava ainda mais a carestia e a fome das populações. O problema tornou-se crônico nos anos 1780, obrigando a Coroa Portuguesa a intervir e se utilizar de medidas compulsórias para garantir o abastecimento de farinha de mandioca na colônia. As resoluções régias vinham quase sempre no sentido de tornar áreas periféricas ou com menor produção de açúcar em zonas de plantio de alimentos (PALACIOS, 2004, p. 229-240). Enfim, de acordo com Alcir Lenharo (1979, p. 41), só após 1808 “o movimento mercantil de gêneros de primeira necessidade voltado para mercado interno solidificou-se”. Todavia temos que levar em conta que o autor refere-se, principalmente, à região centro-sul que teve como seu polo atrativo a Corte que lá chegou no início daquele ano. Ou seja, nas capitanias do norte tal organização ainda demorou a chegar.

Como dissemos, além da questão do abastecimento em si, o consumo de carnes secas no Brasil colonial teve também um sentido cultural. Apesar disso não podemos atribuir uma temporalidade exata para a introdução deste gênero na dieta dos habitantes da colônia. O que

¹⁷⁵ AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 590. OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, ao [secretário de estados dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre as necessidades de abastecimento pelas quais passa a capitania em virtude de os moradores se recusarem a plantar mandioca, limitando-se à criação de gado.

podemos confirmar é que já se salgava carnes em algumas situações no reino de Portugal antes mesmo da colonização da América. Em *Um Tratado da Cozinha Portuguesa do Século XV* o autor recomenda que se “misturem 700 gramas de sal fino e 150 gramas de pimenta-do-reino; tirem a carne do seu repouso e lancem-lhe o seu tempero. Juntem tudo muito bem” (GOMES FILHO, 1994, p. 43) como estratégia para se conservar a carne.

Influiu de forma decisiva neste consumo difundido de carnes, a colonização dos sertões das capitanias do norte, que contribuiu para a expansão do criatório na colônia. Além disso, as necessidades de viagens longas pelo sertão fizeram com que fossem acrescentadas ao regime alimentar colonial as carnes secas e salgadas. Segundo Paula Pinto e Silva (2005, p. 107):

(...) o gado em pé não seria o único fornecedor de carne a uma população carente dela; a transformação dele em carne seca firmou-se como excelente solução no suprimento de proteínas e passou a ser marca distintiva da alimentação colonial. A vantagem do peso reduzido e da conservação por longo tempo trouxe alívio ao problema de viajar por tão grandes distâncias.

O processo de fabricação das carnes secas é, para Câmara Cascudo (2004, p. 422), facilmente ligado ao processo de salga e secagem dos peixes em alto mar e nas regiões que abundava, tanto no reino como na colônia, a exemplo do bacalhau ou do pirarucu. Segundo este autor “para o português essa forma teria tido começo na exposição de cereais ao sol, revolvendo-os nas eiras, evitando o bolor. Ainda dizem “arejar”, recebendo o vento brando e a ensolarização suficiente, premunizadora.” (CASCUDO, 2004, p. 422). Ou seja, a adaptação ou uma pretensa evolução de técnicas de conservação de alimentos, que aconteceram antes mesmo da chegada dos padrões de uma cultura alimentar portuguesa no Brasil, foram decisivas para se disseminar o fabrico de carnes preparadas com sal. Para Francisco C. T. da Silva (1990, p. 122) “a produção de alimentos definiu-se, ao longo dos séculos XVI e XVII, como uma potencialização da produção de alimentos praticada já antes do Descobrimento”.

É necessário anotar também que, por vezes, as regiões que produziam os gêneros de abastecimento, não podiam contar com seus produtos. Ou seja, a especulação de alimentos em alguns momentos, principalmente devido aos períodos de carestia, era tamanha que um movimento prioritariamente de exportação tornava-se exclusivo. Por exemplo, as carnes secas produzidas no Siará Grande eram, em sua grande maioria, para venda em outras praças, mas certamente “sobrando” algumas mantas eram vendidas na própria capitania. Podemos apontar o já citado caso que aconteceu na vila do Soure que

(...) por haver falta de contratador certo que sejam obrigados a pôr carne no açougue às terças e sábados como nas mais vilas se acham os moradores e paisanos dela sofrendo excessivas necessidade por ser a carne de vaca o sustento mais pronto e acomodado para as criaturas de maneira que alguma carne que vem a esta vila por negócio é seca, chamada do sertão e se costuma vender pelo preço de trinta réis a libra à razão de três patacas a arroba (...) ¹⁷⁶.

Isto é, acontecia de carnes secas serem vendidas na própria capitania do Siará Grande. Todavia, durante uma peste de “febres” após as grandes cheias de 1789, o médico João Lopes Cardoso Machado relatou o que viu naqueles sertões, afirmando que geralmente a tal “febre” atacava pobres e indigentes e, segundo suas observações do cotidiano, são causadas pela má conservação da carne fresca vendida nos açougues ¹⁷⁷. O médico, então, distribuiu remédios, receitou vomitórios, entre outras medidas comuns à época, mas deixou claro que

(...) não basta a aplicação dos remédios, a dieta e os bons alimentos é uma das condições necessárias para a felicidade da cura, e ainda para preservar de qualquer enfermidade, porém ela se fará certamente impraticável, enquanto não mudar de face a polícia daqueles lugares instituindo-se vendagens públicas dos víveres pelo miúdo ao povo, e multiplicando-se os açougues onde haja de quarenta vizinhos para cima, para que os povos não padeçam necessidades de carne em um país, que não consta mais que de fazendas de gado, e donde se extrai tanta carne para sustentação de outros países ¹⁷⁸.

Podemos observar no trecho citado a pertinente indagação do médico sobre a falta de carnes frescas numa capitania que exportava carne seca para outras partes da colônia. Daí pode-se inferir que os donos de currais preferiam vender seus gados aos proprietários das oficinas (no caso de não serem eles mesmos donos) do que matarem seus gados nos açougues públicos, pagar o subsídio do sangue e ainda correr o risco da carne apodrecer.

Nesse sentido, podemos atestar a importância das carnes secas na alimentação dos habitantes da colônia. A produção e o comércio estavam ligados ao consumo do produto por setores diferentes da colônia. A escassez causada por enchentes e secas que devastavam os pastos dos sertões, dificultando o suprimento de carnes frescas nas feiras do litoral, expandiu o mercado consumidor das carnes conservadas com sal produzidas, entre outras regiões, na

¹⁷⁶ Vereação do dia 29 de dezembro de 1759 da vila do Soure. In: STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Op. Cit. pp. 240-241.

¹⁷⁷ *Relatório que Cardoso Machado apresentou ao capitão general em sua chegada à Pernambuco*. In: STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Op. Cit. 446-447.

¹⁷⁸ *Ibid.* p. 448.

vila do Aracati. Essa produção e principalmente o consumo das carnes secas foram presenciadas e anotadas por viajantes estrangeiros, principalmente no século XIX.

4.3.2 Os relatos de viajantes

Alguns estrangeiros que estiveram por algum tempo ou mesmo moraram no Brasil durante o século XIX foram testemunhas dos hábitos e costumes alimentares da população. A grande parte vindos de regiões frias da Europa, como a Inglaterra e a Alemanha, se depararam com uma cultura diversa da sua. Deste lado do oceano três grandes matrizes culturais se miscigenaram e o paladar da sociedade fruto dessa “mistura” era, portanto, diversificado. As cozinhas das habitações do período colonial eram, pode-se dizer, um caldeirão de sabores ameríndios, africanos e europeus. De acordo com Paula Pinto e Silva (2005, p. 75),

(...) é possível insistir na existência de um *tripé alimentar* formado por farinha, feijão e carne seca, nascido no bojo da sociedade colonial a partir do encontro e desencontro de culturas diferentes, e que acena para a forma peculiar como se desenvolveu essa sociedade, marcada pela dicotomia, pela hierarquia, pela diversidade e pela fome. Se entendermos que esses alimentos representam, mais do que a comida em si, a negociação de um conjunto de práticas e modos de comer, será fácil aceitar a idéia de que constituem uma espécie de linguagem por meio da qual podemos refletir sobre a nossa própria realidade.

Para esta autora é possível, ainda, notar na cozinha colonial

(...) o predomínio de elementos domésticos nativos de uso diário, como a cuia de cuité, a louça vermelha, as colheres de pau. Verifica-se a presença constante de alimentos secos como a farinha, a carne seca e os doces cristalizados, e a introdução de uma prática alimentar distinta, mais molhada, expressas nas novas formas de preparo do feijão e das verduras, com caldo e gorduras. (SILVA, Paula Pinto e., 2005, p. p. 32).

Podemos afirmar, portanto, que grande parte dos hábitos alimentares do nosso período colonial foram formados com base nas trocas culturais que aconteciam, prioritariamente, nas hortas, pomares e cozinhas das casas. Poderíamos até apontar, no início da colonização, certo predomínio de uma cultura européia, mas que logo foi amortizada pelos índios, pois eles tinham o conhecimento dos gêneros da terra, e pelos africanos, que possuíam tradição em comidas temperadas. Para Mary Louise Pratt (1999, pp. 30-31),

(...) se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus

variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que utilizam. Transculturação é um fenômeno da zona de contato.

Esta autora define *zona de contato* como um

(...) espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada. (PRATT, 1999, p. 31).

Nesse sentido, podemos afirmar que na América Portuguesa construíram-se várias zonas de contato, inclusive com graus diferentes de frequência e intensidade. E foram nesses locais que vários viajantes testemunharam o cotidiano dos moradores e, de forma singular, anotaram algumas referências aos costumes alimentares da população.

Um dos primeiros a empreender viagem pelos sertões do Brasil foi o inglês Henry Koster. E já na segunda parte da viagem, quando voltava pela capitania do Rio Grande do Norte, o viajante passou a fazer anotações mais gerais dos aspectos da paisagem, costumes e habitantes sem se referir diretamente a um lugar específico. Em uma passagem de suas notas, Koster (2002, p. 274) observou que

A alimentação dos sertanejos consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha de mandioca reduzida a uma pasta, ou arroz, que às vezes o substitui. O feijão, chamado comumente na Inglaterra de “favas francesas”, é a iguaria favorita. Deixam-no crescer em grãos só o colhendo quando estão completamente duros e secos.

Tais hábitos de alimentação, principalmente de ter nas *três refeições* a *carne*, são interessantes de serem constatados. As populações dos sertões, geralmente tidas como miserável ou pelo menos caracterizadas por viver em situação desfavorável, possuíam, nesse aspecto, vantagens aos moradores da zona do açúcar. Se nos fiarmos nos escritos de Gilberto Freyre (2004) sobre a influência da cana-de-açúcar na vida dos habitantes do litoral canavieiro, podemos constatar que a dieta dos moradores do sertão era mais “variada e saudável” – levando em conta, obviamente, que tais preocupações não faziam parte do cotidiano dos indivíduos da época. Segundo este autor,

As sinhás e os meninos eram doidos por doce; doidos por açúcar até em forma de alfenim, de alfeolo, de confeito, tão saboreados pelos meninos e pelas moças quanto o doce ou a geléia de goiaba e de araçá pelos senhores maduros e até pelos velhos. Os próprios senhores de engenho eram uns gulosos por doces e comidas açucaradas. (FREYRE, 2004, p. 123).

Se tivermos em conta as sucessivas crises de abastecimento já mencionadas, podemos imaginar que, de fato, a situação não era favorável ao bem estar da população em geral. A ingestão da comida açucarada teve também seus detratores. De acordo com Freyre (2004, p. 125),

Ao muito doce na alimentação da gente de engenho, alguns críticos foram atribuindo uma série de males. Que os maus dentes dos aristocratas das casas-grandes – das próprias sinhás, segundo salientara observadores holandeses do século XVII – resultavam do muito açúcar que consumiam. Que algumas moças dengosas só se alimentando de doces – com vergonha de comer carne e pirão – definhavam. Que os meninos criavam lombriga do muito doce que as pretas davam a eles.

Nos sertões a realidade fora diferente. Poucas eram as áreas de cultivo da cana-de-açúcar e elas estavam, principalmente, ao sul da capitania do Siará Grande, na região dos Cariris Novos. No litoral e “sertão central” não havia como tocar a cultura da cana.

O escocês George Gardner, que esteve nos sertões das já províncias do norte entre os anos de 1836 e 1841, também observou certos costumes no Siará Grande. O viajante anotou que viu “pouquíssimos algodoeiros, porque os habitantes só o cultivam para o consumo próprio, também mandioca, de cuja raiz fazem uma espécie de farinha grosseira, muito conhecida em todo Brasil e que é, com a *carne-seca*, o forte da alimentação do povo” (GADNER, 1975, p. 85). E relata que, ao chegar à cidade do Icó, observou a dinâmica do comércio local, onde viu “algumas lojas bem sortidas” além de um “mercado em que diariamente se expõem à venda carne verde, *carne seca*, farinha, sal, rapadura, abóboras, abacaxis, melões, melancias, laranjas e limas” (GARDNER, 1975, p. 87). Com tal informação podemos, inclusive, atestar as permanências, como se vê até os dias de hoje, do costume de se fabricar carne seca no sertão. Principalmente tendo em vista as irregularidades climáticas e no intuito de se conservar a carne do gado vacum.

Pelo interior da província do Ceará também viajou Francisco Freire Alemão. Nomeado presidente da expedição financiada pelo Império com beneplácito de D. Pedro II e organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Freire Alemão era médico e naturalista, muito interessado em botânica. Entre anotações oficiais e despachos para o Rio de Janeiro, ele encontrou tempo para redigir um dos diários de viagem mais ricos de nossa história.

No caminho entre Fortaleza, onde os membros da expedição desembarcaram, e a cidade de Aracati, ele registrou próximo à povoação de Cascavel, os alimentos servidos no almoço feito na casa de um chefe de Guarda Nacional. A refeição foi composta de “(...) *fritada de carne seca*, farofa, paçoca, isto é, carne socada com farinha, café, digo, água suja de café, e grude e beijus de massa. O almoço nos mandou pôr dentro na casa do jantar, mas ninguém da família apareceu” (ALEMÃO, 2006, p. 52). Outra refeição, servida próxima ao rio Piranji, teve “(...) dois pratos de fritada, de carne seca assada, de farofa, de beijus, meia dúzia de ovos duros e uma água suja de café, e morna intragável (...)” (ALEMÃO, 2006, p. 58). Mais um que registrou as permanências, desta vez já na segunda metade do século XIX, do consumo das carnes secas nos sertões.

Em outras regiões do Brasil também foram registradas, por outros viajantes, refeições com carne seca. O pintor francês Jean-Baptiste Debret (1940, p. 29) que integrou a missão francesa que esteve no Brasil em 1815 observou, com certo desprezo que, no

(...) jantar do pequeno negociante e sua família vê-se, com espanto, que se compõe apenas de um *miserável pedaço de carne seca*, de três a quatro polegadas e somente meio dedo de espessura; cozinham-no a grande água com um punhado de feijões pretos, cuja farinha cinzenta, muito substancial, tem a vantagem de não fermentar o estômago. Cheio o prato deste caldo, no qual nadam feijões, joga-se nele uma grande pitada de farinha de mandioca, a qual, misturada com os feijões esmagados, forma uma pasta consistente que se come com a ponta da faca arredondada, de lâmina larga.

Também o príncipe renano Maximiliano von Wied-Neuwied (1959, pp. 391-392), viajando pela região sul da Bahia, próximo ao ano de 1817, afirmou que naquelas regiões “os proprietários que possuem centro e vinte escravos, ou mais, moram comumente em casas de barro, e, como as pessoas pobres, vivem da farinha, feijão preto e *carne seca*”. Ele próprio e seus companheiros de viagem tiveram que suportar “(...) a falta do que comer por várias vezes, e vimo-nos reduzidos a matar a fome com carne seca velha e extremamente dura” (WIED-NEUWIED, 1958, p. 382). Podemos, dessa forma, ter uma noção da importância das carnes secas no âmbito de uma cultura alimentar, formada ainda no período colonial e que permaneceu através dos anos, chegando a ser registrada por viajantes em diversas partes e em diferentes épocas no Brasil.

Nosso intuito ao elaborar um tópico sobre o consumo das carnes secas foi dar ao gênero por nós pesquisado uma dimensão que não fosse puramente social e econômica, nos casos das sociabilidades na vila do Aracati e do comércio gestado ali e expandido na direção

das principais vilas e cidades da América Portuguesa. Buscamos, em última análise, situar o produto das oficinas de salga no cotidiano dos habitantes da colônia.

Considerações Finais

O meu boi morreu
Que será de mim?
Manda buscar outro,
Ó maninha,
Lá no Piauí¹⁷⁹

Não se pode achar que é simples ou fácil a tarefa de encerrar um texto. Passados cinco anos desde o primeiro contato que tivemos com o tema e cumprido e dever de sistematizá-lo, temos que finalizar uma escrita. Pois, como escreveu Michel de Certeau (1982, p. 37), “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim”. Nesse sentido, esta dissertação possui seu fim. Muito embora as pesquisas sobre de quais formas, sob quais conjunturas, alimentando quais interesses e através de quais aspectos sociais, econômicos e culturais os sertões das *capitanias do norte* do Estado do Brasil foram conquistados e colonizados, nunca poderão ser consideradas satisfatórias.

Todas as motivações que entendemos como fundamentais e que determinaram o ajuntamento de interesses e se desenrolaram em projetos coloniais foram por nós perscrutadas. Desde a dissipação da conjuntura *post bellum* na capitania de Pernambuco, que contava com certa instabilidade econômica e muitas tropas estacionadas em suas vilas, também a necessidade de expandir uma fronteira, que se fazia por vezes distante, com a “outra parte” da colônia portuguesa na América, isto é, o Estado do Maranhão, e ainda a necessidade de expansão dos negócios dos comerciantes da praça do Recife e de mão de obra nos engenhos.

Consequencia disso foi a política de doação de terras baseada na Lei de Sesmarias. Dessa forma, pudemos atestar a aplicabilidade na colônia de regimentos e ordenações vindas do reino e que, por algumas tantas vezes, foram adaptadas ou mesmo modificadas para atender aos interesses de grandes potentados nos sertões, principalmente àqueles aliados com os agentes que representavam o poder régio em lugares tão ermos.

Nesse sentido é que tentamos analisar também como a atividade pastoril foi se instituindo como vetor econômico da conquista, considerando que grande parte das justificativas para se pedir uma sesmaria era não ter terras para criar gados. A própria pecuária vai se tornar formadora dos caminhos pelo sertão que se tornariam algumas décadas depois as vias de comércio dos sertões.

¹⁷⁹ *Auto de natal do bumba meu boi ou boi surubi*. In: BARROSO, Gustavo. **À Margem da História do Ceará**. 3ª ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004. p. 99.

Ao investigar o processo de fundação da vila de Santa Cruz do Aracati, pudemos observar os interesses em torno da cobrança de impostos e do controle régio sobre a produção de carnes secas. Em consequência dessa atividade produtiva, formou-se nessa vila uma dinâmica social peculiar naqueles sertões. Habitantes daqueles sertões provavelmente se deslocavam em direção à região do Aracati para fazer negócios ou trabalharem nas oficinas de salga. Tais sociabilidades refletiram-se em assassinatos, ferimentos, roubo de gado, disputas sobre o aumento do termo da vila ou ainda a respeito da localização das oficinas.

Dessa forma, o Aracati tornou-se um importante *porto do sertão*. Lugar de lojas abertas, movimentação de barcos e de gente quase sempre procurando fazer negócio. O comércio das carnes secas movimentou a vila durante boa parte do século XVIII e inseriu os sertões do Siará Grande na dinâmica colonial do Império Ultramarino Português. Os descaminhos promovidos em prol da fabricação do gênero fez com que o sal, estanco da Coroa Portuguesa, fosse “contrabandeado” de salinas mais próximas.

Tal comércio se fez, preferencialmente, com Pernambuco, mas as crises de abastecimento e necessidades de guerra fez com que carnes secas produzidas nos sertões de Pernambuco chegassem às regiões mineradoras e à fronteira sul da colônia, durante seu processo de expansão. O consumo de carnes secas e salgadas foi, portanto, disseminado em todo o Estado do Brasil. Os circuitos e conexões mercantis deram conta de levar a produção das salgadeiras do Aracati para as praças mais importantes da América Portuguesa: Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Os autores que se debruçaram sobre este tema atribuem à seca do início da década de 1790, agravada pela concorrência das charqueadas gaúchas, o fim da salga de carnes para exportação no Siará Grande. A ligação dos negociantes do Aracati com a praça do Recife ficou evidente durante toda segunda metade do século XVIII e, tendo em vista os movimentos das duas primeiras décadas do século XIX, a política da Corte Portuguesa quando esteve instalada no Brasil e da futura Corte Imperial brasileira foi de preterir aquela região. A capital da província em Fortaleza e a estrada para o porto do Mucuripe no intuito de exportar algodão foram tirando paulatinamente o Aracati da cena política no século XIX. Embora tais aspectos demandem outros estudos.

Por fim, pudemos com esta pesquisa apresentar aqui algumas facetas da colonização portuguesa na América. A exploração econômica de uma região que tinha aspectos diferentes daqueles encontrados pelos colonizadores na zona da mata litorânea se fez também de forma diversa. Para a conquista dos sertões interesses que apontavam em direções distintas se concentraram num objetivo em comum: expandir a área de influência da colonização e

sistematizar a exploração de uma área ainda dominada pelos primeiros habitantes da terra, que foram em grande parte dizimados ou subordinados ao novo sistema, embora não sem antes resistir. Nesse sentido, os aspectos sociais e econômicos da produção e do comércio de carnes secas servem para entender as consequências do que foi empreendimento de ocidentalização das conquistas portuguesas nas *capitanias do norte* do Estado do Brasil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) RELAÇÃO DAS FONTES

FONTES MANUSCRITAS:

Acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

Fundo Cartório Costa Lima – 1º Ofício da cidade de Aracati (CCL/APEC)

DEVASSA que procede o Juiz Ordinário o capitão-mor Jozé Rodrigues Pinto do ferimento feito de noite na preta Izabel de Francisco Rodrigues Soares pelo feitor da oficina de Souza Braga – Antônio Jozé. Escrivão: José de Castro e Silva. Ano: 1777.

DEVASSA no processo crime do ferimento feito de noite no preto José, escravo da viúva Severa Barbosa. Escrivão: José Ribeiro do Vale. Ano: 1754.

AUTO de Devassa que mandou fazer o Juiz Ordinário, o Alferes Francisco Pereira da Rocha, do arrombamento e fraturamento da Cadeira desta vila e fuga dos presos dela, o preto ou crioulo Ignácio Dias dos Santos, Manuel da Costa e Elias Ramos. Ano: 1775.

Livros de Notas do Tabelião da vila de Santa Cruz do Aracati (1777-1778).

Livros de Notas do Tabelião da vila de Santa Cruz do Aracati (1788-1790).

Fundo Câmaras Municipais

Livro Nº 31 (Audiências da Câmara – 1758-1808)

Livros Nº 35, 36, 37, 38 (Livros de aforamentos de terra)

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU

Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará

1720, outubro, 16, Lisboa

CONSULTA (minuta) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre as petições e representações que fizeram o procurador das missões do Brasil, Padre João Guedes e o missionário Antônio de Sousa Leal, em que se referem aos danos que a aldeia da serra da Ibiapaba poderá sofrer se for executada a ordem de a retirar da jurisdição do Ceará. Anexo: requerimento, decreto e lista. 1720, outubro, 16, Lisboa.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 66.

1720, outubro, 29, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a carta do padre Domingos Ferreira Chaves, missionário-geral e visitador-geral das missões do sertão da parte do norte no Ceará, e exposição do padre Antônio de Sousa Leal, missionário e clérigo do hábito de São Pedro, sobre as violências e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os índios do Piauí, Ceará e Rio Grande.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 1, D. 67

[ant. 1730, janeiro, 27], Aquiraz

REPRESENTAÇÃO dos moradores da vila de Aquiraz ao rei [D. João V], em que se queixam do fato de lhes ter sido tirado o contrato das carnes pelo capitão-mor Manuel Francês a pedir providências.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 107.

[ant. 1731, setembro, 6]

REQUERIMENTO de Manuel da Silva Lima e Jerônimo da Fonseca, moradores da vila de São José de Ribamar, ao rei [D. João V], a pedir que sejam perdoados parte dos dízimos que arremataram por causa de uma violenta cheia que matou o gado.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 2, D. 124

1746, dezembro, 12, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe. Anexo: cópias de cartas e provisão.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 304.

1748, dezembro, 18, Aracati

CARTA da Câmara da vila do Aracati ao rei [D. João V], sobre a seca que desde o ano de 1743 tem assolado a capitania do Ceará e a falta de escravos filhos da terra, que se refugiam nas missões.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 325.

1751, outubro, 29, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre o requerimento dos oficiais da Câmara da vila do Aracati, em que se queixam da coação que se fez para desistirem da causa que corria, relativa à meia légua de terra doada por Sua Majestade para o patrimônio da mesma Câmara e a pedirem providências.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 354.

1759, outubro, 27, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a conta que deu o ouvidor do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, acerca da ampliação da justiça naquela capitania, em especial os procedimentos contra Domingos José do Nascimento, mulato das margens do Jaguaribe, ladrão público de gado e bestas.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 7, D. 469.

1785, julho, 23, Aracati

CARTA da Câmara da Vila do Aracati à rainha [D. Maria I], sobre questões relativas à demarcação do termo da referida vila.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 10, D. 619.

1787, fevereiro, 3, Quixeramobim

CARTA do ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à rainha [D. Maria I] sobre a situação econômica da referida capitania.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 11, D. 644.

[ant. 1788, outubro, 3]

REQUERIMENTO de Antônio José Correia de Sá à rainha [D. Maria I], a pedir ordem ao capitão-mor do Ceará para efetuar pagamento dos serviços de seus escravos.

AHU_ACL_CU_017, Cx. 12, D. 662.

Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco

1713, setembro, 14, Pernambuco

CARTA (2ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], Félix José Machado [de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos], ao rei [D. João V], sobre a ordem recebida para registrar na Fazenda Real a proibição das conquistas ultramarinas fazerem comércio com estrangeiros.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2311

1735, janeiro, 6, Recife

CARTA do [governador da Capitania de Pernambuco] Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V] sobre a necessidade da criação da vila do Icó, no Ceará.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 48, D. 4254.

1735, abril, 27, Lisboa

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibão, acerca da necessidade de se criar a vila do Icó, no Ceará.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 48, D. 4308.

1757, maio, 21, Recife.

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário do Estado do Reino e Mercês], Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre o requerimento dos homens de negócio daquela praça, em que pedem a criação de uma Companhia para resgatar as carnes secas e os couros do sertão.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 84, D. 6965.

1775, janeiro, 5, Recife

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando a fragata real, com recrutas, farinha, feijão e mais dez sumacas de carnes do sertão para o Rio de Janeiro, em cumprimento às ordens recebidas.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 118, D. 9011.

1775, outubro, 27, Recife

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo paus de jangada, munições, farinha de guerra, feijão, arroz, políame, na corveta São José para o Rio de Janeiro, em cumprimento das ordens do vice-rei e governador-geral do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], e mais uma sumaca com carnes do sertão e paus de jangada à dita capital.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 121, D. 9219.

1776, março, 6, Recife

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o cumprimento da ordem do vice-rei e capitão general do Estado [do Brasil], marquês de Lavradio, [Luís de Almeida Soares Portugal de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas], de se enviar uma sumaca com carnes para ilha de Santa Catarina, informando ter enviado 10 embarcações com carnes para o Rio de Janeiro.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 122, D. 9288.

1777, fevereiro, 25, Recife

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Meneses, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre se enviar ao Rio de Janeiro, 13 barcos com carnes do sertão, 18 barcos à Bahia, ficando na praça do Recife 4 barcos.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 126, D. 9564.

1789, maio, 11, Recife

OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a proibição da matança do gado nos portos de Mossoró e Açú, deixando livre os da vila de Aracati, suficiente para o abastecimento da dita capitania e da Bahia.

Anexo: 1 doc.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 169, D. 11956

1793, maio, 16, Recife

CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, à rainha [D. Maria I], sobre a representação dos oficiais da Câmara de Aracati, em que pedem a ampliação do termo daquela vila.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 183, D. 12752.

Acervo pessoal do Prof. Almir Leal de Oliveira

Livro (Nº 23) de notas da Câmara da vila de Santa Cruz do Aracati de registro dos barcos que deram entrada no porto da vila entre 1767-1802.

FONTES IMPRESSAS:

ALVARÁ régio suscitando a observância da *lei de 15 de fevereiro de 1688* obrigando os habitantes da capitania da Bahia à plantação de mandioca. Lisboa, 27 de fevereiro de 1701. *Cópia*. (Anexo ao n. 1351) In: **Anais da Biblioteca Nacional** Nº 31, 1909.

ANCHIETA, José de. **Arte da gramática da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: Antônio Mariz, 1595.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

Atas da Câmara de Salvador, vol. 5, p. 78 (16.11.1672) *apud* ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 49.

Atas da Câmara de Salvador, vol. 5, p. 332 (29.10.1682) *apud* ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 60.

BARBOSA, Ruy. **Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**: Razões Finaes. Cia Typográfica do Brazil: Rio de Janeiro. 1904.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Consultado em: 03/01/2012.

Carta a Sua Majestade, de 13/02/1704. In: BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986. (Edição Fac-similar).

D'ALMEIDA, Manoel Esteves. *Registro de Memória dos principaes estabelecimentos – factos e cazos raros accontecidos nesta villa da Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S.M., de 27 de julho de 1782 pelo vereador Manoel Esteves D'Almeida desde a fundação da ditta villa, até o anno prezente*. In: **Revista do Instituto do Ceará**, Ano I, 1887.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem Pitoresca ao Brasil** (1816-1831), vol. 1. São Paulo: Martins, 1940.

DOC. XVI. *Registro da proposta que o capitam maior Gabriel da Silva do Lago fez ao senado da câmara desta villa pêra a mudança da villa.* In: OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *A primeira Villa da Província: Notas para a História do Ceará.* **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, Tomo I, 1887.

DOC. XVI: *Registro da carta que escreveu este senado ao governador de Pernambuco Francisco de Castro e Moraes.* In: OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *A primeira Villa da Província: Notas para a História do Ceará.* **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, Tomo I, 1887.

DOCUMENTOS: Ordem para a criação das villas e vigária dos índios. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, Tomos XLII-XLIV.

Documentos: Ordem para a criação das villas e vigária dos índios. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará.** Fortaleza, Tomos XLII-XLIV. p. 345, 1929-1930.

DR. FROTA, Creação da Villa de Sobral. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará,** Fortaleza, Tomo V, p. 113, 1891.

FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos.** Ed. Fac-similar. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 1997.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil.** principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estem tem tido &^a &^a desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General José Cezar de Menezes. In: **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, volume XL, Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** 11^a ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. Tradução e Prefácio de Luís da Câmara Cascudo. Organização de Leonardo Dantas da Silva, 2002.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará* (Separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 11, T. 11, 1897, p. 36-60). In: **Documentação Primordial sobre a capitania Autônoma do Ceará.** Ed. Fac-similar de Separatas da Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza: Fundação Valdemar Alcântara, 1997.

MORENO, Martim Soares. *Relação do Ceará.* In: **Três Documentos do Ceará Colonial.** Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1967. (Coleção História e Cultura).

Ordem régia de 13 de fevereiro de 1699 para a instalação da primeira Câmara na capitania do Ceará. In: Barão de Studart. **Datas e Fatos para a História do Ceará.** Edição Fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

Ordem de Sua Majestade que mandou ao Governador de Pernambuco, de 27/03/1715. In: BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986. (Edição Fac-similar).

PAULET, Antonio José da Silva. *Descrição abreviada da Capitania do Ceará*. In: **DOCUMENTAÇÃO Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará**. (Fac-símile de separatas da Revista do Instituto Histórico do Ceará). Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

PITA, Rocha. **História da América Portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**, 1500-1627. (1627). São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>. Consultado em: 03/01/2012.

SMITH, Herbert H. **Do Rio de Janeiro a Cuiabá**. Trad. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/53711311/Herbert-H-Smith-Do-Rio-de-Janeiro-a-Cuiaba>. Consultado em: 21/02/2012.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília**. Livro II – Ano de 1802. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1921.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano Von. **Viagem ao Brasil** (1815-1817). 2ª ed. trad. De Edgar Mendonça e Flávio de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

FONTES DIGITALIZADAS:

Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. / Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/ Wave Mídia, 2006. 2 CD-ROOM.

2) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Livros e capítulos de livros:

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Capítulos de História Colonial**, 1500-1800. 7ª Ed. revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.) **Nomes e Números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora - MG: Editora da UFJF, 2006.

ALVES, Joaquim. **História das Secas (séculos XVII-XIX)**. 2ª ed. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.

AMARAL, Luís. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 4ª Ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste**. Recife: Gráfica Editora, 1975.

_____. *A pecuária e a produção de alimentos no período colonial*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2ª Ed. revista. São Paulo: HUCITEC/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

ARARIPE, Trisão de Alencar. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.

ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil*. In: TENGARRINHA, José. (Org.) **História de Portugal**. 2ª ed. revista e ampliada. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

BARBOSA, Ruy. **Limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**: Razões Finaes. Cia Typográfica do Brazil: Rio de Janeiro. 1904.

BARROS, Paulo Sérgio. **Confrontos invisíveis**: colonialismo e resistência indígena no Ceará. São Paulo: Anablume; Fortaleza: Secult, 2002.

BARROSO, Gustavo. **À Margem da História do Ceará**. 3ª ed. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004.

BEZERRA, Antônio. **Algumas Origens do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986. (Edição Fac-similar).

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Da colônia ao império: um percurso historiográfico*. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.) **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.) **Modos de Governar** – Idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

BLAJ, Ilana. **A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: HUMANITAS/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BOXER, Charles. **O império marítimo português, 1415-1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CAMARINHAS, Nuno. **Juízes e Administração da Justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII**. Lisboa: Tipografia Lousanense/Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

CANABRAVA, Alice Piffer. **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec, UNESP; ABPHE, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais 1674 – 1807**. Juiz de Fora – MG, Editora da UFJF, 2007.

CARREIRA, Antônio. **As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba**. 2ª Edição. Lisboa: Presença, 1983.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Explorações Geográficas: percurso no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosa e o Sertão dos Inhamuns**. A História de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil – 1700-1930. Tradução de Alexandre F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COSTA, Antonio Carlos Campelo. **Desenhos: Arquitetura Antiga do Ceará**. / Antonio Carlos Campelo Costa, Domingos Cruz Linheiro, Nearco Barroso Guedes de Araújo. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2003. (Cadernos de Arquitetura Cearense; v. 2).

COSTA PORTO, Walter. **O Sistema Sesmarial no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.

_____. **O Pastoreio na Formação do Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Serviço de Documentação, 1959.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia**: planejamento espacial e social no Século XVIII. Trad. e rev. Fernando de Vasconcelos Pintos. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELLIS, Myriam. **O monopólio do sal no Estado do Brasil (1631-1801)**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1956.

_____. **Contribuição ao estudo do abastecimento das áreas mineradoras do Brasil no século XVIII**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional/ Serviço de Documentação/MEC, 1961.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Volume 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1979.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Sesmarias* (verbete) In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder**: O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. (Orgs.) **História Econômica**: agricultura, indústria e populações. São Paulo: Alameda, 2006.

FERREIRA, Roquinaldo. *Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda. (Org.) **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos**: A Dinâmica Imperial Portuguesa – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.). **Na trama das redes**: política e negócio do Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3ª Ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala** – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro S.A., s/ data.

_____. **Nordeste** – Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. ver. São Paulo: Global, 2004.

FUNES, Eurípedes. *Negros no Ceará*. In: SOUZA, Simone de. **Uma Nova História do Ceará**. 2ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Raimundo. **A Marcha do Povoamento no Vale do Jaguaribe (1600-1700)**. Fortaleza: BNB, 1986.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **Um escandaloso teatro de horrores – A capitania do Ceará sob o espectro da violência**. Fortaleza: Editora Universitária, 2010a.

_____. **As Milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na capitania da Paraíba – 1585-1630**. Bauru-SP: Edusc, 2007.

GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)*. In: MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

GOULART, José Alípio. **Brasil do Boi e do Couro – 1º Volume: O Boi**. Rio de Janeiro: GRD, 1965.

_____. **Brasil do Boi e do Couro (2º Volume – O Couro)**. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

_____. **O Ciclo do Couro no Nordeste**. (Documentário da vida rural – Nº 19) Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1966.

GUERRA, Paulo de Brito. **A Civilização da Seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 2ª ed. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; AB'SÁBER, Aziz Nacib; CAMPOS, Pedro Moacyr. (Orgs.) **História geral da civilização brasileira: Tomo 1: a época colonial: volume 1: do descobrimento à expansão territorial**. 5.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. *Conquista da costa leste-oeste*. In: AB'SÁBER, Aziz Nacib; CAMPOS, Pedro Moacyr, HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Orgs.) **História geral da civilização brasileira: Tomo 1: a época colonial: volume 1: do descobrimento à expansão territorial**. 5.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

JÔFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. (Org.) **Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Ceará: 1618-1832**. Brasília: Ministério da Cultura; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Bahia e a Carreira da Índia**. Ed. fac-similada. São Paulo: Hucitec: Unicamp, 2000.

_____. **Economia Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEITE, Ana Cristina Teixeira. **O Algodão no Ceará** – Estrutura Fundiária e Capital Comercial – 1850-1880. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado, 1994.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicação, 1991.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15, 1996.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 5ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979.

_____. *A Pecuária e a Produção de Alimentos na Colônia*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) **História Econômica do Período Colonial**. 2ª Ed. Revista. São Paulo: HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

MACÊDO, Deoclécio Leite de. **Notariado Cearense**: História dos Cartórios do Ceará. IV. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1991.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, vol. 1 Trad. Port. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal** – O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Ribeiras do Assu e Mossoró**: Notas para sua história. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2002. (Coleção Mossoroense).

MELLO, Evaldo Cabral de. **A Fronda dos Mazombos** – Nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Ferida de Narciso** – Ensaio de História Regional. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

_____. **Olinda Restaurada** – Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-654. 3ª Ed. São Paulo: 34, 2007.

_____. **Rubro Veio** – O imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste** – Ensaio sobre a evolução social e política do nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª Ed. Refundida e aumentada. Rio de Janeiro: Arte Nova Limitada, 1970.

MENEZES, Mozart Vergetti de; PAIVA, Yamê Galdino de. *Ilustração, população e circuitos mercantis: a capitania da Paraíba na virada do século XVIII*. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; GONÇALVES, Regina Célia; MENEZES, Mozart Vergetti; (Orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Terra e Trabalho na História**: Estudos sobre o Rio Grande do Norte. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. (Org.) **Espelhos Deformantes**: Fontes, problemas e pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2008.

MONTENEGRO, João Alfredo Sousa. **Padre Mororó**: o político e o jornalista. Fortaleza: BNB, 1985.

MOTT, Luiz. *Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial*. In: DIAS, Claudete Miranda; SOUSA, Patrícia de. (Orgs.) **História dos Índios do Piauí**. Teresina: EdUFPI, 2010.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**: lavoura, comércio e administração. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOBRE, Geraldo da Silva. **As oficinas de carnes do Ceará** – Uma Solução Local para uma Pecuária em Crise. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

NUNES, Odilon. **Os primeiros currais** (Geografia e História do Piauí Seiscentista) Teresina, Monografias do Piauí, Série Histórica, 1972.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII*. In: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida. (Orgs.) **Temas Setecentistas**: Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – FCHLA/Funart; Araucária, 2008. pp. 505-516.

_____. *A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: autonomias locais, consensos políticos e projetos nacionais*. In: OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro. (Org.). **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1846) TOMO I. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará INESP, 2009, v. I, p. 17-29.

OLIVEIRA, Carla Mary S.; MEDEIROS, Ricardo Pinto. (Orgs.) **Novos olhares sobre as Capitânias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

OLIVEIRA, Carla Mary S.; GONÇALVES, Regina Célia; MENEZES, Mozart Vergetti; (Orgs.). **Ensaio sobre a América Portuguesa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. *As elites econômicas e a arrematação de contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)* In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.) **O Antigo Regime nos Trópicos**: A Dinâmica Imperial Portuguesa – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e Escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Tradutor: Walter Sotomayor. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará, 1680-1820**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Protohistória cearense**. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

_____. **História Econômica do Brasil**. 30ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros** – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2002.

_____. **Guerras do Brasil (1504-1654)** – Ataques e invasões durante o Brasil-Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *O governo geral e o Estado do Brasil: poderes intermédios e administração (1549-1720)* In: SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars. (Orgs.) **O Brasil no império marítimo português**. Tradução: Fernanda Trindade Luciani e João Paulo Marão. Bauru-SP: Edusc, 2009a.

_____. *“Como coração no meio do corpo”*: *Salvador, capital do Brasil*. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.) **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009b.

RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro**: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780. São Paulo: HUCITEC, 1976.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **As capitanias do Brasil**: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos** – A administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2008.

SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars. (Orgs.). **O Brasil no Império Marítimo Português**. Bauru/SP: EDUSC, 2009.

SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil colônia*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.) **História Econômica do Período Colonial**. 2ª Ed. Revista. São Paulo: HUCITEC; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial, 2002.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de Índios no Ceará Grande**: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas – SP: Pontes, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem colonial**: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

_____. **Nas solidões vastas e assustadoras** – A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Ligia Osório. **Latifúndio e Terras Devolutas**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Paula Pinto e. **Farinha, feijão e carne seca**: um tripé culinário no Brasil Colonial. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará**: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**; curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (por) Roberto C. Simonsen. 7ª Ed. São Paulo, Nacional: Brasília, INL, 1977.

SOUSA, Avanete Pereira. *Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)*. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (Orgs.) **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português, Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

SOUZA, George Felix Cabral de. **Os Homens e os Modos de Governança**: a Câmara Municipal do Recife no século XVIII. Recife: Flamar, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 4ª Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **O Sol e a Sombra**: Política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. (Orgs.) **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

_____. **Datas e factos para a história do Ceará**. Edição fac-similar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

_____. Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História Econômica do Período Colonial**. 2ª ed. Revista – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará**: origens do capital estrangeiro no Brasil. São Paulo: HUCITEC; Natal: UFRN – Editora Universitária, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rei de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) **Explorações Geográficas: percurso no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 247-318.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão – 1780-1840**. Fortaleza: Demócrito Rocha; HUCITEC, 2004.

_____. **A Inquisição e o Sertão**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

Monografias, dissertações e teses

a) Monografias

PAIVA, Yamê Galdino de. **Capitania da Paraíba: população e circuitos mercantis na virada para o século XIX**. 2009. 100 p. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba.

b) Dissertações

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **História e Direito: sesmarias e conflitos de terras entre índios em freguesias extramuros no Rio de Janeiro (século XVIII)**. 2002. 150 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. 2006. 192 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)**. 2012. 284 p. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí.

DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas Mercantis Coloniais: Capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 2011. 274 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GENORAZZO, Soraya Araújo. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII**. 2007 122 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. 2009. 273 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense.

MARTINS, Guilherme Saraiva. **Entre o forte e a aldeia: estratégias de contrato, negociação e conflito entre europeus e indígenas no Ceará holandês (1630-1654)**. 2010. 180 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará.

MEDEIROS, Thiago Silva. **“O sertão vai para o Além-Mar”: a relação centro e periferia e as fábricas de couro em Pernambuco nos setecentos**. 2009. 110 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. 2010. 358 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará.

PINHEIRO, Francisco José. **A Formação do Mercado de Trabalho no Ceará – 1850/1880**. 1990. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da elite colonial nos sertões de Mombaça: terra, família e poder (Século XVIII)**. 2010. 118 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará.

SOUSA, Avanete Pereira de. **Poder Local e Cotidiano: A Câmara de Salvador no século XVIII**. 1996. 220 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia.

c) Teses

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **A Urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. 2007. 531 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.

LOPES, Gustavo Acioli. **Negócio da Costa da Mina e comércio atlântico – Tabaco, açúcar, ouro e tráfico de escravos: Pernambuco (1654-1760)**. 2008. 264 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo.

MARANHO, Milena Fernandes. **O Moinho e o Engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português. 1580-1720**. 2006. 403 p. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. 2000. 218 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)**. 2005. 300 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. 2001. 235f. Tese (Livre Docência em Etnologia). Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento**. 2005. 274 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As Ruínas da Tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – Família e Propriedade no Nordeste Colonial**. 2003. 308 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **A Morfologia da Escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)**. 1990. 416 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Marilda Santana da. **Poderes Locais em Minas Gerais Setecentistas: A representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)**. 2003. 361 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Campinas.

SOUSA, George Félix Cabral de. **Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)**. 2007. 937 p. Tese (Doctorado en Historia). Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica, Universidad de Salamanca.

Artigos em revistas e trabalhos completos em congressos:

a) Artigos em revistas

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *História Econômica e História Cultural: uma trajetória historiográfica*. In: **G&RD** (Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional). v. 4, n. 3 (número especial), ago/2008, Taubaté, SP, Brasil. p. 6-26. Disponível em: http://www.rbgdr.net/extra_n02/artigo1.pdf. Consultado em: 04/02/2012.

ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo. *Centro e periferias no império português: uma discussão sobre as relações de poder nas minas coloniais*. In: **Outros Tempos**, v. 6, p. 27-39, 2010. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/vol.6.8.pdf/Claudia%20Cristina%20Atallah.pdf> (Consultado em 09/02/2012).

BRAGA, Renato. *Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste*. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico do Ceará**. Ano: 1947.

DR. Frota, *Creação da Villa de Sobral*. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, Ano V (1891). pp. 109-120.

DANTAS, Mônica Duarte. *Povoamento e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549-1822)*. In: **Penélope**. Nº 23, 2000. pp. 9-30. Disponível em: http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_23/23_04_MDantas.pdf. Consultado em: 09/02/2012.

FERNANDES, João Azevedo. *Cativos e Escravos: Guerra e Tráfico na Etnogênese Brasileira*. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, v. 8/9, 2003. pp. 49-37.

FRAGOSO, João. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, 2002. pp. 41-70. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a2.pdf>. Consultado em: 03/02/2012.

_____. *Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVII e XVIII)*. **História. Questões e Debates**, Curitiba, v. 19, n. 36, 2002. pp. 99-127. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2690/2227>. Consultado em: 02/02/2012.

GIORDANO, Carolina Celestino. *As concepções médicas do século XVIII e a atuação da administração sobre a higiene pública nas cidades no início do século XIX*. In: **PPGAU**, Ano VII, N. 1, 2008. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/3555/2619> Consultado em: 09/02/2012.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *José Vaz Salgado: a herança de um militar-mercador no Recife de meados do século XVIII*. In: **Textos de História**, vol. 15, nº 1/2, 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/971/638>. Consultado em: 09/02/2012.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas e ocidentalização no sertão da Capitania do Rio Grande do Estado do Brasil*. **Revista de Antropologia Experimental**, Universidade de Jaén, Espanha, v. 6, n. 1, 2006. , pp. 101-130. Disponível em: <http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2006/medeiros06.pdf>. Consultado em: 07/02/2012.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738*. **Revista do IAGP**, vol. LIII, Recife, 1981. pp. 177-1778.

MENZ, Maximiliano. *Centro e Periferias Coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818)*. In: **Revista de História (USP)**, v. 154, pp. 251-266, 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n154/a10n154.pdf>. Consultado em: 09/02/2012.

MOTT, Luiz. *Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil*. In: **Revista de História**. Ano XXVII, vol. LIII, nº 105. São Paulo: FFCL-USP, 1976.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1750-1822)*. **História** (São Paulo), v. 24, p. 261-290, 2005.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Negócios e Nobreza em família: Pedro José da Costa Barros e sua trajetória de ascensão social*. In: **Documentos**. Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará. Nº 6, 2009. pp. 91-93.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. *A primeira Villa da Província: Notas para a História do Ceará*. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, Ano I (1887). pp. 103-203.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *O Urbanismo Colonial Brasileiro e a influência das cartas régias no processo de produção espacial*. In: **Complexus**. Ano 1. N. 1. pp. 175-188. Disponível em: <http://engenhio.info/revista/ed01/dartigos/11-artigop175-188.pdf>. Consultado em: 09/02/2012.

POMPA, Cristina. *Cartas do Sertão: a catequese entre os Kariri no século XVII*. In: **Revista Antropológicas**. Ano 7, volume 14 (1 e 2): 7-33 (2003). Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/POMPA_Cartas%20do%20Sertao.pdf. Consultado em: 09/02/2012.

_____. *As muitas línguas da conversão: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg11-3.pdf. Consultado em: 09/02/2012.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800*. In: **Revista Brasileira de História**. V. 18, n. 36. São Paulo: 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881998000200010&script=sci_arttext. Consultado em: 09/02/2012.

STUDART, Guilherme. *Azevedo de Montauray e seu Governo no Ceará*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano V (1891). pp. 5-81.

_____. *Azevedo de Montauray e seu Governo no Ceará (parte documental)*. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 6, 1892. pp. 141-188.

STUDART FILHO, Carlos. *Vias de comunicação do Ceará colonial*. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Ano 51 (1937). pp. 15-47.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *De família, charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)*. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, dez. 2009. pp. 187-214. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18931/11020>. Consultado em: 09/02/2012.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. *Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887*. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, SP, v. 33, n. 2, 2003. pp. 353-393.

b) Trabalhos completos em anais de congressos

ABREU, Laurinda. *Setúbal, o Sal e o Além*. In: **Anais...** I Seminário Internacional sobre o sal português Instituto de História Moderna da Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7987.pdf>. Consultado em: 09/02/2012.

BICALHO, Maria Fernanda Baptistas. *A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina*. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociabilidades**. Lisboa, novembro de 2005. FCSH/UNL. pp. 1-10. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/maria_fernanda_bicalho.pdf. Consultado em: 09/02/2012.

CARVALHO, Reinaldo Forte de. Governanças das terras no Ceará grande: Poderes locais e administração colonial na capitania do Ceará no século XVIII (1722-1799). In: **Actas...** Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Lisboa – Portugal, 2011. Disponível em: <http://www.iict.pt/pequenalanobreza/arquivo/Doc/t2s2-03.pdf>. Consultado em: 09/02/2012.

SANTOS, Felipe dos. *O sal na historia da Madeira (Séculos XV-XVIII)*. In: **Anais...** II Seminário Internacional sobre o sal português: - a articulação do sal português aos circuitos mundiais - antigos e novos consumos, Porto, IHM-UP, 2008. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7950.pdf> Consultado em: 09/02/2012.

SMITH, Robert. *A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII*. In: **Anais...** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto-MG, novembro de 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_IND_ST6_Smith_texto.pdf. Consultado em: 01/02/2012.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)*. **Anais...** XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto-MG, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Vieira_texto.pdf. Consultado em: 09/02/2012.

ANEXOS ¹⁸⁰:

ANEXO 1:

QUADRO DE MEDIDAS LINEARES

Medidas	Equivalência no Sistema Métrico
Légua (1/18 de grau)	6.172m
Légua (1/20 de grau)	5.555m
Milha Marítima (1/60 de grau)	1.851m
Légua de sesmaria (3.000 braças)	6.600m
Braça	2,20m

ANEXO 2:

QUADRO DE MEDIDAS AGRÁRIAS

Medidas	Equivalência no Sistema Métrico
Légua quadrada (1/18 de grau)	38.103.947m ²
Braça quadrada	4,84m ²
Légua quadrada (de sesmaria)	43.560.000m ²
Alqueire mineiro (100x100 braças)	48.400m ²
Alqueire paulista (100x50 braças)	24.200m ²
Tarefa da Bahia (30x30 braças)	4.356m ²

¹⁸⁰ Quadros extraídos do anexo V do livro *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, citado na bibliografia.

ANEXO 3:
QUADRO DE MEDIDAS DE CAPACIDADE PARA GRÃOS E ARTIGOS SECOS

Medidas	Equivalência no Sistema Métrico
Moio	21,762 hectolitros
Alqueire	36,27 litros
$\frac{1}{2}$ Alqueire	18,135 litros
$\frac{1}{4}$ de Alqueire ou quarta	9,07 litros
$\frac{1}{8}$ de Alqueire ou meia quarta	4,535 litros
Selamin	1,14 litros

ANEXO 4:
QUADRO DE MEDIDAS DE PESO

Medidas	Equivalência no Sistema Métrico
Tonelada Marítima	921,600 quilos
Quintal	58,982 quilos
Arroba	14,74560 quilos
Libra ou arrátel (libra de comércio)	0,46080 quilos
Libra (de farmácia)	0,34560 quilos
Marco	0,23040 quilos
Onça	28,800 gramas
Oitava	3,600 gramas
Escrópulo ou dinheiro	1,200 gramas
Quilate	0,900 gramas
Quilate para pedras preciosas e pérolas	0,200 gramas
Grão	0,0500 gramas